



1968 - o ano que não terminou
Edição Revisada

ZUENIR VENTURA

 Planeta

1968-o ano que não terminou
Edição Revisada

ZUENIR VENTURA

 Planeta

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.site](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#)

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Revisão de originais e tipográfica SOLANGE D' ALMEIDA TELLES

PAULO CESAR CORGA DE ARAUJO

CIP-Brasil, Catalogação-na-fonte Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Ventura, Zuenir

. Zuenir Ventura. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

1. Brasil - Política e governo - 1968.
2. Jovens - Atividades políticas.
3. Jovens - Comportamento social.

A Mary, Mauro e Elisa, com Panheiros de viagem

A meu Pai, Por quase um século de luta

Em memória de Leon Hirszman, Hélio Pellegrino e Joaquim Pedro de Andrade

"... Não devemos servir de exemplo a ninguém. Mas podemos servir de lição."

(MÁRIO DE ANDRADE)

Agradecimentos

Este livro é o resultado de uma conjuração de afetos e amizades. A Mary Ventura devo a idéia. A Sérgio Lacerda, a coragem de bancá-la. A Fernando Pimenta, a participação especial. A Mauro e Elisa Ventura, fico devendo o apoio moral e concreto em todas as fases do projeto. Goberny do Couto e Silva a papéis que obteve da Biblioteca Lyndon Johnson permitirá aos leitores conhecer agora documentos inéditos, como o teor da ata da histórica sessão do Conselho de Segurança Nacional de 13 de dezembro de 68 - a que decretou o AI-5 - e alguns relatórios secretos da CIA. Tão precioso quanto esse material, é o gesto de quem o cedeu. No jornalismo, onde a busca da exclusividade e do furo costuma justificar qualquer usura, são raras tais prodigalidades. A Luiz Garcia, que consegue ler tão bem quanto escreve, um agradecimento especial pelo rigor da leitura dos originais. É possível até que, por falta de tempo, eu não tenha atendido a todos os aperfeiçoamentos sugeridos. Que isso não lhe seja debitado. Há muitos a quem agradecer. Aos companheiros de trabalho - do JB, da Escola de Comunicação da UFRJ e da Escola Superior de Desenho Industrial - pela cobertura que me deram durante essa minha demorada fuga para o passado. A Mário Pontes, um reiterado obrigado pelas múltiplas contribuições. Esse agradecimento se estende a Antoninho de Paula, pela diagramação do livro e por muito mais do que não ficou visível. De Claudio Bojunga e Wilson Coutinho não esqueço o continuado estímulo e, sobretudo, as valiosas idéias e sugestões. A Daniel Liberato e Sylvio Romero Ferreira da Cruz, pela transcrição das gravações, a Márcio Salgado, pela colaboração na fase inicial da pesquisa, e a Elisa Ventura e Bebete Martins, pela organização do material, inclusive da bibliografia, o meu reconhecimento. Fico devendo muito à paciência dos que se dispuseram a prestar depoimentos para este livro e a alguns amigos que me ajudaram a tomá-los ou que os tomaram por mim: Alda Palma, Norma Cury, Paulo Gil Soares, Márcio Salgado, Ricardo Lessa e, principalmente, Roberto Pumar. Este lançamento não teria cumprido o seu prazo sem a operação que conjugou a competência e organização de profissionais de vários departamentos do JB: do setor de informática à oficina. Um agradecimento especial a Xico Vargas, à equipe do Projeto Automação - Proauto - ao Departamento de Pesquisa e à Biblioteca, a Francisco Flávio, Umberto Rio, Jurandir Ventura, Márcio Barroso, João Diniz, Accácio M. Teixeira, Márcia Abreu do Nascimento, Marcos Antonio M. de Souza, enfim a todos os companheiros do PCP, do Processamento e da Fotomecânica. Minha gratidão ao carinho com que dois extraordinários profissionais cuidaram criativamente da revisão: Solange D'Almeida Telles e Paulo Cesar Corga de Araujo. Não há como deixar de registrar uma dívida interna para com alguns modelos desse, digamos, jornalismo de reconstrução, gênero no qual, se não fosse a pretensão, gostaria de incluir o meu

livro. São hoje fontes de inspiração e sugestão trabalhos como A sangue frio, de Truman Capote, O assassinato de Lorca, de Ian Gibson, A rive gauche, de Herbert R. Lotman, e o admirável Olga, de Fernando Morais, para só citar alguns. Nesse quase um ano de trabalho, muitos foram os empréstimos, doações e indicações - de revistas, jornais, discos e livros raros. Por isto, agradeço em especial a Artur Xexéo, Etevaldo Dias, Alberto Rajão, Alfredo Machado, Maria Costa Pinto, Alesandro Porro, Mauro Malin, Tárík de Souza, Humberto Werneck e Joaquim Ferreira dos Santos. Além dos citados, o meu reconhecimento aos seguintes amigos, pelo estímulo e ajuda: Ancelmo Gois, Ângela Maria de Aquino Saraiva, Beto Costa Souza/Paulo Markun/TV Cultura de São Paulo, Carlos Alberto M. Pereira, Ceres Feijó, Eliane Leite de Souza, Geneton Moraes Neto, Guguta Brandão, Iesa Rodrigues, João Batista Ferreira, João Manoel Cardoso de Melo, José Antônio Ventura, Liana Aureliano, Luís Eduardo Conde, Macksen Luiz, Marcelo Pontes, Márcia Cezimbra, Maurício Ferreira dos Santos, Maurício Stycer, Milton Temer, Miriam Leitão, Muniz Sodré, Ricardo El-Jaick, Ricardo Osman, Roberto Benevides, Susana Schild, Teté Muniz, Zinota Erthal, Zivaldo. O livro sai sem prefácio. Ele seria feito por quem mais me estimulou a realizar esse projeto: Hélio Pellegrino. Pouco antes de morrer, Hélio lembrou-se de que há quase 20 anos, na cadeia do Regimento de Cavalaria Marechal Caetano de Faria, onde estávamos, eu o presenteara com o livro Cem anos de solidão, com a seguinte dedicatória: "A Hélio, um homem aberto com quem eu fecho." É a dedicatória que eu repetiria para ele neste livro.

TESTE 1968: o ano que não terminou

A nossa história começa com um réveillon e termina com algo parecido a uma ressaca - ressaca de uma geração e de uma época. Entre os dois, o Brasil e o mundo viveram um tempo apaixonado e apaixonante. É possível que 1968 não seja, como querem alguns de seus hagiólogos, o ano zero de uma nova modernidade, embora os estudantes franceses já tivessem avisado, na época, que era apenas o começo: "Ce n'est q'un début", advertiam os muros de Paris. O sociólogo Edgar Morin, que acompanhou o maio francês e em seguida veio ver nossas passeatas, falou em "êxtase da História". Seu colega mais velho, Raymond Aron, assustou-se com a "demência coletiva", para mais tarde admitir que aquele "psicodrama coletivo" - outra de suas classificações pejorativas - mudara a França. Na mesma época, em outro país, a Alemanha, o igualmente célebre filósofo Jürgen Habermas chamou os jovens iracundos de 68 de "fascistas de esquerda", mas hoje reconhece que toda a atualidade cultural, da ecologia ao individualismo, começou a brotar naquele ano. A morte não deixou que o grande Pier Paolo Pasolini pudesse rever, 20 anos depois, o seu ódio imediato aos "pequeno-burgueses filhinhos de papai e do poder". Num enorme poema-manifesto, o cineasta comunista registrara, para escândalo geral da época: "Odeio vocês tanto quanto odeio seus pais." De todos os que escreveram no calor da hora sobre os acontecimentos de 68, só Morin estava certo: "Vão ser precisos anos e anos para se entender o que se passou." Já se passaram 20 anos e 68 continua a ser uma obra aberta, para situar uma categoria tão na moda. Aliás, o seu criador, Umberto Eco, foi quem recentemente forneceu a melhor pista para se aproximar daquele ano-chave: "Podese processá-lo, analisá-lo, condená-lo, mas não cancelá-lo como um fenômeno de loucura." Mas também - seria o caso de acrescentar - pode-se exaltá-lo, romantizá-lo, contanto que não se tente sacralizá-lo como um momento de inspiração divina da História. O jornal Le Monde lamentava há pouco que 68 costuma ser tratado apenas como "um mito e um mal-entendido" e isto na França, que gosta de olhar para o passado e que vem se debruçando seriamente sobre as lições do que considera ser o acontecimento mais importante desde a II Guerra Mundial, mais importante mesmo do que a guerra da Argélia. Se esse esquecimento ocorre na terra de Proust, o que dizer de um país que sofre de amnésia crônica e onde, como já observou Ivan Lessa, "de quinze em quinze anos, esquecemos os últimos quinze anos"? Com persistência rara, para o Brasil, 68 ainda povoa o nosso imaginário coletivo, mas não como objeto de reflexão. É uma vaga lembrança que se apresenta, ora como totem, ora como tabu: ou é a mitológica viagem de uma geração de heróis, ou a proeza irresponsável de um "bando de porralocas", como se dizia então. Na verdade, a aventura dessa geração não é um folhetim de capa-eespada, mas um romance sem ficção. O melhor do seu legado não está no gesto - muitas vezes

desesperado; outras, autoritário - mas na paixão com que foi à luta, dando a impressão de que estava disposta a entregar a vida para não morrer de tédio. Poucas - certamente nenhuma depois dela - lutaram tão radicalmente por seu projeto, ou por sua utopia. Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, sonhando em aproximá-los todos. Sem dúvida, há muito o que rejeitar dessa romântica geração de Aquário - o messianismo revolucionário, a onipotência, o maniqueísmo - mas há também muito o que recuperar de sua experiência. Pouco antes de morrer, o psicanalista Hélio Pellegrino, um tipo inesquecível dessa e de outras épocas, dizia, num depoimento para este livro: "Nós aprendemos com a loucura, a generosidade e o sangue deles." Aos 44 anos, Pellegrino era um personagem da geração de 68, que dizia não confiar em ninguém com mais de 30 anos. Entre outras originalidades, ela acabou nos ensinando, talvez sem querer, que uma geração não é feita de idades, e sim de afinidades. Por isso, podia comportar um psicanalista de meia-idade, um garoto de 14 anos como Cesinha, cuja saga consta deste livro, e um velho de 76 como Tristão de Athayde, isto é, Alceu Amoroso Lima, que defendia a nova "cruzada das crianças" com entusiasmo juvenil. O que mais impressionava o político e psicanalista Hélio Pellegrino era o sentido ético desses jovens. Ele dava como exemplo o seu comportamento durante a guerra suja que se seguiu a 68: "Conhecem-se deles muitas e inadmissíveis loucuras, inclusive execuções, mas nenhum ato de tortura." Esta, porém, é outra história. Serão os nossos anos de chumbo, quando essa geração solar, escancarada e comunicativa, troca as ruas pela paisagem lunar da clandestinidade - para se enfiar nos soturnos aparelhos, ou para mergulhar nos subterrâneos da droga. A nossa história é a de 68, ou melhor, uma das possíveis histórias de um período rico demais para ser apreendido em uma só visão. Por isto, aliás, é que o autor privilegiou, mais do que a própria vivência, o material de época e o testemunho dos protagonistas, sabendo como é difícil olhar para o passado sem ser assaltado pela vontade de promover um retoque aqui ou uma melhoria ali. Todo cuidado, porém, foi tomado para não se fazer como certas obras de restauração de patrimônios históricos, que mantém a fachada, mas alteram o interior. Com esta exaustiva pesquisa e o apoio de dezenas de depoimentos e entrevistas, esperamos ter realizado não uma simples devolução de fatos, mas a reconstituição dos sonhos, do imaginário, das mentalidades, dos sentimentos, do clima e do comportamento daqueles tempos de exaltação e de febre, ou, como diz um dos protagonistas, o diretor de teatro Flávio Rangel, "tempos de nó na garganta". Os nossos "heróis" são os jovens que cresceram deixando o cabelo e a imaginação crescerem. Eles amavam os Beatles e os Rolling Stones, protestavam ao som de Caetano, Chico ou Vandrê, viam Gláuber e Godard, andavam com a alma incendiada de paixão revolucionária e não perdoavam os pais - reais e ideológicos - por não terem evitado o golpe militar de

64. Era uma juventude que se acreditava política e achava que tudo devia se submeter ao político: o amor, o sexo, a cultura, o comportamento. Uma simples arqueologia dos fatos pode dar a impressão de que esta é uma geração falida, pois ambicionou uma revolução total e não conseguiu mais do que uma revolução cultural. Arriscando a vida pela política, ela não sabia, porém, que estava sendo salva historicamente pela ética. O conteúdo moral é a melhor herança que a geração de 68 poderia deixar para um país cada vez mais governado pela falta de memória e pela ausência de ética.

O rito de passagem

"Não acreditava em sonhos e mais nada. Apenas a carne me ardia e nela eu me encontrava." (PAULO, o intelectual de Terra em transe)

A crônica da época não lhe dedicou mais do que magras 15 linhas. Nos registros existentes, ele consta apenas como uma das inúmeras festas que marcaram a entrada daquele distante 1968. E, no entanto, para os que viveram o que seria um banal acontecimento, ele permanece como um misterioso marco cujos símbolos e significados ocultos a memória e o tempo vão-se encarregando de descobrir, ou de criar, até obter o material com que se fazem os mitos. Não terá ocorrido com o "Réveillon da casa da Helô" o que ocorreu com outros aparentemente insignificantes mas memoráveis acontecimentos? Afinal, o Último Baile da Ilha Fiscal não mereceu da imprensa, de imediato, o justo destaque que lhe reservaria a História - ou a lenda. Ele foi dos "melhores", assegura uma das colunas sociais da época, sem porém lhe dar a correspondente importância, preferindo contemplar as razões mais fúteis: "o scotch era legítimo", dizia a colunista Léa Maria; o som "combinava carnaval com iê-iê-iê" e os trajes se apresentavam variados - "smokings, longos formais, curtos mini, roupas hippies de luxo". - Além disso, o elenco de convidados era atraente: "metade gente de cinema e teatro novo; a outra metade, grupos de jovens assessores lacerdistas". Ah, sim, havia também a casa: uma bela construção no alto do Jardim Botânico, toda feita com sucata de demolição - um estilo que a audácia arquitetônica de um certo Zanine inventara para se transformar logo numa moda chique. A casa parecia uma adaptação cinematográfica especialmente escolhida para aquele espetáculo. Entrava-se por um portão e logo à esquerda começava a perna mais longa do L que lhe dava forma; aí ficavam os quartos. A grande sala completava o L e fechava o terreno ao fundo. Com o muro à direita, tinha-se a impressão de estar num pátio interno espanhol. Do portão até a sala, devia-se percorrer um grande retângulo gramado, com uma bela e cinqüentenária árvore. Cada um desses detalhes topográficos ou arquitetônicos iria ter um papel importante na noite. Mas a festa, evidentemente, não foi importante apenas pelo décor. O réveillon promovido pelo casal Luís-Heloísa Buarque de Hollanda foi muito mais do que sugerem as descrições feitas no calor da hora - pelo menos para a história que se vai contar. Não que tivesse mudado o destino do país, longe disto. Mas talvez porque condensasse e antecipasse um estado de espírito e um clima que seriam predominantes no período. A sua significação para 68 talvez seja idêntica à da famosa seqüência da festa de Terra em transe - então, a referência cultural obrigatória. Sem ela, o filme de Gláuber Rocha provavelmente não iria deixar de ganhar o prêmio especial da crítica em Cannes e nem perderia o carisma de obra-prima do cinema brasileiro. Mas certamente não seria o mesmo; da mesma

forma, um dos presentes à festa, o jornalista Elio Gaspari, acha que "depois do réveillon da Helô, o Rio nunca mais foi o mesmo". Por sua composição, que incluía mais facções sociais, políticas e ideológicas do que as citadas nas colunas, a festa de Helô, tanto quanto a de Gláuber, foi vivida como a alegre metáfora - ou paródia - de uma ampla e variada aliança política, algo assim como a que o VI Congresso do Partido Comunista propusera, meses antes, para unir as "forças progressistas" a fim de lutar contra a ditadura e quem a sustentava: o imperialismo. Acreditava-se - não só nas festas - que derrubar uma era atingir o outro, e nada melhor contra os dois do que juntar no mesmo saco a esquerda tradicional, os intelectuais, os operários, os estudantes e a chamada burguesia nacional que, por nacional, certo seria naturalmente antiimperialista. A luta de classes que esperasse. Pode-se alegar que nas representações festivas faltava o ator principal - a classe operária. Mas era assim mesmo: era como se as forças progressistas tivessem chegado mais cedo à festa ou ao processo histórico. Estavam guardando lugar - senão na festa, ao menos na História - até a à entrada dos verdadeiros protagonistas, os operários. Quem, por achá-las inadequadas, não concordar com essas analogias metafóricas tão ao gosto da época, pode recorrer a outras. Nesses 20 anos, o "Réveillon da casa da Maria Helô" virou um depósito de sugestões e referências. Ele pode ter sido, por exemplo, a versão festiva da Frente ampla, o movimento que o ex-governador Carlos Lacerda conseguira articular meses antes, atraindo como aliados mas dois ferozes ex-inimigos, os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. Por que não? Mais do que buscar diferenças ideológicas e pessoais, era hora de procurar os seus pares, acertar o passo e dançar conforme a música. O Tropicalismo permitia as combinações mais esdrúxulas. Esse desejo de alianças improváveis era visível até em acontecimentos como o célebre casamento de Nara Leão e Cacá Diegues, cujos padrinhos foram o Samuel Wainer e Maria Clara/Sérgio Lacerda -dois sobrenomes que ninguém pensaria em juntar antes nem em enterro. Como em toda passagem, havia na casa de Helô uma mistura de frustração e esperança. Algo tinha-se movido em 67, ainda que parecesse que se movera para continuar igual. De qualquer maneira, a ditadura havia trocado de ditador, a legislação revolucionária fora substituída por uma Constituição - tudo bem, mas já era uma Constituição -, um presidente bonachão se dizia preocupado com a "normalização democrática" e uma nova geração parecia disposta a deixar a marca de sua presença em todos os campos da História. Muitas vezes o ano iria dar a impressão, repetindo Millôr Fernandes, de que o país corria o risco de cair numa democracia. Com algum otimismo, encontravam-se boas razões para se esperar um feliz 68. A efervescência criativa de 67 não era por certo um mau sinal. Terra em transe, Quarup, o Tropicalismo, Alegria, alegria, O rei da vela, talvez fossem só o começo. Além do mais, o movimento estudantil, cujas entidades haviam sido postas fora da lei pelo golpe de 64, vinha se reorganizando e mobilizando a

massa de secundaristas e universitários. Havia - que a distância não nos deixe esquecer - a ameaça incansável da censura e de outras forças obscurantistas. Mas estes riscos de retrocesso encontravam o setor cultural vigilante e cada vez mais consciente da necessidade e da possibilidade de resistência. Havia, enfim, como sempre, a situação social e política carregada de problemas - o arrocho salarial, os sindicatos sob intervenção, uma insuportável inflação de 4-7r ao ano que Delfim Netto prometia reduzir para 25 Mas, segundo governo militar anunciava que queria restabelecer o diálogo com a sociedade e com a classe política. Só por isso o ano de 68 já seria um avanço. Um personagem que viveu intensamente aqueles tempos, o diretor de teatro Flávio Rangel, manifesta, 20 anos depois, a sensação de que havia entre 67 e 68 um mal percebido clima de abertura, uma "primavera" - que lembrava uma outra, contemporânea, a de Praga, e que, como esta, seria abortada, ainda que sem invasão de tanques. No depoimento que deu para este livro, em dezembro de 1987, ele disse que só experimentaria clima semelhante nos anos 80. Mas voltando ao réveillon dessa frustrada abertura: encontrava-se ali uma parte considerável da inteligência brasileira que produzira, ou iria produzir do bom e do melhor. Com aqueles talentos, era possível organizar uma preciosa antologia. Com as vontades políticas ali presentes, poder-se-ia fazer a Revolução, isto é, a grande utopia daqueles tempos. Isso, evidentemente, se o processo revolucionário dependesse apenas das condições subjetivas - e os anos seguintes iriam demonstrar dramaticamente que não, que volição e revolução às vezes não passam de um trocadilho. Como o Brasil de então, o réveillon de Helô tinha tudo para dar certo, a começar pela dona da casa. A professora Heloisa Buarque de Hollanda, bonita, culta e de esquerda, era mito e ícone da intelectualidade carioca dos anos 60. Com esses tempos a "Bela Mestra" iria fazer a matéria-prima de sua tese de doutorado uma década depois. Misturando duas viagens - a sua e a da História -, o seu trabalho ensinaria ao meio acadêmico que saber e competência não precisam ser chatos. A organização da festa, entregue a uma comissão, ou a um "coletivo", como era de bom-tom dizer, parecia perfeita. Na verdade não foi: havia mais motivação do que competência, como aliás em tudo o que se organizava então. É bem verdade que os convites eram à prova de falsificação. Um dos organizadores, o editor Sérgio Lacerda, na época o principal diretor da Datamec, uma empresa de processamento de dados, informatizou os ingressos, personalizando-os. Mas nem isso adiantou. Lá pelas tantas, Luís Buarque, diante da iminente invasão, baixou uma ordem para o porteiro: "Se não estiver nu, deixa entrar." A anfitriã e um elenco de outras estrelas da época Maria Clara, Marília, Maria Lúcia, Glória, Dilmén tomaram as providências indispensáveis. O som foi alugado na Josias. Para entrar, além do convite personalizado, ficou decidido que cada casal deveria levar uma garrafa de scotch, ou uma quantia correspondente a ser usada na preparação da comida e no conserto de eventuais estragos patrimoniais.

Alguém, no início da noite, porém, teve a intuição de que um dos dois - a festa, não ainda o país - corria um certo risco. O jovem advogado Rui Solberg, que ajudara na organização, chegou cedo, com sua mulher Glória Mariani, e pediu dois uísques. Era só "para começar", uma espécie de entrada a uma noite que se anunciava longa e promissora. Quando atenderam ao pedido, ocupando-lhe as mãos com duas garrafas de uísque escocês, ele levou um susto. Pensou: "Isto não vai dar certo." Veterano de festas, Rui não se lembrava de jamais, em qualquer delas, ter sido presenteado com duas garrafas ao pedir duas doses. Apesar do exagero da oferta, Rui não devolveu as garrafas, graças ao que tem hoje apenas lembranças vagas do que fez naquela noite - ou, mais precisamente, do que lhe fizeram. Recorda-se confusamente, por exemplo, de que foi "seqüestrado" para um canto deserto da casa por uma das jovens mais atraentes da festa e daqueles tempos. Sem esforço, quase contra a vontade - se a expressão no caso não fosse uma impropriedade -, Rui fora premiado com um dos tesouros da noite, mas não só ele. Muitas das reminiscências da festa registram o mesmo episódio repetindo-se com outras bem-aventuradas vítimas. Nem todos, porém, se embriagaram. Gláuber Rocha, por exemplo, que não dançava e quase não bebia - as drogas, mesmo a maconha, ainda não freqüentavam oficialmente as reuniões sociais -, preferiu se divertir atijando discussões entre os grupos. A sua cabeça estava ocupada em parte com a infundável polémica suscitada por Terra em transe e em parte com o novo projeto para 68, O dragão da maldade contra o santo guerreiro. Seria difícil repetir o sucesso artístico do ano anterior, mas qualquer que fosse a qualidade do resultado, tinha-se a garantia de alguns meses de apaixonadas discussões e generalizadas controvérsias. Ninguém depois de Gláuber, nem mesmo José Celso Martinez Corrêa, nem Caetano Veloso, dois mestres na arte da agitação cultural, possuiu idêntica capacidade de desarrumar convicções estabelecidas - e de aglutinar ódios e paixões. Ele era um dos principais pólos de atração da festa e do país naquele momento, e até morrer. em 82, Outros, apesar da importância, eram menos notados, como Geraldo Vandré. Esbarrava-se com o ainda pouco conhecido compositor sem se desconfiar de que ele viria a ser um dos personagens mais notórios do ano que começava. Ao contrário do que ensinaria sua famosa canção "quem sabe faz a hora, não espera acontecer", ele não soube fazer a sua na festa. Imobilizou Millôr durante horas num canto da sala, com uma discussão meio sem sentido, e foi por isso o responsável pelo humorista ter sido, como brinca, "o único a não arranjar ninguém naquela festa". Em compensação, Millôr sente até hoje prazer em dizer: "Ele é o autor da nossa Marselhesa, o nosso autêntico hino nacional." Num canto da sala, o editor Ênio Silveira parecia se exaltar com o artista plástico Carlos Vergara. Não era preciso estar perto para adivinhar o conteúdo de uma discussão que envolvia um prócer do PC - responsável por alguns dos mais significativos lançamentos da época - líder político de sua categoria, que por suas posições radicais era chamado de

"Che Vergara". O bate-boca dos dois anunciava um antagonismo que iria se ampliar com o tempo: a discussão entre comunismo e anticomunismo de esquerda. Regada pelo legítimo e generoso scotch, a demorada troca de idéias - talvez mais de insultos do que de idéias - encerrou-se com um edificante diálogo que muitos puderam apreciar:

- Os novos tempos vão exigir muita macheza política - foi mais ou menos o que disse Vergara.

- O problema não é de mostrar os testículos, mas a em cabeça - revidou Ênio. A discussão quase inicia a primeira

briga da noite. O metabolismo ideológico da época não admitia a convivência com a incerteza. Era um tempo sem meios-tons. O dono da Civilização Brasileira fazia parte da "turma da observação" - Fernando Gasparian, José Colagrossi, Eurico Amado -, um grupo que viera de outro réveillon e ainda não se conformara com o que estava vendo. "Espantados, eles estavam completamente out do clima da festa", recorda-se Maria Clara Mariani. Não era fácil para os representantes da "burguesia nacional" assistir a tantas liberalidades, principalmente quando volta e meia a luz se apagava. Esses instantes se repetiam regularmente para que os casais se apertassem mais, se beijassem, fizessem enfim tudo o que fazem hoje à luz do dia - na praia, nos bares, na rua. Quando Ênio Silveira foi embora, cruzou na entrada com Elio Gaspari, acompanhado da artista plástica Regina as Váter. Longe ainda de ser o jornalista mais competente de sua geração, Gaspari era então um jovem repórter que acabara de fazer sua iniciação na coluna de Ibrahim Sued. Ele chegou mais ou menos às 11 horas, com a preocupação de não beber muito; não queria ficar de porre, queria ver e aproveitar todos os momentos da festa. Durante anos a lenda recolheu pedaços de conversas, se trechos de matérias, frases, para construir um brilhante e imaginário ensaio sobre o réveillon da Helô, com o título "O último baile da Ilha Fiscal". O cronista Roberto Marinho de Azevedo e a professora Heloísa sempre estiveram entre os leitores dessa obra-prima. Atrás do pseudônimo Charles Perifort, o autor da antológica peça jornalística, escondia-se Elio Gaspari. "Não escrevi esse artigo simplesmente porque não vi a festa", esclarece agora Gaspari. Apesar dos sanduíches e da água que bebeu para cortar o porre que começava, Elio sentiu de repente que ia apagar e pediu a Helô um canto para dormir. Quando acordou, a festa tinha acabado. "No dia seguinte, na praia", lembra Elio, "eu morri de vergonha: todo mundo só falava do réveillon e eu com cara de idiota." A praia era então o lugar onde se passava a limpo os acontecimentos da véspera, e onde se escolhiam as versões que seriam veiculadas dali para frente. Infelizmente, também, uma das mais cintilantes estrelas da noite ficou pouco tempo no réveillon. A "princesa", como a tratavam seus incontáveis vassallos, chegou antes da meia-noite, como se fosse uma aparição. Os cabelos louros, naturalmente escorridos, tinham-se transformado em "mil cachos", conforme

exigência que fizera ao cabeleireiro. A calça, de seda preta, fora comprada em Paris, modelo patte d'élé-hant, preso por uma fivela de strass. O collant cor de carne sob a blusa de crochê prateada, transparente, dava uma perturbadora ilusão de nudez aos seios. Naquele tempo, o corpo feminino não exibia ainda seus mistérios em público, apenas sugeria. Vivia-se apenas o começo das mutações antropológicas que se iam tornar nítidas mais adiante: a ambigüidade sexual, os cabelos masculinos mais compridos, a confusão de papéis, uma certa indiferenciação dos signos aparentes dos sexos, o declínio do macho. Maria Lúcia falou com algumas pessoas, distribuiu sorrisos, mas nem todos puderam admirá-la mais demoradamente. Pouco depois da meia-noite, sangrando, era conduzida por um amigo para a farmácia Noite e Dia, em Copacabana. Foi tudo muito rápido. A aparição dançava com a novidade daquele verão carioca, um forasteiro egípcio que, por ser também judeu, ganhou dos seus rivais um apelido retirado da incomum combinação étnica: "contradição ambulante". Dizia-se que era muito rico e contavam-se histórias mirabolantes a seu respeito. Ao certo, sabia-se que no Charles tinha uma cara estranhamente bela e um nome com rima e escondia-se aliteração, desde que pronunciado à francesa: Soli Levi. Até onde se podia ver, o par dançava como se estivesse não disputando um concurso de bom comportamento; nem de rostos colados estavam. De repente, ela avistou o marido vindo em sua direção. Estava transtornado. Sem dizer uma palavra, puxou-a pelo braço e desferiu-lhe uma bofetada - a mais sonora e indevida de uma noite que iria assistir a muitas outras. Além de sonoro e indevido, o bofetão fora sobretudo inesperado. A bela atriz e o marido, o cineasta Gustavo Dahl, formavam o primeiro "casal moderno" surgido no olimpo as versões carioca. Por "moderno", devia-se entender a disposição para experiências existenciais que poderiam incluir casos e aventuras extraconjugais. Como todos os seguidores desta princesa", de vanguarda, que procurava com um comportamento novo subverter as bases do casamento burguês, a atriz e seu diretor haviam estabelecido um pacto que previa e preservava a autonomia de cada um. Os dois se davam o direito ao que a convenção chamava de infidelidade, desde que confessada, sem mentiras e segredos. A infidelidade não deveria suprimir a lealdade, mas não deveria também incluir a paixão. Sem as noções de ciúme e de traição, valores considerados fetiches da moral burguesa, as relações amorosas apenas ganhariam em consistência e solidez; se não ganhassem, era porque estavam baseadas em laços de convenção e preconceito, logo, não valiam a pena. Essa geração iria experimentar os limites não apenas na política, mas também no comportamento.

Daí a surpresa da agressão. "Logo eles!?" - foi o que mais ou menos todo mundo comentou. Antes de saírem de casa, o marido tentara impor uma restrição: que ela não dançasse com aquele egípcio que, nos últimos meses, vinha operando uma devastação nos corações que freqüentavam a praia. Mas essa era uma

cláusula de última hora, um casuismo posterior ao verdadeiro pacto. De mais a mais, ela acabara de surpreender o marido beijando uma moça na cozinha. Mais tarde, já em 83, o belo alvo da talvez primeira bofetada do ano de 1968 transporia o incidente para o seu primeiro livro - Quem não ouve o seu papai, um dia... balança e cai -, uma deliciosa mistura de memória e ficção. Naquelas jovens cabeças revolucionárias, nem sempre ao discurso libertário correspondia uma prática liberal. Tentava-se dominar a emoção como se ela fosse um animal domesticável. O resultado costumava se apresentar carregado de contradições, como as do incidente daquela noite, Mas não seria tudo isso natural? Não era próprio das revoluções, inclusive as comportamentais, a convivência numa etapa inicial do novo que se impõe com o arcaico que resiste? O fato é que o casamento moderno da atriz com o cineasta terminou ao som daquela bofetada e nunca mais pôde ser refeito. Ficou como um marco: foi o primeiro de uma série de 17 casamentos - modernos ou não - que se desfizeram naquela noite ou em consequência dela. Essa não foi, como se disse, a única briga da festa. Houve um momento em que quase todos os presentes, de alguma maneira, apanharam ou bateram - e até hoje não sabem bem por quê. Sabe-se que a briga começou por causa de um desentendimento bobo entre o cineasta Afonso Beato e o jornalista Henrique Coutinho, com uma pequena e involuntária sobra para Luci Barreto, que dançava. Seu marido, Luís Carlos, estava no jardim quando lhe disseram qualquer coisa como: "Sua mulher está lá dentro apanhando." O primeiro safanão foi para o próprio informante. "Eu entrei no salão feito um trator, batendo em todo mundo e apanhando de todo mundo", recorda Barreto. "Não sei em quem bati, nem quem me bateu." Uma das poucas pessoas sóbrias da festa era o jovem Antônio Calmon, assistente de Gláuber Rocha. Como bebia pouco e não ousava levar maconha para um lugar daqueles, pôde ser um bom observador. O que mais o impressionou foi o comportamento de uma das suas duas acompanhantes, uma líder estudantil, da AP, organização de tendência maoísta que ainda iria dar muito trabalho. A bebida teve sobre ela um efeito liberador que atuou mais sobre a linguagem do que sobre a libido. Boa parte da festa ela passou deitada no chão, gritando sem sucesso: "Eu quero trepar! Eu quero trepar!" Essa seqüência um dia Calmon ainda põe num filme: "A briga ia até a porta, voltava, atropelava a líder da AP e a oferta continuava." Sejá estivesse em voga a citação de clichês psicanalíticos, alguém certamente catalogaria a cena como o desejo da fala suplantando o do falo. Aliás, a presença do palavrão nos teatros, nos salões, nos livros foi um dos fenômenos de 68. Ziraldo chegou a usar o marketing da raridade para lançar uma peça: "É a única peça sem palavrão do teatro brasileiro", anunciou. Ao contrário da seguinte, aquela era uma geração tagarela, como se verá num capítulo desta história. O dono da casa, por outras razões, também não bebeu: ficou o tempo todo tentando salvar o aparelho de som alugado e o seu patrimônio, sem sucesso. "A casa ficou inteiramente destruída",

lamenta até hoje Luís. Ainda bem que as cerca de mil pessoas que ele calcula terem passado por lá naquela noite, quebrando móveis e danificando a reserva ecológica da casa, a árvore, não foram suficientes para liquidar todo o uísque. Sobraram umas 100 garrafas, que foram vendidas para pagar parte da reforma geral. Às 6 da manhã, duas horas antes de a festa acabar, Luís assistiu à repetição da cena da amiga de Calmon: uma outra moça expressava idêntico desejo, deitada na grama, do lado de fora. Se não fosse o perigo de duplo sentido, podia-se dizer que ela estava reclamando de barriga cheia. A personagem era a mesma que horas antes seqüestrara Solberg, entre outros. Mais insólita do que estas cenas, só a que Marília Carneiro surpreendeu, ao abrir um grande armário, também não se sabe para quê. Dentro, um casal tentava desajeitadamente fazer alguma coisa que, só com muita dificuldade, um homem e uma mulher conseguem fazer quando escolhem um armário como cama. Mas o grande choque - antropológico, visual e sociológico - ocorreu com a entrada da atriz Florinda Bolkan, com uma minissaia vermelha que lhe cobria apenas alguns centímetros da região que se estende ao sul da cintura. A seu lado, aquela que passaria a ser nos anos seguintes uma companhia inseparável: a condessa Cicogna. Este, sim, era um casal moderno. Pelo imeditismo, a exposição pública da heterodoxa união foi um acontecimento à parte. Por incrível que possa parecer, houve tempo também para a dança. Ao som de Roberto Carlos, Beatles, Caetano, Chico, dançou-se muito. Quando o baile ameaçava desanimar, punha-se Miriam Makeba, um sucesso musical e político da época. Proibida de entrar no seu país, a África do Sul, Makeba iria casar-se naquele ano com um dos líderes do Poder Negro americano, Stokely Carmichael. O seu hit era Pata- Pata, irresistível. Quando o baile ameaçava desanimar, bastava repetir: "Sacundunga, sacundenga, auê patapata." Ao longo desses 20 anos, houve muitas hipóteses para tentar explicar aquela explosão de sexualidade, violência, prazer e ansiedade, que marcou tanto as reminiscências da época. É possível realmente que o "Réveillon da casa da Helô" tenha condensado, como uma metonímia, o país de então. Ênio Silveira acha que aquela grande libação significou "o fim de uma época e não, infelizmente, o começo de uma nova". "Foi um delírio coletivo", explica Calmon. "Todas as crises internas explodiram ali. Pessoas com problemas sexuais, como eu, que não conseguiam tranzar com isso, uniões infelizes, fantasias não realizadas, violências reprimidas, a perda na fé política, veio tudo à tona." O som, a bebida, a euforia desorientada, uma excitação meio agônica, não deixavam, porém, que se percebesse isso. Nem isso, nem o que iria ocorrer com o país. O nosso Titanic começava a sua viagem.

A viagem experimental

"Você não pode imaginar o que sofria uma pessoa como eu, que era comunista, homossexual e transava droga." (LUIS CARLOS LACERDA, Bigode)

Não por influência do que ocorreu com sua irmã Maria Lúcia, cujo casamento todos viram como terminou no réveillon, Marília algum tempo depois resolveu também se separar. Com cinco anos de análise, um marido de quem gostava e duas adoráveis filhas, mesmo assim a dona-decasa Marília Carneiro teve "curiosidade de ver na prática como era aquela vida que a gente pregava". Sua amiga Zelinda Lee chegou a adverti-la: "Você e o Mário se davam tão bem! Tenho certeza de que só estão se separando porque é moda." A moda - ou a vida que "pregava" essa geração de jovens mulheres entre 20 e 30 anos - consistia em questionar os valores institucionais que davam sustentação ao que chamavam com desdém de "casamento burguês": a monogamia, a fidelidade, o ciúme, a virgindade. Na prática, isso significava para elas deixar a confortável condição de apêndice econômico, a segurança psicológica de um lar, e partir para a arriscada aventura da experimentação existencial, que se podia traduzir na busca de uma profissão, em novas e descomprometidas relações, ou, às vezes, em um mergulho na solidão. Só isso já faria de 68 um ano marcante no destino dessa geração, que se autodenominava orgulhosamente de "pra frente". - Foi o ano mais importante de minha vida", lembra-se Marília, cuja família, "aparentemente feliz, glamourosa e endinheirada", se desmoronara completamente, a família a que se refere era a mãe, que se matou em 68, e o pai, que morrera um ano antes. Descasadas e descapitalizadas, Marília e Maria Lúcia estavam prontas para ingressar na crescente vanguarda, cujo modelo mais notório ficaria sendo, um ano depois, a atriz Leila Diniz, com uma entrevista-manifesto no Pasquim que escandalizou o país. A disposição dessas jovens mulheres era, pelo menos, não repetir o erro de suas mães. Elas não queriam ser tão infelizes quanto julgavam ter sido a geração anterior. Se os exemplares mais estabelecidos da geração tentavam subverter o casamento pela sua destruição, outros, mais novos, começavam a experimentar formas alternativas de relacionamento que não reeditassem os compromissos matrimoniais impostos pela convenção. Na noite do réveillon, enquanto na casa de Helô casais se desfaziam, um se formava num apartamento da Zona Sul do Rio. Ele tinha 14 anos incompletos, ela, 16, e iam viver sua primeira experiência sexual - os dois eram virgens. César Queirós Benjamin - Cesinha - cursava a 4ª série no Colégio de Aplicação da UFRJ, a escola secundária que formou grande parte da liderança estudantil carioca. Dessa primeira noite de amor nasceu uma relação que durou até que a Revolução os separasse, em 1971. Neste ano, e já promissor quadro revolucionário com uma folha corrida que incluía vários assaltos a bancos

e a participação no seqüestro de um embaixador, Cesinha seria mandado por sua organização - o MR-8 - para o interior da Bahia, enquanto Cláudia, a namorada, ia para o Chile. No dia 30 de agosto desse mesmo ano ele caía nas mãos da polícia. Poucos, como o precoce Cesinha, levariam a experimentação política tão longe. O que havia de comum entre o grupo de Cesinha e o da S Marílias, a Marias Claras. Marias Lúcias, Glórias, era a vontade de experimentar - uns na política, outros no comportamento. Experimentava-se em todas as áreas, quase sempre pelo simples prazer da descoberta. Quando se pergunta a Caetano Veloso o que o levou a resgatar Roberto Carlos, rei do iê-iê-iê, e, principalmente, a interpretar Coração materno, de Vicente Celestino, um monumento ao mau gosto, ele responde: "Pela curtição da descoberta em mim mesmo de poder gostar daquilo." A sua liberdade de "conhecer uma beleza que passa primeiro pelo feio" foi, aliás, uma experimentação revolucionária, que ajudou a criar um fenômeno na época: a valorização estética do kitsch. a "Foi o ano em que experimentamos todos os limites" - lembra-se Cesinha - "em que as moças começaram a tomar a pilula, que sentamos na Rio Branco, que fomos para as portas das fábricas, que redefinimos os padrões de comportamento." Parte dessa geração queria "trazer a política para o comportamento" e parte procurava levar o comportamento para a política. Um neo-existencialismo não pressentido na época convencia aquela juventude a rejeitar uma secular esquizofrenia cultural que separava política e existência, arte e vida, teoria e prática, discurso e ação, pensamento e obra. Essa talvez tenha sido a grande ruptura com a geração anterior - e uma das mais difíceis realizações de 68, principalmente para as "revolucionárias" do comportamento. Como essas jovens sabiam mais o que não queriam do que o que queriam, o seu projeto existencial acabou rejeitando e pretendendo, mais do que afirmando. Com um discurso muitas vezes ambíguo e uma ação quase sempre contraditória, buscavam a felicidade como se buscava tudo naquele momento: pela mágica da revolução. As mutações desses tempos de ruptura deveriam passar pela destruição do que viera antes - fossem tabus, resistências, preconceitos, mas também os legados da emoção. Agiam como se à vontade correspondesse sempre o desejo. Marilic e O marido, por exemplo, agiam com a maior liberdade, mas, como ela diz, guardavam "ciúmes eternos". "A teoria era uma coisa e o coração, outra. Era a ilusão de que se podia driblar a emoção." Como dizia o jornalista Telmo Martino, "a teoria era Genética a prática, fey deao". Mesmo para uma época em que tudo era considerado possível, até a conquista da Lua, dar racionalidade à emoção era ambição demais para uma geração só. Daí porque essa vanguarda, a exemplo da política, não chegou a arrebatá-las as massas na pré-história do feminismo. Mas nem por isso deixa de ser menos significativo o seu gesto, nem menos conseqüente, a longo prazo, o seu esforço. "A gente estava ensaiando para o que de fato aconteceu depois", reconhece Marília. Foi um ensaio cheio de erros e correções, mas sem o qual

não teria havido o grande avanço posterior. Como movimento político, 68 pode não ter sido, como se verá, um exemplo de eficácia; do ponto de vista do comportamento, no entanto, mesmo no Brasil, seus efeitos se fazem sentir inclusive hoje, ou pelo menos até o momento em que a AIDS passou a liderar a contra-revolução. Essas mulheres, porém, pagaram um preço por essa atitude de "vanguarda". Bonitas, inteligentes, bem-sucedidas profissionalmente, hoje em dia constatarem o que a ensaísta americana Susan Sontag descreve como a "transformação de extremismos morais e políticos em estilo de vida". A conclusão coincide com o depoimento de Maria Clara, ao dizer: "A gente inaugurou um estilo de vida e, de certa forma, ficou preso nele." Ao se separar de Sérgio Lacerda, em 68, Maria Clara tinha 27 anos e três filhos - e nenhum precedente familiar de uma atitude tão arriscada. A sua opção não passou pela teoria: "Eu não tinha nem lido o segundo sexo, mas talvez fosse uma utópica por natureza - sonhava com uma vida onde não houvesse, como disse depois Caetano, "amores servis." O projeto dessas mulheres como que excluiu, inconscientemente, a reconstrução de uma relação definitiva ou mesmo duradoura - talvez porque elas houvessem crescido muito ou os homens pouco. Um passeio pelas livrarias do país em 68, tal como fizera Caetano pelas bancas de revistas em Alegria, Alegria, não chegou a reforçar essa impressão de que a nossa revolução sexual não começou na cama, mas nas prateleiras; pela teoria, antes prática. Em cada três livros, garantia uma pesquisa, pelo menos um tratava de questões sexuais. Em março, Carmen Silva constata na revista Cláudia: "O sexo se converteu em tema de palestra, em diálogo social, em bate-papo em mesa de bar." posterior, Como O Festival de Cinema Amador, do JB, que anualmente como se verá, se realizava em novembro, era também sintomático das novas inquietações dos jovens. Em 65, quando foi criado os 40 filmes inscritos falavam, ou de miséria, ou de favelas. Em 68, os 28 selecionados, dos 47 inscritos, continham mais sexo, política e violência do que todos os apresentados nos anos anteriores. Não por acaso, era também a primeira vez, em quatro anos de festival, que a censura comparecia: para fiscalizar os novos e, com atraso, proibir o vencedor do ano anterior, Falência, de Ronaldo Duarte. Saber se os estudantes tinham ou não direito à educação sexual nas escolas era uma questão nacional. Quando foi apresentado no Congresso um projeto prevendo a obrigatoriedade do ensino a revista Realidade, sensível termômetro das tendências da época, preparou uma grande pesquisa. "É tal a importância do assunto que ninguém, independentemente de sua idade, sexo ou estado civil, pode deixar as perguntas sem resposta." As resistências retrógradas exigiam curiosos álibis pedagógicos como estratégia de avanço. Para fazer passar o seu projeto na Comissão de Justiça, a autora, deputada Júlia Steimbrück, usou como o recurso o argumento de que "os hipPies e os homossexuais existem porque não tiveram educação sexual". A questão da pílula e dos anticoncepcionais era debatida com

freqüência em revistas e jornais. O número 5 da revista Paz e Terra dedicava dez artigos ao tema da sexualidade. O escritor Norman Mailer já tinha chamado de "Revolução Sexual" a esse esforço de "fazer o sexo retornar às suas raízes mais puras, sem os mitos que resultaram em sua deformação". Nada mais discutível hoje do que essa "Revolução Sexual". Vista a distância, ela lembra mais uma explosão de vontade e intenções do que de realizações. Provavelmente, falava-se e escrevia-se mais do que se fazia sexo. Como em geral só se fala de liberdade na sua ausência, a liberação era mais aparente do que real. Na época, no entanto, muitos se assustavam com seus efeitos, embora outros não apostassem nem um pouco em seu futuro. Quando a boutique Justine, em Ipanema, resolveu lançar blusas e vestidos transparentes - que as moças começaram usando com malhas cor da pele - a revista Veja previu: "Não vai pegar. Sem sutiã não vai pegar." Em compensação, o cronista Néelson Rodrigues, um dos maiores críticos dos novos costumes, achava que as coisas tinham chegado a tal ponto que a liberdade sexual abolira o ciúme das relações amorosas. Com impagável exagero, escrevia: "O sexo só mata na manchete de O Dia e da Luta Democrática." O marido moderno, segundo ele, não só era "o primeiro a saber", como às vezes sabia "antes do pecado". O amor, depois de Freud, tinha virado doença, na cabeça de Néelson. A nudez acabara com o interesse pelo corpo feminino. O que ele chamava de nudez eram os biquínis, com cada um dos quais se poderia confeccionar hoje uns três fios dentais. O cronista escrevia: Como é triste o nu que ninguém pediu, que ninguém quer ver, que não espanta ninguém. O biquíni vai comprar grapete e o crioulo da carrocinha tem o maior tédio visual pela plástica nada misteriosa. E aí começa a expiação da nudez sem amor: a inconsolável solidão da mulher. A onda de educação sexual inspirou a Néelson algumas de suas mais deliciosas crônicas. Se na época elas irritavam pelo reacionarismo, hoje divertem pelo humor e o exagero, como aquela em que, numa hipotética reunião de pais de alunos, a madre liberada explica por que no seu colégio a educação sexual começava aos quatro anos de idade. A criança tinha que aprender que fazer sexo é tão natural "como beber um copo d'água". Afinal, como a freira argumentava, "ser prostituta é uma profissão como outra qualquer". Na verdade, as coisas eram mais complicadas do que a caricatura que delas faziam os conservadores. A pílula anticoncepcional conseguia de fato acelerar as mudanças de comportamento da mulher brasileira, mas o processo não atingia todas as classes sociais. Contra a pílula havia resistências que iam do temor natural dos seus efeitos, não de todo conhecidos, até o preconceito que via nela um instrumento de promoção da promiscuidade. Em outubro, ao dismantelar o congresso da UNE em Ibiúna, as forças policiais exibiram como troféu de guerra uma razoável quantidade de caixas de pílulas apreendidas. Como se a pílula fosse um preservativo de uso imediato como a camisinha, a polícia acreditava que a exibição provaria à opinião pública que as moças tinham

ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis. Por oposição da Igreja e por desconfiança das usuárias, a revolução da pílula custou a se popularizar. Uma pesquisa realizada no então Estado da Guanabara, entre 1965 e 67, mostrava que 76% das quatro mil mulheres ouvidas usavam todos os tipos de velhos anticoncepcionais - dos diafragmas à raspagem do útero - , menos as pílulas. Entretanto, ainda que muitas vezes escondidas nas bolsas para não serem vistas pelos pais, as pílulas funcionaram como aliadas eficazes das vanguardas femininas, mesmo que a sua importância no processo de libertação biológica tenha sido mais percebida do que o poder de subversão que elas teriam nas relações entre o homem e a mulher, inaugurando o prazer sem o risco da procriação. Carmen da Silva foi na imprensa uma competente divulgadora da Revolução Sexual, sem que a adesão ao movimento lhe tirasse o senso crítico. Sem concessões ao intelectualismo próprio da época, a colunista de Cláudia se dirigia a um amplo público de classe média - naturalmente prudente e mais conservador - com uma sensatez muito útil num momento de culto do radicalismo. Ela mostrava que as formas de pensar e exercer a sexualidade variavam não só conforme as classes sociais, mas segundo também as gerações. As mulheres de 40 anos, por exemplo, ainda estavam presas aos tabus do passado recente e a uma hipócrita santificação da maternidade, que dava ao homem o alibi de que precisava para buscar fora de casa, nos prostíbulos ou na casa das amantes, o livre exercício de sua sexualidade e de suas fantasias. Havia coisas que ele só podia fazer na rua. O dever legitimava a sexualidade dela; o direito sancionava os abusos dele. No meio desta complexidade cultural é que surgia uma geração de jovens intelectualizados, reagindo contra o tradicionalismo sexual e criando antitabus. "Em vez de realmente derrubar os mitos", lamentava Carmen, "limitam-se a virá-los do avesso." Esse antitabu tentava reduzir o sexo a uma função meramente fisiológica, como tomar um copo d'água, para usar o exemplo da freira hipotética de Néelson Rodrigues. A Revolução Sexual, na verdade, tinha trazido algumas soluções, mas criado também muitos problemas. Curiosamente, as transformações de costumes que começavam a se operar então - principalmente no campo sexual - nem sempre foram absorvidas pelas organizações políticas como um fenômeno paralelo, convergente ou aliado. A esquerda - mesmo a radical, que sonhava com a Revolução geral - olhava para aquele movimento com a impaciência de quem é interrompido em meio a uma atividade séria pela visão inoportuna de um ato obsceno. Manifestava um soberano desdém ideológico pelas travessuras comportamentais da geração de Leila Diniz. Outra matriz comportamental, a imprecável Danusa Leão, também sofria a mesma discriminação ideológica daqueles que falavam em nome do futuro, sem perceber o revolucionário pioneirismo desses modelos que já anunciavam os anos 80. Neste sentido, e infelizmente não só neste, a percepção da direita foi mais, digamos, dialética - como puderam comprovar a própria

Leila, Caetano, Gil e outros da chamada esquerda "alienada". Ao perseguir Leila pela sua conduta moral ou ao raspar os caracóis dos cabelos de Caetano na cadeia, logo depois do AI-5, a repressão ensinou à esquerda, que vaiara o compositor dois meses antes, que tinha uma visão mais ampla daquilo que podia não parecer, mas era também subversão. Portanto, não é de estranhar que muitas "revolucionárias" de então vivessem uma ambigüidade que a distância pode injustamente parecer cínica. Marília se lembra do conselho de sua companheira de vanguarda Heloísa Buarque: "A gente tem que fingir que dá para os caras, mas a gente não tem que dar para os caras." Num tempo em que era moda brincar com fogo, a lição de sábia prudência ensinava como não se queimar: estar bem com seu tempo sem precisar violentar aquelas camadas que a emoção, a tradição e a cultura haviam depositado no interior de cada uma delas. Para um Partido Comunista como o nosso, que ainda na década de 50 promovia nas suas bases casamentos reparadores entre militantes que ousassem dar um "mau passo" - exatamente como o faziam alguns pais retrógrados, aderir aos novos costumes era um inaceitável desvio ideológico. As mudanças de comportamento não eram recebidas como sinais de avanço, mas de retrocesso. Eram sintomas de decadência da burguesia. A idéia de proletariado estava associada à idéia de pureza moral. Leandro Konder, um quadro crítico e moderno do Partido Comunista Brasileiro, do qual saiu, aliás, muito por isso, gosta de lembrar a história de Gregório Bezerra para ilustrar as "camadas arcaicas na consciência de velhos revolucionários". Bezerra era uma lenda dentro do PC, para o qual entrou como camponês e do qual nunca saiu até a morte, em 1983, aos 83 anos. Tinha de bravura o que lhe faltava em malícia. Era um puro. Um dia lhe apresentaram a questão do homossexualismo, pedindo sua opinião. Alguém, para provocá-lo, fingiu que propunha a sério: - Eu acho que se devia mandar esses viados todos para um campo de trabalhos forçados, para se recuperarem, ou então para a cadeia. Bezerra, claro, não entendeu a brincadeira e ficou indignado: - Não, cadeia, não. A gente devia botar num hospital, para tratamento. O próprio Bezerra, cinco anos antes, vivera um incidente que ilustra o clima moral vigente no Partidão. Em 63, a 37 hoje economista Liana Aureliano foi eleita delegada a congresso do PC e em seguida vetada por duas bases no Recife porque não era virgem. Quando soube disso, Gregório Bezerra irritou-se, solidário: - Pode deixar, minha filha, que eu vou lá botar podres deles também pra fora. Pelo menos na sua velha cabeça de camponês preconceito não convivia com a hipocrisia. Mas mesmo as organizações mais revolucionária aquelas que queriam mudar radicalmente a sociedade surpreendiam pela rigidez calvinista do seu código moral. Emiliano José e Oldack Miranda contam, no seu livro Lamarca, o capitão da guerrilha, as dificuldades que o líder guerrilheiro enfrentou dentro da organização, em plena luta armada dos anos 70, para assumir o grande amor de sua vida, a guerrilheira Iara. Iara não tinha muito a

ver com suas colegas de militância. Além de bonita, loura, alta, olhos claros e um sorriso aberto, era muito vaidosa. Cuidava do corpo talvez com o mesmo zelo com que cuidava do fuzil. "Não se enquadrava exatamente no que chamavam moral "proletária," contam Emiliano e Oldack "Sexualmente continuava independente, não pedia licença a ninguém para amar. Dentro da VPR era uma mulher "comentada", vaidosa e transeira, segundo os ortodoxos padrões predominantes." Lamarca enviara a mulher, Maria Pavan, e os dois filhos a Cuba, para preservá-los da repressão. Em cinco anos a Revolução triunfaria, ele acreditava, e tudo voltaria ao normal. O aparecimento de Iara inundou a sua vida de paixão e de culpa. "Ele se martirizava com isso", relatam os autores de sua melhor biografia. Lamarca se perguntava "Não seria sacanagem? Mandar a mulher para longe depois arranjar outra..." A retrógrada moral da organização chegava ao ponto de se preocupar "com o que a repressão vai dizer": certamente iriam acusá-lo de, além de traidor do Exército, ser também traidor da esposa. A intolerância da esquerda, de todas as esquerdas, era ainda maior quando essas liberalidades de costumes ameaçavam tabus como a prática do homossexualismo ou experimentação de drogas. Fernando Gabeira, que viria a ser um especialista no tema, acredita que a própria concepção de revolução e um certo conteúdo religioso da prática política foram responsáveis pelas resistências aos avanços nesse campo: "Pensavase que com a mudança da sociedade todos os problemas seriam resolvidos." Enquanto isso, permanecia "o conflito entre o pessoal e o coletivo". Segundo ele, não era fácil admitir, nos grupos armados, que os problemas pessoais pudessem ser problemas políticos. Alguns pioneiros de 68 tiveram que enfrentar as mais severas discriminações por parte das nossas elites pré-revolucionárias, sobretudo quando aliavam à militância política a prática do homossexualismo. Se às duas ainda associavam o uso de drogas, viravam então seres politicamente desprezíveis. Quando se recorda o escândalo que já no início dos anos 80 o próprio Gabeira provocou, tentando atualizar a moral comunista - "aquela bicha da tanga lilás", como a ele se referiam algumas das melhores cabeças esquerdistas -, podese ter uma vaga idéia do que passaram os precursores. "Você não pode imaginar o que sofria uma pessoa como eu que era comunista, homossexual e transava droga", lembra-se Luís Carlos Lacerda. Com 22 anos em 68, Bigode era de fato um intrépido vanguardista. Filho de pai comunista e militante do PC desde a adolescência, ele tivera aos 16 anos um caso de amor com o escritor Lúcio Cardoso sobre quem fez o seu documentário de estréia, O enfeitado, em 68, ano aliás em que morreu o romancista. Lúcio, excelente escritor, era um maldito para as esquerdas. Além de homossexual, era católico; além de católico, escrevia romances de introspecção psicológica, quando se exigiam romances sociais. Se não bastasse, era anticomunista. "Esses comunistas não estão com nada", costumava dizer. Um ano após essa experiência homossexual, Bigode provou o

seu primeiro cigarro de maconha, um hábito então só reservado aos marginais de baixa extração social. Ele achava que podia ser ao mesmo tempo comunista, homossexual e consumidor de droga, por que não? "Eu não me conformava em transar essas coisas de maneira clandestina, eu não tinha noção de pecado." O problema é que o PC tinha, e ele acabou tendo que abandonar a base na qual militava. Uma de suas decepções foi reveladora da hipocrisia e do moralismo que o cercavam. Um dia ele chegou em casa com um livro de poemas prefaciado por Walmir Ayala. Estava lá um dirigente do PC, amigo de seu pai, que se interessou em dar uma olhada. Pegou o livro, folheou, viu logo a assinatura do prefácio e disparou um inflamado discurso. Que todo cuidado fosse pouco com esses elementos dissolutos típicos do capitalismo decadente. Isso mesmo: o homossexualismo era uma doença da burguesia. Evidentemente, ele queria chamar a atenção do pai para as más companhias do jovem filho. Bigode ficou enfurecido, mas não disse nada. A forra viria por acaso. Alguns anos depois, estando na casa do autor do prefácio, eis quem chega? O autor do discurso indignado. "Tudo mentira, que hipócrita!", pensou Bigode, mas outra vez não disse nada. Só que naquele momento resolveu transformar a sua revolta num impiedoso e bem-sucedido plano de sedução - que lhe deu, depois, o prazer de tripudiar sobre sua conquista: "Que tal a doença da burguesia?" Na época, o futuro diretor de Leila Diniz era assistente de Néelson Pereira dos Santos, com quem trabalhara no ano anterior em Fome de amor, rodado em Angra dos Reis. Lançado em 68, o filme não foi bem recebido e muitos, inclusive Gláuber Rocha, atribuíram seus desacertos à "equipe de drogados". Na verdade, o único drogado era Bigode, segundo quem a esquerda atribuía todos os males às drogas. "Em Angra, eu fumava escondido até do Arduíno Colasanti, que depois virou guru das drogas." Bigode, como assistente de Néelson, e Antônio Calmon, como assistente de Gláuber, desmentiriam, se fosse preciso, a crença muito divulgada pela repressão de que os jovens de então eram manipulados pelos mais velhos. Esses dois discípulos, rebeldes à orientação comportamental dos maiores monstros sagrados do cinema brasileiro, empunharam bandeiras próprias e chegaram até a tentar "desencaminhar" seus mestres, convencendo-os de que deveriam, pelo menos uma vez, "como experiência", provar drogas. "Eu tinha essa coisa militante, achava que tinha que aplicar às pessoas", confessa Bigode. "Quem apresentou maconha para o Néelson fui eu. Eu achava que era um ato ideológico, que a Revolução ia se dar por aí." Aos 23 anos, Antônio Calmon era mais do que um simples assistente de direção de Gláuber Rocha - era uma espécie de filho espiritual a quem um pai protestante e moralista paternalizava e cujas ações reprimia, com a rigidez e severidade de quem usava a palavra homossexual como xingamento e acreditava que as drogas eram o resultado de uma diabólica operação da CIA para corromper a juventude do Terceiro Mundo. Durante muito tempo Calmon se divertiu com essa teoria conspiratória do seu guru. Em 64,

ainda garoto, quando fez sua primeira experiência com droga, ele sofreu o que chama de "um ritual de aplicação de maconha, inclusive com livrinhos para colorir". Os seus iniciadores eram uns americanos estranhos que desembarcaram aqui no início dos anos 60. Muito tempo depois, alguém encontrou o grupo na Califórnia, numa seita de magia negra de extrema-direita. Para os que gostavam de atribuir a Gláuber poderes de profeta, a história servia para confirmar mais essa profecia: a de que a entrada das drogas nos meios intelectuais brasileiros era obra da CIA. Com uma militância política que vinha de seus tempos do Colégio de Aplicação, Calmon participava de assembleias e passeatas, mas em 68 estava meio desiludido: "Eu tinha perdido a fé na política." Por isso, quando Gláuber o chamou para ir para a Bahia trabalhar no Dragão da maldade contra o santo guerreiro, ele aceitou logo. "Fizemos uma viagem linda. Eu e o Rogério Duarte fumando e o Gláuber lendo Os sertões." Ao chegarem a Salvador, encontraram a notícia de que Vladimir Palmeira estava preso. "Gláuber ficou enfurecido e foi à casa de Jorge Amado", conta Calmon, que foi com ele. Entre outras, Gláuber tinha essa qualidade: achava sempre que devia fazer alguma coisa por alguém. A sua onipotência o levava a agir - fosse para arranjar um emprego para um amigo em dificuldade, fosse para tentar soltar alguém, ou para protestar na rua contra a ditadura. Jorge Amado, velho militante comunista, nada podia fazer. "Eu já passei por tudo isso", disse, "agora é a vez de vocês." Gláuber partiu então com seus companheiros para Milagres. "Um dia eu estava sozinho na beira da estrada, fumando", recorda Calmon. "Ele chegou e pediu: -deixa eu experimentar essa porra'. E sumiu." Calmon ficou imaginando o que seria a cabeça já naturalmente delirante de um gênio como Gláuber em contato com a maconha. Que visões! que idéias! que planos! Seria certamente uma viagem inesquecível. De repente, Gláuber apareceu. Calmon deu um pulo: - E aí, Gláuber? Sublinhando cada palavra como se elas o tivessem conduzido ao nirvana, o genial criador de Deus e o diabo na terra do sol respondeu: -Bati uma punheta!! A tão esperada viagem do mais revolucionário cineasta brasileiro não o levou além do alcance da mão.

Perdidas gerações

"Nós estávamos dispostos a morrer e morreremos." (CÉSAR QUEIRÓS BENJAMIN, Cesinha)

Simone de Beauvoir escreveu que em setembro de 1944 ter 20 ou 25 anos em Paris era um golpe de sorte: "Todos os caminhos estavam abertos." Como tinha então 36 e Sartre 39 anos, a observação deixa escapar uma compreensível insinuação de inveja: "Jornalistas, escritores, cineastas nascentes discutiam, faziam planos, tomavam decisões com tal paixão, como se o futuro só dependesse deles." Em maio de 68, seus olhos já sexagenários puderam se espantar de novo vendo um fenômeno parecido, muito mais ampliado, na mesma Paris. Os jovens de 20 ou 25 anos não se contentavam mais em se apossar do futuro. Com igual paixão, e gestos mais decididos do que os dos seus predecessores do pós-guerra, eles queriam dominar o presente, e não só na França. Movida por uma até hoje misteriosa sintonia de inquietação e anseios, a juventude de todo o mundo parecia iniciar uma revolução planetária. No Brasil, o chamado Poder Jovem ensaiava igualmente a sua tomada de poder e perseguia a sua utopia. Também aqui, em 68, ter menos de 30 anos era por si só um atributo, um valor, não uma contingência etária. Algumas evidências contribuíam para isso. Pelé, aos 28 anos, bicampeão mundial, preparava-se para o tri e já era o maior jogador do mundo; Gláuber Rocha, com 29 anos, já conquistara a admiração internacional com pelo menos dois filmes: Deus e o diabo na terra do sol e Terra em transe; Chico Buarque e Caetano Veloso, se parassem de compor aos 24 e 26 anos, entrariam mesmo assim em qualquer antologia de música popular brasileira; Roberto Carlos tinha 25 anos e já era rei; Elis Regina e Gal tinham 23 anos; Nara Leão, 26; Maria Bethânia, 22. Além deles, um grupo de quase-garotos de nomes desconhecidos - Vladimir, Travassos, Muniz, Franklin, Jean-Marc, José Dirceu - iria em breve virar o país pelo avesso. Eles assustavam a ditadura, sonhavam com muitos Vietnams no mundo, acreditavam que a imaginação ia tomar o poder e amavam a Revolução. A avidez se justificava: eles tinham sido politicamente castrados na adolescência. Quando os militares deram o golpe em abril de 64, abortaram uma geração cheia de promessas e esperanças. A esquerda, como acreditava Luís Carlos Prestes então, não estava no governo, mas já estava no poder. As reformas de base de João Goulart iriam expulsar o subdesenvolvimento e a cultura popular iria conscientizar o povo. "Os intelectuais olhavam no olho a tragédia do seu país", lembraria mais tarde Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha, um dos mais combativos artistas desses tempos. Onipotente, generosa, megalômana, a cultura pré 64 alimentou a ilusão de que tudo dependia mais ou menos de sua ação: ela não só conscientizaria o povo como transformaria a sociedade, ajudando a acabar com as injustiças

sociais. - Essa ilusão terminou em 64; a inocência, em 68. No livro *Imagens da revolução*, um exaustivo levantamento sobre as organizações de esquerda que militaram entre 1961 e 1971, Daniel Aarão Filho escrevem: A derrota de 64 não destruiu apenas esquemas, sonhos e partido. Cortou carreiras políticas, interrompeu projetos de vida. A grande massa dos que militavam antes de 64 quedou-se perplexa, desorientada (...). Os que haviam começado em 1963, 1964, viram-se subitamente com responsabilidade de direção. Nas organizações e partidos da Nova Esquerda a média de idade beirava frequentemente os 20, 22 anos. os que tinham 25 anos eram considerados veteranos. Os depoimentos sobre a época estão carregados de justos ressentimentos em relação àquele passado traumático. Um dos principais representantes da ala política da geração 68, o líder estudantil Vladimir Palmeira, tinha 18 anos em 64 e militava desde os 16. Ele faz parte da "geração cheia de transição e de ruptura", como a classifica. Temos um pouco da ruptura de 64 com a gente e um pouco dos anos 80 ou dos anos 90. Como derrotados de 64, fomos os últimos a adotar certos modelos de ação, de luta, de comportamento social, e ao mesmo tempo projetamos o comportamento dos anos 80. Apesar de ter marcado a vida do país e de ter antecipado idéias e comportamentos, essa geração não conseguiu chegar ao poder como, jovem, a de Fidel Castro chegou. "Ela é a um só tempo gloriosa e angustiada", segundo dizia Vladimir: "Fomos presos, torturados, mortos, exilados, e não conseguimos chegar a lugar nenhum." O hoje deputado pelo PT costuma lembrar, como triste ironia da História, a premonição de Carlos Lacerda há 20 anos. Dizia o então fundador da Frente Ampla, prevendo o longo período de ditadura e transição que o país ia viver: "Infelizmente, o próximo Presidente da República eleito pelo povo vai ser da geração de Vladimir." Vladimir acha graça na previsão e pensa em Lula: "Hoje eu apóio um candidato à Presidência da República que tem exatamente a minha idade e em 68 era reacionário." Um representante da "ala psicodélica" da geração, o cineasta Antônio Calmon - aquele que se viu aplicando maconha em Gláuber -, fornece um curioso exemplo de trajetória. Militante político precoce, começou no catolicismo - "deixei por causa da masturbação", chegou ao existencialismo sartreano, passou pelos beats e terminou na política. O golpe de 64 levou-o ao caminho inverso. "Eu regredi: voltei para os beats e daí para os hipies." Em quase todos os casos, uma constante revolta contra os pais ou a rejeição da família. De tal maneira que muitos, como Calmon, reduzem os questionamentos da época a um "problema familiar, freudiano". Essa ocorrência, aliás, não parece ter sido um fato isolado, como constata Vladimir: "Aquele rapaziada de 68 rompeu com a estrutura repressiva do pai, da mãe, da família, que tradicionalmente absorvia a rebeldia do filho e o colocava no bom caminho." Tudo isso explica por que um dos traços dessa geração foi uma desconfiança que, misturada a uma febril exaltação com o aqui e o agora, produzia uma original síntese de desprezo ao passado e

impaciência com o futuro. Em 68, um velho de 76 anos entendia o fenômeno e exultava com ele. Para uma geração que não confiava em ninguém com mais de 30 anos essa adesão entusiasmada era quase uma ironia. Como confiar em alguém com mais de duas vezes 30 anos? Alceu Amoroso Lima foi, se essa geração se preocupasse com isso na época, o grande avalista do que chamava de "Revolução etária", um fenômeno que, segundo ele, era novo na história da humanidade: "Talvez só tenha paralelo com a famosa croisade des enjants." Naquele e nos anos seguintes, terríveis, insuportáveis, o doutor Alceu foi um monumento intelectual à bravura. A ele, ficou-se devendo alguns dos mais destemidos gestos daqueles tempos. Entre as várias polêmicas que provocou nas gerações anteriores o Poder Jovem ajudou também a aprofundar a divisão entre Amoroso Lima e seu ex-amigo Gustavo Corção. Separados pela religião, os dois líderes católicos, o primeiro "progressista", e o segundo "reacionário", para usar duas categorias com o sentido da época, morreram sem se entender a respeito dos jovens. Sobre a "revolução" tão exaltada por Alceu, o seu colega de 72 anos tinha evidentemente outra interpretação: "É a gratuidade, a falta de motivações e de objetivos, a falta de responsabilidade." A antena reacionária então mais visível, o cronista Néelson Rodrigues, transformava a sua implicância com a hegemonia dos jovens numa cruzada que não deixava de ser engraçada, principalmente depois que a categoria "jovem" virou marketing para tudo - de refrigerantes a idéias. Uma simples e retórica declaração de Cacilda Becker, dizendo que "o mundo é dos jovens", podia inspirar o humor do cronista: "A gloriosa atriz dá o mundo, de graça, de mão beijada." Num momento em que a juventude era um valor em si, inquestionável, Néelson tinha a coragem de um achado para relativizar a idade como virtude: "De vez em quando, isto é, de quatro em quatro séculos, aparece um Rimbaud." Na cabeça de Néelson, os jovens politizados se misturavam com uma outra categoria alvo de seu obsessivo reacionarismo: a "esquerda festiva". Essa juventude intelectualizada, segundo ele, vivia bebendo nos bares de esquerda da moda; sim, porque os bares, tanto quanto as pessoas, podiam ser de esquerda: Antonio's, Degrau, Jangadeiros, imeno e Zeppelin, Pizzaiollo, Varanda. "Como bebem as esquerdas! "sem o Antonio's, o esquerdista não estará completa e definitivamente equipado." mais de "Esquerda festiva" era uma expressão inventada pelo colunista Carlos Leonam em 63, durante a primeira grande festa que Jaguar organizou. O falecido ministro San Thiago Dantas acabara de decidir que havia duas esquerdas: "A -" esquerda positiva e a esquerda negativa." Leonam, um atento cronista do comportamento carioca, estava dançando quando teve a idéia. Correu para a mesa de Ziraldo e Disse: "Tem outra esquerda, é a esquerda festiva." No dia seguinte, ele noticiava sua descoberta na coluna que mantinha no Jornal do Brasil. Estava inaugurada uma expressão que teria presença assegurada no léxico e no espectro ideológico da política nacional. "A esquerda festiva começou mesmo a ser realidade depois

de 64", acredita o poeta ílicos, o Ferreira Gullar, um membro assumido do grupo. "A esquerda recorreu então à festa como uma forma de se manter, de ir adiante, de não morrer, de resistir." Naqueles tempos, o trecho entre Ipanema e começo do Leblon tinha a reputação de pedaço mais inteligente eboêmio do Brasil. Personagens mitológicos como Vinicius de Moraes, Tom Jobim, Carlinhos Oliveira, Chico Buarque podiam ser encontrados ali com a mesma frequência com que outros, mais folclóricos, ou estavam ali, ou nos Chopinics, quadrinhos que Jaguar publicava diariamente no JB. Eram tipos que o talento do cartunista transformou protótipos da angústia existencial de uma geração - a Becker, fossa, como se dizia - ou da curtidão - como ainda não se dizia: os Hugo (Bidet e Carvan a), o Paulo Goes, o Paulo de Garcez, a Márcia, a Duda. O repórter Antônio Teixeira Júnior fez em 68, na revista Fatos e Fotos, uma divertida caricatura da "esquerda festiva": Em geral, ela usa minissaia e eles têm barba, só usam calça Lee e camisa de marinheiro, embora detestem os militares e os americanos, esses imperialistas. São insatisfeitos, rebeldes, do contra, auto-suficientes e autores de frases que não raro pertencem a Sartre ou Jean-Luc Godard. A leitura dos textos da época revela o quanto o tema "jovens" apaixonou e dividiu os cronistas do cotidiano. Um deles, José Carlos Oliveira, escolheu a geração de 68 para motivo de algumas de suas mais comovidas crônicas. Carlinhos Oliveira tinha 34 anos e escrevia para o Caderno B do Jornal do Brasil. Talvez mais do que qualquer cientista social, ele intuiu que naquele momento o governo estava empurrando irreversivelmente para a margem o seu futuro: "Aqueles jovens inconformados, rebeldes, impacientes, incompreendidos." Boêmio, que iria morrer de pancreatite crônica grande parte da vida ele a passou em bares, onde escrevia suas crônicas -, Carlinhos tinha no entanto uma aguda percepção da realidade social. Sabia, por exemplo, que aquela tribo estava formando uma cultura, com linguagem, ideologia, ritos, hierarquia e objetivos próprios. Por isto, lamentava com antecedência: "Que belo material humano estamos jogando fora. Na clandestinidade. É com essa matéria-prima que se faz uma nação." Só o governo não via o que o cronista já denunciava. A própria CIA, que evidentemente não enviou seus agentes aqui para fazer a apologia dos jovens, analisava a situação com uma sensibilidade de envergonhar os nossos dirigentes. Num de seus Boletins Semanais secretos da época, a agência americana constata no "Relatório especial" intitulado Os inquietos estudantes brasileiros : Os grandes partidos políticos brasileiros nunca tiveram seções estudantis fortes capazes de dar um caminho legal ao entusiasmo político dos jovens. Num dia de agosto, o JB estampou na primeira página a foto de uma cena então rara e chocante: uma quadrilha de assaltantes de táxi formada por garotos de 12 a 17 anos. "Garrincha", o mais novo, aparecia de tarja nos olhos e um cigarro de maconha na boca. O Rio era uma cidade cujas ocorrências policiais nos fazem morrer de inveja hoje: quatro assaltos por dia, três carros roubados, sete

acidentes de tráfego. Inusitada, a foto do bando de "Garrincha" inspirou uma crônica a Carlinhos, que, lida 20 anos depois, parece um remoto prefácio ao nosso apocalipse urbano: Todos os dados indicam que fracassamos. Não temos futuro algum para oferecer às nossas crianças. Os garotos ricos - em minoria, é verdade, mas a minoria que vale, aquela que faz barulho - querem outra coisa, outra sociedade, outro regime. Os garotos pobres precisam apenas de uma pistola e de um cigarro de maconha. O mais impressionante é que, rebelde, anárquico, contraditório, Carlinhos era um "alienado". Ele próprio, nessa crônica, confessa que não chega nem a ser "contra o atual governo federal". O seu grito de alerta era tanto mais significativo quanto não está comprometido por nenhuma motivação ideológica ou opositorista. É como profeta que ele fala dos ainda iniciantes jovens delinquentes: Só pensaremos neles daqui a 20 anos, daqui a 50 anos, quando eles forem numerosos como ratos e agressivos como ratanzas bloqueadas pelo perigo. José Carlos Oliveira morreu em 1986, deixando, entre outros, um romance, Terror e êxtase, de 1978, que é a história de uma garotinha rica que se apaixona por seu seqüestrador, 1001, um bandido preto e desdentado. Pouco tempo depois, como se sabe, esses personagens deixaram o livro para freqüentar as nossas ruas e cadeias. Como previra Carlinhos, os vários governos da ditadura fizeram o possível para marginalizar as duas gerações, empurrando uma para a clandestinidade e ajudando a outra a permanecer na delinquência. A diferença é que, embora sofrida e marcada, a chamada geração de 68 se salvou, quando nada como exemplo de entrega e como lição para outras gerações. Na realidade, como diz Cesinha, lembrando o tempo em que tinha 14 anos, "nossa vida como um todo estava disponível para aquele projeto." Segundo ele, a "exigência integradora" que procurou articular sonho e vida perdeu-se, seja na música, seja na política. Ao contrário do rock dos Rolling Stones, de Jimmy Hendrix ou de Janis Joplin, ele observa com razão que o rock atual não vive mais a sua música, assim como a esquerda não vive mais o seu projeto. Ninguém melhor do que Cesinha para fazer essa crítica. Como se viu no capítulo anterior, ele foi preso em 1971. E na prisão passaria mais de cinco anos, dos quais três e meio numa solitária, com direito a apenas uma visita semanal do pai, da mãe e do irmão Leo - dez minutos para cada um. Como atividade, só lhe permitiam trabalhos manuais. Um dia, na altura do terceiro ano de isolamento, Cesinha confeccionou uma capa de livro em couro preto, com o desenho de um pássaro amarelo solto no infinito. Sua mãe, Iramaia, uma precursora das "locas de la Plaza de Maio", temendo que a solidão o estivesse enlouquecendo, levou o trabalho para o psicanalista Hélio Pellegrino examinar. Pouco antes de morrer, Pellegrino ainda se surpreendia com a saúde mental de Cesinha: "Apesar dos sofrimentos, das violências, do isolamento, ele estava mentalmente mais sã do que nós. Que cabeça!" A saga de César Queirós Benjamin iria continuar. Em fevereiro de 76, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, ordenou a sua

libertação. Mas só em agosto, depois de uma memorável campanha liderada pelo Comitê de Anistia, OAB, ABI, o advogado de Cesinha recebeu um telefonema do Procurador-Geral da República, convidando-o a ir a Brasília para tomar conhecimento de que o presidente Ernesto Geisel decidira "não dar um mártir para a oposição". Isso significava que, diante das informações de que agentes do CENIMAR ameaçavam seqüestrar o preso, se ele fosse solto, a Polícia Federal armaria uma operação, por ordem presidencial, para retirá-lo e depositá-lo dentro de um avião. Assim, sem pisar o solo do aeroporto, César Queirós Benjamin foi levado para a Suécia. Por isto, quando ele diz o que diz, ninguém ousa acusar a frase de retórica: "Nós estávamos dispostos a morrer e morreremos." Muitas idéias na cabeça "Vê se descobre um escritor marxista que acabou de morrer, um pensador que esteja lançando algum livro, enfim, arranja um "gancho", porra." (PAULO FRANCIS para HÉLIO PELLEGRINO) A geração de 68 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil - pelo menos no sentido em que seu aprendizado intelectual e sua percepção estética foram forjados pela leitura. Foi criada lendo, pode-se dizer, mais do que vendo. As moças e rapazes de então já começavam a preferir o cinema e o rock, mas as suas cabeças tinham sido feitas basicamente pelos livros. O filósofo José Américo Pessanha prefere chamá-la de "a última geração loquaz", em que "uma formação altamente literatizada lhe deu o gosto da palavra argumentativa". Da palavra argumentativa e do palavrão, que foi na época a expressão mais escandalosa da, digamos, "revolução verbal". O palavrão, claro, não foi inventado em 68, mas neste ano ele deixou de ser nome feio e passou a freqüentar as mais jovens e delicadas bocas, em todos os lugares. Néelson Rodrigues lamentava não conhecer "O Padre Ávila, ou outro sociólogo, ou quem sabe um psicanalista", para perguntar: "Há ou não, por todo o Brasil, a doença infantil do palavrão?" Segundo ele, se retirassem os palavrões do Rei da vela, por exemplo, a peça "não ficaria de pé cinco minutos". Estudando os jovens que se formaram depois - A geração AI-5 -, o sociólogo Luciano Martins constatou um fenômeno inverso: estes são talvez por reação, de poucas palavras. Luciano notou que a "desarticulação do discurso" foi - ao lado do culto da droga e do modismo psicanalítico - uma das características dos jovens de classe média urbana que, do final de 68 até 75, ficaram expostos à "cultura autoritária". Foi a geração da linguagem indeterminada, "unidimensional". Em 68 já havia um rádio quantitativamente poderoso e uma televisão em preto e branco razoavelmente diversificada - com uma meia dezena de canais entre o Rio e São Paulo -, mas a TV estava longe de vir a ser o que é. Era ainda, como a definia Stanislaw Ponte Preta, "a máquina de fazer doido". Ou, como diria o Pasquim no ano seguinte, "um mundo onde não havia vida inteligente". É verdade que um dos principais acontecimentos culturais do ano - os festivais de música - deve grande parte do seu sucesso à televisão: à Excelsior, à Record, à Tupi e mesmo à incipiente

Globo. Mas a televisão nesses casos entrava como mero veículo de cobertura. Os festivais - da mesma maneira que os programas de humor e o telejornalismo - eram transposições do rádio. não tinham uma linguagem própria, como a do jornalismo e a da telenovela hoje. A não ser em momentos excepcionais, quando transmitia eventos como estes a TV não concorria culturalmente, nem com o cinema, nem com o teatro - e nem tinha prestígio intelectual para, como mídia, exercer alguma influência nos rebeldes jovens de 68. Mesmo o telejornalismo era de uma precariedade inimaginável. Quando a Rainha Elizabeth da Inglaterra esteve no Brasil em novembro, uma visita que mobilizou o país, a revista *Veja* escreveu: "A Rainha sorriu, falou, acenou, trocou de vestidos, chapéus e jóias. Até cavalgou. Um show de notícias. Mas quem esperou pelas reportagens da TV não viu quase nada." Se a geração de 68 teve uma mídia preferencial, esta, oscilava entre a música e o cinema. Os ídolos da juventude da época não eram televisivos, mas musicais. ainda que ajudados pela TV: Roberto Carlos, para os alienados: Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, para a faixa participante; e, vindo avassaladoramente de fora, os Beatles. O cinema já fornecia mitos como Gláuber Rocha e um Jean-Luc Godard, mas de consumo restrito, não ultrapassando o âmbito da "Geração Paissandu", isto é, da vanguarda intelectual. A atriz Dina Sfat já se surpreendia com a onda de cineastas amadores: "Antes, os rapazes vinham da solidão com poemas no bolso; hoje, trazem uma câmera de filmar." Quando um cineasta de 15 anos, Bruno Barreto, inscreveu-se no IV Festival JB o crítico da revista, *Realidade* comentou: "Houve um tempo em que os adolescentes escreviam poemas." Mais do que indústria, porém, muito mais do que divertimento ou fenômeno de consumo, o cinema era, para a São jovem vanguarda que o fazia e que o consumia, uma aventura experimental de linguagem e de ação política. O Cinema Novo já tinha realizado no ano anterior a sua primeira grande produção em cores, *Garota de Ipanema*, de Leon Hirszman, e diretores como Joaquim Pedro, Cacá Diegues e o próprio Gláuber completavam em 68 suas primeiras "superproduções": *Macunaíma*, *Os herdeiros* e *Dragão da maldade*. Depois de ganhar vários prêmios internacionais, o nosso cinema ia tentar ganhar o público interno, porque o já conquistado, estava mais interessado no que de preferência não entendia. O poder de comunicação era uma desprezível "facilidade". A transgressão era tida como um estágio superior da percepção e a medida de excelência de uma obra era dada pela taxa de virulência formal que continha. Não por acaso o culmt moviee do ano foi *A chinesa*, de Godard. Um exemplo do maniqueísmo de gosto da época foi dado recentemente por Susan Sontag, durante uma entrevista. Depois de se declarar "condenada a falar sempre dos anos 60 como um fonógrafo quebrado", ela acabou se comportando como se fosse uma daquelas freqüentadoras "A do bar ao lado do Cine Paissandu em 68. Quando o entrevistador ousou comparar dois filmes, ela o interrompeu com a intolerância típica dos anos 60: - Não posso

discutir com um entrevistador que na mesma frase junta A primeira noite de um homem e A chinesa, uma obra-prima. As manifestações dos estudantes brasileiros tinham uma comunicação visual pobre. Um dos primeiros a se preocupar com isso talvez tenha sido Fernando Gabeira: articulado com os alunos da Escola Superior de Desenho Industrial, à qual, aliás, não pertencia, ele procurava elevar o nível estético das mensagens. Eram raros os cartazes criativos como o concretista luto luta, que, sob a inspiração do poeta e professor Décio Pignatari, seus alunos da ESDI fizeram para o enterro do estudante Édson Luis, assassinado pela PM em março. Foi também nessa passeata que apareceu o polêmico cartaz "Muerte", que Néelson Rodrigues interpretou como sinal de "infiltração estrangeira". Não se tratava evidentemente disso. O objetivo da autora a jovem estudante de design Ana Luísa Escorel, era o mesmo que levou Capinam, Torquato Neto e Gil a criar o Soy loco por ti América, em portunhol: promover a simbólica integração da América Latina. Na verdade, a geração de 68 teve com a linguagem escrita uma cumplicidade que a televisão não permitiria depois. O boom editorial do ano indica um tipo de demanda que passava por algumas inevitáveis futilidades. mas se detinha de maneira especial em livros de densas idéias e em refinadas obras de ficção. Nas listas de best sellers, convivem nomes como Marx, Mao, Guevara. Débray, Lukács, Gramsci, James Joyce, Herman Hesse, Norman Mail e, claro Marcuse. A Civilização Brasileira, investindo na qualidade, era capaz de audácias como o lançamento de O capital - Em edição integral e pela primeira vez em língua portuguesa - e de Ulysses, de James Joyce, numa portentosa tradução de Antônio Houaiss. A editora não temia, além disso, alternar um pacote de quatro Norman Mailer com a memorável trilogia sobre Trotsky, de Isaac Deutscher. Até o imbatível general das tropas do Vietnam do Norte, Vo Nguyen Giap, obtinha surpreendentes vitórias no território dos mais vendidos aqui. Seu livro O Vietnam segundo Giap esgotou duas edições em dez dias. Lia-se como hoje se vê televisão. Uma das manias do ano era a "leitura dinâmica", um revolucionário método que, dizia a propaganda, ensinava a decuplicar a velocidade da leitura. "Leia 2 mil palavras por minuto", prometia o anúncio, citando leitores como Juscelino Kubitschek e Abreu Sodré, dois alunos brilhantes, mais ou menos como o fora, nos Estados Unidos, John Kennedy. Em outubro, Realidade publicava uma reportagem com o título "Os best sellers de Deus", sobre lançamentos tratando das novas posições da Igreja, um dos hits da época. Quando se constata que, ao lado desses, os livros sobre sexo representavam um terço dos lançamentos, pode-se ter uma idéia da pluralidade do consumo. Os pensadores de esquerda tinham a preferência do " público jovem universitário. Havia um interesse especial por aquelas obras que, de uma maneira ou de outra, traziam uma contribuição prática à pedagogia revolucionária. RevoZução na revolução, de Régis Débray, Os pensamentos, de Mao, o Diário, de Guevara, funcionavam como manuais ou cartilhas. Era

comum perguntar-se não por quê?, mas "para quê? você está lendo esse livro?" A obra aberta, de Umberto Eco, fornecia um excelente álibi para que se fizesse da leitura um ato tão intencional quanto a escritura. A recepção ganhava uma absoluta autonomia em relação à emissão. A leitura de um livro, um filme, ou um quadro eram capazes de descobrir sentidos, significados e, sobretudo, mensagens, nem sempre vislumbradas pelo próprio autor. Mas independentemente do uso instrumental que os jovens revolucionários procuravam fazer de alguns autores, havia uma natural curiosidade pelas idéias teóricas, o que explica o sucesso da Revista Civilização Brasileira, que de 65 a 69 foi o pólo de concentração da intelectualidade de esquerda. Ali se travaram debates entre a esquerda reformista e a esquerda revolucionária. Através de suas páginas, tomou-se contato com Walter Benjamin, Louis Althusser, Eric Hobsbawm, Adorno, Juliet Mitchell, entre outros. Nela colaboravam intelectuais como Alceu Amoroso Lima, Ferreira Gullar, Paulo Francis, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Nélon Coutinho, Leandro Konder, Nélon Werneck Sodré. Carlos Nélon Coutinho acha que o período de 64 a 68 foi um dos mais férteis na divulgação dos autores marxistas: Lukács, Goldman, Adam Schaff, Althusser e, evidentemente, Marcuse. Os marxistas mais clássicos - inclusive o heterodoxo Lukács - não tinham uma boa audiência junto à esquerda radical. Aliás, Lukács era sistematicamente atacado não só pelo radical José Celso Martinez, por exemplo, como por um independente como Paulo Francis. Para os estudantes esquerdistas, havia um livro, lançado dois anos antes, que numa leitura enviesada funcionava como uma bíblia: A revolução brasileira, de Caio Prado Júnior, que criticava a posição oficial do PCB dando ao Brasil ainda como um país com resquícios feudais. Como muito bem diz Carlos Nélon, Caio Prado não propunha o socialismo já para o Brasil, "mas foi lido como dando o país pronto para o socialismo". Nos primeiros meses do segundo semestre, o editor José Fernando de Barros informava que um terço dos últimos lançamentos tratava de assuntos econômicos e políticos. Um projeto para o Brasil, de Celso Furtado, vendeu 600 exemplares em três horas, no lançamento. e uma edição em uma semana. Outro, no gênero, foi Desenvolvimento e crise no Brasil, de Luís Carlos Bresser Pereira. Os dois apostavam na crise. Furtado ainda deixava entrever alguma saída. Acreditava que só com a mobilização da opinião pública poder-se-ia "superar a barreira de obstáculos que se antepõe ao desenvolvimento do país". Alguns desses obstáculos eram a baixa capacidade de consumo, a estrutura agrária superada e as dificuldades de exportação para a indústria nacional. Bresser Pereira, porém, não via saída: "Hoje o Brasil é um país dividido e sem horizontes". escrevia aquele que, quase 20 anos depois, viria a ser ministro da Fazenda do país sem horizontes. Essas leituras excitavam a imaginação dos jovens que amavam a Revolução e acreditavam que o capitalismo havia chegado a um impasse. Cesinha se lembra de que nos seus 13 para 14 anos lia O

capital e organizava seminários no Colégio de Aplicação, "com o natural primarismo que pode haver num estudo de Marx feito por garotos de 14, 15, 18 anos". Mesmo assim, ele, que dava aula de mais-valia e não chegou a terminar o ginásio, tem certeza de que esses estudos foram fundamentais para a construção de sua base cultural. "Nós nos tornamos marxistas lendo Marx." Embora a onda estruturalista só viesse mais tarde, já havia em certos círculos uma sensível atração pelas questões de antropologia e de lingüística, levantadas sobretudo por Lévi-Strauss, Saussure e Jakobson. José Américo Pessanha era um que, ao lado de suas predileções particulares por Gaston Bachelard e Chaim Perelman - um teórico da argumentação que até hoje ele tenta vender no nosso mercado de idéias -, participava daqueles grupos de interesse. "Combinava-se isso com o interesse pelo marxismo de Althusser e de Marcuse." A essa mistura, ele ainda acrescentaria "um resquício de existencialismo", importado via Sartre e Simone. Mas, como de uma maneira ou de outra eles se ligavam ao marxismo, José Américo não achava estranho. "A idéia de é proibido proibir, essa noção libertária, era uma leitura sartreana do marxismo, um resíduo do existencialismo que estava sendo gasto naquele momento." Leandro Konder e Carlos Nélon eram o que uma vez Sérgio Cabral chamou, num divertido trocadilho com o nome de uma escola de samba, de "os aprendizes de Lukács": lukacsianos "até a raiz dos cabelos", como admite Konder. Essa paixão levou o lúcido Carlos Nélon a também cair na tentação de instrumentalizar o mestre, na direção, evidentemente, do bem. Ao apresentar Introdução a uma estética marxista, ele o apontou como o livro que contribuiria "decisivamente para a erradicação das tendências irracionistas e vanguardistas de alguns intelectuais de esquerda". Infelizmente não obtiveram êxito - nem o livro, nem a apresentação. Apesar da riqueza do seu pensamento, o velho mestre húngaro não ajudava seus discípulos a enfrentar os pedestres desafios da realidade de então. O mesmo aconteceria com Gramsci. Em 65, ao lançar o seu primeiro livro aqui, Ênio Silveira convidou Konder e Coutinho para escreverem juntos a introdução de Materialismo histórico, que o editor resolveu mudar para Concepção dialética da história, porque achava que o título original soava "muitosubversivo". "A introdução saiu como um filho problema", lembra Konder. "Nenhum dos pais se reconhecia plenamente nela." Mas o livro serviu para os dois mudarem de paixão. "Com alguns conflitos de consciência, por causa de nossa ligação monogâmica, fomos fundo na nossa infidelidade" - principalmente Coutinho, que aceitou a proposta de Ênio Silveira de traduzir todo o Gramsci, o que acabou não sendo realizado integralmente. Mesmo assim, foram traduzidos quatro dos seis Cadernos. Como lembra Carlos Nélon, "nenhum país tinha publicado tanto Gramsci no mundo ocidental". Sintomaticamente, os três lançamentos de 68 foram um estrondoso fracasso. Tanto Os intelectuais e a organização da cultura e Literatura nacional, ambos traduzidos por Carlos Nélon Coutinho, quanto Maquiavel, a política e o

estado moderno, em tradução de Luiz Mário Gazzaneo encaixaram. Só mais tarde, depois de estourar na França, foi que Gramsci passou a entrar nas universidades brasileiras, em meados dos anos 70. A proposta gramsciana de guerra de posições só começa a existir como alternativa, segundo Konder, "quando se desfazem as ilusões da luta armada". De fato, um autor que propunha uma paciente luta pela hegemonia e pelo consenso, com a conquista ideológica dos setores majoritários da população, antes da tomada do aparelho de Estado, não era o autor para seduzir uma geração voluntarista e ávida por derrubar o poder. Havia alguém mais fascinante na praça, um pensador sintonizado com os ares do tempo. Um alemão de 70 anos, exilado nos Estados Unidos, ia ser o guru da geração de 68 em quase todo o mundo: Herbert Marcuse. Marcuse, um dos chamados "3 M de 68" - os outros eram Marx e Mao -, invadiu a imaginação dos jovens brasileiros através da imprensa mesmo antes de desembarcar nas livrarias. Ele chegou por meio de dois livros, *Eros e civilização* e *Ideologia da sociedade industrial*, que permaneceram nas listas de best sellers durante meses. O terceiro a chegar, já em outubro, *Materialismo histórico e existência*, esgotou 1500 exemplares em poucos dias. Os cursos sobre o filósofo alemão proliferavam. Um deles, no Colégio Brasil, sofreu um atentado a bomba, depois de um telefonema ameaçador: "Esse comunista não merece que o expliquem numa sala de aula." Dois outros também fizeram muito sucesso: um na Galeria Goeldi, promovido por Vicente Barreto e dado pelo professor Carlos Henrique Escobar; e outro em São Paulo, ministrado pelo professor José Luís Archanjo. Nessa altura, importava menos ler Marcuse do que discuti-lo. Paulo Francis, que editava o 4º Caderno, do *Correio da Manhã* - o mais influente suplemento da época, responsável por memoráveis debates -, escreveu, no dia 13 de setembro, um artigo sobre dois incidentes envolvendo Marcuse. Para variar, um divertido artigo: O sr. Gustavo Corção foi visto destruindo um cartaz que anunciava uma conferência sobre Herbert Marcuse. Antes, vociferou contra a dominação do país pelos comunistas. Disse até palavrão, o que é pecado. O jornalzinho de um dos principais colégios do Rio traz, na primeira página, editorial justificando a invasão da Tchecoslováquia. Dentro, um artigo atacando Marcuse, a quem classifica de financiado pela Fundação Rockefeller. É improvável que Corção e os anônimos redatores estudantis tenham lido uma palavra de Marcuse, mas eles ilustram à perfeição a tese do autor sobre os efeitos conformizantes e irracionais do totalitarismo cultural que caracteriza o Estado tecnológico (capitalista e comunista). Para tristeza de Leandro Konder, que o queria lukacsiano, Francis era marcusiano, se é que se lhe pode atribuir adesões incondicionais. Mesmo agora o colunista da *Folha de S. Paulo* não nega a importância do pensador alemão no seu próprio pensamento: "Marcuse foi o homem dos 60, ninguém pode tirar dele este mérito." Francis não concorda, por exemplo, com *Eros e civilização*, mas acha um "livro maravilhoso", principalmente para quem "tinha

vocação marxista, mas não era do partido e não podia ignorar Freud". Segundo Francis, Marcuse foi quem "mais manjou" a época. "Ele entendeu logo as novidades: o consumismo, a sociedade de massa, a socialdemocracia no mundo capitalista, a importância das minorias." O 4º Caderno, porém, era pluralista, tanto quanto os tempos permitiam. Tinha uma vantagem: o critério jornalístico se sobrepunha ao ideológico, uma novidade então. Hélio Pellegrino se divertia com a lembrança do dia em que teve de aprender com Francis o que era "gancho jornalístico". A compulsão doutrinária era muito forte naqueles tempos e certa vez Pellegrino mandou um artigo marxista "violentíssimo" para o editor. - Ó Hélio, assim não dá, arranja um "gancho" -aconselhou Francis, da maneira como se pode imaginar. Vê se descobre um escritor marxista que acabou de morrer, um pensador que esteja lançando algum livro, enfim, arranja um "gancho", porra. Pellegrino morreu sem poder agradecer ao amigo esse ensinamento tático, que aliás não adiantou muito, porque tanto editor quanto colaborador acabaram presos depois do AI-5, justamente pelo que escreveram. Marcuse em 68 era uma novidade que dispensava "gancho", ou melhor, era o próprio "gancho". Conciliando Marx e Freud, ele fornecia ambiciosos objetivos políticos ao movimento estudantil, já que o papel de vanguarda da revolução - ele dizia - se transferira da classe operária, engajada no processo produtivo, para as minorias raciais, para os marginalizados pela sociedade industrial e, principalmente, para os estudantes. Ele ensinava que, em lugar da exploração bruta, o capitalismo passava a impor "novas formas de controle social, mais efetivas e agradáveis". Diante desse quadro, o proletariado seduzido pela sociedade de consumo, passava a não pensar mais em revolução, só em casa de veraneio. Havia proposta mais sedutora para quem - como o jovem idealizado por Marcuse - estava "biologicamente destinado à revolta"?

A luta pela rapadura

"Na verdade, o que se discutia então era qual a estratégia adequada para terminar com o capitalismo no Brasil." (LUÍS TRAVASSOS)

No auge dos debates políticos da época, o teórico marxista Leandro Konder, então com 32 anos mas já se sentindo um velho diante da onda juvenil, teve uma acalorada discussão com um jovem esquerdista que terminou com este diálogo: Jovem esquerdista: "Com essa sua linha vocês vão quebrar a cara, porque os homens nunca vão entregar a rapadura." Leandro: "E com essa sua linha vocês vão quebrar a cara, porque nunca vão tomar a rapadura dos homens." A História provaria que infelizmente os dois tinham razão. A rapadura mudou de mãos, mas não foi nem entregue nem tomada. Essa imagem, tão velha quanto a plantação de cana no Brasil, ilustra a questão que dividia as esquerdas em 68: como derrubar a ditadura. De um lado, a linha esquerdista propondo o enfrentamento; do outro, a linha do Partidão pregando a acumulação de forças. Havia várias maneiras de apresentar a questão. Na Passeata dos 100 Mil, como se verá, ela tomou a forma de uma disputa de slogans. Uns gritavam: "Só o povo armado derruba a ditadura"; e outros revidavam: "Só o povo organizado derruba a ditadura." Na verdade, o debate era mais sofisticado do que esse resumo. Discutia-se um modelo de revolução, e como se chegar a ela. Pelo menos duas concepções se chocavam. Uma entendia a revolução como ruptura violenta, isto é, como uma explosão desencadeada por uma vanguarda que, ao ser logo substituída pela classe operária, criaria uma sociedade nova e um homem novo. Defendiam essa concepção as organizações que já se preparavam para a luta armada e os setores estudantis e culturais a elas ligados. A outra posição, defendida pelo PCB, via a revolução não como um objetivo imediato, e sim como um lento processo, que poderia até culminar com uma ruptura, desde que o resultado da gradual organização civil e da acumulação de forças. Uma boa iniciação política passava pela adoção de uma ou outra dessas linhas. Classificavam-se as pessoas como se classificam os torcedores: "fulano é revolucionário, fulano é reformista"; ou melhor: "fulano é esquerdista, porraloca"; ou, ao contrário, "partidão, conciliador". Mas era preciso não confundir revolucionário com rebelde, um tipo marginal de classe média, conscientizado, politizado, mas no fundo um adepto parcial da razão burguesa. Isso é o que ensinava o "revolucionário" Luís Carlos Maciel em longo ensaio na Revista da Civilização Brasileira, estabelecendo uma distinção: "No rebelde, a contradição entre a negação e a afirmação simultânea do real é meramente formal, e, portanto, insolúvel; no revolucionário, ela deve ser dialética e conduzir diretamente à ação, onde encontra uma solução prática." Em termos teóricos, para identificar um revolucionário ou um reformista, era necessário recorrer a

uma bibliografia que ia de Marx e Lênin a Che Guevara e Régis Débray, passando por Lukács, Gramsci, Marcuse e Althusser, ou pelos brasileiros Caio Prado Júnior, ou Celso Furtado. Em termos práticos, porém, o reconhecimento se fazia à primeira vista. Ser revolucionário era uma moda in, ser reformista era out. O vestibular para ingresso na modernidade exigia uma boa nota em radicalismo. "Eles estavam mais sincronizados com o tempo", reconhece Teresa Aragão, falando agora dos seus adversários in de então. "A nossa posição política estava correta, mas, em termos do que viria, eles estavam mais por dentro." A seu ver, os porralocas já anunciavam o desbunde. "Quanto mais radical você fosse, mais interessante você era, mais incomum, mais invulgar", confirma o reformista Flávio Rangel. Flávio sofreu muito nas assembleias porque, embora não fosse do Partidão, fechava quase sempre com suas posições, em nome da sensatez e do realismo. Por isso, o diretor da moda não era ele - apesar de sucessos recentes com o Liberdade, liberdade e Édipo rei -, mas o radical José Celso Martinez Correa, e não tanto pelo seu indiscutível talento, mas por seu extremismo político. No teatro, era sinal de reverência referir-se a alguém assim: "fulano é da linha chinesa!", "sicrano é da linha albanesa!" Essa história de linha acabou envolvendo Ziraldo numa hilária confusão, logo depois do AI-5, em plena caça às bruxas. Na segunda de suas quatro prisões, ele foi levado para o DOPS e colocado no "Maracanã", um amplo local de triagem de presos. Logo ao chegar - com sua camisa cáqui da moda, de presilhas nos ombros - foi abordado por um rapaz que queria saber "a linha do companheiro". Era quase uma impertinência aquela curiosidade. Ziraldo, um combativo intelectual, não pertencia ao Partidão, mas era como se tivesse que declarar ali a sua linha, é evidente que seria tomado por um reformista - e certamente começaria uma daquelas infundáveis discussões. "Sabe de uma coisa?", pensou, "eu não vou me abrir, não". Preferiu dizer que não tinha nada a ver com nenhum partido, o que aliás era verdade: - Eu não pertencço a linha nenhuma, sou um democrata e não quero discussão. O rapaz não entendeu. Entre as dezenas de presos naquele dia - bicheiros, jornalistas, intelectuais - chegara também uma leva de motoristas apanhados em uma blitz policial. A filha de um general havia sido destrutada por um deles em um ônibus e o pai determinara à polícia que saísse prendendo todos, para que a moça pudesse reconhecer o agressor. - Calma, companheiro - disse finalmente o perplexo rapaz -, eu só queria saber qual é a sua linha de ônibus. Ziraldo percebeu então que a sua camisa era igual à dos motoristas de ônibus. Cada setor participante - e a impressão era a de que todo o país era participante - estava dividido por essas linhas, mas os estudantes apresentavam ainda infundáveis subdivisões. Revolucionários quase todos, eles só divergiam em relação à natureza da Revolução - se socialista, se de libertação nacional, se democrática. Essa geração, como lembra Vladimir, tinha tirado de 64 uma lição: "Não se pode confiar na legalidade burguesa. Perdemos em 64 porque os

trabalhadores não reagiram." Raciocinando assim, eles achavam que as transformações sociais só viriam, de fato, pela luta armada. É fácil condenar hoje o voluntarismo daqueles jovens que acreditavam mais na vontade do que na razão. Mas como não ser voluntarista sendo contemporâneo de Fidel Castro, Che Guevara, Mao e Ho Chi Minh? Realmente, poucas vezes a História reunia tantos argumentos em favor das famosas "condições subjetivas", em detrimento das "objetivas." A derrota de 64 desencadeou um processo de desencanto em relação à organização e ao debate político. Não havia mais tempo a perder com discussões. A prática ensinaria o caminho, como se podia ver nos textos de Mao, no exemplo de Ho Chi Minh e, principalmente, nos ensinamentos teóricos de Guevara e Débray. Eles eram a melhor prova do poder deflagrador dos focos guerrilheiros. "O dever do revolucionário é fazer a revolução", "Para fazer a revolução não é preciso pedir licença a ninguém", ensinavam. Até os muros de Paris sabiam: "Uma revolução não se vota; faz-se." O mais jovem revolucionário de então, Cesinha, acha que havia um dado novo na esquerda da época: "O que importava para nós era fazer a revolução, não discutir sobre ela ou sobre as possibilidades de fazê-la. O desafio era fazê-la." Bem ou mal, ele e sua geração, que dividiam o tempo entre seminários sobre Marx e a panfletagem de madrugada nas portas de fábricas, aprenderam em alguns best sellers, como se viu no capítulo anterior, que o capitalismo brasileiro estava em processo de estagnação. "Esse equívoco, que vinha desde Celso Furtado no início dos anos 60", diz Cesinha, "funcionou como um legado para nós". De fato, em 68 ainda havia, entre as esquerdas, uma discussão para saber se era possível ao capitalismo brasileiro voltar a crescer - e não faltava quem acreditasse que não, alegando que ele não tinha como equacionar a pobreza das massas. O economista João Manuel Cardoso de Melo, que tinha 25 anos em 68, lembra-se de que "em meados do ano já estava claro que a economia crescia". O problema é que muitos atribuíam esse crescimento a "manipulações de estatísticas". Ou então, como ele diz, "esquecia-se de que o capitalismo não tem compromisso com o desenvolvimento social". Num dos dias mais importantes do ano e da segunda parte deste livro, o 26 de junho, a economista Maria da Conceição Tavares foi um dos poucos intelectuais a não participar da Passeata dos 100 Mil. Nessa tarde, acompanhada do seu colega Antônio Castro, ela foi visitar o seu amigo Celso Furtado, que voltara ao Brasil para uma série de conferências a convite da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados. Conceição não embarcava na "ilusão da estagnação", e, em palestras e seminários, chegara a advertir líderes como Vladimir, Franklin Martins e Jean-Marc, de que a coisa não era bem assim. A visita ao antigo mestre, do ponto de vista político, não fez bem a Conceição, que era assistente de Otávio Gouvêa de Bulhões, ministro da Fazenda do governo Castello. Ela o encontrou "muito entusiasmado" com o movimento estudantil - ele era professor na Sorbonne - e com as próprias soluções que estudava para

combater a estagnação. Dias antes, para uma platéia de 600 pessoas, Furtado analisara na Câmara o que chamava de "perda de vitalidade da economia brasileira". Portanto, a idéia do impasse econômico não habitava apenas a imaginação voluntariosa dos meninos. Ela estava formulada em velhas cabeças feitas - para usar uma expressão que ainda não se usava. À medida que não se promoviam as reformas estruturais, acreditavam esses teóricos, também não se criava um mercado interno indispensável para a retomada do desenvolvimento; logo, estávamos condenados à estagnação. "Se estávamos condenados à estagnação - era o raciocínio da esquerda jovem, reproduzido agora por Cesinha -, estávamos condenados à ditadura; se estávamos condenados à ditadura, não cabiam mais aquelas estratégias de aliança com a burguesia. Era ditadura ou revolução." Por outro lado, além da crítica ao populismo e ao PC, reforçada pelo surgimento de alternativas como a cubana, a conjuntura política ajudava a acender a imaginação revolucionária: o desgaste do governo militar era crescente, não aparecera ainda o "milagre brasileiro", era a recessão, e uma grande descrença tomava conta da juventude em relação aos partidos políticos legais, o MDB e a Arena, chamados na época de partidos do sim e do sim senhor. Rearticulando-se, o movimento estudantil passa a galvanizar expectativas de setores sem canal e a cumprir uma função política maior do que aquela a que se propunha. Como diz Vladimir: Nós refletimos todo o caldo de cultura da classe média, que fez o golpe, apoiou o golpe e não encontrou nenhuma solução para os seus problemas. Ela traduzia em nós esse descontentamento. Tanto Vladimir quanto Cesinha - que, hoje, pertencendo ao mesmo partido, concordam mais sobre o passado do que sobre o presente -, não acham legítimo, historicamente, exigir da vanguarda estudantil um outro comportamento, mesmo quando o movimento começa a refluir, no segundo semestre. O acúmulo político, cultural, teórico, social e emocional, aparentemente consistente, impedia o recuo. Cesinha rejeita cobranças do tipo: "Naquele momento era preciso recuar." Não é realista esperar isso numa situação em que se envolvem as emoções, os sonhos, as fantasias, a cultura, o investimento intelectual. a prática, de várias centenas, milhares de pessoas. Talvez mais até do que esses argumentos, havia uma certeza que dava sentido a tudo, ainda segundo Cesinha: O que se sentia, se dizia, o que se achava é que era possível fazer a revolução. Essa certeza dava sentido a tudo. Fora dessa idéia radical não tinha sentido jogar a sua vida. Ninguém joga a vida para virar deputado. A leitura dos livros de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis - os dois maiores sucessos da memorialística da época - não dá essa impressão. Ao contrário, eles permitem concluir que aquela aventura porraLoca não podia dar certo desde o começo. É uma rica divergência. Cesinha, por exemplo, não tem nada contra os autores, seus ex-companheiros de guerrilha, mas não gosta dos livros. Ele acha que eles contam a história "pelo ângulo da cozinha", de trás para a frente; e, vistos assim, também a Revolução Francesa, ou o desembarque de

Fidel em Cuba, seriam episódios ridículos. O problema de Gabeira e Sirkís segundo o companheiro mais jovem, é que contam uma história dez anos depois, sabendo, portanto, que não deu certo, "mas mostrando que desde o início não poderia dar certo". Essa visão "metafísica não recupera toda a dimensão dos acontecimentos e parte de um determinismo: tinha que dar errado. Naquela época, houve uma organização de esquerda que não entrou na viagem da RevoLução: o já chamado Partidão. "Em poucos momentos de minha vida eu tive tanta clareza e tanto orgulho de ser do Partido Comunista", diz o ex-PC Milton Temer, lembrando-se de um tempo em que pertencer ao Partido Comunista Brasileiro podia dar orgulho, mas dava também muito trabalho. Com 45 anos feitos no ano anterior, o ano também do seu VI Congresso, o velho PCB pagava por ser a organização clandestina mais antiga, por não ter tido durante esse tempo a competência de tomar o poder, e, pior, por ter permitido que em 64 os militares dessem o golpe. Não adiantava alegar que a cobrança era exagerada, posto que não fora por vontade dele e sim da História que as coisas tinham ocorrido ou deixado de ocorrer. Azar. O momento não era, como se dizia, de blablablá, de desculpas; era de ação. O Partidão tinha perdido o seu momento histórico, agora que se virasse. Quem sabe faz a hora - e havia uma infinidade de organizações novas dispostas a mostrar como. No seu congresso de 67, o PCB havia tirado a famosa "Porruma" - a resolução que ganhara internamente esse apelido porque começava com o cacófato "Por uma frente democrática e popular". Os congressistas tinham chegado à conclusão de que as forças democráticas, através da ação, poderiam "conquistar a legalidade de fato, obrigar a minoria reacionária a recuar, e derrotá-la". No capítulo da luta armada, o partido se revelava profético: "A ditadura poderá impor ao povo o caminho da insurreição armada ou da guerra civil, e o PC deve estar preparado para essa eventualidade." Mas os comunistas achavam que era necessário articular a luta de massa como o único caminho de organização de uma sociedade civil no país. Se o PCB tinha posições assim tão sensatas, por que não se impunha como força política hegemônica? Por que, ao contrário, perdia todos os embates com a esquerda radical? Em primeiro lugar é preciso considerar que, para uma juventude inflamada de paixão revolucionária, a prudência não era a melhor companheira de viagem, embora servisse para algumas coisas. "Às vezes a gente perdia uma assembléia por 85 a 8", recorda Flávio Rangel. "Mas na hora de redigir o documento, ou de formar uma comissão para organizar a manifestação, a gente era eleito por unanimidade." Os revolucionários diziam, com desdém e pragmatismo: "Essas coisas eles sabem fazer, eles têm experiência". Dito desta maneira, parece que todos erraram e que só o Partido Comunista acertou, ficando na posição de vítima incompreendida. Sabese que não foi bem assim e que o PCB cometeu pelo menos um erro - isso se não se quiser debitar na sua conta o isolamento. Por idade e experiência ele não podia desconhecer que política não se faz apenas

com palavras e intenções, e que se pode errar por omissão. Segundo Leandro Konder, o PCB perdeu, na época, o que um partido não pode perder: a identidade. Preocupado em abrir o leque das alianças, ele não marcou a sua presença, pelo menos não como devia. "Por insegurança, por medo, mas talvez por um pouco de oportunismo também, ele atenuou a sua análise crítica da ideologia da burguesia". Temer reforça a crítica: "Até a questão da luta de classe foi provisoriamente esquecida diante da preocupação com a organização da sociedade civil." É imprudente afirmar que o movimento estudantil, no que ele tinha de mais responsável e conseqüente, acreditava poder derrubar a ditadura naquele momento. Mas é mais fácil ver isto hoje, nos depoimentos dos líderes, do que nos textos da época. De fora do movimento, eram quase imperceptíveis as nuances que dividiam os vários agrupamentos. Além do mais, o clima reinante propiciava a exaltação. O radicalismo estava em alta e era preciso mobilizar a massa, levá-la à rua e manter o ânimo de luta. Nada melhor para isso do que as palavras de ordem que acenavam com a queda iminente da ditadura. De longe, percebia-se que as duas maiores lideranças nacionais dos estudantes - Vladimir Palmeira, presidente da UME, e Luis Travassos, presidente da UNE - tinham posições divergentes. Dava para notar que um era "moderado" e outro "radical", mas nem sempre era possível ver que uma questão menos formal dividia as duas lideranças. Não eram apenas os métodos, mas também o conteúdo político, o que afastava os dois. Na verdade, tanto um quanto o outro refletiam tendências políticas de organizações clandestinas. Travassos era da AP, um grupo maoísta que defendia a luta armada de libertação nacional a partir do campo. Vladimir estava ligado à Dissidência - ou DI-GB -, uma cisão do PCB muito influenciada pelas teorias foquistas de Guevara, Débray e Fidel, quando eles achavam que a revolução era um produto exportável e que era possível criar muitos focos revolucionários ou Vietnams. A chamada "turma do Travassos" colocava como prioridade de sua ação a luta contra a ditadura. Vladimir dava mais ênfase à luta contra a política educacional do governo. Valorizava-se a primeira visão, chamando-a de "política", contra outra que se depreciava classificando-a de "sindical". A turma de Travassos achava, por exemplo, que os estudantes deviam ir para a rua a fim de fazersuas reivindicações - e isso sempre que a massa decidisse, independentemente da vontade das lideranças. Vladimír vivia uma situação delicada. Não era do PCB, mas suas pregações, na prática, estavam mais próximas dos ensinamentos do Partidão do que das posições da direção da UNE - o que o levava a ser chamado, pelos adversários, de "conciliador", na época, uma ofensa. Só uma precoce habilidade política fazia com que aquele garoto de 23 anos pudesse ao mesmo tempo controlar a massa estudantil, manter uma liderança que transcendia o Movimento Estudantil, o ME, ou eme é, e organizar, como "conciliador", as manifestações "mais radicais" da época - conforme se orgulha de reivindicar ainda hoje. Não era fácil articular tudo isso,

principalmente num momento em que setores do movimento procuravam mimetizar tendências das organizações clandestinas. A ala de Travassos insistia na tese da politização da luta estudantil da construção de uma aliança operário-camponês- em que, como vanguarda, os estudantes atrairiam os operários e camponeses para a luta pelo socialismo. Vladimir não tinha essa ilusão. Ele queria respeitar a autonomia do movimento estudantil e diminuir o teor político dos discursos. O papel histórico dos estudantes era estar ao lado das forças progressistas, mas como linha de apoio a um amplo movimento social. "Não cabe ao movimento estudantil, nem organizar os camponeses, nem os operários nas suas fábricas." Um dia, quando dizia isso numa assembléia, um jovem radical, com desalentada candura, perguntou: - Então, quem vai organizar os operários? Essa visão messiânica que atribuía aos estudantes o poder de converter operários e camponeses não era apenas folclórica. Se ela fosse tão minoritária quanto Vladimir tenta fazer crer 20 anos depois, possivelmente a luta armada não teria cooptado tantas lideranças estudantis nos meses seguintes. O ex-presidente da UME se sente hoje constrangido em criticar as posições do ex-presidente da UNE, não só porque este morreu, mas sobretudo porque foram amigos até aquela terça-feira de carnaval de 1982, quando ficaram bebendo e brincando no Amarelinho, na Cinelândia, até que Travassos saiu para jantar no Leme e sofreu o acidente de carro no Aterro do Flamengo. Na verdade, as divergências que então davam os dois até como inimigos nunca impediram que se encontrassem para um ritual que sempre os unia: uma cachacinha num botequim qualquer antes de uma passeata - muitas vezes, até durante. Não teria feito mal a unidade do ME saber, na época, dessa simpática fraternidade de copo e de bar. Vladimir e Travassos se reconciliaram politicamente no PT depois do retorno do exílio. Militante do movimento estudantil até os 22 anos, preso em 68 no congresso da UNE de Ibiúna e banido do país em 69, Travassos voltara depois de dez anos para morrer aos 37 - morte banal, absurda para quem amava tanto a Revolução e tanto se arriscara por ela. Pouco antes de voltar, em 79, o ex-radical presidente da UNE havia feito uma corajosa autocrítica. O então aluno de economia da Universidade Livre de Berlim apontava o principal erro de avaliação do Brasil na época - um país que era visto por eles à beira de uma crise catastrófica. "Na verdade, o que se discutia era qual a estratégia adequada para terminar com o capitalismo no Brasil", lembraria Travassos numa entrevista. A sua avaliação está muito próxima da de Cesinha - a ilusão do impasse econômico levando à adoção de modelos teóricos construídos na China, no Vietnã ou em Cuba -, mas Travassos acrescenta um outro item à sua autocrítica: a forma como subestimaram as frentes de luta legal, como o MDB. O movimento estudantil evitava conversar com qualquer deputado ou senador pelo simples fato de ser deputado ou senador. Travassos tinha aproveitado bem o seu curso de economia na Alemanha: "O Brasil estava vivendo de fato uma crise, mas crise é uma rotina

do capitalismo." Só de longe ele lembrava o jovem agitador que em julho de 68 ganhou uma famosa capa de Realidade com o título: "Este moço comanda a agitação." A revista o descrevia assim: Luís Travassos é um moço magrelo, meio alto, de voz e sorriso muito calmos, mas que numa assembléia ou concentração de estudantes se transforma. "Falando é um leão", dizem dele.(...) Está sempre meio sujo, meio barbudo, só troca de camisa quando a noiva consegue quem vai encontrá-lo e manda uma. Dinheiro, está sempre sem nenhum. Travassos, nessa época, estava muito cansado e doente, precisando fazer uma operação e tratar dos dentes, mas a militância não lhe dava tempo. Ele só teve tempo de fazer o tratamento dentário quando ficou preso, depois do congresso de Ibiúna, no Forte Itaipu, no litoral paulista, sob o comando do então coronel Erasmo Dias. O lado meio estóico do jovem agitador era capaz de levá-lo a viajar 23 horas de ônibus sem comer um sanduíche, como fez ao seguir clandestinamente para a reunião preparatória do XXX Congresso da UNE. Como esquecera de pegar dinheiro emprestado, que passasse fome - era o castigo que o líder se impunha. "

"Travassos era a melhor cabeça, era o cara menos sectário de lá, era com quem me entendia. Eu passava o tempo negociando com ele" - mesmo porque Vladimir admite que também tinha os seus "sectários duros". Sobre a atuação do movimento que ele liderava, Vladimir é capaz de passar horas falando - e só para este livro ele passou dez, seguidas. Do que mais se orgulha é da realização talvez menos lembrada pela imprensa: a parte sindical do seu trabalho. "Nós tínhamos um trabalho sindical extremamente sério; trabalhamos o dia-a-dia e criamos um movimento estudantil com uma dinâmica própria." Ele alega que sem esse trabalho não teriam havido as grandes manifestações de rua. Quando voltou do Exílio, Vladimir se espantou ao ver que nas palavras de ordem das organizações estudantis não havia uma reivindicação específica. Só políticas. Em 82, por exemplo, a UNE reuniu o conselho para discutir se apoiava o PT ou o PMDB. "Taí um tipo de discussão que nunca passou pela cabeça da gente em 68." Mesmo assim, o que a memória coletiva guardou da geração de 68 foi o radicalismo. Vladimir atribui isso ao verbalismo que marca a esquerda e-ele não se exime - a sua própria trajetória. A esquerda brasileira é assim: ela descobriu a revolução e gosta de dizer em público como vai ser a revolução. Ela dá a estratégia, avisa ao inimigo o que vai fazer e diz o que acha. E ela pensa que, quanto mais radical o discurso da revolução, mais radical será a revolução. Vladimir está convencido de que o radicalismo verbal é um componente de nossa elite política, não se podendo dizer o mesmo do povo. Ele próprio viu muita gente na Passeata dos 100 Mil gritando "só o povo armado e organizado derruba a ditadura". Espontaneamente, tentava-se a síntese que as lideranças eram incapazes de fazer. Vladimir teve o seu grande momento de radicalismo verbal quando, ao ser julgado pelo tribunal militar e contra a opinião de seu advogado Marcelo Alencar, fez um discurso a favor da luta armada revolucionária,

embora negando que os assaltos estivessem nessa categoria. Conclusão: irritou os moderados e desagradou a turma de Marighela. A divisão ideológica que fragmentava os vários setores da militância política da época passava muitas vezes mais pela paixão e a idiossincrasia do que pela ideologia, o que, para Leandro Konder, era um sintoma de imaturidade da consciência política. A falta de clareza e de articulação das idéias que constituem uma proposta política levava à adoção de critérios empíricos: "Estou com fulano contra beltrano." Esse desvio acabava atribuindo mais importância às pessoas do que às idéias. Muitas propostas políticas eram rejeitadas ou adotadas não pelo que representavam, mas porque o voto significava um gesto contra ou a favor de alguém. O tempo e a política conduziram muitos desses desafetos a caminhos inesperados. Konder e Temer romperam com o PC que eles tanto defenderam em 68, enquanto Franklin Martins e Carlos Alberto Muniz entraram para o i Partidão que tanto combateram. Gabeira, o radical que ajudou a seqüestrar o embaixador americano, é hoje um pacífico combatente do Partido Verde. Vladimir é deputado pelo PT, de uma ala à esquerda de seu exlíderado Cesinha. Nada a criticar - até porque a coerência por si só não é uma virtude. Temer, por exemplo, abandonou um partido diferente daquele lúcido e injustiçado Partidão. "Naquela época ele era muito mais avançado, muito mais moderno e com uma perspectiva de mudança muito maior do que tem hoje." Ele gosta de lembrar uma das muitas discussões que teve com o jornalista Fernando Gabeira, então seu colega de profissão. Os dois eram dos mais ativos militantes de sua categoria. Quem estivesse com um, estava contra o outro. Temer era um ex-tenente da Marinha, cassado em 64. Com 30 anos em 68, ele tinha a impressão de que começava a vida: militava na imprensa e no PC - era um "reformista". Gabeira, um brilhante profissional, era chefe do Departamento de Pesquisa do JB - e o contrário político de Temer. - Gabeira, eu ainda vou te ver à minha direita - lançou um dia Temer, como se jogasse uma praga. Como iria ser comum depois do AI-5, o reformista e o revolucionário tiveram o mesmo destino: o exílio. Dez anos depois, uma inesquecível tarde de primavera parisiense assistiu a um caloroso e barulhento encontro - daqueles que brasileiros gostam de promover no estrangeiro. Ziraldo, que fora a passeio, e Temer, que morava em Paris, desciam . alegremente os Champs-Élysées quando avistaram uma cara conhecida, familiar, mas que não tinha nada a ver com a roupa que usava: paletó de veludo marrom amarrado na cintura, tamanco e um cravo na lapela. "É o Gabeira!" gritaram os dois ao mesmo tempo, depois de passada a incredulidade. Porteiro da noite em um hotel de Estocolmo, onde estava exilado, Fernando Gabeira viera passar as férias em Paris. O novo personagem que vestia agora o ex-guerrilheiro provocou um choque em Ziraldo, que, por isso resolveu entrevistá-lo para o Pasquim, junto com Temer e Darcy Ribeiro. Foi também durante essa histórica entrevista que Ziraldo sugeriu a Gabeira que escrevesse um livro de memórias

da época - justamente o que viria a ser um clássico no gênero: O que é isso, companheiro? O encontro nos ChampsÉlysées foi um amigável acerto de contas. Gabeira, um cavalheiro, não teve dificuldade em reconhecer, logo depois dos comovidos abraços: - Você tinha razão, fiquei à sua direita.

Os Passos da Paixão

"Não precisa dar muito tempo para se perceber que nem toda loucura é genial, como nem toda lucidez é velha." (CHICO BUARQUE DE HOLLANDA)

Era difícil ser indiferente naqueles tempos apaixonados. Também, havia muito o que discutir. Discutia-se nas universidades, nas assembléias, nas passeatas, nos bares, nas praias: a altura das saias, o caráter socialista da revolução brasileira, o tamanho dos cabelos, os efeitos da pílula anticoncepcional, as teorias inovadoras de Marcuse, as idéias de Lukács, o revisionismo de Althusser. Os temas eram infundáveis, tanto quanto a duração dos debates. Mais do que discutir, torcia-se: pela vitória dos vietcongs, a favor ou contra as guitarras elétricas na MPB, por Chico ou Caetano, pela participação política dos padres e, claro, contra a ditadura. Ninguém deixava de participar das discussões do progressista Alceu Amoroso Lima com o reacionário Gustavo Corção. Um pouco como na França de então, onde, como se sabe, os estudantes preferiam errar com Sartre a ter razão com Raymond Aron, os jovens daqui também preferiam ir para o inferno com o Doutor Alceu e D. Hélder, se fosse o caso, a ganhar o reino dos céus na companhia de Gustavo Corção e Néelson Rodrigues. A esquerda discutia com a direita, mas sobretudo entre si. No programa da I Feira Paulista de Opinião, do Teatro de Arena, cujo tema era "Que pensa você do Brasil de hoje?", o diretor Augusto Boal chamava a atenção para o risco da divisão, mas temia também o "pretexto de não dividir". Ele achava "válida" a discussão, mas "sempre que sirva para apressar a derrota da reação". O seu conselho - "antes que a esquerda se agrida a si mesma, deve procurar destruir as manifestações direitistas" - era inútil. A esquerda preferia discutir entre si, até porque, com corajosas exceções Néelson Rodrigues, Gustavo Corção -, o país parecia não ter direita. No final do primeiro semestre, o avanço do radicalismo era tão inevitável e a dilaceração das esquerdas tão irreversível que Oduvaldo Vianna Filho tentou um tratamento de choque com um histórico ensaio na Revista Civilização Brasileira: "Um pouco de pessedismo não faz mal a ninguém." Vianinha dava um balanço no teatro contemporâneo e com o trocadilho do título - pessedismo de PSD. o velho partido da conciliação, eecedismo de PC. que naquele momento procurava desempenhar um papel semelhante junto às esquerdas - tentava introduzir um pouco de serenidade nos debates. Já em março, o polêmico Augusto de Campos confessava, anunciando o seu Balanço da Bossa: "Estou consciente de que o resultado é um livro parcial, de partido, polêmico. Contra." Nem precisava. Alguém poderia aceitar como importante algo que não fosse participante? Augusto, seu irmão de sangue Haroldo e seu irmão de idéias Décio Pignatari formavam uma aguerrida frente - "Os trigênios vocalistas", como ainda são chamados - para lutar contra o que apelidaram de TFM - Tradicional Família

Musical - e CCC - Comando de Caça a Caetano. Com talento e paixão, eles ajudaram a elevar o nível e radicalizar as posições de uma das principais polêmicas da época: a que procurava decifrar os caminhos da música popular brasileira. O livro que Augusto lançava, reunindo artigos seus e de companheiros, como Júlio Medaglia e Gilberto Mendes, surgiu em 68 como uma plataforma. Abandonando a torre de marfim em que intelectualmente viviam desde o Concretismo, os "trigênicos", no ano anterior, haviam resolvido saltar para o campo de batalha 76 em que se transformara a MPB. Dos três, o mais militante era Augusto, que deu a Caetano e ao Tropicalismo um aval teórico e um prestígio cultural que nenhum outro movimento musical jamais teve, antes ou depois, nem mesmo a BOSSA Nova de João Gilberto, guru de todos. É importante ler o posfácio da segunda edição, de 1974, para entender a disposição guerrilheira do autor e o clima excludente de 68, quando só se admitia duas posições - a favor ou contra: A moderna música popular brasileira apresenta dois marcos: 1958 BOSSA NOVA. 1968-TROPICALIA. No segundo momento de renovação da música popular brasileira não havia duas posições. Era estar com Caetano e Gil, ou contra eles. Quem não esteve com eles, naquele momento, para mim não viu nada, não ouviu nada. Não tem registro na minha memória musical. E não me arrependo. O Brasil musical de então vivia apaixonadamente dividido, como costuma acontecer em situações radicais. Com a distância de hoje, pode-se observar que essas divisões, às vezes, estavam mais nas intenções do que nos resultados. Os conceitos de "novo" e "velho", com que se procurava rachar sistematicamente o país, nem sempre davam conta de um panorama mais matizado do que os olhos sectarizados podiam perceber. O antagonismo que se procurava criar entre a obra de Caetano e de Chico, por exemplo, era mais produto do clima de guerra e do maniqueísmo das torcidas do que propriamente resultado de suas criações. A vontade de conversão e catequese que animava os apóstolos políticos e culturais da época tentava atrair o arredo Chico para a aventura tropicalista, e ele recusava - talvez menos por princípios doutrinários do que por incompatibilidade de gênio. Quando se comemorava a retomada da tal "linha evolutiva", o Chico de Carolina era visto pelos tropicalistas como um estorvo a esse "avanço". Ele era um "quadrado", como se dizia quando se queria xingar alguém. Desabonando Chico para melhor exaltar Caetano, Augusto estimulava o falso antagonismo. Aplicando a classificação de Pound, segundo a qual há, nas artes, "inventores", "mestres" e "diluidores", ele colocava o autor de Roda-viva na coluna do meio para poder dizer que "o risco e a coragem da aventura" pertenciam a Caetano e Gil. No mesmo texto, ele chega a dar impertinentes conselhos a Chico: Em vez de se preocupar tanto com a "roda viva" da engrenagem fabricante de ídolos televisíveis - tema já cediço e muito explorado Chico Buarque deveria atentar mais para certos aspectos negativos da "chicolatria" que o rodeia. Alguns mal-entendidos e muitos subentendidos

alimentaram a campanha antichicolatria dos tropicalistas e fizeram com que as relações entre Caetano e Chico, Chico e Gil, ficassem abaladas por muito tempo. Em alguns casos, a imprensa foi responsabilizada pelos desentendimentos, mas, em outros, não havia como negar. Caetano garante hoje que foram distorcidas as declarações que a revista Intervalo lhe atribuiu, dizendo que "o Chico é apenas um menino de olhos verdes que aparece na televisão". Mais difícil de esclarecer foi a participação de Gil num festival de samba também em 68. Chico cantava, e ensaiou-se na platéia uma vaia. Sentado numa frisa, Gil levantou-se e se dirigiu ao grupo. Surgiram então duas versões: segundo uma, publicada pelos jornais, Gil não só apoiou as vaias, como as teria puxado. A outra versão, que Caetano defende, atribuía a Gil, naquela noite, o papel inverso. O autor de Domingo no parque teria, na verdade, repreendido o grupo. Logo depois do episódio, Chico deu uma entrevista a Norma Pereira Rêgo, na Última Hora, referindo-se às vaias e às faixas "Mutantes, sim; Chico, não". Ativo e elegante como sempre, ainda que sentido, ele dizia: "Um sujeito trata a gente bem e depois você o descobre chefiando uma vaia lá na platéia. Não adianta citar nomes. Todo mundo viu." Caetano continua atribuindo tudo a um malentendido: "Comigo isso não teria acontecido. Eu teria ligado para o Chico explicando. O Gil ficou aborrecido, mas não fez nada." Em outros casos, não houve margem para dupla interpretação. Quando Hebe Camargo perguntou ao tropicalista Tomzé o que ele achava de Chico Buarque, o sarcasmo da resposta não se preocupou em ser sutil: "Gosto muito; afinal, ele é nosso avô." Distanciados da paixão do tempo, podemos perceber como o jovem Chico já anunciava o velho Francisco, em tolerância e lucidez. Junto com a entrevista a Norma, saía um artigo do autor de Carolina na coluna Roda-viva, de Nelsinho Mota, que era um vibrante porta-voz do Tropicalismo na imprensa. Chico explicava que não tinha nada contra a guitarra elétrica, como também nada contra o tamborim. "O importante é ter Mutantes e Martinho da Vila no mesmo palco." Na era do maniqueísmo, podia haver algo de mais plural? O final do artigo deixava uma lição para aquela e todas as épocas: "Nem toda loucura é genial, como nem toda lucidez é velha." Vale a pena ler de novo esse texto, que respondia a sectarismos da moda, tais como o de que estariam mortos o nosso ritmo, o lirismo, a malícia e a malevolência: É certo que se deve romper com as estruturas. Mas a música brasileira, ao contrário de outras artes, já traz dentro de si os elementos da renovação. Não se trata de defender tradição, família ou propriedade de ninguém. Mas foi com o samba que João Gilberto rompeu as estruturas de nossa canção. O cenário ideal das discussões eram as assembléias, realizadas nos colégios, nos teatros, nos campi, enfim, onde houvesse lugar vago. Elas não tinham hora para acabar e nelas a palavra era livre - da celebridade ou do anônimo. A exemplo das passeatas, foram um fenômeno mundial. Para Umberto Eco, "o assembleísmo representou, no plano político, a ilusão e a falência mais vistosas do movimento". Nas

assembléias e passeatas é onde Eco acha que mais o "indivíduo perdia o contorno". Néelson Rodrigues já dizia o mesmo, à sua maneira, reclamando de não poder mais saudar um artista, já que todos tinham sido transformados "num ser impessoal, rumoroso, coletivo". Se encontrasse Cacilda Becker, ele teria que dizer: "Olá, Comissão", "Olá, Assembléia", "Olá, Passeata." Não era um ator, era um Discurso, era uma Comissão, era uma Assembléia. Dizia "nós" e não "eu". (... Eu sou um abaixo-assinado! Sou uma comissão de intelectuais! Sou um comício! Sou um panfleto! Sou a classe! A assembléia era um espetáculo onde os participantes deviam exibir presença de espírito, agilidade mental, agressividade e, principalmente, dotes teatrais. Muitos, além de tudo, exibiam involuntário humor. Luís Carlos Maciel, no seu livro Os anos 60, conta divertidas histórias, como a do ator Hugo Carvana, que discutia com seu colega Carlos Vergara a conveniência de uma determinada passeata. Até o "Che Vergara" achava que, naquelas circunstâncias, para enfrentar a repressão, era preciso "ter três colhões". Carvana, um gozador, levantou-se e sério, gritou, diante de um plenário cheio de admiração: "Eu tenho!" Em nome do povo ou de uma classe, podia-se fazer afirmações como esta, ou propostas como a da preparação de "Bombas de merda", imaginadas por um jovem numa assembléia do Teatro Gláucio Gil. Maciel descreve o episódio no seu livro: Felizmente, temos tempo, até amanhã, para a coleta do material. Além de recolher nossa própria produção pessoal, podemos pedir a parentes, empregadas, vizinhos etc. que contribuam para que possamos acumular a maior quantidade possível de material(...) Esse material deve ser acondicionado em sacos plásticos e os sacos, isto é, as bombas, serão levados para o alto dos edifícios nas ruas por onde a passeata vai passar. Luís Carlos Maciel só não conta o episódio, também muito engraçado, em que ele mesmo esteve envolvido. Numa das assembléias mais conturbadas do Teatro Jovem, logo no início do segundo semestre, José Celso Martinez Corrêa propôs que se ocupasse o Teatro Nacional de Comédia, onde uma peça dirigida por Maciel estava tendo problemas com a censura, pois as atrizes apareciam com o sexo pintado nas calcinhas, uma obscenidade inadmissível para a época. José Celso tinha voltado de Paris com uma grande disposição guerreira e algumas cicatrizes de guerra. Ele quase ficara cego ao receber no rosto uma bomba de gás lacrimogêneo durante uma manifestação no Quartier Latin. Zé estava na janela do seu hotel, em companhia de Ítala Nandi, quando viu, lá embaixo, Jean-Luc Godard sendo espancado. A solidariedade dos artistas brasileiros foi instantânea. Como estavam num primeiro andar, foi fácil jogar objetos na polícia e, em troca, com a mesma facilidade, receber uma bomba de gás, que deixou o nosso heróico diretor com um tampão nos olhos durante uns 15 dias. ; Na noite do Teatro Jovem, José Celso se animou ao constatar, surpreso, que sua proposta estava sendo apoiada pelo Grupo Opinião: Gullar, Vianinha, Paulo Pontes, Teresa Aragão, Armando Costa, João das Neves. O apoio vinha não apenas dos

revolucionários de sempre - o próprio Maciel, José Wilker, Cláudio Marzo, Betty Faria, Maria Glady's, Celinha Azevedo, Paulo Gil Soares, Hugo Carvana -, mas justamente dos reformistas, dos "chatos", isto é, daquelas pessoas que habitualmente diziam: "Pára com isso, gente", "Isso é porraloquice." O primeiro a levantar a mão foi Gullar. "Nós já estávamos de saco cheio de bancar os bombeiros", ele confessa agora. "Naquela noite, sem que tivéssemos combinado nada, resolvi me vingar.", Quando Zé Celso viu Gullar de mão levantada sendo seguido por todo o Grupo Opinião, não desconfiou de nada; ao contrário, sentiu-se estimulado: - Quero fazer uma segunda proposta. Que fique aprovado o princípio abstrato da ocupação. A proposta era a mais audaciosa da noite. Se aprovada, significava poder ocupar qualquer lugar, a qualquer hora, sob qualquer pretexto. As mãos do Grupo Opinião receberam as palavras de "Celso outra vez no alto. Zé Celso passou então a comandar os preparativos da ocupação: - O pessoal do Opinião se encarrega dos expressivos - anunciou. -Um momento, interrompeu Gullar: hoje a gente não se encarrega de porra nenhuma. Era novo isso. Certos artistas, como Tônia Carrero, paulo Autran, Walmor Chagas, quer dizer os expressivos, ou representativos fechavam, naturalmente com o pessoal do grupo opinião, e não com os porralocas. Os setores radicais, sobretudo os estudantis, viviam uma relação de amor e ódio com os nomes consagrados. "Negava-se tudo", lembra-se a atriz Ariclê Perez. "Negava-se uma história já feita para começar a partir do zero e do nada." Seu marido, Flávio Rangel, recorda a facilidade com que se "matavam" pessoas e coisas. "Todo dia se matava alguém: o teatro não existe mais, fulano já morreu, Paulo Autran acabou." Mas os radicais sabiam que, sem os nomes mais representativos da categoria, qualquer manifestação, principalmente uma ocupação, perderia muito do interesse jornalístico. Ou porque tinha mesmo um compromisso anterior ou porque, como diziam as más línguas, ele se arrependera da proposta, o fato é que, ao saber que o Grupo Opinião não ia organizar os expressivos, José Celso sumiu da assembléia. Mais tarde, já no final, de madrugada, um jovem subiu no palco com uma mensagem: "Infelizmente, Zé Celso não vai poder ficar, tem um ensaio em São Paulo, vai ter que viajar. Mas estará em espírito conosco, apoiando a nossa operação." Esse apoio moral não foi de grande valia. Na hora combinada, os artistas começaram a chegar ao Teatro Nacional de Comédia, no Centro do Rio, junto à Avenida Rio Branco. Eles iam chegando e entrando, como se fossem assistir ao ensaio da peça de Maciel. Não contavam, porém, que estavam sendo observados por um velhinho de quase 80 anos, Seu Assunção, o zelador do teatro. - Que gente é esta, Seu Maciel? - desconfiou Seu Assunção. - Eles vieram para assistir - tentou acalmar Maciel. - Não, mas não pode, isso tá muito estranho, eu vou chamar a polícia. - Peraí, Seu Assunção! Não adiantou. Diante da decisão do velhinho, dirigindo-se para o telefone, Maciel conclamou o pessoal a se retirar para evitar um choque com a repressão. Assim, às 8 horas da noite, quando parte

dos invasores chegava à porta do TNC, ela já estava sendo arriada pelo diretor: "Vamos embora, pessoal, porque a polícia tá vindo." Deu-se então o inesperado. O moderado João das Neves, vendo a retirada, lançou-se com os dois pés sobre a porta, gritando: "E você acha que a gente ia ocupar isso sem a polícia?" Terminava assim esta grande aventura brancaleônica. Os invasores, liderados por Luís Carlos Maciel, se retiraram debaixo de uma pequena vaia. Algumas de suas mais vibrantes animadoras, como as atrizes Maria Gladys e Celinha Azevedo, iam chegando e, quando viram a debandada, não perdoaram: "Seus viados! Seus frouxos!" - Quando olhei para o lado - conta Gullar -, vi três colhões entrando num táxi. A conta nunca foi feita, mas é provável que os estudantes inscritos nas escolas e faculdades brasileiras de 66 a 68 tenham passado mais tempo na rua do que nas salas de aula. Somado o tempo gasto nas assembléias com as horas despendidas nas passeatas, os estudantes daquela época devem ter tido pouca disponibilidade para estudar. A direita se deliciava: "Os estudantes de hoje só querem fazer política", dizia-se. "Por que eles não se preocupam com os estudos?" Os que viveram intensamente aqueles tempos guardam a impressão de que não faziam outra coisa: mais do que fazer amor, mais do que trabalhar, mais do que ler, fazia-se política. O melhor, fazia-se tudo achando que se estava fazendo política. A moda era politizar - do sexo às orações, passando pela própria moda, que, durante pelo menos uma estação de 68, foi "militar": as roupas mimetizaram a cor e o corte das fardas e das túnicas dos guerrilheiros. Fazia-se política nos campi, nas salas de aula, nos teatros, mas de preferência nas ruas - nas passeatas. "Há, em qualquer brasileiro, uma alma de cachorro de batalhão", dizia Néelson Rodrigues. "Passa o batalhão e o cachorro vai atrás. Do mesmo modo, o brasileiro adere a qualquer passeata. Aí está um traço do caráter nacional." De 66, quando os estudantes voltaram com mais freqüência às ruas para exigir mais verbas e o fim do acordo MEC-USAID, até 68, quando se tornaram habituais os choques com a polícia, a população das grandes cidades se acostumou àquela espécie de guerra campal que todas as semanas, quando não todos os dias, opunha as pedras dos estudantes aos cassetetes, balas e bombas de gás da PM. A correria dos jovens na contramão dos carros - uma inovação estratégica daquele ano -, o cheiro de gás lacrimogêneo, o coro de "Abaixo a ditadura" pareciam incorporados à paisagem urbana daqueles tempos. Apesar do exagero costumeiro de suas observações, o impicante Néelson Rodrigues não deixava de traduzir um "certo clima de época no que ele tinha de mais visível e às vezes risível. Um de seus temas recorrentes eram justamente as passeatas, que lhe forneciam inspiração para criar inesquecíveis personagens, como o "padre de passeata" ou a "freira de minissaia". Esse padre era especialista em Guevara e em sexo, assuntos sobre os quais dava palestras em casas de grã-finas. Quando falava, havia sempre "um frêmito em todos os decotes". Um dia ele convenceu a gorda grã-fina que ir às passeatas era bom para emagrecer: Foi a

primeira a chegar e a última a sair. O padre da aerofagia deu-lhe instruções técnicas lapidárias: "transpire. transpire." A gorda teve um escrúpulo desculpável. Realmente, uma grã-, fina vai do berço ao túmulo sem transpirar jamais. O suor é coisa de classe média para baixo. Mas por amor de Guevara, fez o sacrifício e transpirou como uma moradora do Encantado. Graças ao irritante e genial humor de Néelson, as passeatas tiveram o seu folclore, mas elas já tinham também a sua estética, a sua estratégia e o seu sistema de segurança - como as assembléias tiveram a sua retórica. Era preciso se precaver, porque a polícia não brincava. As recomendações deviam ser seguidas à risca, como orientava, por exemplo, o manual distribuído pelo Comando Intelectual. Nele se ensinava a maneira de se vestir, o que comer, como se comportar em caso de choques com a polícia. As "medidas preventivas contra gases" chegavam a detalhes assim: sair em jejum, se bebendo líquidos ou leite em pequena quantidade, pastilhas de Redoxon efervescente na boca para anular o efeito do gás, um lenço tapando o nariz, bicarbonato ou Leite de Magnésia em torno dos olhos; e atirar contra a bomba um vidrinho de amônia. "A passeata era um mecanismo bastante complexo de preparação", informa o especialista César Queirós Benjamin, uma das constantes desses espetáculos. Trepado nos postes taqueles postes antigos que tinham uma espécie de base onde se podia botar o pé), em cima de carros ou de bancas de jornais, Cesinha não parava de falar. Bonitinho, com 14 anos e cara de 12, era uma atração. As passeatas, mesmo as menores, exigiam de fato muita organização. Os estudantes se dividiam em grupos de cinco e só o comando sabia a hora e o local da manifestação. "Nós íamos separados para a cidade para não chamar a atenção", explica Cesinha. "De repente, alguém subia no poste e os grupos se juntavam. Havia olheiros, seguranças para as lideranças, local para a dispersão, controle para saber se tinha havido prisão." Os estudantes chegaram a estar à frente da polícia em organização, aprendendo a enfrentar a infantaria ou a derrubar a cavalaria. "A gente obteve várias vitórias militares no centro da cidade", relembra Cesinha, "dispersando muitas vezes a cavalaria, que aliás era um prato. Ela apontava, a gente soltava o rojão e não ficava um cavalo. Já existia a bola de gude, a rolha, que se jogava no chão. mas o rojão é que era a arma nova." A estratégia era fundamental nas passeatas, porque quase sempre os participantes tinham atrás de si o cassetete ou até a pistola de um PM. Outro assíduo personagem dessas manifestações, o então secundarista de 17 anos Alfredo Sirkis, relatou mais tarde, no seu livro de memórias, a sua iniciação, quando pisou no cordão do sapato e caiu em plena corrida: Por cima de mim passou o tropel revolucionário em retirada. Voltei pra casa todo dolorido e machucado, como se meia manifestação tivesse destilado pelas minhas costelas: meu primeiro ferimento de guerra. No talvez primeiro romance a tratar desses tempos, o admirável A festa, Ivan Ângelo criou o personagem da mãe aflita: Quem sabe o que deu nesses meninos. Uma coisa tão perigosa. sem quê nem pra

quê. Cada vez que ele sai de casa é essa aflição que me dá. Essas bombas de gás decerto machucam, não têm só gás. Na correria leva uma paulada na cabeça ou um cavalo passa por cima, Deus me livre, livre Carlinhos. Apesar dos riscos que ofereciam, as passeatas são lembradas com doce nostalgia, talvez porque, quando a polícia deixava, elas correspondiam ao que havia de mais generoso naquela geração: a capacidade quase religiosa de comunhão, o impulso irrefreável para a doação. Se houve na história um movimento em que seus componentes não souberam o que era egoísmo, anulando-se como indivíduos para se encontrar como massa, esse movimento foi o da espetacular, pública e gregária geração de 68. Quem tiver dúvida, que espere um pouco e assista conosco, em breve, à Passeata dos 100 Mil - o maior espetáculo do ano.

A ira recalçada

"O objetivo é abrir uma série de Vietnams no campo da cultura, uma guerra contra a cultura oficial, de consumo fácil." (JOSÉ CELSO MARTINEZ CORRÊA)

Como se estivesse anunciando o que viria pela frente, o ano começou colocando em cena o seu primeiro escândalo cultural - se não o maior, certamente o que iria atrair as reações políticas mais violentas e - como se verá mais tarde - um desfecho bélico, seguido de proibição. Em 68 seria assim: a arte não podia viver sem a política, e a presença desta tornava o casamento suspeito uma incômoda contradição mesmo para um tempo que se alimentava delas. Por tudo isso, o ano seria classificado por um crítico como tendo sido "o mais trágico de toda a história do teatro brasileiro". Não deixava de ser curioso: na origem desse primeiro escândalo estava nada menos do que uma unanimidade nacional. Uma polêmica criada pelo talento musical e os olhos verdes mais bem aceitos do país eram de fato uma novidade. É bem verdade que, aos 24 anos e já sob o peso de alguns sucessos como a avassaladora A banda, Francisco Buarque de Hollanda se sentia irritado com a chicolatria que fazia dele uma espécie de jovem ideal que as mães de classe média sonhavam em ter como filho ou genro. época em que o mau comportamento procurava impor-se como valor revolucionário, ser oferecido como modelo para os bem-nascidos não era a posição que um artista consciente como o filho do sociólogo e historiador Sérgio Buarque iria querer para si - ainda mais que a imagem não era rigorosamente justa, conforme ele tentava demonstrar sempre que possível. Mas essas entrevistas confessionais, autodesmitificadoras, revelando até transgressões de adolescência, como a de eventualmente puxar carros, não tinham a força de convencimento do sorriso puro de dentes claros e sadios que ele não podia esconder. Que se há de fazer? Às vezes a gente vai contra a corrente até não poder resistir, mas eis que chega... etc, etc e não adianta nada. A música com que Chico Buarque obtivera o terceiro lugar no III Festival de Música da TV Excelsior no ano anterior, Roda-viva, já sugeria a angústia impotente de um prisioneiro da engrenagem do consumo cultural, ou do "sistema", como era chique dizer, e que queria no seu destino mandar. Mesmo assim, eram indicações insuficientes para fazer prever o que ocorreria no palco do Teatro Princesa Isabel, no Rio, a partir do dia 17 de janeiro, data da estréia da peça de Chico. Ninguém - a não ser, claro, o diretor, o diabólico José Celso Martinez Corrêa - poderia imaginar que o tema anunciado na bem-comportada canção teria condições de se transformar na mais inconveniente, exasperante e agressiva expressão teatral do ano. Quem porém tivesse visto antes, em São Paulo, O rei da vela -, ou mesmo no Rio, onde estreara no dia 5 - não tinha o direito de duvidar do que seria capaz aquele mestre

na arte da provocação cênica. A montagem da peça de Oswald de Andrade, de 1933, era uma espécie de espetáculo-manifesto, lançando uma nova proposta estética que misturava o teatro de revista, a farsa, a ópera, a chanchada e o programa do Chacrinha, tudo isso através de uma linguagem anárquica, agressiva e debochada. Impressionado com o filme Terra em transe, de Gláuber Rocha, a quem dedicaria o espetáculo, José Celso procurava romper com a timidez artesanal do teatro. "tão distante do arrojo estético do Cinema Novo". Anos mais tarde, um dos principais participantes do Teatro Oficina, Fernando Peixoto, lembraria em livro a inquietação e voracidade com que o grupo mergulhava na investigação da realidade brasileira, devorando de Caio Prado Júnior a Mário de Andrade, passando por Guevara, Louis Althusser, Celso Furtado, Mário da Silva Brito, Régis Débray, Brecht, Maiakóvski, Artaud, Reich, Meyerhold, Leóncio Bausbaum, Edgar Carone e, claro, Gláuber Rocha, "sem falar na descoberta de um universo de deboche sacrílego e destrutivo nos programas do Chacrinha." O resultado de tudo isso foi uma revolução, um acontecimento que o crítico Yan Michalski considerou "comparável ao que representou, para a respectiva época, o revolucionário lançamento de Vestido de noiva em 43". Mas a matéria-prima para a subversão do ano anterior, José Celso a tinha ido buscar no libertário, corrosivo e anárquico Oswald de Andrade, o que muito facilitava a sua proposta virulenta. Agora, não, ele tinha nas mãos uma obra sem blasfêmia e sem rancor, de alguém com tudo para estar em paz com a vida. "É muito cedo para Chico ser uma imagem coagulada e definitiva", decidia, protetor, José Celso, como a justificar o que havia feito com o texto do autor, que, justiça seja feita, nunca pareceu contrariado com o tratamento que lhe dera o diretor. Para quem fora sempre um involuntário santo, nada mais divertido do que encontrar um canal para revelar suas insuspeitadas diabruras. Era só dosar os excessos, como o do cartaz que o diretor queria, mas não conseguiu, que fosse feito com "os olhos verdes de Chico boiando como dois ovos numa posta de fígado cru". Era demais para tão tímidos olhos. Assim, usando o texto de Chico como pretexto, José Celso construiu, com uma peça que não exige mais de uma hora de leitura, um espetáculo de duas horas e meia de duração - o marco mais radical do Tropicalismo e o símbolo da perseguição a que esteve exposta a arte naqueles tempos. "Trata-se da história de um fenômeno nacional escrito por outro fenômeno nacional", tentava explicar Zé Celso. Era mais ou menos isso, embora o autor sempre tivesse negado as possíveis remissões autobiográficas. A leitura da peça hoje não ajuda muito a reconstituição daquele distante escândalo. Num tempo em que se atribuía boa parte dos males do país à televisão, Roda-viva constituía uma denúncia. É a história de um artista popular, Benedito Silva, às voltas com a engrenagem do consumo e que entrega sua carreira a um empresário, o Anjo da Guarda, como quem entrega a alma ao diabo. "Por 20% de tudo", o Anjo transforma o cantor em Ben Silver, faz dele o ídolo da juventude

e no final da peça leva-o ao suicídio, quando, desgastado pelo consumo, não tem mais nada de novo a oferecer aos fãs. O mesmo processo começa então com a viúva, Juju. Há outros personagens, como o Capeta, representando a imprensa de escândalos, Mané, o velho parceiro decadente e bêbado, e o coro, que encarna o público. A parte musical era composta de iê-iêiês, paródias de ópera, canções de protesto e dois sambas sérios, inclusive o que dá nome à peça. É possível que o texto ofereça uma leitura útil capaz de desenterrar conteúdos mais profundos, quem sabe. Na época, Chico a explicava assim: "É a história da criação de um ídolo em termos da televisão brasileira. Não é autobiográfica, mas fruto da observação do meio. Também não é realista. É uma farsa, uma caricatura do que acontece ou poderia acontecer." No palco, esse enredo tão pouco subversivo transformou-se numa encenação revolucionária - para o bem e para o mal. Talvez nunca - nem antes nem depois - os palcos nacionais tenham assistido a uma explosão visual, sonora e gestual tão virulenta, como esta que inaugurou no Brasil o "Teatro da agressão", ou "Teatro da grossura", ou "Teatro da porrada". A peça não só agredia o público "intelectualmente, formalmente, sexualmente, politicamente", conforme queria o próprio diretor - como contestava as formas e propostas artísticas anteriores, em especial as da esquerda tradicional. José Celso se insurgia contra o que chamava de "ditadura da classe média" e contra o teatro "reformista", que procurava "conscientizá-la". Ele a Chava que aqueles devoradores de "sabonetes e novelas" tinham que "degelar na base da porrada". Era uma guerra e ninguém seria poupado: Nós não podemos ter um teatro na base dos compensados TBC, nem da frescura da "Comédia dell'Arte" de interpretação, nem de russismo socialista dos dramas piegas do operariado, nem muito menos do joanadarquismo dos shows festivos de protestos. Nossa forma de arte popular está na revista, no circo, na chanchada da Atlântida, na verborragia do baiano, na violência de tudo que recalcamos e do nosso inconsciente. Não havia dúvida. O "racha" que iria ser a marca daquele ano em todos os campos não pouparia a cultura de oposição. A luta seria para fora e para dentro, com os resultados que naquela altura se podia imaginar, mais do que prever. As várias siglas que já dividiam as organizações políticas de esquerda começavam a encontrar suas correspondentes no teatro, no cinema, na música e no comportamento. O rei da vela funcionara como laboratório. A crítica, espantada, apoiara, mas agora iria opor reservas a Rodaviva. O público se dividia entre o fascínio e o ódio. Alguns se levantavam e saíam, outros xingavam os atores. O radicalismo da proposta de José Celso, palpável no palco, era reforçado por suas declarações-manifesto. Ele propunha uma espécie de terra arrasada: Se tomamos esse público em seu conjunto, a única possibilidade de realizar sobre ele uma ação política eficaz reside na destruição de seus mecanismos de defesa, de todas as suas justificações maniqueístas e historicistas - mesmo quando se apoiam em Gramsci, Lukács e outros. Trata-se de recolocá-lo em seu lugar, de

reduzi-lo a zero. Como se vê, José Celso definia os seus objetivos sem meias palavras. Aliás, com as palavras o seu teatro parecia se importar pouco, o que levou um crítico a afirmar que Roda-viva estava apenas provando que, "a partir de O rei da vela, o teatro brasileiro se faz sem texto". Era uma forma irônica de exagerar os efeitos da tese do texto como pretexto. Desde os primeiros momentos, o guerrilheiro Zé Celso conseguiu o que queria: a divisão. Pouco antes da estréia, ele se vangloriava com uma perspectiva: "É claro que o Chico vai trazer uma multidão para o teatro, mas esta multidão vai se dobrar em contato com o espetáculo, ou se dividir ao meio." É provável que ela se tenha dividido mais do que dobrado. Na primeira noite em que o personagem do cantor se suicida, oferecendo o seu fígado à devoração dos fãs, que o .. 91 despedaçam - e o seu fígado era uma real porção de fígado de boi cru -, a platéia, salpicada do sangue espirrado do palco, entendeu que naquele tipo de novo teatro a metáfora não seria uma figura de retórica, e a agressão não era mais apenas um gesto simbólico. "Você já matou o seu comunista hoje?" - vinham perguntar os atores a qualquer espectador que, desavisado, se sentasse em local vulnerável - uma primeira fila ou uma borda do corredor. O ator Antônio Pedro, o Anjo da Guarda - que no palco simulava atos inconcebíveis para uma cena em que sua parceira era uma Marieta Severo vestida de Nossa Senhora - ainda se diverte quando se recorda de uma noite em que, improvisando uma provocação como o fazia sempre, foi ameaçado pelo espectador: "Olha aqui, ó Anjo, se você não parar, eu vou te dar uma porrada." Nem todos tinham o espírito esportivo do já venerando Sobral Pinto, que, ao assistir ao espetáculo, logo nos primeiros dias, foi anunciado pelo ator Paulo Sérgio Peréio, na pele do inconveniente bêbado Mané, como o "Doutor Sobral Pênis". Os atores acreditavam que se estabelecia um diálogo político quando a platéia reagia. "Era preciso sacudir, estava um marasmo muito grande, como agora," lembra Antônio Pedro, dando por um instante a impressão de que poderia sugerir 20 anos depois o mesmo remédio. A primeira polêmica provocada por Roda-viva talvez tenha girado menos em torno da excelência ou não da peça do que sobre a verdadeira importância do autor ou do diretor no resultado final. Insinuava-se, e muitas vezes se dizia claramente, que José Celso tinha-se servido do textoou para deformá-lo, realizando um espetáculo anti-Chico; ou, ao contrário, para valorizar, com a encenação, um texto que por si só não sobreviveria. Na sua "Primeira crítica", feita logo após a estréia, Yan Michalski registrava no Jornal do Brasil: "Nunca vi um público desorientado e perdido do que o fã clube de Chico Buarque de Hollanda que lotava completamente o Teatro Princesa Isabel." Não era para menos. As "meninhas", como notou o crítico, tinham ido ver um musical do seu ídolo e assistiram a um ha, vpening, uma espécie de ritual pagão de um diretor desconhecido para elas. Michalski, o mais influente crítico da época, saiu ele mesmo entre frustrado e fascinado. Só naquele primeiro mês do ano, ele escreveria quatro alentadas análises sobre os

dois últimos feitos de José Celso - duas sobre O rei da vela e duas sobre Roda-viva. Como todo mundo, ele saiu dividido. Admirava as soluções coreográficas e pictóricas "de extraordinária beleza", assim como a "ousadia suicida e o talento admirável" do diretor. Ficou também impressionado com "a audácia e violência da empostação". Mas se decepcionara com um "espetáculo alienado e alienante" e com aquela "catarse particular do diretor, de sua luta particular contra os seus demônios interiores, com a qual o público tem muito pouco a ver". Roda-viva foi um sucesso de público, e num primeiro momento isso parecia provar que José Celso não só encontrara a forma revolucionária de conscientizar pelo choque, ou melhor, pela porrada, como descobrira comercialmente o vilão masoquista do público. Como há dois anos, pelo menos, vinha-se discutindo a crise do teatro - sem se desconfiar que a discussão seria eterna -, estava ali a solução. O espectador gostava de apanhar e estava disposto a pagar por isso. José Celso dava a fórmula: "É preciso prOVOCar o espectador, chamá-lo de burro, recalado e reacionário." O objetivo é abrir uma série de Vietnams no campo da cultura, uma guerra contra a cultura oficial, de consumo fácil. O sentido da eficácia do teatro hoje é o sentido da guerrilha teatral ser travada com as armas do teatro anárquico, cruel, grosso como a grossura e apatia em que vivemos. A grande afluência ao Princesa Isabel parecia acalmar a preocupação de Michalski: "Não sei se no estágio atual do teatro brasileiro temos o direito de convidar os espectadores, com tanta falta de cerimônia, a nunca mais voltar ao teatro." Também o ensaísta Anatol Rosenfeld se angustiava com o que chamaria de "ira recalada". Ele compreendia, com generosidade mas sem complacência, a irrupção nas manifestações artísticas dessa "ira vomitando visões obscenas". Afinal, a tensão entre a "urgência de ação e o conformismo geral" tornara isso inevitável. Nos últimos anos, o teatro tinha sido a frente de resistência cultural mais combativa e combatida. Desde 64, uma guerra - primeiro não declarada, depois aberta - colocara a atividade sob permanente suspeição. Em 65, a inédita presença de 1.500 assinaturas numa carta aberta ao presidente Castello Branco protestava contra os abusos da censura. Eles eram tantos que o maior sucesso daquele ano, Liberdade, liberdade, teve que sofrer 25 cortes para se apresentar em São Paulo. No ano seguinte, o plano de "atentados incluiu uma invasão ao Teatro Jovem, no Rio, para impedir um debate sobre Brecht" uma prisão dos artistas que apresentavam Joana em flor, de Reynaldo Jardim, em Maceió; cortes em Terror e miséria do 111 Reich; e o expurgo do testamento de Vargas e de uma oração de Santa Teresa D'Ávila na peça O homem do princípio ao fim, de Millôr Fernandes. Era uma escalada que colocava o teatro diante da desconfortável alternativa de, em nome da prudência, não reagir, o que não era garantia de abrandamento da censura; ou reagir, criando pretextos. O teatro de José Celso reagia, mas essa reação era perigosa do ponto de vista político e estético. Rosenfeld temia o potencial irracional que continha uma explosão de ira

recalcada, sem ser posta a serviço de uma comunicação estética. Ele advertia: "A mera provocação, por si mesma, é sinal de impotência. É descarga gratuita, e, sendo apenas descarga que se comunica ao público, chega a aliviá-lo no seu conformismo." José Celso, porém, acreditava que a Revolução, que se iniciara com esses dois Vietnams simultâneos invadindo o Rio naquele verão, tinha que, primeiro, deseducar o público pela violência e pelo choque. Sem o que ele chamava de "cartilhismo e pedagogismo", e armado da violência, o novo teatro poderia despertar a sensibilidade dessa "platéia morta e adormecida". Ele propunha substituir o proselitismo pela "porrada" e acreditava que a agressividade no teatro valia mais do que "m il manifestos redigidos dentro de toda a prudência que a política exigiria". Mais tarde, em junho, numa longa entrevista a Tite de Lemos, no histórico número especial da Revista Civilização Brasileira, José Celso anunciava "a emergência de uma arte brasileira violenta", e esse seria "o sinal que antecede as grandes revoluções nos campos social e político. E todo mundo", constatava, "tem medo da arte que se fará necessariamente agora no país. Pois ela será ameaçadora, perigosa". Alguns sintomas desse anunciado medo eram mais ou menos visíveis aqui e ali. O mais assustador deles surgiu em forma de entrevista de um general cujo sobrenome já era prometedora: Juvêncio Façanha. Diretor do Departamento de Polícia Federal, encarregado da censura, Façanha decretou, em janeiro, pelos jornais: "O teatro está podre." Acabara de haver na ABI um importante encontro de artistas e intelectuais para protestar contra a censura. "A reunião da ABI", explicou Façanha, "foi dirigida por pessoas que não têm moral para representar nenhuma classe." Quando chamaram a sua atenção para o fato de que na mesa diretora havia personalidades como Tônia Carrero e Odete Lara, ele pareceu voltar por um momento à caserna para responder: "São umas vagabundas". Ele vociferava: "A classe teatral só tem intelectuais pés-sujos, desvaírados e vagabundos, que entendem de tudo, menos de teatro." Com este comentário, o general anunciava o tom que seria adotado pelo comando dessa guerra que, já no mês seguinte, na primeira quinzena de fevereiro, provocaria uma inédita greve de 72 horas dos teatros do Rio e de São Paulo, e uma memorável vigília na escadaria do Teatro Municipal do Rio, com a presença dos nomes mais representativos da classe. O movimento dos artistas era coordenado por uma comissão que reunia intelectuais de várias tendências: Otto Maria Carpeaux, Chico Buarque, Alceu Amoroso Lima, Juca Chaves, Oscar Niemeyer, Chacrinha, Carlos Drummond de Andrade, Grande Otelo, Antônio Callado, Djanira, Vinícius de Moraes, Tônia Carrero, Di Cavalcanti, Nelson Rodrigues, Gláuber Rocha, Cacilda Becker, Walmor Chagas, Paulo Autran, Bárbara Heliodoro e Domingos de Oliveira. A greve e as outras manifestações de protesto haviam sido motivadas pela proibição das peças Um bonde chamado desejo, de Tennessee Williams, Senhora boca do lixo, de Jorge de Andrade, e Poder Negro, do americano Roy Jones. Não satisfeita com a proibição, a censura suspendera

também, por 30 dias, a atriz Maria Fernanda e o produtor Oscar Araripe. A ridícula truculência foi assim noticiada pelo Correio da Manhã: Brasília assistiu a um espetáculo estranho. Viaturas do DOPS postaram-se diante de um teatro. Todo aquele aparato se voltava contra o elenco de Um bonde chamado desejo, de Tennessee Williams, ou seja, contra quatro atrizes e três atores. A peça, depois de exibida á exaustão no Rio, São Paulo, Bahia, Belo Horizonte, sem falar no resto do mundo, ofendeu a sensibilidade de um censor, que exigiu o corte das palavras gorila, vaca e galinha. O censor se chama Leão. Talvez se julgue, portanto, o rei dos animais, com direito a vetar o nome de alguns de seus súditos. Em verdade esse Leão sugere outro animal, de orelhas compridas e zurrante. Começava a temporada dos leões de orelhas compridas.

Onde tudo começou

"Foi o espetáculo mais impressionante que eu vi em minha vida." (VLADIMIR PALMEIRA)

O Rio de Janeiro já foi uma cidade capaz de parar numa sexta-feira à tarde para enterrar um estudante morto pela PM. Eram de fato outros tempos aqueles em que a revolta contra uma violência policial colocava milhares de pessoas nas ruas. Agora, "como a morte aqui é tanta" - poderia dizer João Cabral de Melo Neto, sem pensar apenas no Nordeste. Em 68, a morte de alguém, mesmo a de um jovem desconhecido, podia levar o país a uma crise e o povo à indignação, como levou naquela sexta-feira, 29, em que 50 mil pessoas acompanharam o corpo de Édson Luís Lima Souto ao cemitério São João Batista. No dia em que Édson Luís ia ser enterrado, os cinemas da Cinelândia amanheceram anunciando três filmes que atraíram a atenção dos repórteres e dos agentes de serviço na área. Num país presidido por um marechal e num dia de luto pelo assassinato à bala de um jovem de 18 anos, os filmes em cartaz soavam como uma alusão. A noite dos generais, com Peter O'Toole e Omar Sharif; À queima-roupa, com Lee Marvin; e Coração de Luto, de Teixeira, eram as atrações dos cines Império, Pathé e Odeon. A alguns metros dali, na então Assembléia Legislativa, velava-se ainda o corpo de Edson Lus Que no começo da noite anterior fora baleado no peito por um soldado da pm num choque estudantil do calabouço. Durante a noite e a madrugada, estudantes, intelectuais e artistas lotaram o saguão onde se realizava o velório. Discursos indignados exigiam justiça e os oradores exibiam a camisa ensanguentada do morto. Tinha sido uma noite agitada - ali e em outros lugares da cidade. Logo depois de baleado, provavelmente já morto, Édson Luiz foi levado pelos colegas a Santa casa de misericórdia, vizinha do calabouço para evitar que a polícia sequestrasse o corpo. Confirmada a morte os estudantes ergueram o cadáver nos braços e usando como ariete, foram empurrando os policiais até a assembléia. Linor Britor, presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço -Fuec-, relataria a cena mais tarde com dispensável realismo: eles queriam tomar o corpo da gente e impedir a entrada na Assembléia. A gente disse: "tá morto, a gente bate com a cabeça do Édson na barriga dos policiais e eles vão recuando". E eles foram dando para trás. A chegada do cortejo ao saguão da Assembléia foi tumultuada. no plenário o secretário de finanças do Estado, Márcio Alves, terminava uma exposição e o deputado Gama Lima se preparava para fazer a primeira pergunta. De repente, chega correndo Alberto Rajão, afasta o colega do microfone, e anuncia: A polícia acaba de matar dois estudantes. Eles estão entrando neste momento na Assembléia. é mais um crime contra a juventude brasileira... Não conseguiu terminar. O presidente José Bonifácio suspendeu a sessão e todos os 55 deputados correram para o hall de

entrada. Ali ninguém se entendia e o eco dos gritos e discussões ampliava a confusão. Aquela altura, nem todos sabiam que havia dois corpos - sem identidade e sem lugar para serem colocados. A muito custo, descobriu-se uma mesa. Felizmente, alguém no recinto mantinha o sangue frio: um deputado experiente, oriundo do PSD Jamil Haddad, tinha outra vantagem: era médico, sabia o que fazer nestas ocasiões. Enquanto se discutia, ele avançou por entre a confusão e passou a examinar os dois rapazes. Um apresentava um pequeno orifício na altura do coração e o outro sangrava no supercílio esquerdo. Aparentemente, ambos estavam sem vida. O pulso do primeiro, o que apresentava o ferimento no peito, informou logo ao médico que não havia nada a fazer. Ao segurar o braço do segundo, porém, o Dr. Jamil teve uma surpresa: o pulso batia. Ele estava apenas em estado de choque; vivia. Discreto, Jamil não disse nada. Aplicou logo no seu inesperado paciente uma massagem cardíaca e uma compressão na carótida. O resultado foi quase cômico: o "morto" ressuscitou: - Não me batam, por favor - disse, sentando-se. O ambiente estava muito tenso para que Jamil Haddad risse, como ri agora ao se lembrar do incidente. - Calma, você não está na Polícia, você está na Assembléia - o médico tranqüilizou. Mais trabalho do que ressuscitá-lo talvez tenha sido convencer seus colegas de que o carro da Assembléia que saíra em seguida para o hospital Souza Aguiar, levando Benedito Frazão Dutra, ferido, não estava seqüestrando um morto. Como os discursos continuavam falando em "dois mortos", o tumulto iria continuar. Quando se tentou levar para o Instituto Médico-Legal o "verdadeiro" cadáver, os estudantes protestaram. Eles não abriam mão: o corpo dali não sairia. As negociações envolveram até o jurista Sobral Pinto, advogado dos estudantes do Calabouço. "Respeitamos muito o advogado da liberdade", disse Brito, "mas o corpo só sai daqui para o cemitério. Se levarem agora não trazem mais. É mais um golpe policial." Um estudante recém-formado em Direito reforçava a decisão com um argumento histórico: "Getúlio Vargas, outra vítima do poder econômico, também foi autopsiado fora do Instituto Médico-Legal." Eterno combatente contra todas as ditaduras, o Doutor Sobral estava acostumado a resolver situações difíceis, inclusive ao defender seu cliente e adversário político Luís Carlos Prestes contra, exatamente, a ditadura Vargas. Nessa noite, porém, ele fracassaria como mediador. Sem conseguir convencer a liderança estudantil, pegou o seu guarda-chuva preto e foi embora zangado. Depois de demoradas e custosas negociações comandadas por alguns jovens deputados da vanguarda do MDB, o Grupo Renovador, e envolvendo autoridades estaduais e federais, obteve-se um acordo que garantia que o corpo não sairia dali. A notícia foi recebida no hall com palmas e correria. Todos queriam subir ao 4º andar para acompanhar a autópsia no Serviço Médico da Assembléia. Às 2h30min da madrugada, o corpo deixava finalmente o ambulatório, autopsiado e já dentro do caixão. Essa não seria a única negociação daquela madrugada. O Grupo

Renovador ainda teria muito trabalho. Porque eram jovens e de esquerda, seus principais representantes - Ciro Kurtz, Alberto Rajão e Fabiano Villanova - conseguiram o que na época era difícil: manter um diálogo com os estudantes. Resolvido o impasse da autópsia, eles temiam pelo enterro. Era preciso retirar o policiamento das ruas e impedir, em troca, que o cortejo passasse em frente à embaixada americana e diante do Palácio Guanabara. Os conflitos seriam inevitáveis. Kurtz e Villanova se dispuseram a ficar negociando com as lideranças estudantis, enquanto Rajão se dirigia ao Guanabara, onde encontrou o governador prostrado, reclamando de sua falta de autoridade. Eleito pela oposição em 66, Negrão tivera dificuldades em assumir e governava debaixo de pressões: das forças oposicionistas que o elegeram e da linha-dura. - Se o senhor não manda, alguém manda, governador - sugeriu Rajão. Mineiro, o governador entendeu logo. Pediu então licença para ir a uma sala reservada telefonar para o General Sizen Sarmento, comandante do I Exército. Os deputados renovadores haviam previsto todos os lances dessa operação. Eles tinham um colega, o deputado Salvador Mandim, da Arena, que, por ser general, gozava da confiança dos militares e, por ser íntegro, merecia o respeito de seus pares na Assembléia. Era o emissário ideal para ir ao I Exército. Quando, já amanhecendo, se reencontraram na Assembléia, Rajão, Kurtz, Villanova, Haddad e Mandim estavam aliviados, Graças às suas articulações, o Rio iria assistir a uma manifestação política pacífica e inesquecível. De madrugada, a hoje Câmara dos Vereadores era um local de peregrinação. Com as chamadas do rádio e da TV, e com a comunicação de boca dos estudantes, a cidade ficou logo sabendo da morte de Édson Luís. Ao suspenderem seus espetáculos, os teatros convocaram os espectadores para o velório. A Cinelândia, aos poucos, foi-se enchendo. A impressão que se tem hoje, evidentemente exagerada, é a de que todo o Rio de Janeiro passou pelo velório. Nunca a Assembléia havia recebido a visita de tantas celebridades. Estiveram ali, à noite ou de madrugada, Hugo Carvana, Tônia Carrero, Norma Bengell, Nara Leão, Di Cavalcanti, Ferreira Gullar, Cacá Diegues, Arnaldo Jabor, Leon Hirszman, Cecil Thiré, Paulo César Sarraceni, Fauzi Arap, Néelson Mota, entre tantos outros. Muitos permaneceram no velório do início da noite de 28, quando chegou o corpo ao saguão da Assembléia, até a hora da saída do enterro. Populares fizeram uma interminável fila diante do caixão, enquanto estudantes discursavam ininterruptamente. Discursou-se a noite toda. Foi um dos mais longos comícios a que um velório já assistiu. No meio de tantas cenas impressionantes, uma chamava a atenção. Às 10 horas da manhã, das escadarias da Assembléia, o escritor Otto Maria Carpeaux discursava. Austríaco que vivera na Viena de Kafka, Freud e Rilke, I Carpeaux chegara ao Rio no fim dos anos 30, perseguido pelos nazistas. No ano anterior, por ter escrito um violento artigo no jornal O Sol - "FMI: Fome e Miséria Internacional" - ele fora enquadrado na Lei de Segurança Nacional e "qualificado" pela polícia, que o

obrigou a tirar cinco vezes as impressões digitais. Carpeaux tinha um incômodo defeito de fala: mexia ; várias vezes o maxilar antes de conseguir pronunciar uma palavra. Esse movimento inútil produzia um choque entre as dentaduras cujo ruído tornava quase insuportável a angústia de quem o ouvia. Com tudo isso, ele foi um dos raros não-estudantes a falar até o fim naquele dia. Há muito o autor da monumental História da literatura acidental fora aprovado no teste de radicalidade dos jovens. Vladimir Palmeira não se esquece do trabalho que deu aquele companheiro de 68 anos, insistindo em passar com o enterro pelo Palácio Guanabara: "Ele queria exibir o corpo para o governador." - Imagina a situação -, lembra Vladimir - eu, o "radical", tendo que dizer para o velho: "Não dá pé, Carpeaux, é provocação." Para convencer o renitente militante, o presidente da UME teve que usar um argumento técnico: - O problema, Carpeaux, é que a gente já marcou com os sindicatos, os estudantes. Não dá para mudar sem consultá-los. Duas horas antes do enterro, a Cinelândia já estava totalmente ocupada. As faixas, cartazes e slogans eram exibidos ou gritados: "Bala mata a fome?", "Os velhos no poder, os jovens no caixão". Uma palavra de ordem se destacava pelo irresistível apelo: "Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?" Às 16 horas, o padre Vícente Adama encomendou o corpo: "Depois desses acontecimentos", ele disse, "não há mais possibilidade de diálogo entre jovens e adultos. Será preciso uma nova fórmula para resolver esse estado de coisas." Às 16h 5min, o caixão descia as escadarias da Assembléia carregado pelos estudantes e pelos deputados estaduais Ciro Kurtz, Alberto Rajão e Fabiano Villanova. Durante mais de duas horas o cortejo percorreu os seis quilômetros que levam do centro da cidade ao cemitério São João Batista, em Botafogo. Lenços brancos eram acenados e flores jogadas dos edifícios. A escritora Ana Maria Machado, irmã do então líder estudantil Franklin Martins, lembraria, comovida, a cena, no seu romance autobiográfico recentemente lançado: A cidade inteira se comovia e reclamava pela vida de um menino. O céu escurecia, estava anoitecendo; logo, as luzes iam-se acender. Mas não se acenderam. De fato, inexplicavelmente, a cidade ficou às escuras no trecho por onde ia passar o enterro. Com a liberdade que a ficção lhe dá, Ana Maria diz que foi obra do governo. Se foi, a sabotagem não surtiu efeito. Os veículos parados ao longo das pistas, aqui e ali, começaram a acender seus faróis. Em seguida, alguém arranjou um jornal, torCeu-o e improvisou uma tocha. Em seguida, elas se multiplicaram. Queimavam rápido demais, porém. Nas janelas dos edifícios, em diferentes alturas, os moradores começaram a acender velas, ou desciam para oferecer lanternas. Na porta de uma loja, um comerciante distribuía velas e fósforos. Édson Luís foi sepultado à luz de velas e de archotes improvisados - e ao som do Hino Nacional cantado pela multidão. Depois, já se retirando, todos entoaram a Valsa do adeus. Juntamente com a emoção que tomou conta das pessoas, estudantes ou não, uma retórica fúnebre dominou a imprensa no dia

seguinte. Um jornalista escreveu: "Édson Luís teve a homenagem que o povo brasileiro costuma consagrar aos seus heróis populares: o Hino Nacional. Sua mortalha foi a Bandeira brasileira." Outro foi mais longe: "O luto e o repúdio à violência surgiram nas faixas negras. O amor, a solidariedade, a saudade estavam nas pétalas de rosas que caíam do alto dos edifícios." Um terceiro garantia: "Desde o sepultamento de Getúlio Vargas, não houve no Brasil homenagem póstuma dessa grandeza. A cidade recebia esses excessos emocionais com naturalidade. Ela estava muito traumatizada para poder cuidar da estética de suas expressões de dor. "Foi o espetáculo mais impressionante que eu vi em minha vida", recorda Vladimir, ele que participou de quase todos naquele ano. Aquele sol tremendo e as pessoas chegando sem parar, com flores, rosários: crianças de escolas primárias, freiras, madres, padres, alunos de colégios, professoras levando turmas, pessoas inclusive de direita. Crianças de 7, 8 anos, ao lado de mães, velhos, donas-de-casa se exprimindo politicamente pela primeira vez. Parecia que havia uma grande articulação e não era nada disso. Uma coisa contraditória esse enterro: uma manifestação imponente, cheia de vida. Foi comovente. Édson Luís era um dos 300 estudantes que no fim da tarde de 28 de março jantavam no restaurante que o governo construíra depois que, dois anos antes, demolira um outro, velho. A causa da demolição nunca chegou a ser confessada, mas ela coincide com os preparativos para a reunião do FMI no Museu de Arte Moderna em 66. "Foi para embelezar o local," não duvida Vladimir Palmeira. Naquele fim de tarde, os estudantes protestavam, como faziam quase todos os dias, e se preparavam para mais uma passeata-relâmpago sem consequência, mas a polícia achava que eles tramavam apedrejar a embaixada americana. "De repente, ouvimos vários tiros seguidos", conta Ziraldo. Os jornalistas Ziraldo, Washington Novaes e este narrador assistiam à cena de uns 200 metros de distância, da janela do 6º andar da revista Visão, onde trabalhavam. Como testemunhas convocadas posteriormente pela Comissão de Inquérito, Ziraldo e Washington relataram mais ou menos o mesmo: A tropa da PM chegou às 18 horas, brandindo cassetetes. Os estudantes fugiram em duas direções e depois se reagruparam, avançando sobre os policiais com paus e pedras. Os soldados começaram então a recuar e a área fronteira ao restaurante ficou logo deserta. Ziraldo disse à Comissão: Quando os soldados voltaram, começou o tiroteio, vindo da galeria do edifício da Legião Brasileira de Assistência. Os estudantes fugiram em polvorosa das proximidades, e, neste momento, eu vi um policial, em posição característica de tiro, saindo da galeria, e alguém caindo. Sem horário de verão, às 6 horas da tarde já era noite, o que impediu que as testemunhas vissem que o tiro saía do revólver do aspirante da PM Aloísio Raposo para atingir mortalmente o coração do estudante Édson Luís. Quando Chegaram ao local, o CorpO já estava sendo conduzido. Longe de ser um líder, Édson Luís era, como muitos de seus colegas, um daqueles jovens que

vínham do interior tentar estudar no Rio, sobrevivendo graças à alimentação barata do Calabouço. Para estudar, Édson Luís era obrigado a recorrer a pequenos expedientes, inclusive na limpeza do restaurante. Ele não tinha nenhum dos componentes míticos para sonhar em ser o que acabou sendo: um mártir. O que faltava de substância mitológica, sobrava de conteúdo de classe àquela ampla camada de jovens anônimos que compunham a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço. A FUEC era a prima pobre da UNE, da AMES, da UME, isto é, das siglas que identificavam o movimento estudantil com a classe média a que seus líderes em geral pertenciam. Embora dos mais participantes, Brito nunca alcançou o prestígio intelectual e político de seus colegas de liderança. Pela massa que liderava e pela combatividade de sua ação, ele bem poderia ser um dos "grandes" do Rio, ao lado de Vladimir Palmeira, Carlos Alberto Muniz, Franklin Martins e Jean- Marc. Mas até o radical empenho de Brito serviu não poucas vezes para colocá-lo sob suspeição ideológica, uma acusação que é repelida por seus velhos companheiros. A repercussão de certos acontecimentos políticos nem sempre é proporcional à importância dos atores neles envolvidos. O episódio do Calabouço, que desencadeou uma série de manifestações de protestos que iriam culminar com a lendária Passeata dos 100 Mil, três meses depois, ficou na História como um marco. Pode-se dizer que tudo começou ali - se é que se pode determinar o começo ou o fim de algum processo histórico. De qualquer maneira, foi o primeiro incidente que sensibilizou a opinião pública para a luta estudantil. Como cingidamente lembrava a direita, "era o cadáver que faltava".

Um ensaio de golpe

"É inaceitável que o Exército trate os estudantes como se fossem uma horda de inimigos." (CARLOS LACERDA)

Por pouco, no ano bissexto de 68, o dia 13 de dezembro não caiu em abril - não faltou quem quisesse antecipar o calendário da crise. Quando o golpe militar de 64 completava o seu quarto aniversário, o governo Costa e Silva esteve a ponto de decretar um novo Ato Institucional, o AI-5. Os que ainda acham que o marechal foi levado àquela medida extrema em dezembro por causa da rebeldia estudantil, ou pela insubordinação do Congresso, deveriam visitar o período que vai da morte de Édson Luís até as missas da Candelária, isto é, de 28 de março a 4 de abril. Aí observariam de que maneira os setores duros do governo já procuravam o que iriam encontrar quase nove meses depois: um pretexto para o golpe dentro do golpe. No dia 1º de abril, por exemplo, uma segunda-feira, rumores invadiram o Congresso, dando como certo que o governo iria, ou editar um novo ato, ou decretar o estado de sítio. O colunista Carlos Castello Branco, que desvendou esse ensaio de golpe, mostrava como, junto ao presidente da República, lembrava-se o precedente do seu antecessor, quenão queria baixar o AI-2, mas acabou derrotado pela linha- dura, quando não obteve do poder Legislativo cobertura para impor medidas preconizadas pelos meios militares revolucionários. Na coluna do dia 2, Castelinho, sempre bem-informado, revelava: O MDB examina informações segundo as quais, desde a última terça-feira, isto é. antes dos acontecimentos desencadeados com a morte de um estudante no Rio de Janeiro, o Governo contempla a hipótese de editar um novo Ato Institucional para impor medidas que não consegue ver aprovadas pelo Congresso. A oposição não afastava a hipótese de que os acontecimentos do Rio pudessem ter, além da iniciativa estudantil, alguma inspiração militar, para criar o clima indispensável às medidas de exceção. Agentes dos órgãos de informação, por seu lado, encarregavam-se de espalhar a suspeita de que as últimas agitações representavam não um fato isolado, mas faziam parte de um "plano das esquerdas latinoamericanas". No dia 30 de março, a sucursal da CIA no Rio remetia para a sede um relatório de duas páginas - "Planos iniciais para demonstrações estudantis no dia 1º de abril" - contando o que se preparava: Os líderes das manifestações estudantis agora planejam uma manifestação gigantesca para o dia 1º de abril, às 17 horas locais. na praça diante da Assembléia Legislativa, onde eles passaram parte do dia 25 de março, manifestando-se. A manifestação de 1º de abril será seguida por uma marcha. O roteiro e os detalhes finais serão tratados pelos estudantes em reuniões na manhã de 1º de abril. Nos planosjá há o acordo de se queimar uma Bandeira americana, focalizando a demonstração principalmente contra o governo brasileiro e

secundariamente, em temas antiamericanos. A coluna Coisas da Política do JB, registrava "os rumores alarmantes" sobre as possibilidades que estavam sendo consideradas pelo governo. Diante da pressão militar, Costa e Silva estaria disposto - se não editasse um novo Ato ou decretasse o estado de sítio - a pelo menos ordenar a intervenção federal na Guanabara, com provável extensão da medida a outros Estados. Traumatizados pela morte de Édson Luís e proibidos pelas autoridades de se manifestarem na rua, apesar do modelo de ordem que fora o enterro, os estudantes resolveram comemorar à sua maneira os quatro anos da chamada Revolução de 64. No dia primeiro, às 18 horas, eles foram para a rua como quem vai para a guerra. Durante três horas, com paus e pedras, paralisaram o Centro do Rio. Depredaram lojas e bancos, viraram carros oficiais, queimaram um Volkswagen na Avenida Rio Branco e danificaram uma ambulância e dois carros do Ministério da Saúde. Organizados em piquetes que avançavam ou recuavam quando hostilizados pelos pequenos contingentes da PM dispersos nas ruas, os manifestantes chegaram a travar lutas renhidas com as forças policiais, sobretudo nas imediações do prédio do antigo MEC, quando houve tiroteio e luta corpo a corpo. Na rua Primeiro de Março, o comandante de um choque da PM, Tenente Clélio, foi agredido pela própria guarnição por não ter conseguido impedir o rapto de três soldados sob suas ordens por um grupo de manifestantes, que, embora desarmados, espancaram os soldados. Os estudantes usaram o que as autoridades chamariam no dia seguinte de "as mais modernas técnicas de guerrilha urbana". Quando, depois, os correspondentes estrangeiros tentaram confirmar isso com Vladimir Palmeira numa entrevista coletiva, ele riu: "Tudo o que nós sabemos, aprendemos com a polícia." Na verdade, pelo menos desde 1966, os estudantes estavam acostumados a apanhar - a apanhar ou a correr. Agora iam inverter a relação: devolver ao "inimigo" o que com ele tinham aprendido. A técnica consistia em atrair grupos de soldados para um determinado lugar - o que era feito pelos chamados "pelotões suicidas", enquanto o grosso dos manifestantes se dirigia para os verdadeiros locais das passeatas. Os líderes e os coordenadores de grupos movimentavam-se sob a proteção de uma equipe especial, formada por jovens em condições físicas de enfrentar a polícia. Às vezes um grupo se reunia em um local e lá rapidamente recebia indicações de novos pontos de concentração. Buscava-se confundir a polícia e os elementos infiltrados. Os coordenadores tinham instruções para desmontar o próprio grupo, quando suspeitavam da presença de um espião. O balanço do dia não ficava devendo muito ao de uma jornada de guerra: 26 civis atendidos nos hospitais Souza Aguiar e Miguel Couto; 30 soldados feridos com cacos de garrafas e pedradas; um estudante morto com um tiro no coração, Davi de Souza Neiva, e quatro outros jovens baleados. Logo que soube dos acontecimentos, o ministro da Justiça, Gama e Silva, solicitou ajuda de tropas do I Exército. A ocupação militar da cidade começou às 22h30min, quando 1200 soldados do 2º Batalhão de

Infanteria Blindada chegaram em frente ao Ministério do Exército precedidos por cinco carros de combate, oito carros de assalto e dois jipes de comando. Dali, a coluna se deslocou para o Centro e esvaziou logo a Cinelândia. Ao mesmo tempo, 120 praças do Forte de Copacabana se juntavam a 90 soldados da PM e, com metralhadoras, bombas de gás lacrimogêneo, fuzis e cassetetes, ocupavam a Praça Serzedelo Corrêa. O Governador Negrão de Lima declarou depois que aceitara o auxílio do governo federal, mas não explicou por que, do efetivo de 10 mil homens da PM, só mobilizara 1.750 para enfrentar as manifestações proibidas. Graças a isso, poucas vezes a polícia apanhou tanto no Rio de Janeiro. A desmoralização maior ocorreu no Largo de São Francisco, para onde fora despachado, às pressas, o Brucutu. Velho de guerra, esse carro prestava grandes serviços à repressão de rua na Guanabara. Era temido menos pela sua agressividade do que pelos humilhantes efeitos que produzia: encharcava as pessoas e as derrubava no chão. Agora estava meio aposentado; vivia das glórias passadas. Mas o seu nome ainda impunha respeito. A sua chegada nesse dia foi assim descrita pelo Informe JB: Houve naturalmente princípio de pânico. O Brucutu estacionou em frente aos indíceis, apontou sua mangueira na direção das vítimas e, em meio à tensa expectativa, espirrou a sua potência líquida, abalada pela decrepitude da máquina. O que aconteceu em seguida o jornal não pôde contar com todas as letras. As pessoas procuravam se esconder, quando o psicanalista Hélio Pelegrino, que liderava um grupo de intelectuais e artistas, gritou: - Gente, o Brucutu broxou! A gargalhada dos que assistiam à cena abalou o moral das tropas da PM mais do que as pedras e os paus. De Porto Alegre, para onde transferira provisoriamente o governo, Costa e Silva declarava: "Custe o que custar, a ordem será mantida." O seu chefe do Gabinete Militar, general Jayme Portella, mantinha o mesmo tom: "Temos que ser duros. Não podemos deixar que eles tomem conta da situação." As agitações estudantis se alastravam por quase todo o país. Em Fortaleza, o Serviço de Informações dos Estados Unidos, o USIS, era destruído por manifestantes; em Recife, 2 mil universitários realizavam uma passeata proibida; em Belém, estudantes eram retirados à força da universidade, fechada pelo reitor; em Natal, uma greve paralisava todas as faculdades; em Maceió, protestos; na Bahia, um estudante ferido por um policial revoltava a população; em Brasília, a universidade permanecia ocupada pelos estudantes e cercada pela polícia; em Minas, três estudantes eram baleados, um policial gravemente ferido por um paralelepípedo e um carro oficial incendiado; em São Luís, os muros amanheceram pichados: "O Brasil é o novo Vietnam." Em Goiânia, um policial civil invadiu a Catedral Metropolitana, onde se reuniam estudantes, e feriu a bala dois deles: Telmo de Farias e Maria Lúcia Jaime. Sintomaticamente, em São Paulo, onde a polícia permitiu as manifestações, o povo foi para as ruas tranqüilamente. Os conflitos pareciam proporcionais ao número de policiais que a repressão utilizava. Só as autoridades não viam isso .Ou

não queriam ver? Na mesma hora em que o Rio pegava fogo, na capital paulista Plínio Marcos podia discursar diante do Teatro Municipal e ser aplaudido por Ruth Escobar, Cacilda Becker, Sérgio Ricardo, Maria Della Costa e Ari Toledo, além do professor Florestan Fernandes e de monsenhor Benedito Ulhoa, capelão da PUC. Paralelamente às batalhas de fato, uma guerra de comunicados e declarações, notas e manifestos, tomou conta do país nessa primeira semana de abril, tendo o Rio como centro nervoso. Na terça-feira, 2, o ex-governador Carlos Lacerda resolveu falar. Um dia antes, Alceu Amoroso Lima já denunciara em conferência: "Vivemos num regime de ditadura mascarada e, o que é lamentável, que nem ao menos tem a coragem de se declarar franca e honestamente ditatorial." Alceu podia falar: nem essa ditadura, nem a anterior, nem as posteriores, ousaram fazê-lo calar. O Doutor Alceu não era político - e tocar nele era como tocar em um monumento. Com Lacerda, era diferente. Desde que rompera com a chamada revolução que ajudara a fazer, passou a ser considerado um traidor - e era tão odiado quanto tinha sido amado. Ele andava silencioso e não se manifestara nem mesmo por ocasião da morte de Édson Luís, para não dar pretexto. A última vez que se pronunciara, há 15 dias, numa entrevista, foi para uma conclamação de paz: "É hora de se levantar o povo para pedir anistia." Mas, diante do golpe que se preparava nos bastidores militares, ele decidiu lançar um manifesto. Reuniu-se com o ex-presidente Juscelino Kubitschek e depois entregou ao deputado Renato Archer, ambos companheiros de Frente Ampla, o documento para ser divulgado: A violência tornou-se norma nas relações entre governo e povo. Do restaurante do Calabouço à Constituição da República, esse governo, no qual se irmanaram os mistificadores, faltou à sua palavra. Era a primeira vez que Carlos Lacerda se solidarizava com as manifestações estudantis, que antes se contentavam com o apoio de intelectuais, sacerdotes e líderes sindicais. Isso, porém, não foi suficiente para sensibilizar a UNE, que, em nota, rejeitou a solidariedade. Em compensação, o governo sentiu-se logo atingido, mais precisamente os militares, contra os quais se dirigia o manifesto: Ninguém deseja a baderna, mas ninguém suporta a crueldade e a covardia. É inaceitável que o Exército trate os estudantes como se fossem uma horda de inimigos. Depois de segui-lo e persegui-lo com ameaças não consumadas de prisão, as autoridades se preparavam para finalmente se vingar de Lacerda. Era só aguardar. A resposta viria antes de terminar a semana. Enquanto isso, vivia-se a tensão daqueles dias. Os boatos e rumores chegavam às redações dos jornais misturados com informações - e não se sabia quais eram os piores. Na quarta-feira, véspera das missas de sétimo dia por Édson Luís, "círculos militares" espalhavam: "O decreto do estado de sítio já está pronto e o presidente da República pode baixá-lo ainda hoje." Em Porto Alegre, o chefe da Casa Civil, ministro Rondon Pacheco, confirmava que o governo estava "pensando na medida". Em Brasília, o presidente da Federação dos Estudantes

Universitários de Brasília, Honestino Guimarães, era caçado por policiais do DOPS até no forro da Igreja de Santo Antônio, onde os estudantes estavam reunidos. No Rio, o clima de terror podia ser medido pelas notas militares. Só o Exército, na véspera das missas, soltou três: uma de manhã, outra à tarde e a última já de madrugada. Elas advertiam: 1) o Exército não foi treinado para atirar em estudantes, mas nos inimigos da pátria; 2) as autoridades não permitirão atos públicos após as missas; 3) os pais e responsáveis devem conservar seus filhos afastados de tais manifestações. No último comunicado, o general Sizen Sarmento, comandante do I Exército, lançava um estranho alerta: Os Serviços de Segurança do Estado da Guanabara alertam a população carioca que os comunistas e agitadores profissionais programaram para hoje no curso das cerimônias religiosas a "Operação Mártir". visando à fabricação de mais cadáveres para servirem de bandeira aos seus já desmascarados propósitos de agitação social. Acautele-se, pois: o povo ordeiro e laborioso do Estado. A UNE também lançou a sua nota, onde, atrás de uma retórica belicosa, pedia calma. Depois de denunciar a infiltração de "agentes dos órgãos da repressão" - o que chegou a ser interpretado como uma alusão aos líderes do Calabouço que queriam programar manifestações para depois das missas -, o longo comunicado recorria ao exemplo vietnamita, indefectível na época, para dizer que o processo era longo: Só com uma organização coesa, firme, sólida, é que podemos derrubar-, nossos inimigos, da mesma maneira que o povo vietnamita derrota hoje _ o imperialismo e a ditadura militar do Vietnã do Sul. Mas da mesma forma que a luta do povo vietnamita tem sido árdua, a nossa sem dúvida alguma também o será. Foi nesse clima de apreensão que o Rio foi dormir para acordar para a primeira missa de sétimo dia pela alma de Édson Luis, na Igreja da Candelária. Algumas pessoas, porém, ficaram acordadas até a madrugada, como o vigário do Rio de Janeiro, D. José de Castro Pinto, que se reuniu com o deputado Márcio Moreira Alves, o advogado Marcelo Alencar e as lideranças estudantis, em lugar secreto: só uns poucos sabiam que era o apartamento da jornalista Teresa Cesário Alvim. Eles tomavam todas as precauções para que nenhum incidente pudesse ocorrer durante e depois das cerimônias religiosas. Enquanto isso, o Exército e a PM entravam de prontidão. O governo estadual decretara ponto facultativo nas repartições e feriado bancário. O comércio foi aconselhado a não funcionar. A partir das 6 horas da manhã, as tropas do I Exército, da PM, do Corpo de Fuzileiros Navais, começariam a ocupar os pontos estratégicos da cidade. No capítulo 4º da parte III deste livro, vai-se revelar o que só seis meses depois se descobriu: o Para-Sar, uma esquadrilha de páraquedistas da Aeronáutica, havia recebido ordem nesse dia para executar as pessoas que, do alto dos edifícios, jogassem objetos na polícia. Sem saber disso, centenas de pessoas, tranquilamente, se dirigiram cedo para a Candelária.

A cruz contra a espada

"Inesquecível, padres". (OTTO MARIA CARPEAUX)

Foi logo depois da comunhão, quando a missa estava no final, que começaram a chegar ao altar-mor os inquietantes ruídos de cascos de cavalos pisoteando o asfalto. Eles vinham misturados ao ranger de freios das viaturas policiais, ao ronco de um avião que sobrevoava o local e a ordens militares gritadas. O conjunto produzia uma sonoplastia de guerra. E era um pouco isso o que acontecia em frente da Igreja da Candelária no começo da noite de 4 de abril - uma guerra que tinha começado de manhã e que ameaçava recomeçar agora. Antes de chegar ao altar, os ruídos haviam passado naturalmente pela nave do templo, provocando, primeiro, uma espécie de paralisia, depois um início de pânico. - Ninguém sai - disse do púlpito o padre Guy Rouffierx, que comentava a missa, ao perceber os primeiros sinais de inquietação. Ele procurava acalmar a assistência, que no início da cerimônia animara, incentivando os que não estavam "familiarizados com os ritos católicos" a cantar em coro: "Vamos ver, quero ouvir a voz de todos." A igreja estava lotada. Na primeira fila, o trotskista Mário Pedrosa sentava-se ao lado da esquerda católica, "representada por Hélio Pellegrino. Atrás, o ateu Otto Maria Carpeaux, misturado a estudantes esquerdistas. A presença de tantos agnósticos num templo levou o O Globo a perguntar - ... ironicamente, em editorial, se aquelas pessoas não teriam sido tocadas pela graça. José Carlos Oliveira respondeu: "Sem ironia, espero que a graça desabe como um raio sobre aqueles católicos que assistiram horrorizados à invasão da Candelária pelos ateus." Das mais de 600 pessoas ali apertadas, muitos enxugavam os olhos com lenços. Imperceptíveis nuvens de gás lacrimogêneo haviam penetrado pelas frestas das portas e janelas durante a cerimônia, trazidas pelo vento das ruas vizinhas, tomadas desde cedo por uma espessa camada de gás que a polícia jogara para dispersar os estudantes. Pela fumaça ou pela tensão, no meio da missa Mário Pedrosa começou a passar mal. Hélio Pellegrino percebeu logo que era grave. "Mário, nós vamos sair daqui já." Discretamente, conduziu o amigo até a porta lateral mais próxima e aí se depararam com uma praça de guerra. Era impossível atravessar. O que ocorreu, então, comoveu Pellegrino. Ele se aproximou de um oficial da PM e disse: - Capitão, o senhor vai me ouvir um segundo. O meu amigo ali, encostado na porta, é um velho mestre. um intelectual ilustre, um cidadão respeitável. Ele está tendo um infarto. Sou médico e já fiz o diagnóstico. Temos que removê-lo já, a qualquer custo. O capitão, que certamente tinha comandado espancamentos, reagiu como se tivesse sido também tocado pela graça: - Fique tranqüilo, doutor, vamos providenciar a remoção agora, já. Uma Kombi da PM, imediatamente recolheu Mário. Como numa mágica, cavalos, soldados, fuzileiros abriram um claro para

o carro voar. No hospital Souza Aguiar confirmou-se que o paciente tivera uma isquemia. Mário Pedrosa, o subversivo, fora salvo pela gentileza de um agente da repressão. - Eu nunca cheguei a saber o nome desse capitão lamentou Hélio Pellegrino, pouco antes de morrer. - Que brasileiro honrado! Hélio Pellegrino e Mário Pedrosa foram, provavelmente, as últimas pessoas a deixar o templo, antes de terminar a missa. Outros que, por aflição, tentaram desobedecer à ordem do padre comentador, desistiram ao chegar à porta de saída. O que viram era assustador. A praça estava tomada. Na frente, três fileiras de cavalariões da Polícia Militar, montando animais indóceis e com as espadas desembainhadas, não deixavam dúvida quanto à disposição guerreira dessa tropa de choque. Mais atrás, guardando a fronteira do território que ia até o vizinho Ministério da Marinha, o temível Corpo de Fuzileiros Navais. Os agentes do DOPS completavam o cerco. Plantada no centro da Praça Pio X, a Candelária tem uma estranha posição. Está de costas, não de frente, para a principal avenida da cidade, a Presidente Vargas, cuja construção mais recente teve que contornar a bicentenária igreja. Essa inversão topográfica facilitava as posições bélicas das forças sitiadas. A fachada barroca, com sua porta principal por onde deveriam passar os fiéis sitiados, dá para a parte menor da praça: as saídas são estreitas e mais facilmente bloqueáveis. Essa situação e os dois mil soldados que guarneciam toda a área, não davam espaço para nenhuma esperança de fuga. Mesmo sem ver, D. José de Castro Pinto, o celebrante da missa e seus 15 concelebrantes, podiam imaginar o que se armara lá fora. Eles esperavam por isso. Enigmática figura, essa do vigário-geral do Rio de Janeiro. Olhado por muitos como "reacionário", D. Castro Pinto enfrentava naqueles tempos uma tríplice oposição. Os estudantes desconfiavam de seus esforços a favor do diálogo, alegando que ele fazia o jogo das autoridades; estas, fundamentavam a sua suspeita invertendo o argumento: o bispo fazia o jogo dos estudantes. E a parte progressista do clero o rejeitava por sua moderação, acusando-o, inclusive, de ter assinado mais de um manifesto para depois desmentir a assinatura pelos jornais. - Ele nos provocava uma ira, uma raiva, que só os céus sabem medir - diz o agora psicanalista João Batista Ferreira, um dos concelebrantes. João Batista tinha então 27 anos, e, pela liderança e poder de expressão, seria escolhido para falar na Passeata dos 100 Mil em nome do clero. Mas D. José, eles faziam justiça, era capaz de ações e gestos surpreendentes, como alguns que cometeu durante o ano de 68. Um de seus alunos no seminário, o escritor Carlos Heitor Cony, considera-o um dos homens que mais o impressionaram na vida. Ele não esquece um episódio revelador da coragem física do seu antigo professor: Certa noite, em Itaipava, um cavalo temido por todos endoideceu. Alguém o colocara para puxar um pesado carroção e foi cair dentro do açude, amarrado aos varais. Só um homem poderia salvá-lo: e lá foi padre Castro Pinto. Caiu no açude e trouxe o cavalo ensandecido. A tarefa desse início de noite, porém, era mais

difícil. Ele teria que dominar não um, mas centenas de cavalos e cavaleiros completamente ensandecidos. Algumas horas antes, às 3 da tarde, D. Castro Pinto recebera um telefonema do poderoso general Sizeno Sarmento, sugerindo que não se realizasse a missa da tarde na Candelária. No dia anterior, ele proibira a realização da cerimônia em praça pública, como pretendiam os organizadores. Disciplinadamente, D. Castro Pinto acatara a proibição. - Se o senhor proibir, general, eu acato a ordem, como acato sempre a ordem das autoridades. - Não, proibir eu não vou - respondeu, contrafeito Sizeno. Vinte anos depois, o bispo de Guaxupé, em Minas Gerais, para onde foi transferido em 1976, relembra o diálogo. Ele fala baixo, não enfatiza as palavras e rejeita qual quer sugestão de heroísmo para o seu gesto, atribuindo tudo "à providência divina". - Na verdade - revela agora - o general queria que eu proibisse. Como ele não teve coragem de proibir, e eu jamais o faria, realizamos a missa. Após a conversa pelo telefone, D. Castro Pinto preparou para o pior - e se dirigiu à Candelária, acompanhado por alguns colegas da Cúria e, claro, pela providência divina. Foi a primeira pessoa a chegar, exatamente às 16h05min. Algumas centenas de fuzileiros, agentes do DOPS soldados da PM procuravam dispersar o povo a pretexto de que não haveria missa. Era uma prévia para o espetáculo de dali a pouco. O vigário-geral se dirigiu ao oficial que comandava o Corpo de Fuzileiros, declinou sua condição e obteve permissão para entrar. Depois disso, seria preciso atestado de coragem para enfrentar aquelas tropas e entrar na Igreja. As três forças se esmeravam em atemorizar os que chegavam. Os agentes auxiliavam a dispersar os grupos e pediam identificação aos mais jovens. Um desses foi abordado pela turma do Inspetor Mário Borges, do DOPS, então muito temido: - O que você está fazendo aqui? - Eu vim para a missa. O policial reagiu como se a simples resposta já fosse um desacato: sacudiu-o pelos ombros. - Você está fazendo isso comigo - ousou o imprecavido rapaz - porque está armado e tem uma turma atrás. Foi o bastante para que oito agentes o levassem para uma Kombi e o espancassem. A cena chocou o próprio Mário Borges, que resolveu repreender os seus comandados com uma pedagogia que viria a se tornar obsoleta, quando, mais tarde, os policiais cederiam o seu lugar aos agentes do DOICODI. Por enquanto ainda havia limites. - Vocês só devem bater antes de prender - ensinou Borges. - Depois, não; não admito. Às 17h30min, os representantes da Cúria e D. Castro Pinto continuavam na porta, lamentando com os oficiais para que deixassem os estudantes entrar. Em função dessas negociações, um oficial da PM resolveu retirar seu pelotão do cordão de isolamento e liberou a entrada. Mas não avisou os outros oficiais. Um grave conflito só não ocorreu por causa do sangüefrio dos organizadores. Moças e rapazes se dirigiam calmamente pelo lado esquerdo da Praça Pio X, rumo à porta da igreja, quando outros pelotões da PM correram em sua direção. Os líderes estudantis mandaram aos gritos que seus colegas parassem, e parlamentararam com os soldados. Enquanto isso, também sem saber

da permissão, os Fuzileiros Navais se julgaram diante de uma invasão e se postaram em linha na frente da Igreja. O oficial chegou a comandar: "Engatilhar armas!" Quando se pensa que os fuzileiros portavam metralhadoras de mão, pode-se calcular o que iria acontecer. Às 17h32min, os sinos da Candelária começaram a tocar e, pouco depois, uma misteriosa camioneta preta particular chegou à praça e dela foi transmitida a ordem de permissão para que as pessoas entrassem. Às 18 horas, a igreja já estava lotada, quando quatro aviões da FAB sobrevoaram o local. Às 18h4min, o celebrante abria a missa com a Epístola aos Romanos, de São Paulo, lida do púlpito por um estudante: E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos, renovando a vossa mente, a fim de poderdes discernir qual é a vontade de Deus, o que é bom, agradável e perfeito. D. Castro Pinto tinha preparado uma Epístola mais contundente, mas na última hora, com medo de que ela fosse interpretada pelos militares como uma provocação, mudou de apóstolo. Depois de lembrar que a Candelária, inaugurada no início do século XIX, já presenciara vários acontecimentos, alegres e tristes, ele avaliava que aquela manifestação "certamente ultrapassa todas as outras". Referindo-se ao "pesar da Igreja Católica pela morte desse jovem anônimo que veio para o Rio buscar o conhecimento e encontrou a morte", o celebrante disse: "Édson Luís tornou-se o símbolo da juventude nacional." Aos estudantes, ele pediu: "Vençam o mal com o bem." - Ninguém sai - voltou a insistir o padre Guy. Deixem que os padres saiam na frente. Vamos todos sair em ordem: primeiro, os padres: em seguida, os que estão de pé; depois, os que estiverem sentados. Ao chegarem à porta, os sacerdotes se deram as mãos e formaram duas correntes, no meio das quais iam os estudantes. Ainda paramentados com suas alvas, sobre as quais desciam as estolas roxas, porque era quaresma, os 15 padres seguiam o vigário-geral, que por vezes tanto odiaram, nesse cortejo que caminhava lentamente em direção a um muro de cavalos indóceis e cavalarianos irascíveis. Nos seus quase 200 anos, a Igreja de Nossa Senhora da Candelária assistira, desde que inaugurada por D. João VI, a memoráveis cerimônias, como lembrara Castro Pinto. Mas nenhuma tão tensa e dramática quanto aquela procissão. - Não gremem, não falem nada - de vez em quando dizia um padre. - Devagar, ninguém corre. O silêncio do cortejo permitia que se ouvisse a impaciência do inimigo que os esperava a alguns metros: era aquele mesmo ruído de cascos de cavalos que antes chegava ao altar e agora estava cada vez mais próximo. Na esquina das avenidas Presidente Vargas e Rio Branco, as duas colunas finalmente se encontraram, tendo à frente de uma delas os jovens padres Guy, Dario Nunes, Luciano Castello e João Batista, que ainda se impressiona ao lembrar a cena: "Nós ali embaixo, junto às patas, e os cavalos sapateando, agitados, como se estivessem drogados. Era aterrador." A ordem do major Neyson Auler Rebouças, que comandava o piquete de cavalarianos, foi o sinal de que se estava entrando na zona do imprevisível. - Desembainhar! Pela

manhã, essa ordem fora dada várias vezes e tinha provocado cenas indescritíveis de violência. A iconografia daqueles tempos está cheia dessas chocantes imagens: cavalarianos de sabre na mão, ensandecidos, golpeando o povo imprensado contra as portas da Candelária. A cidade não se refizera do trauma - e não entendia ainda o que tinha visto. Mais ou menos ao meio-dia, depois da primeira missa por alma de Édson Luís - mandada celebrar pela Assembléia Legislativa - as pessoas deixavam a igreja calmamente, enquanto as portas se fechavam às suas costas. De repente, quando ainda estavam na calçada, uma carga ligeira de cavalarianos, de sabres desembainhados, fez a sua primeira investida. Para se imaginar o que aquelas centenas de pessoas, sofreram pela manhã, é indispensável olhar de frente para igreja da Candelária. É uma fachada com sete portas, das quais a principal, bem maior, fica no meio. Elas dão para uma estreita calçada, que se estende ao longo da fachada e à qual se chega subindo três suaves degraus, tão suaves que até um cavalo sobe - como aliás subiram, nesse dia, os cavalos da PM. Parecia uma operação estudada, diabólica, porque não deixava nenhuma saída para as vítimas: estas tinham atrás as portas fechadas; pela frente e por cima os sabres; por baixo, as patas. Os que por milagre conseguiam fugir eram perseguidos por outros piquetes, porque cavalos não faltavam. - Foi um erro tático imperdoável, porque não deixou saída de escape; a cavalaria errou ao bloquear todas as saídas - explicou o coronel Rebouças, num depoimento que nos deu alguns meses antes de morrer em junho de 1988. Por causa desse erro, uma reunião do alto comando do Regimento Caetano de Faria decidira que, à noite, Rebouças, mais competente, iria comandar os cavalarianos. Como os padres não sabiam disso na época, eles acharam com razão que o massacre da manhã poderia se repetir ali. Era preciso, portanto, sangue-frio e resolução. Quando ouviram a omeaçadora ordem de "desembainhar" e os gritos de "aqui ninguém passa, recuem", eles disseram quase ao mesmo tempo, erguendo os braços, como naqueles santinhos em que o sacerdote empunha o crucifixo para exconjuram o demônio: - Em nome de Deus, calma! Isto não é passeata, isto não é passeata! Do alto de sua égua Arpêge, uma alazã vermelha de 1,80m e 500 quilos, o então major Rebouças não queria repetir o "erro tático" do seu colega da manhã. "Os cavalos estavam muito tensos, por causa da quantidade de gás e de toda aquela movimentação." E só ali - ele gostava de lembrar - estavam três pelotões, mais de 100 cavalos, pesando em média meia tonelada, com os olhos ardendo, cheios de necessidades e impacientes para disparar a uma velocidade de 450 metros por minuto, que é quanto um bemtreinado animal desenvolve no asfalto, e essas coisas todas que um bom oficial de cavalaria, mesmo quando não presidente da República, costuma contar para o ouvinte. Se soubessem de tudo isso, os padres provavelmente não teriam demonstrado tanta coragem. Mas naquela noite o major só queria dizer uma coisa: - A ordem é dispersar! Vamos dispersar! Os

padres também só queriam isso - que os seus fiéis pudessem se retirar incólumes para casa. O acordo impunha como condição que os estudantes seguissem pelas calçadas, não pela rua. - Devagar, em silêncio, pela calçada - comandaram os padres. Os sacerdotes permaneceram na esquina da Rio Branco até que passasse a última pessoa das que assistiram à missa. Ao lado, alguns políticos e intelectuais assistiam à cena comovidos, entre eles o deputado Márcio Moreira Alves, o advogado Marcelo Alencar, o deputado Raul Brunini e Otto Maria Carpeaux, o mais emocionado: - Inesquecível, padres - gaguejou. Eram 19h20min. Mais tarde, já chegando à Cinelândia, outros cavalos e cavalarianos despejaram a sua fúria sobre os que, salvos pelos padres, se dirigiam para suas casas. Só não houve um massacre de proporções idênticas ao da manhã por falta de vítimas - à noite, havia mais espaço para a fuga. 123 Um Pouco de Carne "Costa e Silva era um homem inteligentíssimo, de um QI altíssimo. Sempre foi o primeiro da turma e surrou o Castello em todos os cursos que fizeram juntos." fCoronel HERNANI D-AGUIAR) No dia seguinte ao das missas de Édson Luís, o presidente Costa e Silva ainda permanecia no Rio Grande do Sul, para onde deslocara o seu governo. Mais precisamente, na noite de sexta-feira, ele se encontrava no Clube Comercial de Pelotas. O salão estava vazio quando a orquestra começou a tocar Carolina. A canção, um dos sucessos do terceiro disco que Chico Buarque acabava de lançar, não era propriamente o que se poderia chamar de música dançante. É, como se sabe, a melancólica história de uma moça de olhos fundos onde guarda muita dor e que se recusa a ver o tempo passar pela janela. Nada disso, porém, impediu que o presidente pegasse dona Iolanda pela mão e abrisse animadamente o baile. A fotografia dessa cena saiu na primeira página do JB, um pouco abaixo da seguinte manchete: "Governo proíbe Frente e ameaça cassados." O segundo governo da revolução tirava de circulação o seu maior adversário civil, Carlos Lacerda, e ia dançar ao som da música de um contestador do regime. Vista hoje, a foto ilustra a tese do professor Affonso Romano de Sant'Anna, segundo a qual certos governantes adquirem a cara dos movimentos culturais de sua época: Jango era o CPC - Centro Popular de Cultura-, Juscelino, a Bossa Nova, Costa e Silva, o Tropicalismo, Sarney, o Pós-Modernismo, o vale-tudo. O marechal que governou o país entre 1967 e meados de 1969 era realmente tropicalista, pelo menos no que o movimento teve de exaltação dos modos e valores cafonas. Mais do que o irracionalismo que estimulou, o movimento de Gláuber, José Celso e Caetano ficará devendo ao desenvolvimento estético do país essa supervalorização do kitsch, graças à qual o provincianismo, a mediocridade e o arcaísmo iriam ganhar, daí para a frente, status cultural e político - e, seguidas vezes, o poder. Personalidades respeitáveis como Heráclio Sales, Rondon Pacheco, entre outros, que conviveram com o presidente na intimidade, dirão que isso é uma injustiça. Os seus depoimentos, ou o livro de Carlos Chagas, outro ex-assessor, mostram um homem de bem, cheio

de boas intenções, no meio de uma selva de animais selvagens e gananciosos. O Seu Artur, de Ibrahim Sued, foi realmente o mais simpático dos cinco ditadores que governaram o país de 64 até a abertura, e infinitamente melhor do que os três colegas que o sucederam na Junta. Gestos como o de, aos 69 anos, tirar a patroa para dançar Carolina faziam dele uma figura que estava longe do pedantismo de Castello Branco, do obscurantismo de Médici, da auto-suficiência de Geisel ou da grossura assumida de Figueiredo. As suas qualidades humanas eram suficientes para fazer dele uma figura que não chegava a ser odiada, ainda que não fosse amada. Mas, daí a imaginá-lo, por essas qualidades, um estadista, era como admitir ser possível ver o general De Gaulle, em plena Chienlit, dançando L'im, vortant c'est la rose com dona Yvonne. Há histórias para ilustrar sua falta de sofisticação intelectual - e ele mesmo estimulava muitas delas, o que não deixava de ser um sinal de humor. Conta-se que certa vez alguns auxiliares lhe deram de presente de aniversário um dicionário. "Ah", agradeceu, "vocês estão me chamando de burro, né?". Mas há também testemunhas de que havia vida inteligente na sua cabeça. O seu ex-assessor de Relações Públicas, coronel Hernani DeAguiar, é dos que defendem seriamente a inteligência do seu antigo chefe: "Costa e Silva era um homem inteligentíssimo, de um QI altíssimo. Não era um intelectual no sentido de cultivar a cultura, de ler, mas era muito inteligente. Sempre foi o primeiro da turma e surrou o Castello em todos os cursos que fizeram juntos." Heráclio Sales, ex-assessor de Imprensa, um frequentador dos clássicos e da música erudita, acha que o fato de Costa e Silva nunca ter feito questão de se mostrar inteligente já demonstrava que o era. No começo de 68, ele recebeu do presidente, escritas à mão, em papel de carta, dez máximas de Lao-tsé, um filósofo chinês anterior a Confúcio e que entrou na moda no fim dos anos 60, entre adeptos do desbunde. - Mas, presidente, como é que o senhor se interessou or Lao-tsé? - surpreendeu-se Heráclio. - Eu me interessei muito por essas filosofias orientais, principalmente esse Lao-tsé, que tinha idéias políticas muito interessantes. Na verdade, a primeira dessas máximas tinha muito a ver com o que seus amigos dizem que era o desejo do governo Costa e Silva. Aconselhava Lao-tsé: "Governa um reino pelo normal." "O que Costa e Silva queria", conclui Heráclio, "era justamente a normalidade." É possível que Seu Artur não fosse tão burro quanto desejava a oposição e não tão inteligente quanto querem fazer crer seus admiradores. Politicamente, porém, convenhamos, ele sofria de uma espécie de dislexia. Quem melhor definiu a administração Costa e Silva foi o isento VillasBoas Corrêa: "O seu Governo foi um coquetel de incompetência. Tudo indica que queria ir para a Tijuca, mas botou o seu bonde virado para Ipanema." A comparação pode ser pobre, mas, vá lá, a situação também não exigia respeito: nós tínhamos um presidente que não dançava conforme a música, nos dois sentidos da expressão. O país ia para um lado e ele para outro. Durante uma semana, várias cidades pegaram fogo. Em

nome do governo, ameaçou-se com estado de sítio, ato institucional intervenção federal e procedeu-se à ocupação militar do Rio de Janeiro - e Costa e Silva permanecia impassível na terra natal, sem ver o que se passava, como a Carolina do Chico. Mais ou menos no momento em que o presidente dançava, a Voz do Brasil divulgava a Portaria 177 que o ministro da Justiça Gama e Silva baixara, proibindo qualquer atividade política da Frente Ampla em todo o território nacional: "Manifestações, reuniões, comícios, desfiles, passeatas." Baseada na legislação revolucionária sobre políticos cassados, a Portaria determinava também que prendesse em flagrante "quem, estando banido politicamente, faça pronunciamentos sobre a Frente ou desempenhe atividade política". Determinava ainda que fossem apreendidos jornais, revistas e "quaisquer outras publicações que divulgarem atividades da Frente Ampla ou pronunciamentos de políticos cassados". A atitude do governo contra o movimento liderado por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart irri tou os meios políticos e lhes deu a convicção de que iniciava uma nova fase de endurecimento. O senador Josafá Marinho e os deputados Martins Rodrigues e Mário Covas interpretaram a medida como "o início de uma escada para a ditadura franca". O ridículo do ato foi ressaltado deputado Adolfo Oliveira: A Portaria não esclarece se só a Frente está proibida de manifesta reuniões, comícios, desfiles, passeatas, ou se a proibição abrange também os desfiles das escolas de samba. A Frente Ampla fora organizada dois anos antes por Carlos Lacerda, ao constatar que, além da área parlamentar, não havia uma oposição organizada capaz de se opor ao governo militar. Sua formação foi cheia de obstáculos, pois exigia conciliar o que parecia inconciliável. Lacerda teve que ir a Lisboa fazer as pazes com Kubitschek, um inimigo de 15 anos, e depois ir a Montevidéu fazer o mesmo com João Goulart, desafeto de 20 anos dia 25 de setembro, finalmente, os três mais importantes líderes do país selavam o "Pacto de Montevidéu" que procuravam, "sem cultivar ressentimentos pessoais, nem propósitos revanchistas, reconduzir o Brasil ao caminho democrático". As dificuldades começaram com a incompreensão de antigos seguidores, inconformados com a mudança de posição de seus líderes. Por outro lado, algumas lideranças cassadas negaram adesão ao movimento como o Leonel Brizola, um de seus mais críticos opositores. O exgovernador do Rio Grande do Sul impunha, como condição prévia para receber emissários da Frente, que Lacerda provocasse a cassação de seus direitos políticos, uma exigência que não dependia, evidentemente, do próprio Lacerda. De Montevidéu, Brizola escrevia: Não acredito, senão como um sofisma. o falso argumento de que a Frente Ampla é o único caminho válido e possível. É provável, realmente, que venha a ser o caminho mais seguro, mas para o senhor Lacerda continuar influenciando perniciosamente nos destinos do país e, quem sabe, até mesmo chegar ao governo da República. Quando Jango aderiu ao movimento, Brizola chegou a duvidar das faculdades mentais do cunhado.

Também o exgovernador de Pernambuco, Miguel Arraes, do seu exílio na Argélia, não acreditava nas possibilidades de êxito da Frente, nem do seu programa. As tentativas de atrair Jânio Quadros resultaram igualmente inúteis. Da parte do Governo, então, a hostilidade era total - o dispositivo militar procurava distribuir democraticamente entre os três o mesmo ódio, mas Lacerda, por se expor mais, tinha direito a uma porção maior de fel. "O Governo tolerou a Frente Ampla até que o grupamento se transformou numa fonte de subversão", declarou o ministro da Justiça, que, descobriu-se depois, já estava com a Portaria na gaveta há três semanas. Aliás, o sinistro Gama e Silva tinha como hobby, em 68, colecionar atos, portarias, IPMs e decretos. A qualquer hora, em qualquer emergência, ele podia sacar da gaveta um remédio amargo ou um veneno. Como se alguém tivesse dúvida, Gama e Silva completava: "O Governo não hesitará em retornar à fase revolucionária, aplicando medidas enérgicas." O ato ministerial queria impedir que a imprensa continuasse publicando entrevistas de cassados, uma proibição que não vinha sendo observada. O objetivo real era calar e paralisar politicamente Carlos Lacerda. "O senhor Carlos Lacerda foi cassado", escreveu o colunista Carlos Castello Branco, "não foi por subversão ou corrupção, mas por contaminação." - ... Embora arbitrária, a Portaria do ministro da Justiça não era porém tão eficaz, juridicamente, quanto seu autor queria. Gozando ainda de todos os seus direitos políticos, Lacerda não poderia ser enquadrado pela legislação revolucionária destinada aos cassados. Mas isso não foi logo percebido. A linha-dura, num primeiro momento, se mostrava saciada: em troca do ato que não tinha conseguido, ela recebia a cabeça de Lacerda. Na terça-feira, 9, Castelinho informava na sua Coluna do Castello: O Grupo de pressão que pleiteia do presidente da República a edição de um novo Ato Institucional foi provisoriamente derrotado, embora, para acalmá-lo, tenha sido baixada a Portaria do Ministro da Justiça. Nessa altura do ano, já estava claro que o governo Costa e Silva caminhava imprensado entre duas correntes internas: uma, querendo o endurecimento, e a outra, tentando, Deus sabe como, a via da liberalização. O embate dessas forças, com o eventual predomínio de uma ou outra, é o que explica a ciclotimia desses tempos, que oscilavam num movimento pendular que ia dos sobressaltos à distensão, do temor ao alívio. Assim, depois da tensão que tomou conta do país na véspera das missas da Candelária, e da violência que a cercou, o país parecia aliviado. A apreensão política se dissipara no COngresso e a crise cedia nos seus aspectos mais dramáticos, com o restabelecimento da ordem nas ruas. Mesmo as lideranças estudantis haviam determinado a volta às aulas e à luta por "reivindicações específicas". O balanço dos últimos acontecimentos chegava a uma conclusão positiva, conforme uma nota da União Metropolitana dos Estudantes: É necessário consolidar essa vitória, afastando as radicalizações e buscando a união com outros setores nacionais. Os estudantes haviam conseguido segurar os seus radicais, mas o governo não. A

medida contra Lacerda não era carne suficiente para a fome das feras. Ao receber a notícia da Portaria, Lacerda havia dito: "A Frente está morta. Viva a União Popular!" Os militares radicais interpretaram a entrevista como uma provocação e mandaram dizer, através de um porta-voz não identificado: Não foi só um desafio ao Governo como também veio demonstrar que a Portaria não alcançou os objetivos desejados e precisa ser revisada pelas autoridades. Um dos representantes da linha-dura traduzia o espírito do grupo: "Para esse moço, só sanções definitivas para colocar um ponto final nas provocações." Como se veria mais tarde, o que o grupo queria mesmo era colocar um ponto final no país...

A sexta-feira sangrenta

"Agora caem também vasos de Zores e tampas de latrina. A polícia consegue passar arimeira barricada e abre fogo contra a segunda - tiros de fuzil e de pistola 45." (CORREIO DA MANHÃ, 22-6-68)

Em meados de junho, o governo estava seriamente preocupado com a possibilidade de se repetir no Brasil o maio francês. Embora o movimento lá estivesse em descenso - De Gaulle já havia conseguido em Baden-Baden o apoio do direitista Massu - as autoridades brasileiras continuavam achando que havia um plano comunista de exportação das agitações estudantis. A matriz seria a chienlit da França. No dia 12, Costa e Silva, patético, prometia: "Enquanto eu estiver aqui, não permitirei que o Rio se transforme em uma nova Paris." Por ocasião da greve de Osasco, o ministro do Trabalho Jarbas Passarinho também advertia: "O Tietê não é o Sena." Alguns estudantes estimulavam essa paranóia. Luís Raul Machado dizia, durante a ocupação do CRZJSP em São Paulo: "Os generais podem estar tranqüilos que não se repetirá aqui o que houve na França. Vai ser muito pior." Durante os dias 19, 20 e 21 - quarta, quinta e sexta-feira - a promessa de Costa e Silva quase foi quebrada. Na sexta-feira, principalmente, conhecida como "a sexta-feira sangrenta", o Rio não ficou nada a dever à Paris das barricadas - e não por mimetismo, como temiam as autoridades militares. A motivação estava aqui mesmo. Ao contrário do movimento francês, não se lutava no Brasil contra abstrações como a "sociedade de opulência" ou a "unidimensionalidade da sociedade burguesa", mas contra uma ditadura de carne, osso e muita disposição para reagir. As barricadas de maio de Paris talvez não tenham causado tantos feridos quanto a "sexta-feira sangrenta" do Rio, para citar apenas um dia de uma semana que ainda teve uma quinta e uma quarta quase tão violentas. Nesse dia, quando o povo - não só os estudantes resolveu atacar a polícia, o centro da cidade assistiu a uma seqüência de batalhas campais como nunca tinha visto antes e como não veria nos 20 anos seguintes. Nos seis governos militares pós-64, incluindo a Junta, foi o que mais se pareceu com uma insurreição popular. Durante quase dez horas, o povo lutou contra a polícia nas ruas, com paus e pedras, e do alto dos edifícios, jogando garrafas, cinzeiros, cadeiras, vasos de flores e até uma máquina de escrever. O balanço de alguns hospitais - nem todos divulgaram os totais - registrou: 23 pessoas baleadas, quatro mortas, inclusive o soldado da PM Néelson de Barros, atingido por um tijolo jogado de um edifício, 35 soldados feridos a pau e pedra, seis intoxicados e 15 espancados pela polícia. No DOPS, à noite, amontoavam-se cerca de mil presos. "O povo tomou partido", escreveu José Carlos Oliveira, enquanto assistia aos acontecimentos de um lugar privilegiado, o 3º andar do JB, então na Avenida Rio Branco. "Baderna por baderna, violência por violência, a dos garotos é mais

simpática", observou o cronista. O relato dos jornais no dia seguinte tinha a dramaticidade de uma cobertura de guerra. O Correio da Manhã cronometrou a batalha em todas as suas frentes. Alguns trechos do relato dão a idéia do clima: 13h 15min - Soldados da PM, armados de fuzil, não hesitam: dispersam a tiros os manifestantes nas proximidades do edifício Avenida Central. Populares e estudantes correm em várias direções. E uma jovem, baleada, permanece estendida na calçada em frente à Ótica Lux. Nas ruas laterais começa o pânico. Agentes do DOPS atiram mais de 20 bombas de gás lacrimogêneo em populares. Dentro de uma lanchonete, duas senhoras grávidas desmaiam, após serem destratadas por dois agentes que pareciam estar sob efeito de estimulantes. Uma menina de dez anos perde-se da mãe, chora e recebe uma bofetada, de um agente. 13h30min - Na Avenida Rio Branco, os estudantes começam a erguer barricadas: a primeira, apenas com pedras; a segunda, com material de construção de obras próximas. Vai começar a batalha campal. Entre estudantes e populares, estão reunidos neste ponto cerca de 2 mil pessoas, que resistirão a carga policial durante quase duas horas. A cavalaria da PM vem da Cinelândia pela Rio Branco; dois batalhões de choque vão com ela encontrar-se na confluência de Assembléia e Rio Branco. Os policiais continuam sob o ataque dos populares postados à janela. Agora caem também vasos de flores e tampas de latrina. A polícia consegue passar a primeirabarricada e abre fogo contra a segunda - tiros de fuzil e de pistola 45. Agentes do DOPS juntam-se à repressão. Enfurecidos com a adesão popular aos estudantes, os policiais passam a atirar também para cima, em direção aos edifícios. 14h30min - Já sem comando, a polícia passa aos ataques suicidas contra populares e estudantes. Em grupos de cinco, investem e entram em luta. Alguns manifestantes são presos. O jovem Jorge Afonso Alves tem a perna quebrada a chutes e cacetadas. Outro, de 17 anos, também com a perna quebrada, é socorrido no banco Andrade Arnaud. Um detetive de cor preta, gordo, camisa azul, atira uma bomba sobre as pessoas que estão na entrada do edifício. Aproveita a confusão, saca a pistola 45 e atira contra a multidão. Um senhor de 40 anos aproximadamente tomba com uma bala nas costas e outra na perna. Enquanto isso, a Biblioteca Nacional é invadida por policiais que atiram bombas sobre rapazes e moças. Seu diretor, Adonias Filho, sai à rua para protestar e é destratado por um elemento do DOPS. As batalhas prosseguiram com essa intensidade até as 20 horas, com barricadas espalhadas pela avenida Rio Branco e pelas ruas México e Graça Aranha. Só não houve mais soldados feridos porque, diante da chuva de objetos jogados do alto, um superior de bom senso permitiu que eles se abrigassem debaixo das marquises. A "sexta-feira sangrenta" desenrolou-se em duas etapas. Na primeira, que começou de manhã com concentrações estudantis em três pontos do Centro da cidade, ocorreram os distúrbios de sempre. Vladimir chegou à Praça Tiradentes com seu grupo às 8 horas da manhã. Pela primeira vez se marcava

uma concentração naquele local pouco indicado, porque amplo e aberto. "Não sei se foi por excesso de segurança nossa", ele explica, "ou porque eu tinha decidido que não dava para fazer mais nada escondido." O fato é que, às 8h30min, quando Vladimir subiu num poste para falar para uma platéia de umas 30 pessoas, as lojas, que mal acabavam de abrir, fecharam logo suas portas, inclusive a banca de jornais. Depois de apanhar umas pedras numa construção, líder e liderados marcharam na direção do MEC, via Esplanada do Castelo, onde íriam encontrar Franklin Martins e seu grupo, que se haviam concentrado no pátio do Ministério. Preocupado com a demora do companheiro, Franklin deixara o posto, e assim, por acaso, acabaram se encontrando no meio do caminho - ele. Vladimir e Elinor Brito. No dia seguinte os jornais publicaram uma foto de dois jovens não identificados se abraçando. "Sou eu e o Franklin nos abraçando em pleno ar, como na comemoração de um gol", relembra Vladimir. Cada um achava que o outro estava preso. Para eles, a "sexta-feira sangrenta" ia começar e acabar logo: algumas pedras jogadas nos vidros de frente da embaixada dos Estados Unidos, um discurso de Vladimir trepado num poste, as coisas de sempre. De repente, uma camioneta do DOPS aparece jogando bombas de gás lacrimogéneo. Os estudantes correm e são apanhados pelo fogo cruzado na esquina das ruas México e Santa Luzia: de um lado, agentes do DOPS e da Polícia Federal; do outro, dois soldados da PM de guarda na embaixada. Estabelece-se o pânico. Os fugitivos tentam refugiar-se nos prédios, mas duas viaturas do DOPS surgem jogando mais bombas. Um helicóptero sobrevoa o local. Sirenes anunciam que estão chegando reforços. É um pandemônio. Policiais gritam: "Vamos atirar para matar!" Em seguida, três moças caem feridas: Márcia Jurkiewe, com um tiro no tornozelo, é medicada no local; Jeni de Barros Lopes, com um tiro na coxa direita, é removida para um hospital; e Maria Ângela Ribeiro, ferida na frente, é levada com vida para o QG da PM, onde morre em seguida. É hora do almoço, e a reação popular vai começar. Alguém joga pedaços de gelo de um edifício, tentando acertar a polícia. Foi como um sinal. Uma chuva de objetos passa a cair em lugar do gelo. Perto dali, em frente ao Teatro Municipal, Vladimir ainda discursava quando ouviu um tiroteio. Tentou dizer: "calma, companheiros." Não tinha percebido que eram tiros de fuzil. "Quando vi, eu estava sozinho, porque a segurança não funcionou naquele dia, nada funcionou." Vladimir saltou do poste com a velocidade que é possível a alguém meio gordo e asmático: "Peguei a rua México, sozinho, correndo, a polícia atrás dando tiro, aquela confusão." Foi quando apareceu um português desconhecido, que podia ser até um policial, e o levou até seu carro, estacionado na Presidente Vargas. Para fugir daquele tiroteio, o presidente da UME era capaz de aceitar carona até de camburão. A participação dos principais líderes terminou por aí. Às 4 horas da tarde, Vladimir já estava no Leblon, no restaurante Diagonal, que a liderança estudantil gostava de freqüentar, esperando

Franklin e Muniz. Na antevéspera, quarta-feira, as batalhas contra as várias tropas da PM tinham sido conduzidas por eles. O ministro da Educação, Tarso Dutra, ficara de recebê-los de manhã. Quando chegaram, encontraram o pátio do MEC cercado. "Recuem", ordenou o presidente da UME, "mas voltem logo com paus e pedras." Foi uma batalha campal que durou toda a manhã. Por isso, já sentado no Diagonal, Vladimir ficou muito surpreso quando alguém informou que continuava a agitação no Centro da cidade - sem eles. Embora um pequeno grupo permanecesse guerreando na avenida - o pessoal do Calabouço, liderado por Brito, e a turma da Universidade Rural, que chegara atrasada -, o comando da batalha tinha mudado de mãos: a praça era do povo. Nessa tarde, a infantaria da PM teve medo de entrar na Avenida Rio Branco. Os poucos que se aventuraram, esconderam-se logo sob as marquises. A única força a entrar foi a cavalaria, mas os cavalarianos não esconderam o medo. "Eu tinha que entrar", lembraria o comandante das tropas, o major Rebouças, que os leitores conheceram no capítulo anterior na porta da Candelária, à noite. "E como é que eu entrei? Entrei motivando a tropa. Mandeí o clarim tocar "carga". Em seguida, o pelotão disparou a galope, a 450 metros por minuto." Para Rebouças, esse foi o momento mais difícil de um ano cheio de dificuldades para a PM. Aos 14 anos, ele tinha assistido ali à chegada dos pracinhas da FEB, cobertos por papel picado jogado do alto dos edifícios. "Era assim, não se via o outro lado. Só que agora, em vez de papel, o que caía era pedra, tijolo, cinzeiros, tudo." As tropas passaram, limpando a avenida, mas, na hora de dispersar, o comandante teve a clarividência de ordenar "dispersão em forrageadores", o que, traduzido em linguagem paisana pelo próprio autor da ordem, significava: cada um por si. Se a cavalaria não entrasse, seria convocada a Divisão Blindada. "Você calcula tanques dentro da avenida dando tiro?" tremia com a hipótese Rebouças. Num semestre marcado pela rotina diária de choques violentos, o que teria ocorrido de extraordinário para que a população se revoltasse com tanto ódio? Na mesma crônica em que narrou os acontecimentos, Carlinhos Oliveira explicava: Os cariocas amanheceram hoje com as mãos trêmulas: no café da manhã, os jornais lhes serviram fotografias hediondas. Moças e rapazes deitados de bruços, com a cara enterrada na grama: moças forçadas a andar de quatro diante de insolentes soldados da PM: dezenas de estudantes encostados a um muro e com as mãos segurando a nuca, ou na mesma atitude, mas deitados de bruços. Ele se referia aos episódios ocorridos na véspera, quinta-feira, no campo do Botafogo, para onde foram tangidos pela PM cerca de 400 estudantes, depois de uma assembléia na Faculdade de Economia. O que ocorreu ali no gramado do time que iria conquistar, naquele ano, o seu único campeonato nos últimos 20 anos, chocou a cidade, uma cidade que, desde a morte e as missas de sétimo dia de Édson Luís, achava que já tinha assistido a tudo em matéria de violência. Mais do que pela agressão física, as fotos "hediondas" indignavam como símbolos do

ultrage. a descrição de soldados urinando sobre corpos indefesos ou passeando o cassetete entre as pernas das moças, junto às imagens de jovens de mãos na cabeça, ajoelhados ou deitados de bruços com o rosto na grama, eram uma alegoria da profanação. Quando se pergunta a Vladimir Palmeira qual o acontecimento mais importante de que ele participou em 68, a resposta, de certa maneira, surpreende. Não é a morte de Édson Luís - embora o enterro fosse, como ele disse, o espetáculo "mais impressionante" -, não é a Passeata dos 100 Mil, nem o Congresso de Ibiúna, mas a assembléia no Teatro de Arena da Faculdade de Economia, na Praia Vermelha, que deu origem a toda essa degradante repressão do campo do Botafogo. "Nessa manifestação", explica Vladimir, "nós quebra mos o laço dominante entre o professor que manda e o aluno que aprende." A assembléia, para ele, significou a quebra do autoritarismo e o rompimento do domínio absoluto que os professores detinham na universidade até os anos 60. Na verdade, significou mais. Foi a subversão total da hierarquia dentro da universidade. "Era uma velharia com postos vitalícios", constata Vladimir. "Ela não estava adaptada talvez nem ao século, quanto mais à década. Queríamos quebrar a dominação dos catedráticos e arejar a universidade. Da mesma opinião é Franklin Martins, para quem a manifestação foi importante para dentro e para fora da universidade: "Pra dentro, por mérito nosso, pra fora, por culpa da polícia. Ela desmistificou o último bastião que detinha dentro da universidade, os professores, muito conservadores." Naquela tarde, os estudantes iriam inverter os papéis, era, rebaixando os professores à condição de alunos. A assembléia geral tinha sido convocada pela UNE em 10h30min da manhã de quinta-feira. mas ali, às 9 horas, quando chegaram as primeiras representações de várias faculdades, portando faixas de "Abaixo a ditadura", alguns choques da P M já estavam postados nos arredores da Praia Vermelha. Às 11h30min a liderança desistiu de realizar a reunião no campus e convocou os estudantes para o Teatro de Arena. Nesse momento, chegava um outro "caminhão" da PM despejando mais soldados. Era visível que um cerco policial se armava em torno do conjunto onde se localizava também a reitoria. Eram 12h15min quando Vladimir anunciou ter recebido a informação de que o esquema policial estava aumentando e que havia ordem de prender as lideranças na saída. von- "Desta vez ninguém vai preso", prometeu o orador sob aplausos. "Nós é que vamos exigir a libertação de nossos colegas presos." Vários oradores falaram a seguir. inclusive Luis Travassos, até que Vladimir propôs que os estudantes subissem ao andar da reitoria, onde estava reunido o Conselho Universitário. A proposta foi logo aceita. As portas arrombadas, cerca de 1500 estudantes atropelaram-se pelos corredores e salões da reitoria. Não foi fácil fazer os conselheiros descerem. Enquanto as negociações se desenrolavam, os estudantes criaram um sistema de vigilância que previa inclusive o acompanhamento dos mestres nas suas eventuais idas aos banheiros, o que não

impediu que o mais visado deles fugisse, o professor Hélio Gomes, da Faculdade de Direito, "um fascista", como diziam os rapazes. Outros que também fugiram - Gérson Cunha Bueno, da Escola de Belas-Artes, Martins Alvarez, da Odontologia. Iolanda Ferreira e Dionídia Sodré, da Escola Nacional de Música, e Alfredo Amaral Osório e Oscar Oliveira, sub-reitores - não sofreram agressão física, mas foram demoradamente punidos com vaias. A descida da escadaria foi penosa. Clementino Fraga Filho, reitor em exercício, e seus colegas de Conselho desceram aqueles dois andares v rtualmente prisioneiros. Vladimir se lembra da cena como se ela tivesse acabado de acontecer: Descendo por aquela espécie de corredor polon es, eles sentem que não podiam continuar como antes. O passivo virou ativo. Us merus depositarios dos conhecimentos - ou da ignorância - deles. Os estudantes brasileiros tinham mais petulância do que os seus colegas franceses. Em maio de 68, na porta do H tel du Levant, na rua de La Harpe, no Quartier Latin, o professor Fernando Henrique Cardoso costumava fazer o relato dos acontecimentos estudantis em Nanterre, onde lecionava. O que mais o impressionava, e   sua seleta platéia - Leon Hirszman, José Celso Martinez Corrêa, Ítala Nandi, Liana Aureliano -, era o respeito que o estudante franc es ainda mantinha pelo professor no trato diário. Enquanto virava Paris pelo avesso, Cohn-Bendit, por exemplo, se perfilava diante dos seus mestres e dizia: "Oui, Morzsiur le professeur." Sentados como alunos em cadeiras escolares de braços, formando um semicírculo na arena, os professores pareciam examinados diante de uma interminável banca examinadora. Espremidos em fileiras que começavam no chão e subiam até o último degrau da arquibancada, os estudantes faziam um cerco intransponível. O primeiro a falar foi o reitor, ressaltando que estudantes e professores tinham objetivos comuns - "apenas seguiam caminhos diferentes". Os professores, segundo ele, de "forma silenciosa", batalhavam também por mais verbas para a universidade e eram contra transforma o em funda o. O momento mais aplaudido foi quando o corajoso reitor respondeu   pergunta se era contra a repressão: "Voc es querem que eu diga que sou aqui ou que v  dizer lá fora para os policiais?" rebateu, arrancando risos e demorados aplausos. Clementino iria demonstrar um grande desassombro não são diante dos estudantes, como, mais tarde, ao enfrentar a polícia. "Além de tudo ele era hábil", depõe Vladimir. "Op s-se a algumas teses nossas e dizia, quando era o caso ",isso aqui, não". Foi obrigado a conversar com a gente mas manteve um comportamento correto. Os outros professores são se levantavam para dizer: "concordo com os estudantes em g nero, número e grau".  s 15h30min, chegou a notícia de que tinham sido presos dois funcionários da UFRJ, além de vários estudantes, e de que chegava mais um carro o do DOPS. O reitor decidiu então sair para pedir a retirada do dispositivo policial. Enquanto isso, a assembléia continuava ouvindo os professores, que em geral ressaltavam o caráter comum das reivindica es de mestres e alunos. O professor Hélio Luz, o

diretor do Instituto de Nutrição, chegou a perguntar: "Como podemos ser contra vocês, se aí ao lado muitos de nós temos nossos filhos e filhas?" Às 16h30min, voltava o incansável Clementino Fraga dante Filho informando que tivera entendimentos com o chefe do policiamento, obtendo a garantia de que os estudantes não seriam molestados. "desde que saiam em ordem, em pequenos grupos, sem fazer passeata ou qualquer manifestação". Mesmo assim, o reitor não ficou satisfeito com a resposta e disse que iria pedir diretamente ao governador Negrão de Lima para "retirar o policiamento". Às 18h30min, Clementino voltava finalmente com uma definitiva informação: dentro de 10 minutos as tropas seriam retiradas: "O governador atendeu à solicitação de que saísse tanto o esquema ostensivo, como o de policiais à paisana", informou o reitor, debaixo de uma aclamação. Eles saíram e foram massacrados - da maneira como os jornais mostraram no dia seguinte. Todos tinham sido traídos, inclusive, ao que tudo indica, o próprio governador. O secretário de Segurança teria preferido obedecer ao comando do I Exército. Se fosse possível precisar o momento exato em que o governo Costa e Silva perdeu definitivamente a batalha pela conquista da opinião pública, esse momento estaria situado entre os dias 19, 20 e 21 de junho - quarta, quinta e sexta-feira. Mais por insensatez própria do que por estratégia do adversário, as autoridades estaduais e federais, em três dias, atraíram para si o ódio da classe média. e aceleraram o que na época se chamava de "ascenso do ME". A morte de Édson Luís já tinha provocado uma grande comoção, a repressão na porta da Candelária chocara e indignara, mas o que de fato levou a população a tomar partido, a se revoltar, a entrar fisicamente na guerra, foi a "sexta-feira sangrenta". Graças a ela, a cidade estava quase pronta para a Passeata dos 100 Mil. O acordo ao amanhecer "Ele raspava a minha cabeça chorando e falando baixinho: "Me desculpe, mas eles me obrigam." (FLÁVIO RANGEL) Foi preciso muita articulação política para que a "sexta-feira sangrenta" não se repetisse na quarta-feira seguinte, o dia da Passeata dos 100 Mil. Uma assembléia se tornou decisiva no fim de semana que separou as duas datas. Chocados pelos últimos acontecimentos, intelectuais, artistas e jornalistas começaram a se movimentar para "fazer alguma coisa". Entre eles estavam Ferreira Gullar, Luís Carlos Barreto, Hélio Pellegrino, Joaquim Pedro de Andrade, Cacá Diegues, Jânio de Freitas, Washington Novais, Ziraldo. Alguns episódios haviam traumatizado particularmente a classe, como a prisão dos irmãos Rogério e Ronaldo Duarte no dia das missas de Édson Luís; o seqüestro de Flávio Rangel e Bernardo Figueiredo pouco depois; e o espancamento de Eduardo Escorel e sua mulher Ana Luísa no campo de Botafogo - ele, ainda estudante, mas já o montador preferido de Gláuber Rocha. O jornalista Darwin Brandão tomou as primeiras providências. Darwin fazia parte daquela categoria sem a qual muitos dos acontecimentos de 68 não teriam ocorrido no Rio: a dos articuladores invisíveis. Não saía nos jornais, não falava nas

assembléias, não disputava liderança, não pertencia a qualquer partido, mas era a pessoa a quem se recorria para organizar uma assembléia, encaminhar uma negociação ou para - mais tarde - providenciar a retirada de alguém do país. Na própria "sexta-feira sangrenta", Darwin ligou para Vera de Paula, mulher do cineasta Zelito Viana, produtor de Terra em transe, e filha do ex-deputado pelo PC Sinval Palmeira. Como Sinval não estava no Brasil, só sua filha poderia autorizar que se marcasse para aquela noite uma assembléia no apartamento 201 do prédio Godten State, da avenida Atlântica, onde o ex-deputado tinha como vizinhos, entre outros, Tancredo Neves e o então ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto. Às 22 horas, quando começou a reunião, havia de intelectuais e artistas quase a metade do que o apartamento tem de área: 800 metros quadrados. Enquanto essa assembléia se realizava, não longe dali uma reunião entre Ferreira Gullar, Vianinha, Teresa Aragão, Paulo Pontes, Denoy de Oliveira, entre outros, preparava com um demorado telefonema a Cacilda Becker, em São Paulo, um plano conjunto de ação da classe teatral nas duas cidades. Quando Gullar e seus companheiros chegaram ao apartamento de Sinval, já ia ser votada uma proposta do cineasta Arnaldo Jabor para que se fizesse uma manifestação no dia seguinte, sábado, na rua da Relação, em frente ao prédio do DOPS. O grupo chegou, acomodou-se como pôde e Gullar, sentado no único lugar disponível, um pedaço de chão, pediu a palavra. Começou se desculpando pelo atraso, mas estavam vindo de outra reunião e traziam autorização de falar em nome dos colegas paulistas. Ele queria opinar sobre a proposta antes da votação. Mais uma vez "os chatos" atrapalhariam uma reunião que vinha tão bem. Por um mínimo de delicadeza democrática, porém, a platéia não podia deixar de concordar. Gullar começou então a falar, afastando do rosto, com a mão, o cabelo de índio e tragando o cigarro vorazmente, como se nunca mais fosse devolver a fumaça - dois de seus tiques da época. - Fazer uma manifestação sábado de manhã em frente à polícia, quando a cidade está vazia, é nos submeter a uma pancadaria sem testemunhas. Isso é uma loucura. O que mais em Gullar irritava aos adversários era o eterno bom senso de sua argumentação, a paciência de ouvir e o seu poder irresistível de convicção. Ele tinha duas propostas: - Vamos ao governador do Estado. Um Oh!, quase vaia, percorreu a sala. - O companheiro não sabe que esse governador não manda nada? - disse alguém. - Tudo bem - contra-argumentou Gullar, - mas como candidato ele firmou um acordo conosco, seus eleitores. dizendo: "No meu governo, quando tocar a campanha de sua casa de madrugada, pode ficar certo de que é o leiteiro." Nós vamos cobrar isso dele. - Mas quem manda é o comandante do I Exército. - Então ele vai dizer isso pra nós, vai ter que confessar que não manda. Nós não temos conhecimento disso. Legalmente o governador é ele. Vamos ao Palácio amanhã. Parte da assembléia começava a concordar com o orador, mas ainda havia discordância: - Saindo do Palácio - continuou o poeta -

vamos armar uma barraca de protesto em algum lugar, dentro de um teatro, por exemplo. - Dentro de teatro? - protestou o cineasta Arnaldo Jabor - isso é dentrismo! Ninguém sabia o que era, mas depois a palavra chegou a fazer sucesso, como aliás era comum em tudo o que o autor dizia ou fazia. - Que categoria política é essa, Jabor? - estranhou Gullar, continuando sua exposição. - Vamos armar a nossa barraca e anunciar: "Quem for contra a ditadura que venha se unir a nós." Tenho certeza de que a adesão vai ser enorme. A outra proposta de Ferreira Gullar era uma grande manifestação popular, ampla, autorizada pela polícia, bem representativa, a ser organizada depois do encontro com o governador. Houve, naquela noite, uma surpresa: as duas propostas foram logo aprovadas. Aliás, houve outra surpresa: o comportamento de Gláuber, quase sempre inflamado. Ele estava irreconhecível. "Eu nunca vi o Gláuber tão sensato, quanto naquela noite", recorda Cacá Diegues, que por via das dúvidas, estava a seu lado, como um bombeiro. , No dia seguinte, de manhã, na casa do cineasta Joaquim Pedro de Andrade, Gullar e o jornalista Jânio de Freitas se reuniam para doutrinar Hélio Pellegrino, escolhido como porta-voz do grupo. Jânio tinha levado o recorte da promessa de Negrão, e a preocupação dos três era que o exuberante Pellegrino não se excedesse, não virasse a mesa: - Com os argumentos que você vai levar - explicou Gullar - você destrói o governador, sem precisar ser indelicado. Não seja italiano. Pellegrino riu, concordou e pôs o recorte no bolso. Um pouco mais tarde, às 11h45min, saindo da rua Álvaro Chaves, defronte à sede do Fluminense, chegavam ao Palácio Guanabara cerca de 300 artistas, escritores, cineastas, jornalistas, tendo à frente Oscar Niemeyer, Carlos Scliar, Clarice Lispector, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Nara Leão, Paulo Autran, Tônia Carrero, Odete Lara. - Somos intelectuais e estamos desarmados. Somos pacíficos - apresentou-se Hélio Pellegrino ao guarda do portão, com a massa atrás. - Queremos uma audiência com o governador. O guarda, que estava colocando uma tranca no portão, chamou então o chefe da Companhia Independente do Palácio capitão Váler Luís, que procurou alegar ser impossível subir todo mundo. - Ou sobem todos ou não sobe ninguém - disseram várias vozes. - Mas o gabinete não dá pra tanta gente - desculpouse o oficial. - Que nos receba então no Salão Nobre - resolveu Pellegrino. Um telefonema do capitão desfez o impasse e em pouco tempo 300 pessoas superlotavam o Salão Nobre do Guanabara, formando uma roda dentro da qual ficaram o governador e o porta-voz dos intelectuais. Hélio Pellegrino começou a falar com uma coreografia que era só sua: a mão direita na frente, com o polegar e o indicador armados como se estivessem imitando um tiro, os gestos precedendo em algumas frações de segundo a fala, a voz de um possuído e a argumentação contundente, mas nunca hostil, sempre um convite, um aceno, jamais uma imposição. Senhor Governador Negrão de Lima, eu fui um eleitor seu e posso lhe garantir que a esmagadora maioria dos intelectuais aqui presentes também foram eleitores

seus. O senhor ocupa o seu lugar por delegação nossa. O poder que o senhor exerce é também, fundamentalmente, assunto nosso. Por isso aqui estamos para interpelá-lo com respeito, mas com austeridade. Temos a dizer-lhe, nós que somos responsáveis, que os estudantes não são baderneiros. Os estudantes representam hoje a vanguarda mais lúcida, mais limpa e mais corajosa da luta do povo brasileiro contra a opressão do Estado. O orador lembrou os acontecimentos daquela semana, quando, na quarta-feira, convidados pelo ministro da Educação, os estudantes foram recebidos no MEC por tropas da PM. No dia seguinte, o governo do Estado garantira ao reitor em exercício, Clementino Fraga, que os estudantes poderiam sair da assembléia na Praia Vermelha sem serem incomodados pela polícia. A polícia simulou uma retirada, os estudantes saíram - fiados na palavra do Senhor Governador e fiados no testemunho dessa palavra dada pelo reitor - mas foram agredidos, espancados, presos, tocaiados, humilhados e ofendidos. Nós vimos fotografias de moças de quatro, de moças com o rosto enterrado na grama do campo de futebol, e isto não nos honra, isto não é correto, não é direito. Hélio Pellegrino estava em um de seus melhores dias, conciliando a revolta com um tom respeitoso que não dava margem a qualquer revide: Senhor Governador, a sua palavra não foi respeitada. Isto é lastimável, e como o seu poder emana de nós - pois o senhor é o candidato que elegemos -, e, na medida em que sua palavra não é respeitada, nós estamos desrespeitados, nós queremos lhe pedir uma opção: ou o senhor, conosco, honrando o mandato que nós lhe demos, cumpre sua palavra de candidato, de fazer do Estado da Guanabara um Estado democrático, ou então o senhor opta por estar contra o povo e ao lado daqueles que o fuzilam. De cabeça baixa, o governador não podia deixar de ouvir aquelas palavras duras, vindas de seus correligionários. Na campanha, Carlos Lacerda acusara o candidato de ser o resultado da aliança entre "o PC, a Light e o SNI". Era uma acusação de campanha, mas pelo menos um dos três assumia o apoio: O PC - ele e as esquerdas que não anularam seu voto. Eu não creio, por sua tradição, por toda a sua vida pública, que o senhor faça uma opção tão melancólica. Nós estamos aqui para lhe pedir: ou, melhor, lhe exigir, várias coisas: o senhor tem de dar uma satisfação a opinião pública, que, maciçamente, esteve do lado dos estudantes. Nessa altura do discurso, Hélio referiu-se a uma violenta nota da PM publicada naquele dia, dia do enterro do soldado Néelson de Barros, morto na "sexta-feira sangrenta", ameaçando represália: "olho por olho". Ele cobrou as promessas do candidato, recordando a história do Ieiteiro, e pediu que o governo garantisse o livre exercício dos direitos democráticos. Além do mais, exigimos, porque seu poder é legítimo e não usurpado, libertar os presos, pois há muita gente presa, ha um clima de terror e nós não sabemos onde eles estão. Hélio se referia ao diretor Flávio Rangel e ao arquiteto Bernardo Figueiredo, que estavam presos. A referência provocou o primeiro aparte do governador, para informar que os dois

intelectuais não se encontravam em nenhuma dependência da polícia estadual, o que em parte era verdade. Naquela hora, os dois estavam na Marinha, embora tivessem sido presos por soldados da PM. Aliás, eles e os irmãos Duarte foram o primeiro ensaio de uma técnica de seqüestro que iria virar rotina no ano seguinte. No começo daquela semana, Flávio e Bernardo estavam passando pela Avenida Rio Branco, às três horas da tarde, na altura do Jornal do Brasil, quando viram um soldado da PM correr em sua direção. Não houve tempo para nada. - Fui logo jogado no chão, amarrado com o cinto e algemado - relembria 20 anos depois Flávio. - Devo minha vida a Wilson Figueiredo. De fato, nesse momento, passava por ali o comentarista político do JB, que espertamente não fez nada: "Eu vi aquela cena e corri para a redação." Com uns dez telefonemas, Figueiredo agitou os meios políticos. Em meia hora, Rio e Brasília sabiam do ocorrido, dificultando o plano dos seqüestradores. Jogados num camburão, Flávio e Bernardo foram levados para vários quartéis, antes de chegarem ao Ministério da Marinha. "Era um sistema muito usado depois", recordaria Flávio. "Quando você estava para ser localizado num quartel, era logo transferido, de tal maneira que o comandante podia sempre dizer: "ele não está aqui." Não só por isso o episódio seria exemplar, mas também pela aplicação de dois tipos "precursores" de violência. No mesmo dia da prisão, à noite, Flávio foi obrigado a se sentar numa cadeira de barbeiro, no pátio do Ministério da Marinha, e em seguida Bernardo. O que se passou, no relato de Flávio: O rapazinho, certamente um grumete, devia ser um menino religioso, porque ele tinha uns santinhos, umas imagens da Virgem Maria no espelho. Ele raspava a minha cabeça chorando e falando baixinho: "Me desculpe, mas eles me obrigam; se eu não fizer, eles vão fazer isso comigo." Eu fiquei muito comovido. Dali, os dois foram jogados no porão de um barco e levados para o quartel da Ponta da Areia, em Niterói. Eles chegaram pouco antes da meia-noite e ainda puderam contar na cela 36 pessoas, das mais variadas origens sociais e tendências políticas. Com pelo menos uma experiência de cadeia - em 66 já fora preso por ter sido um dos "Oito do Glória" - Flávio chegou e quis "ordenar a bagunça, uma lição que eu tinha aprendido com Mário Lago". Segundo Mário, um professor no assunto desde as cadeias do Estado Novo, "na prisão tem-se que reivindicar sempre". Desta vez, no entanto, a lição não ia dar certo. Flávio começou a conversar com os colegas de cela, alguns já em pânico, e resolveu reclamar das condições carcerárias. - Ah, é? - disse o tenente de metralhadora na mão. Tá reclamando, então vai limpar a cela. Flávio achou que lhe iam dar um esfregão, água, balde, para a limpeza; tudo bem, limparia. Mas, na verdade, ele não havia entendido a ordem. O tenente se fez então mais claro: encostou o cano da metralhadora nas costas do preso, jogou-o ao chão e disse: "Não, você vai lamber." O diretor, um dos mais competentes e generosos intelectuais desses tempos, recorda a cena sem rancor, rindo: - Fiquei lambendo um pouco. Completamente careca, lambendo o chão. Você já imaginou cena mais

ridícula? Alguns dias depois, o deputado Renato Archer, que era oficial reformado da Marinha, conseguiu, com a ajuda de alguns ex-colegas, localizar Flávio e Bernardo e influir na sua soltura. Os tempos iam piorar muito. Pistolão naquele momento, seis meses depois Archer se tornaria também prisioneiro... da Marinha - com mandato parlamentar, patente de capitão-de-fragata e tudo. Naquele sábado, ali no Guanabara, ninguém sabia de nada, a não ser que, na última vez em que os dois intelectuais tinham sido vistos, estavam na situação divulgada por Wilson Figueiredo. O governador, na verdade, desconhecia o destino de Flávio e Bernardo porque a PM, teoricamente sob suas ordens, já era comandada por um oficial do Exército, o coronel Osvaldo Ferraro de Carvalho. Esmagado pela argumentação de Hélio Pellegrino, impotente diante da situação dos intelectuais presos, o governador Negrão de Lima era a imagem da falta de poder e da incapacidade de reagir. Ele tentava defender a PM explicando que ela às vezes tinha que ser violenta, quando ocorreu o incidente, desnecessário, imprevisível, cortando o seu discurso. Ele dizia: Exigir do soldado, que é uma pessoa modesta e está em cumprimento de uma missão, que leve uma pedrada, fique ferido e ainda responda, talvez agradecendo, é bem difícil, e não sei como qualquer de nós se comportaria numa posição ou noutra. Exatamente nesse momento, uma voz que ainda ia dar muito o que falar saiu do meio da massa que ali se comprimia. Era uma voz grave, imperativa, acusadora: - Com isso, o senhor está dando autorização a Polícia para continuar a metralhar o povo. Clarice Lispector quase desmaiou. Ela passara o tempo todo tensa, morrendo de medo de que o seu amigo Hélio cometesse algum excesso. Toda vez que o orador parecia se exaltar, Teresa Aragão, do seu lado, ouvia Clarice dizer baixinho, em tom de prece: "Pelo amor de Deus, Hélio, calma." Com aquela intempestiva interrupção, Teresa achou que a nossa genial escritora ia ter um ataque. Num segundo, parte da platéia descobriu que a voz era do deputado Márcio Moreira Alves, do MDB do Rio, filho do secretário de Finanças do Estado, Márcio Alves. Quem ainda não o conhece, não perde por esperar a parte III desse livro. Por enquanto basta dizer que, com o seu aparte, o jovem deputado acabou tirando o governador de uma desconfortável situação. - Protesto, seu aparte é insólito - reanimou-se Negrão, que até ali estava esmagado pela argumentação de Pellegrino. - É insólita a sua interpretação. Não dei autorização nenhuma e não dou. Não estou justificando e sim explicando. Da defesa ele passava ao ataque: - Eu o desafio na hora em que estiver ferido na cabeça a reagir cristãmente e oferecer a outra parte da cabeça. Estava encerrada a reunião, e o governador, ofendido, ficava comodamente dispensado de assumir um compromisso com os intelectuais. Enquanto se desenrolava a reunião, Ziraldo fora chamado a uma outra sala por alguns oficiais da PM que serviam no Palácio. A pretexto de mostrar um museu que estavam organizando, um capitão e um tenente desabafaram com o humorista contra o que chamavam de "mal-estar geral

dentro da PM", provocado principalmente pela perda do comando, transferido para um oficial do Exército. A conversa demorou até as 20 horas, quando Ziraldo saiu e, excitado, foi direto para o telefone, chamando dois amigos: o autor deste livro e Hélio Pellegrino. - Precisamos ganhar esses caras - dizia o otimista Ziraldo. - Eles têm tantas queixas do Exército quanto nós. "Super-romântico", como reconhece agora, Ziraldo es tava lendo toda a literatura revolucionária da época, sobretudo Débray e Guevara, e acreditava no potencial das "milícias". - Temos que conversar com eles, eles são as nossas milícias. Os dois telefonemas - como se saberia seis meses depois - foram integralmente gravados, e essas gravações dariam um grande aborrecimento aos personagens envolvi dos, inclusive, claro, aos oficiais. As fitas foram apresentadas em sessões especiais em quartéis, para mostrar a técnica de arregimentação de um "perigoso teórico da Revolução" - Ziraldo. Enquanto o humorista tentava conscientizar as suas milícias, os intelectuais e artistas saíram do Guanabara e foram quase todos para o Teatro Gláucio Gil, em Copacabana, armar a "Barraca de protesto". A primeira reunião entrou noite adentro e a assembléia permanente durou, pode-se dizer, até a madrugada de quarta-feira. Foram memoráveis discussões - uma interminável guerra oratória entre reformistas e revolucionários. Os primeiros, representados por Ferreira Gullar, Vianinha, Paulo Pontes, Teresa Aragão; os segundos, tendo à frente o psicanalista Chaim Samuel Katz e o filósofo Carlos Henrique Escobar. Na última noite da assembléia, véspera da passeata, Gullar foi chamado por alguém que o levou até um carro estacionado num canto escuro da rua Tonelero. Dentro, alguns clandestinos dirigentes estaduais do Partidão. A partir do sábado, o PC passara a desenvolver uma intensa negociação envolvendo representantes do clero e das associações de mães e de professores. - Conseguimos a adesão dos professores e da Igrej a anunciou o capapreta. - Os padres já se entenderam com o governador, que aceita.a passeata, desde que ela obedeça a um itinerário preestabelecido. Quando Gullar voltou ao teatro, a assembléia se preparava para mais uma votação. - Um momento, pessoal, eu tenho uma informação importante - gritou o poeta, pedindo permissão ao presidente da assembléia, Paulo Afonso Grisoli, para subir ao palco. - Quero informar aos companheiros que o governador do Estado aceitou a proposta de realização da passeata... Palmas. - E se comprometeu a retirar a polícia das ruas. Mais palmas. O anúncio das adesões - da Igreja, dos professores, das mães - foi todo entrecortado de palmas e gritos. Só uma voz se levantou: - Um momento! Há alguma coisa de suspeito nisso. O Partidão até aqui era contra, acho muito estranho ser agora a favor. Quando Chaim disse isso, Gullar já tinha descido do palco, mas não perdeu a chance de gozar o persistente adversário: - Não, Chaim, nós queríamos uma passeata com todo mundo, em vez de uma com você e os estudantes. Os estudantes presentes ainda resistiram à "imposição" governamental do itinerário prévio mas foram logo convencidos. Primeiro, pela ameaça de que

personalidades importantes como Paulo Autran e Tônia Carrero não participariam de uma passeata não autorizada. Segundo, e sobretudo, pela opinião de Vladimir. O emissário que fora ao esconderijo do líder máximo dos cariocas voltou com a informação de que ele concordava com as condições, para evitar divisão. O dia já estava quase claro quando as últimas pessoas deixaram o Gláucio Gil. O dia seria glorioso.

E todos se sentaram

"A única que permaneceu de pé e assim ficou foi uma grã-fina, justamente a que lera as orelhas de Marcuse." (NÉLSON RODRIGUES)

Naquela quarta-feira, Vladimir foi dormir de madrugada e acordou pouco depois. Ele não suspeitava que dali a pouco iria officiar um dos três ou quatro espetáculos de rua mais impressionantes a que o Rio de Janeiro jamais assistiu. Vladimir se levantou, fez a barba e tomou café. Perseguido pela polícia, há um mês não sabia o que era a cara da rua: estava clandestino, morando num apartamento emprestado. Ele conferenciou com alguns companheiros, entre os quais Cid Queirós Benjamin, irmão mais velho de Cesinha e um de seus seguranças, traçou planos e saiu para viver o seu dia de glória. Como quase todos os colegas de liderança, ia chegar tarde à concentração. A liberação da passeata fez com que em cada esquina surgisse um comício. Afinal, não era todo dia que se encontrava a cidade limpa de polícia. Eram 11h55min quando o líder dos estudantes cariocas deu entrada na Cinelândia, vindo pela rua Alcindo Guanabara. A Praça Floriano Peixoto já estava tomada por cerca de 50 mil pessoas e havia uma parede humana a ser ultrapassada para quem, como ele, precisava chegar às escadarias da Assembléia Legislativa. Era uma barreira intransponível até mesmo para o seu forte esquema de segurança. O terno azul-escuro e a gravata alugados para disfarçá-lo, o cabelo penteado, a barba feita cumpriram tão bem o seu papel que ele ficou irreconhecível. Acostumado ao "uniforme" de casaco surrado, sandália nordestina e barba sempre por fazer, quem poderia descobrir debaixo do novo figurino o principal líder estudantil do país? "Só quando cheguei a dez metros", ele relembra, "um cara lá de cima, vendo a minha dificuldade, gritou: "É o Vladimir, deixem ele entrar." Houve uma ovação. O dono da festa chegava. Aberta a passagem, ele subiu as escadas e interrompeu as palmas com um sinal com as mãos e um pedido de silêncio. Em seguida, mandou que todos se sentassem - e todos fizeram silêncio e todos se sentaram. A cena iria se repetir outras vezes, inclusive quando o número de participantes já era o dobro. O Centro da cidade, palco tradicional de memoráveis episódios históricos, estava acostumado a momentos de consagração desde que o Rio fora a Corte. Por ali tinham passado os maiores oradores do país; ali o povo carioca tinha vibrado muitas vezes de alegria ou de ódio, mas nunca tinha se sentado no chão pela vontade de um quase garoto de 23 anos. No dia seguinte, ao ler nos jornais a descrição dessas cenas, Néelson Rodrigues produziu uma de suas mais finas gozações. Ali, estavam médicos, romancistas, poetas, atores, atrizes, arquitetos, professores, sacerdotes, estudantes, engenheiros e só não víamos um único preto ou um único operário. Como reagiu a elite espiritual do país? Sentando-se no asfalto e no meio-fio. A

única que permaneceu de pé e assim ficou foi uma grã-fina, justamente a que lera as orelhas de Marcuse. Estava com um vestido chegado de Paris E não quis amarrar a saia. Todos sentados e ela, alta, erecta, numa solidão de Joana D'Arc. Vladimir, agora deputado constituinte pelo PT, procura minimizar a dimensão simbólica do gesto que comandou - talvez porque naquela sua ordem houvesse também uma dose de onipotência mais fácil de ser percebida hoje do que então. "Nunca me passou pela cabeça que isso fosse alguma coisa importante", disfarça, modesto, explicando que havia uma imposição de natureza técnica e ao mesmo tempo estratégica. Sem aparelhagem de som, ele achava que, sentadas, as pessoas poderiam ouvir melhor. Não lhe passou pela cabeça o desconforto que causaria, por exemplo, às mulheres. Experimente a leitora vestir uma saia justa não ainda uma mini, mas já acima dos joelhos, e , tente sentar-se no chão mantendo a compostura. Não é por acaso que as fotos da época mostram tantas moças cobrin do as coxas com jornais. A pudicícia ainda era uma mercadoria de ampla circulação. Vladimir alega que também procurava demonstrar com o gesto as intenções pacíficas da manifestação. "Havia um grupo que queria ocupar a rádio Mayrink Veiga; nós impedimos e mostramos que queríamos relaxar ao máximo." É verdade, mas naquele dia a massa não estava interessada em explicações dessa ordem. Se ele a mandasse se deitar possivelmente ela se deitaria. O importante era que o líder falasse. E ele falou como nunca naquele dia umas três vezes, umas duas horas ao todo. Tratando a platéia, como sempre fazia, de "pessoal", e evitando a primeira pessoa do plural, substituída por "a gente", Vladimir começou o seu primeiro discurso, de meia hora, assim: Pessoal: a gente é a favor da violência quando ela é aplicada para fins maiores. No momento, ninguém deve usar a força contra a polícia, pois a violência é própria das autoridades, que tentam, por todos os meios, calar o povo. Somos a favor da violência quando, através de um processo longo, chegar a hora de pegar nas armas. Aí, nem a polícia, nem qualquer força repressiva da ditadura poderá deter o avanço do povo. A manifestação de hoje custou três dias de luta muito duras. Tinham sido de fato, como se viu, três dias de muita negociação, envolvendo autoridades estaduais e federais, e de muita tensão. Na véspera, os encarregados da organização da passeata não dormiram, principalmente Franklin Martins e Marcos Medeiros, os "produtores", ou melhor, o comando do espetáculo. Franklin e Marcos no dia da Passeata, madrugaram no IFICS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - onde estudavam e onde, naquela manhã, fizeram o seu QG. Quando voltou o primeiro emissário, com a notícia de que as ruas estavam desertas de polícia, eles não acreditaram. Pegaram um carro para pessoalmente checarem a informação, e logo em seguida ouviram no rádio que o governador havia, de fato, autorizado a passeata. Eram 9h30min e Marcos vibrou: - Sem repressão, companheiro, vamos botar 20 mil pessoas na rua! Animado, Franklin resolveu exagerar: - Que isso! Vamos botar 50 mil! Não

desconfiavam de que aquele seria um de seus poucos sonhos a ser ultrapassado pela realidade. Quando Vladimir terminou o seu discurso, que poucos ouviram mas todos aplaudiram, populares aproveitaram a hora do almoço para se juntarem à concentração. Já se falava em 70 mil pessoas e muitos aventuravam 100 mil. A Cinelândia estava completamente tomada. Duas horas antes, entretanto, nada fazia prever aquela enchente. De manhã havia ali, além dos bêbados e dos pombos de sempre, alguns policiais maldisfarçados, junto ao bar Amarelinho, e um pequeno grupo de estudantes bem comportados, perto do busto de Getúlio Vargas. O primeiro sinal de que aquele seria um dia diferente só surgiu às 10 horas, quando um choque da PM, entrando em grande velocidade pela rua Evaristo da Veiga, provocou uma vaia que afastou os pombos e os avisou que aquele não seria o seu dia. A Cinelândia tinha então mais pombos do que o soneto de Raimundo Correa, como dizia Néelson Rodrigues. De cima - das escadarias da Assembléia Legislativa, da Biblioteca Nacional ou do Teatro Municipal - a visão era a de um espetáculo inédito. As pessoas iam chegando como nos últimos tempos só chegavam ao Maracanã ou aos desfiles de escolas de samba: em grupos alegres, aos poucos, carregando cartazes com palavras de ordem que identificavam os setores - professores, bancários, estudantes secundários e universitários, mães, garis, engenheiros, arquitetos, médicos, padres. As colunas dos estudantes desembarcavam de todas as ruas. Travassos comandava uma, Muniz vinha à frente de outra, José Roberto Arantes liderava uma terceira. Era uma alegria. Havia gente trepada na estátua do maestro Carlos Gomes e, no alto da escadaria da Assembléia, identificavam-se caras conhecidas. Lá estavam o senador Mário Martins e seu suplente Marcelo Alencar, dois dos raros políticos que, com mais de 30 anos, gozavam de uma relativa confiança junto à liderança estudantil, mas não o suficiente para usarem da palavra nessa manifestação, embora o primeiro fosse pai de Franklin e o segundo, advogado de Vladimir. A seu lado, os deputados estaduais Alberto Rajão, Ciro Kurtz, Fabiano Villanova, Jamil seus Haddad, e os federais Márcio Moreira Alves e Otávio Caruso. Os estudantes continuavam discursando e continuavam sendo ouvidos com dificuldade. Só mais tarde Franklin descobriu que o único megafone que arranjara, a muito custo, estava na boca de uma jovem loura parodiando Tropicália: "Queremos verba, bá-bá, queremos verba, bá-bá-bá-bá." O primeiro orador, de terno cinza e faixa verde e amarela na lapela, era da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas. O segundo, um motorista profissional, conclamou seus colegas a "marcharem juntos com os estudantes". Como havia chegado às 11h20min, Gilberto Gil ainda conseguiu subir as escadas da Assembléia, embora a praça já estivesse tomada, do Municipal ao cine Pathé. Mas Gil era o autor de Domingo no parque, a bela canção que ganhara o segundo lugar no Festival de Música da TV Record do ano anterior, e que, só por isso, já tinha garantidos espaço e aplausos. Ainda há um

pesado clima de apreensão. Tudo corre em ordem, mas nas conversas há um certo medo: será que a polícia não vai mesmo aparecer? Tudo indica que não, mas nunca se sabe. Um jovem orador ainda ameaça: "Eles falam em matar líderes estudantis. Pois saibam que, para cada líder morto, cobraremos muito caro." Levas de estudantes, com faixas e uma Bandeira nacional, continuam desembocando na Praça Floriano, vindas do Obelisco. Os alunos da Faculdade de Ciências Médicas chegam gritando: "Abaixo a ditadura." São muito aplaudidos. Alguém da Universidade Rural adverte em discurso: "Nossa mensagem é para os camponeses também, pois nossa luta é mais deles que são explorados, do que nossa." A rua 13 de Maio despeja mais estudantes com - faixas contra o acordo MEC-USAID e por mais verbas. Depois da primeira vaia, a que expulsou os pombos, surge a segunda: é contra um helicóptero do governo do Estado sobrevoando o local. Seguem os discursos: um representante do Curso de Museologia e em seguida o representante do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas, que acha oportuno lembrar: "Nunca nos esqueçamos de que a libertação nacional depende dos operários e dos camponeses." Um trabalhador pede a palavra: "Excelentíssimo povo brasileiro, precisamos de homens que honram as calças que vestem." A linguagem primária do orador e os tropeços gramaticais levam as pessoas ao delírio. Aplaudir aqueles erros era uma forma de comunhão de classes. Um representante da FUEC lembra pela primeira vez a morte de Édson Luís: "Viva o mártir da nossa libertação!" Papéis picados começam a cair dos edifícios enquanto novas passeatas continuam a chegar à Cinelândia. Vladimir comanda a festa e sacode a massa. Vai chamando os oradores e advertindo: "Cuidado com as provocações, tem os policiais mais próximos." Fala um representante da UNE seguido de um representante da AMES. Os alunos do Colégio Pedro II chegam com cartazes e os jornalistas levantam sua faixa: "Jornalistas contra a ditadura." É anunciado o padre João Batista Ferreira, porta-voz oficial do clero. Em frente à Assembléia, seus colegas levantam o seu cartaz: "Calar a mocidade é violentar as nossas consciências - padres e religiosos." Um pequeno tumulto é logo controlado. Em frente à Biblioteca Nacional, um agente da polícia é descoberto e desarmado de seu 45. Alguns tentam linchá-lo, mas o esquema de segurança dos estudantes não deixa e coloca o provocador dentro de um táxi, depois de tomar seus documentos. Fala o representante dos professores, José Américo Pessanha, que lê as reivindicações apresentadas ao ministro da Educação Tarso Dutra: libertação de todos os presos e garantia de liberdade nas universidades, entre outras. Depois é a vez do psicanalista Hélio Pellegrino, representante dos intelectuais. Seu discurso é rápido, incisivo e muito aplaudido: "O povo está na praça pública, logo está na sua casa. Este é um direito de propriedade que precisa ser respeitado." Dona Irene Papi é apresentada por Vladimir como a representante das mães. Tem que esperar algum tempo de aplausos para começar: "Falo em nome de todas as

mães que viram seus filhos serem massacrados e suas filhas deitarem de braços como se estivessem em campo de concentração. Não aceitamos que a polícia lhes bata, quando nós, suas mães, lutamos para que sejam felizes. Nossos filhos têm razão." Finalmente, às 13h40min, volta a falar Vladimir, desta vez rapidamente, para encerrar a concentração e dar início à passeata. É um discurso político e didático, como sempre: A ditadura mais descarada adora leis, deixa eles fazerem leis. Façam uma, duas, três constituições, instalem e depois amordacem um, dois, três congressos. A gente deixa, pessoal. Mas a gente sabe que não hoje, mas até o fim desta luta a gente derruba uma, duas, três constituições e faz nova lei e nova assembléia, porque esta assembléia não resolve problema de ninguém. Mas, minha gente, não pense que aplaudir e gritar "abaixo a ditadura" é uma vitória. Hoje a repressão não veio porque não pôde. E a nossa vitória é esta: ter saído na rua porque achava que tinha que sair. Mas a gente vai voltar pra casa, o estudante pra aula, operário pra fábrica, repórter pro jornal, artistas pro teatro. E é em casa, no trabalho, que a gente vai continuar a luta. Eu quero botar isso em votação: a gente vai continuar esta luta? Milhares de braços levantados disseram a Vladimir o que ele esperava. Impulsionado pela esmagadora votação, o líder anunciou: "Eu vou na frente." Eram 13h45min. A passeata começava a se movimentar em direção à Candelária. No meio da multidão se abriu um amplo espaço para a segurança proteger as lideranças. Em ordem, os manifestantes tomaram então o caminho da avenida Rio Branco, cujo trânsito havia sido desviado pela polícia. Das janelas dos edifícios caía uma chuva de papel picado. Os estudantes olhavam para cima e gritavam: "desce, desce". Para os populares que assistiam das calçadas, o convite era outro: "Você, que é explorado, não fique aí parado." Essas rimas, repetidas por milhares de vozes, de forma cadenciada, compunham uma espécie de canção sem melodia, feita só de ritmo, mas ao mesmo tempo sonora, marcial, coletiva. Se cada época tem o seu som, o de 68 vai ser encontrado nas ruas, em meio aos ruídos de bombas, cascos de cavalos, sirenes. De braços dados, em alas que ocupavam a largura da rua, como se fossem as tradicionais comissões de frente das escolas de samba, desfilaram pela Rio Branco até a Candelária as personalidades mais ilustres do shaw-biz e da cultura carioca. É mais fácil fazer a lista dos ausentes do que registrar os que estavam presentes. Do meio-fio, os espectadores - os explorados que preferiam ficar ali parados - se excitavam com a passagem dos seus ídolos. "Olha o Chico Buarque!" "Você viu o Caetano de cabelo curto?" "Aquela de braço dado com o Gil é a Nana Caymmi." "Olha a Tônia, a Odete Lara, a incansável Norma Blum, a Norma Bengell, a" ... Estavam todas lá. Mas nem tudo era show. No meio da festa, a política desfilava ali o racha que dividiria as esquerdas naquele ano. Podia-se ver Gabeira gritando "só o povo armado derruba a ditadura", tentando abafar a voz de Vianinha, de Paulo Pontes, de Leandro Konder, que berravam "só o povo organizado derruba a ditadura". Os

iniciados sabiam que quem repetisse a primeira palavra de ordem era revolucionário, como o eram Vergara, Travassos, Gabeira, Carvana, Wellington Moreira Franco, enfim, todos aqueles que achavam que a solução do país viria através de uma revolução parecida com a de Mao ou de Fidel, ou por uma luta de libertação nacional como a de Ho Chi Minh. Eles, em geral, pertenciam a siglas cabalísticas como AP, ALN, PC do B, PCBR. Sentiam-se futuros guerrilheiros naquele momento e dificilmente se viam, na posteridade, segurando um pincel, defendendo o verde, atrás de uma câmera de cinema ou tomando o poder de um Estado pela via revolucionária do voto. Os outros pertenciam ao Partidão, eram os reformistas. No auge dessa divertida disputa, alguém da ala dos intelectuais introduziu uma palavra de ordem desconhecida que desnor-teou as duas tendências em confronto: "Abaixo os juro-s!" Era Millôr Fernandes, de braço dado com Flávio Rangel e Ênio Silveira, passando diante do Banco Nacional - o banco onde todos os diretores de cinema e metade dos intelectuais tinham seus papagaios pendurados. A ala do clero foi um dos sucessos do dia. Eram uns 30 padres, que chegaram em grupos de cinco, mantiveram-se unidos durante toda a manifestação e se dispersaram também em grupos. Um dos coordenadores circulava em torno do grupo, recomendando que se mantivessem de braços dados, formando um círculo em volta do vigário-geral do Rio, de alguns padres idosos e das freiras. Na hora de se sentar, sentavam-se todos. Um estava de batina, três de roupa esporte e o restante de clergyman. A sua palavra de ordem era a mesma dos professores: "Os alunos têm razão." Na entrada da avenida Rio Branco, eles formaram sete alas de quatro ou cinco, e protegeram as freiras, colocando-as atrás, como os irmãos costumam proteger as irmãs. Das calçadas e do alto dos edifícios, as pessoas aplaudiam particularmente essa ala. Não esqueciam a cena de quase três meses antes: os padres entre os estudantes e os cavalos da PM, na saída da missa de Édson Luís, à porta da Candelária. Eles estavam, outra vez, na companhia de D. José de Castro Pinto, que conseguira tornar oficial a participação do clero na manifestação, através de uma nota da Cúria Metropolitana. D. Jaime de Barros Câmara, responsável pela Arquidiocese, não resistiu aos argumentos de seu vigário-geral. A seu lado, estava uma figura fundamental na organização do clero: o padre Vicente Ádamo, presidente da Associação Católica da Guanabara. A visão daquela ensolarada tarde de junho, com as freiras sentadinhas no asfalto do cruzamento da Rio Branco com a Presidente Vargas, era de converter incrédulos. Certamente, graças a Deus, não só cessara a chuva que caíra de madrugada, permitindo que elas pudessem se sentar agora no chão, como tudo tinha dado milagrosamente certo. O relógio da Central do Brasil marcava 16 horas e a passeata estava na Candelária. Em cima da capota de um carro, Vladimir não poderia deixar de lembrar: Este lugar tem um significado muito grande para nós. Na missa de Édson, foi aqui que nós fomos violentamente reprimidos. Hoje o panorama é diferente. Prova de que a

potencialidade de luta popular é bem maior do que as forças da repressão. Hoje, damos uma demonstração de força e de fraqueza ao mesmo tempo. Temos força para retomar a praça. mas ainda não podemos tomar o poder que eles usurparam. Uma nova e última passeata foi então iniciada: Presidente Vargas, rua Uruguaiana, Sete de Setembro, Largo da Veri Misericórdia, Praça Tiradentes. Os que conseguiram chegar até ali tiveram que ouvir ainda discursos dos representantes da UNE, UME, UBES, AMES, de vários diretórios acadêmicos, líderes de favelados, de sindicatos, de intelectuais. Para uma platéia que, cansada, continuava sentada na rua, Vladimir pôs em votação a proposta de formação de uma comissão que trataria da libertação dos estudantes presos nas últimas manifestações. Para representar os intelectuais, foi escolhido o psicanalista Hélio Pellegrino. D. Irene Papi representaria as mães. O clero enviaria o padre João Batista, do Colégio São Vicente de Paulo. José Américo Pessanha falaria em nome dos professores. Os estudantes indicaram Franklin Martins e Marcos Medeiros. Depois de anunciada a Comissão, que foi recebida com prolongados aplausos, Vladimir fez uma ameaça, que felizmente nunca chegou a ser cumprida: "A partir de hoje, para cada estudante preso, as entidades estudantis promoverão o encarceramento de um policial." Em seguida, atendendo ao pedido de um grupo de estudantes, o presidente da UME informou: "Vamos queimar, ordeiramente, uma bandeira dos Estados Unidos." Três estudantes, subindo então na base de uma estátua, botaram fogo numa bandeira americana molhada em gasolina. Dez minutos depois, Vladimir era colocado em um Volks e desaparecia na Praça XV. Terminava sem incidentes aquela que viria a ser conhecida depois como a Passeata dos 100 Mil. Comparada com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que em 64 comemorou a tomada do poder pelos militares, ou com o Comício pelas Diretas-já, que em 84 enterrou este ciclo, a Passeata dos 100 Mil parece, 20 anos depois, um modesto feito estudantil. Afinal, em termos de participação quantitativa, ela não conseguiu nem 10 % do total reunido por aquelas outras duas manifestações, embora Vladimir discorde dos cálculos oficiais: "É só olhar as fotos. Se o comício pelas Diretas tinha 1 milhão de pessoas, a Passeata tinha pelo menos 300 mil." De qualquer maneira, para a época, a concentração da Cinelândia foi um marco simbólico da força estudantil dos seus sonhos e, também, das suas limitações, como se veria depois. Cutucando a onça "Escuta aqui, professor, o senhor vai ou não vai soltar os nossos companheiros?" (MARCOS MEDEIROS para COSTA E SILVA) Parados ali na recepção do palácio presidencial, o major que dava a ordem e o psicanalista que se recusava a cumpri-la pareciam personagens de uma seqüência que o diretor Gláuber Rocha resolvera cortar, por implausível, do filme Terra em transe, no qual, como se sabe, todos os delírios premonitórios foram possíveis. Além dos espectadores presentes - assessores, oficiais de gabinete, militares - 100 milpessoas, pelo menos, aguardavam a distância o desfecho da cena. Um grupo

tinha sido convidado pelo presidente da República para uma audiência especial, mas dois dos seis integrantes, jovens estudantes, estavam de blusa de lã: um de suéter, gola olímpica, e o outro de cardigã, abotoado na frente. Segundo o protocolo do Palácio do Planalto, não era permitido a ninguém subir nesses trajes ao gabinete presidencial. O major José Maria Covas, subchefe da Casa Militar, continuava irredutível: aquilo feria o protocolo do Palácio, Um dos estudantes, Franklin Martins, argumentava quênão, que nenhuma norma seria infringida: - O embaixador de Gana, quando vem aqui, não vem em trajes típicos? Pois esses são os trajes típicos dos estudantes. O psicanalista Hélio Pellegrino acrescentava: "Lá na minha terra, em Minas, quando uma pessoa convida outra para sua casa, não determina o traje." O impasse era tão absurdo quanto a sugestão que saiu, a seguir, da cabeça de um afilto assessor: - Na mordomia, há paletós e gravatas: Por quê não se vai até lá? - Eu tenho uma sugestão melhor - replicou o psicanalista. - Vamos à mordomia, nos vestimos de maitre e garçons e subimos todos uniformizados, inclusive o padre. Se fosse aceita a sugestão, o resultado seria ainda mais ridículo. Franklin, com 1,94m de altura, não conseguia encontrar com facilidade, nas lojas, roupas a altura de seus ímensos braços e pernas - o que diria na mordomia de um palácio? Mas digamos que conseguisse. Imaginar o líder estudantil discutindo seriamente suas reivindicações com metade dos braços do lado de fora das mangas era imaginar um número de humor a cujo efeito talvez nem mesmo o presidente resistiria. A três andares dali, no Gabinete Militar, a confusão não era menor. A recepção ligara para um ajudante-de-ordens da Presidência, relatando a situação: - Há aqui um grupo que quer subir, a audiência está de fato marcada, mas dois rapazes estão em mangas de camisa. O que que eu faço? Em lugar de entrar no gabinete presidencial, a informação andou primeiro até o Gabinete Militar, cujo chefe, o general Jay me Portella, não hesitou: - Esses garotos estão querendo avacalhar. Assim, não sobem. No meio daquela confusão, havia uma pessoa particularmente preocupada - mesmo porque, como secretário de Imprensa, seria o encarregado de transmitir para os jornais o que chama até hoje de "grotesca situação". O jornalista Heráclio Sales sofria, nessa época, de uma estranha doença: uma sudorese o atacava quando chegava a Brasília, e só aí, Nessa tarde, suas mãos tinham mais razão para suar. "Minhas mãos pingavam", ele recorda. Heráclio, ex-editor político do JB, só aceitara o cargo porque recebera do presidente a garantia de que iria participar de um projeto de normalização democrática do país. Pai de sete filhos, tocador de berimbau, ouvinte de Bach e leitor de Aristóteles, Maquiavel, Hegel e Marx, Heráclio tinha 57 anos e ganhara o respeito dos seus colegas já em 1952, quando promoveu um boicote dos jornalistas da Câmara Federal porque o presidente Nereu Ramos queria censurar notícias. Por três vezes nessa tarde, Heráclio entrou e saiu da sala do chefe do Gabinete Militar, que continuava irredutível. No Cerimonial não havia nada a fazer, porque, como lhe informaram, a questão

agora era militar. Aflito, pingando, o secretário de Imprensa pensou: "Alguma coisa tem que ser feita." Ele se lembrou do dia anterior, quando o presidente o chamou ao gabinete para lhe dizer que tinha resolvido convocar os estudantes ao Palácio. "Por que não chamá-los?" imaginou. "Eles devem ter liderança. Vou saber o que querem e em que medida posso atendê-los." Coincidentemente, no Rio, uma pessoa pensava na mesma providência. Preocupado com o rumo dos acontecimentos, Hélio Pellegrino resolveu ligar naquela terça-feira, dia 2 de julho, para o seu fraternal amigo Carlos Castello Branco, perguntando se ele encaminharia o pedido de um encontro. - Pedi tempo e fui ao Palácio do Planalto, onde outro amigo meu, Rondon Pacheco, exercia a chefia do Gabinete Civil - contaria mais tarde Castelinho. - Transmíti-lhe a sugestão em nome do Hélio. Rondon, que descia naquele momento da reunião matinal dos ministros da Casa com o chefe, respondeu-me que iria voltar ao presidente e consultá-lo. A idéia o tocou. Castelinho esperou uma meia hora na sala de Rondon, que voltou contente: - O presidente recebe os rapazes às sete horas da noite. Eram 10 e meia, Castelinho comunicou o resultado ao Rio e duas horas depois recebia o telefonema de outro amigo, Jânio de Freitas, que queria saber se o governo não cederia um avião para levar a comissão. Castelinho não gostou do pedido. claro que não cederia: - Isso eu não vou nem pedir - respondeu. Com o movimento estudantil tomando conta das ruas, Costa e Silva temia estar perdendo o controle. "Perder o controle". confidenciou a Heráclio, "é perder a Constituição. e, perdida a Constituição, está perdido tudo." Heeracliu achava e acha que os estudantes tinham criado aquele caso premeditadamente. Pelo seu raciocínio, voltar ao Rio sem terem sido recebidos era para eles mais rentável politicamente, pois provaria que de fato o governo não estava interessado no diálogo. Analista político, Heráclio não estava longe da verdade. O grupo de Travassos, por exemplo, não havia aprovado a ida de seus colegas ao Palácio e os estava esperando em uma reunião de prestação de contas do encontro. O assessor de Imprensa não tinha dúvida de que só o governo perderia com o impasse. Por isso, de repente. tomou coragem e entrou no gabinete do presidente, que estava sozinho, olhando o relógio com impaciência. Presidente. o senhor já está informado de que os rapazes estão lá embaixo, não? - Pois, Heraclio, mas esses rapazes vieram em mangas de camisa. em condições em que ninguém sobe aqui. O Cerimonial e o Gabinete Militar não admitem. - Mas, presidente, se o senhor me permite: supunhamos que esses rapazes saiam da recepção direto para o aeroporto e cheguem ao Rio dizendū que o senhor os chamou. eles vieram e o senhor não os recebeu. Costa e Silva pareceu convencido pela argumentação do seu secretário. Mas não disse nada. Ficou esperando que ele continuasse. - Ninguém, presidente. ninguém lá fora, conhece as regras de protocolo do Palácio. Vão dizer que esses rapazes vieram do Rio, numa viagem longa, relativamente cansativa e que voltaram de mãos abanando. O senhor vai ser exposto á execração pública. O

presidente, que ouvia atentamente, levantou a cabeça surpreso. - Sim. Heráclio. e o que estás sugerindo? - Estou sugerindo, presidente, que o senhor mande esses rapazes subirem de qualquer jeito, nus da cintura pra cima, .como eles estejam, e converse com eles, por que não? Heráclio conhecia as razões da hesitação presidencial Como resolver a questão sem desautorizar o seu chefe de Gabinete Militar? Não era fácil. Por isso, resolveu refrescar a memória do seu chefe com um episódio exemplar. Há pouco tempo, viera de São Paulo uma numerosa comissão de operários vestidos modestamente, sem paletó e gravata. Como eram cerca de 40, o presidente não pôde ouvir as reivindicações em seu pequeno gabinete. A audiência teve que ser transferida para a sala de reunião dos ministros, que, por acaso, evitou problemas protocolares. - Foi uma coisa simpática - lembrou Heráclio. A imprensa assistiu, noticiou, todos ficaram satisfeitos. Por que não repeti-la agora? Em vez de receber em seu gabinete, já que a objeção é essa, o senhor, como presidente da República, recebe em qualquer lugar do Palácio ou do país. Por que o senhor não se desloca de seu gabinete e vai ao encontro deles, lá? - Chama o Portella - foi a resposta. Se chegasse alguém naquele momento para cumprir mentar Heráclio, ele não poderia estender a mão antes de enxugá-la em um lençol. Toda a sua tensão assumira o estado líquido. Mas tinha valido a pena; a parada estava ganha. Voltaria ao Gabinete Militar, agora para levar o recado presidencial. conhecendo aquele ninho de cobras , não disse de que se tratava. Limitou-se a anunciar a ordem do presidente. - Mas o presidente já sabe da nossa decisão - impacientou-se Portella. - Certamente, mas ele pediu que o chamasse. O sinal de preocupação, impaciência ou desagrado do General, ou tudo isso junto, foi coçar a cabeça. Ele talvez estivesse prevendo o que realmente aconteceu minutos depois: contra a sua vontade, os "rapazes" iriam subir. Quando a notícia chegou à recepção, os militares do Gabinete já haviam recebido a solução da crise protocolar como uma derrota. Vitoriosos, os convidados finalmente subiram para serem recebidos na Sala dos Ministros pelo presidente Costa e Silva, vestidos como haviam chegado: de paletó e gravata, estavam o psicanalista Hélio Pellegrino, o professor José Américo Pessanha e o assessor jurídico do grupo, o advogado Marcelo Alencar; de clergy man, estava o padre João Batista Ferreira; de blusa de lã, os estudantes Franklin Martins e Marcos Medeiros. Eles eram a "Comissão dos 100 Mil", que, como se recorda, na última passeata do Rio, fora escolhida por aclamação diante do Palácio Tiradentes. Aquele não tinha sido um bom começo, qualquer que fosse a interpretação. Como as divergências mais profundas entre os estudantes e o governo não eram de natureza protocolar, podia-se prever que o pior ainda estava por vir. O cronista Néelson Rodrigues não ia perder a oportunidade para uma crônica: O rádio e a TV pediam paletós e gravatas, assim como quem pede remédios salvadores. Paletós de luxo e gravatas de Paris, de Londres, de Berlim foram doados. Mas os dois

permaneciam inexpugnáveis. Gravata, não! paletó, jamais (...) E continuava a "Resistência", muito mais épica e muito mais obstinada do que a francesa na guerra. Até que, de repente, veio do alto a ordem: - "Mande entrar, mesmo sem gravata." Era a vitória. E, por um momento, os presentes tiveram a vontade de cantar o Hino Nacional. Quando o presidente entrou na sala onde habitualmente recebia os ministros, os seus convidados já lá estavam. O incidente aparentemente não lhe tirara nem o bom humor nem a simpatia. "Ele tinha a cara simpática de um tio", achava Hélio Pellegrino. Dirigiu-se a cada um com perguntas e observações que procuravam distender o ambiente, mas, ao mesmo tempo, demonstrar que estava informado. Ao padre João Batista, ele afirmou mais do que perguntou: "O senhor trabalha no Colégio São Vicente, não?" Com Franklin, ele passou por um rápido constrangimento. - Franklin Martins, da ex-UME - apresentou-se o estudante, saboreando o efeito da cena: ele, representando uma organização proscrita, sendo apresentado ao presidente. - Hein? - foi o que murmurou Costa e Silva. Franklin repetiu, mas, já recomposto da gafe, o presidente fingiu não entender e passou adiante. A Pellegrino, o anfitrião fez questão de revelar que conhecia sua condição de funcionário público, o que, mais do que uma inocente curiosidade, podia ser uma velada ameaça a quem estava metido em tanta agitação: - Você é de uma família de Belo Horizonte. Seu pai é um grande médico, uma pessoa muito correta. Aliás, você é muito inteligente e é funcionário público, não? - Perfeitamente, presidente, o senhor está muito bem informado. Além de informado, o presidente não estava com pressa. Se houvesse dúvida de que ele esperava uma reunião demorada, de mais de uma hora, ela seria desfeita quando se ouviu a ordem presidencial, a um assessor, para que o voo de regresso do grupo fosse retardado - um voo comercial, lotado de passageiros que tinham pago para viajar no horário. Para esses passageiros, restava o consolo de que uma personalidade importante, ninguém menos do que o governador da Guanabara, estava também sendo preterida. Com uma audiência marcada para o fim da tarde, Negrão de Lima teria que esperar muito. Mas também, para saber o que soube, talvez fosse melhor nem ter sido recebido. Naquele mesmo dia, ele foi informado, pelo próprio presidente, de que o Exército estava disposto a intervir no seu Estado caso ocorressem novos distúrbios de rua. No momento, porém, Costa e Silva não parecia interessado nesses problemas. Ele queria convencer a Comissão de que estava empenhado em resolver todos os problemas, e de que o seu governo era democrata. "Estamos numa democracia: os jornais dizem o que querem - não é, Dr. Hélio, o senhor não escreve o que quer? - e os jovens vão para a rua gritar abaixo a ditadura. Que ditadura é essa em que as pessoas podem gritar abaixo a ditadura?" O país todo sabia que o marechal não era um homem intelectualmente brilhante, embora não fosse, como a oposição gostava de fazer crer, um completo idiota. Seja porque tenha treinado para esse desempenho, seja porque

realmente acreditava que a democracia se mede apenas pelos insultos que se podem gritar na rua, o seu discurso inicial não fez feio, numa reunião que declaradamente buscava o diálogo, mas que era na verdade um enfrentamento. Àquela altura, ele mesmo parecia satisfeito com seu desempenho. Só quando quis saber como a Comissão havia sido escolhida é que recebeu o que visivelmente não esperava. - Por eleição direta, presidente - respondeu, cheio de segundas intenções, Pellegrino. Era verdade, mas uma verdade discutível. A Comissão na realidade tinha sido aclamada por 100 mil pessoas - ou por 80 mil; que fossem 50 mil naquele final de passeata, quando muitos dos manifestantes se haviam dispersado. Mas fora de fato aclamada. A não ser com muita má vontade, ninguém poderia duvidar da legitimidade de seus representantes. Por outro lado, o presidente, que tanto se preparara para a ocasião, poderia ter questionado aquela forma de democracia direta, que não oferecia aos eleitores outras opções de escolha. Se ele resolvesse perguntar por que exatamente aquelas pessoas, e não outras, os seus interlocutores teriam, na certa, algum embaraço em explicar os critérios pelos quais os cinco presentes e mais dona Irene Pappí - que não pudera ir a Brasília por motivos particulares - tinham sido propostos a uma massa que por Vladimir Palmeira, era capaz de sentar-se no asfalto quente. A resposta do psicanalista, porém, rápida e certa funcionou como uma hábil estocada em quem não estava muito à vontade para discutir legitimidade de mandato. O presidente indireto acusou o golpe com um sorriso amarelo. "Seguiram-se segundos de absoluto silêncio", lembrese o professor José Américo Pessanha, que na hora sentiu ser aquele lance, depois do episódio protocolar, a segunda vitória da noite. O professor recordaria depois: A frase de Hélio ficara no ar, boiando diante de nossos olhos. pesada, questionante, Por breves instantes; a ordem dos fatos fora fendida por uma frase e a brecha deixara entrever outra ordem, a da legitimidade do poder político. Até que Costa e Silva sorriu levemente. Sorriu, refez-se logo e só então manifestou alguma pressa, ao saber que havia no Rio a tal reunião à espera dos estudantes. Apanhando uma folha de papel, o marechal disse: - Então vamos ser objetivos; vamos aos pontos. Os estudantes tinham uma pauta de reivindicações que incluíam a libertação dos presos - um dos quais, Jean- Marc, que era acusado de ter incendiado um carro do Exército - a reabertura do restaurante do Calabouço, mais verbas para o ensino superior, mais vagas na rede oficial e uma reforma universitária de cuja elaboração participassem também os estudantes. Os intelectuais acrescentavam a esta lista a exigência do fim da censura. "Só naquele momento percebemos que não tínhamos passeata, um projeto político", reconhecera mais tarde Hélio Pellegrino. Essa idéia lhe ocorreu ao ouvir a pergunta do presidente "Bom, mas o que é que os senhores querem que seja tanto feito?" Pellegrino havia começado a reunião informando que a Comissão estava ali para uma conversa sobre os problemas do movimento estudantil, o primeiro

era a questão da libertação dos presos. - Ao que me consta - cortou Costa e Silva - são apenas quatro ou cinco. - São nove - precisou Franklin. - Os quatro a que você se refere - retrucou o presidente - estão sub judice e, neste caso, não posso interferir no Tribunal. Não se sabe por que, mas, antes que terminasse o debate desse importante assunto, a conversa mudou de rumo e foi parar no segundo ponto: a reabertura do Cala- bouço. Armado de uma pasta, o presidente passou ao ataque, exibindo a cópia de uma ficha de inscrição do restaurante. Leu o que estava escrito: Se o Calabouço for fechado, você está disposto a reagir? O que é que você acha da situação política: horrível, ruim, boa ou má? Como é que você acha que deve ser mudada a estrutura da sociedade brasileira? Pela evolução pacífica ou pela revolução? A questão era - se a hora permitisse um trocadilho fácil - um pratofeito para o marechal. O questionário serviria para levantar a suspeita de que o Calabouço não era apenas um restaurante, mas também um centro de arregimentação política. Além disso, segundo as informações de que o presidente dispunha, o local tinha-se transformado numa indústria. com cabines de cabeleireiros, engraxates, bares e cursos pagos pelos estudantes. Ficava evidente que o governo não iria ceder neste ponto. ainda mais que já havia criado bolsas de alimentação, com as quais acreditava ter resolvido o problema. O presidente reconhecia que 2 cruzeiros novos era pouco para um estudante se alimentar diariamente, mas mesmo assim resolveu desafiar: - Quanto custa uma refeição no restaurante da sua universidade? - perguntou a Franklin. - Oitenta centavos. - Pois então? ainda sobra dinheiro para o café da manhã - ironizou. Não havia como avançar por aí. Pellegrino desviou então a conversa para assuntos mais gerais. como "direito de pensar, de expor idéias, de se manifestar". Era um direito dos estudantes, dos professores, dos operários, que queriam ser respeitados como cidadãos. A exposição dos argumentos pareceu deixar Costa e Silva convencido e satisfeito. Quando o discurso do psicanalista chegou ao final com o pedido de libertação dos estudantes presos, o chefe da nação pôde ensaiar um número de efeito. Olhando para a Comissão, mas falando como se não conseguisse reprimir um impulso, sussurrou: "Vocês vão-me fazer tomar uma decisão difícil e arriscada." José Américo Pessanha exultou. "O que seria?" pensou. "Uma espécie de anistia aos envolvidos nos distúrbios de rua? Até mais do que isso? Seria o reconhecimento da justiça das reivindicações dos setores populares? É a vitória da Comissão!" quase gritou. O devaneio de José Américo foi repentinamente interrompido. "Mas vocês têm que parar com as passeatas" - a voz do marechal trouxe o professor à realidade. - "Se vocês garantem, vou tomar providências para libertar os cinco presos da alçada do Executivo e pedir que se estude a situação dos demais." "Passeatas". O padre João Batista achou estranho 176 era aquele plural. Quando a Comissão passara pelo Congresso, antes de ir para o Palácio o padre-deputado Antônio Godinho, um ex-udenista do MDB, o convidara a seu gabinete para dizer-lhe, com a mão no ombro: "Mais outra

passeata com 100 mil pessoas na rua e vocês derrubam o governo. Os militares vão endurecer." João Batista lembrava a Antônio Callado o revolucionário padre Nando de seu Quaru, ao passo que Pellegrino via nesse jovem inquieto um pouco do jovem Hélio. Mas João Batista era um moderado, talvez moderado demais para o gosto radical dos estudantes. A advertência do seu colega e o plural que ouvira levaram o padre a intervir: - Se o senhor me permite, presidente, esse plural está , exagerado. Passeatas? A próxima passeata em troca da libertação dos presos, acho até muito possível... Não chegou a terminar. Franklin e Marcos ao mesmo tempo protestaram. - Não aceitamos condição. Queremos a libertação de todos os nossos companheiros imediatamente. Não viemos aqui barganhar. O padre achava que, em última instância, eles tinham ido ali barganhar mesmo. Barganhar era um outro nome e para negociar, e negociação política era isso: ceder num ponto, ganhar em outro. Mas resolveu não dizer nada. Hélio Pellegrino, também, percebeu logo que as negociações voltavam a se complicar. semana antes, como se recorda, ele inaugurara o diálogo com o governador Negrão de Lima, interrompido pela desastrada intervenção do deputado Moreira Alves. No último ano, o seu amigo Néelson Rodrigues transformaria Pellegrino num perigoso e assíduo personagem de suas crônicas em O Globo - tão perigoso que mais tarde, em fevereiro de 69, ao prendê-lo, o Exército brasileiro prendeu não tanto o orador dos intelectuais, mas o "Antes Hélio" das crônicas, o "Dante brasileiro", o homem que, rocês com sua inteligência diabólica e seu poder verbal invencível, seria capaz de mover e comover as massas. - Essa construção hiperbólica, que aos olhos dos militares acabou virando um retrato, nem mesmo o seu inventor Néelson pôde desfazê-la junto a seus amigos de farda. Em fevereiro, não conseguindo convencê-los de que aquele Hélio era uma criação literária, e sem poder evitar a prisão do amigo - para a qual contribuíra enormemente - restoulhe a culpa. Para expiá-la, Néelson ia religiosamente à prisão visitar sua vítima involuntária, todos os dias, durante dois meses - tal qual um daqueles pecadores de suas peças. Naquela noite, se fosse dado às letras, Costa e Silva teria feito a descoberta estilística de que o forte de Néelson Rodrigues talvez fosse, quem sabe, o realismo. Diante dele estava, sem dúvida, o irresistível "Dante brasileiro". O discurso que se seguiu, inspirado nos "latagões de cassetete cercando a sala", como confessaria mais tarde, só podia ser obra de um demiurgo da palavra. - Presidente, vamos supor que, a gente aqui conversando, um daqueles soldados tire o cassetete e venha pra cima de mim. A hipótese era desconcertante, ainda mais quando dramatizada por quem, por palavras e gestos. lembrava mais seus exuberantes ancestrais da Itália do que seus comedidos contrerrâneos de Minas. Pode-se imaginar a cara do presidente enquanto o orador continuava: O dialogo será impossível. Se sou agredido fisicamente, como posso conversar? É mais ou menos o que está havendo: o governo diz que quer conversar com os estudantes - eu acredito. e isso é

meritorio. é excelente. Mas as forças da repressão continuam espancando os estudantes no meio da rua. Não pode haver repressão, presidente. É preciso que os ânimos se acalmem e o diálogo se estabeleça. - Tudo bem, concordo, mas vocês se comprometem a não fazer mais passeatas. Pellegrino não estava preparado para essa insistência e sabia que um novo impasse se aproximava. Tentou protelar: - Nós não podemos assumir esse compromisso, presidente, porque não temos nem autoridade, nem delegação para tal. - Mas vocês não são a Comissão dos 100 Mil? impacientou-se o marechal, pouco afeito a essas filigranas de representação democrática. A reunião, apesar de tudo, ainda estava amena. Os estudantes, porém, se mostravam irrequietos. Não havia como não perceber que existiam ali duas comissões: a dos zeles estudantes e uma outra, mais desembaraçada de compro- são missos e mais preparada para aquele embate. ou- Inexperientes na arte política da negociação, certos de que o governo não queria de fato o diálogo e, principalmente, respaldados pelo legítimo e intransferível poder de um movimento que levava para as ruas 100 mil pessoas, os dois líderes estudantis não estavam gostando daquele blablablá. De repente, aconteceu o que Pellegrino tentara evitar. Marcos Medeiros tomou a palavra: O - Escuta aqui, professor, eu quero saber o seguinte: o senhor vai ou não vai soltar os nossos companheiros? Nunca se soube se o presidente ficou mais irritado com o tratamento indevido ou se com o tom de ultimato. O que se sabe é que o barulho da cadeira presidencial rodando, quase caindo, precedeu o ruído de duas mãos espalmadas desabando sobre a mesa. Era o marechal e não o presidente, o quem, de pé, reagia: - Eu não aceito ultimato, nem desrespeito. A dignidade da Presidência não admite ameaças. Está encerrada a reunião. Acostumado a administrar pulsões, o psicanalista achou porém que era melhor pedir socorro aos métodos mineiros para tentar consertar aquele ego irremediavelmen te fendido. Na política brasileira, José Maria Alkm in sempre fora mais eficaz do que Freud. Pelo amor de Deus, presidente, quem somos nós para desafiar a sua força? Nós não somos insensatos. Não dê importância ao impulso de um jovem que perdeu a cabeça. Vamos conversar. Não havia mais jeito. O presidente já se retirava e um contínuo abria a porta num convite mudo à retirada. Durante esses anos todos, perguntou-se muito se a atitude de Marcos Medeiros era apenas o impulso isolado de um jovem impetuoso, ou se, na verdade, a predisposição de um movimento cujas contradições já não podiam aceitar qualquer forma de conciliação com o governo. O líder de todos, Vladimir Palmeira, não fora consultado para saber quem deveria ir ao Palácio representando a classe. Por isso, vai morrer sem permitir que se publique o que realmente pensa: que, se fosse consultado, não indicaria Marcos - tinha grande apreço por ele, mas o considerava muito impulsivo. Franklin Martins, uma cabeça política forjada na militância estudantil mas também herdada do pai, Mário, um egresso da velha UDN e senador em 68, tem outra hipótese. Ele acredita que o governo naquele momento não tinha nada

a oferecer aos estudantes. Tanto ele quanto o próprio Marcos rejeitam a acusação de atrevimento. Se houve algo como insolência, alegam, ela não foi proposital e nem decisiva para aquele desfecho. Franklin, com 19 anos, e Marcos, com 23, não poderiam, naturalmente, competir em sutileza e habilidade com, por exemplo, o experiente Pellegrino. - Os estudantes, melhor, aqueles líderes estudantis, possuíam desígnios próprios - acredita até hoje José Américo. - Naquele momento, por messianismo ou falta de visão histórica, ou juvenildade também política, eles pareciam acreditar ainda que "quanto pior, melhor" e que "o acirramento das contradições" gera a vitória da "boa causa". O padre João Batista admite que a posição deles, os mais velhos, era de conciliação, enquanto a dos estudantes era de enfrentamento - "talvez porque já pensassem longinquamente na luta armada, na guerrilha". Hélio Pellegrino não afastava a hipótese da "perda da cabeça", mas admitia como mais provável o que já na época se aceitava como viável: "A minha impressão é de que os estudantes, ou pelo menos Marcos, não tinham interesse em que aquele encontro resultasse numa composição." Naquela noite, o líder dos intelectuais, abatido, deixava a sala dos ministros quando, perto da porta, um dedo se ergueu, "um verdadeiro cassetete", diante de seu nariz. "Vocês estão cutucando a onça com vara curta", disse o dono do dedo. O dono do nariz não reconheceu a voz que lhe falava. Era um major que permanecera o tempo todo em silêncio e, quase no final da reunião, recebera um papel de um ajudante-de-ordens. O então assessor de Relações Públicas da Presidência e agora coronel Hernani D'Aguiar relembra a cena: Chegou um auxiliar e me empurrou o papel: um telex transcrevendo um panfleto que estava sendo amplamente distribuído no Rio e onde se afirmava que o presidente se negara a receber a Comissão. Eu li o telex e fiquei pau da vida. Achei que era um jogo sujo. Aguiar preferia não ter tido aquela reação: "Eu estava numa função oficial e é fácil ser valente quando a gente está com o poder, mas aquilo me irritou." A advertência do major, pelo que tinha de profética, ficou mais famosa do que a resposta que o personagem de Néelson Rodrigues conseguiu dar, já saindo: - Não enche. Eu vim falar com o dono dos porcos, não com a porcada. O problema é que o dono dos porcos, naquele início do segundo semestre, ia ter que dar carne para as onças, cada vez mais famintas.

A guerra contra a mosca

"Se não for permitido aos estudantes desempenharem o papel de um grupo de pressão aceitável dentro da sociedade brasileira, é quase certo que eles acharão justificado oporem-se ao governo pelos meios que lhes parecerem abertos - inclusive a violência, posteriormente." (De um relatório secreto da CIA)

Aqueles tempos de exaltação foram um laboratório também para os órgãos de informação. Havia, entre os militantes de esquerda, uma paranóia que fazia com que se visse um agente infiltrado em cada assembléia, cada passeata, cada manifestação. E não estavam muito longe da realidade. Vladimir, por exemplo, sabe hoje que alguns de seus seguranças na Passeata dos 100 Mil eram maldisfarçados agentes. "Aqueles de camisetas curtinhas, mais musculosozinhos, querendo ser mais jovens do que os jovens, empurrando as pessoas e dizendo "pode passar" - é evidente que eram agentes." Um deles, Vladimir chegou a conhecer mais tarde, quando esteve preso na Polícia do Exército do Rio. "Você não se lembra de mim?", apresentou-se um dia um cabo. "Eu estive a teu lado, te protegendo. Cheguei a ganhar um abraço teu." Não há mais dúvida de que em 1968 os órgãos de informação sabiam o que a esquerda fazia, ou pior, o que ia fazer. A exceção talvez fosse o Partido Comunista Brasileiro, onde ninguém conseguia se infiltrar - a não ser, como se verá, a CIA - que pelo menos uma vez se mostrou devastadoramente eficaz. Vladimir conheceu por acaso um, mas havia outros, certamente mais de 100, entre "estudantes", "fotógrafos" e "jornalistas". - O senhor se lembra daquela foto do Vladimir na Passeata dos 100 Mil publicada pela revista O Cruzeiro, cercado de seguranças? - diverte-se agora o general no seu apartamento na Tijuca. - Pois bem, pelo menos três deles eram sargentos nossos. O general lamenta não ter, para mostrar, um poster que durante muito tempo ornamentou o departamento por ele dirigido na época, - se o senhor quiser, traz aqui uma revista que eu mostro. Agora não tem mais perigo porque os três já estão mortos. Não é por falta de orgulho que esse general se mantém no anonimato, e sim por recato e segurança. Na época ele era um poderoso coronel que ajudou a implantar um dos órgãos de informação das Forças Armadas. Suas convicções ideológicas hoje provocam riso pela extravagância da radicalidade - e porque estão em recesso. Ele é um general da reserva. - Dizem que eu sou de direita, mas isso é uma inguстиça. Nunca fui e não sou de direita. O seu rosto, habitualmente sisudo, começa a esboçar um sorriso que promete mais do que sua boca acaba de dizer. Uma demorada tragada protela o desfecho. Ele já deve ter testado antes o efeito desse suspense. Finalmente diz: - Eu sou de extrema-direita. O número é de fato irresistível. Num país onde é raríssimo alguém se confessar de direita, dizer-se orgulhosamente de extrema-direita não deixa de ser um feito inédito. A gargalhada que se ouve agora vai na certa anunciar outra atração: - Eu

estou à direita de Hitler, eu estou à direita de Gengis Khan. Em fevereiro de 1988 essas declarações, como não têm conseqüências práticas, produzem hilaridade. Mas em fins da década de 60, começos de 70, a cabeça que defende essas idéias ajudava a pensar a estratégia da repressão e dava lições simples e eficazes como esta: os órgãos de informação têm duas maneiras para combater um movimento clandestino - escuta de telefones e infiltração de agentes nas organizações políticas. Essa estratégia seria aplicada ao longo de 68 e depois "aprimorada" nos anos seguintes com a criação dos DOICODI e a institucionalização da tortura. - Até um determinado momento, o nosso trabalho foi muito fácil. Os meninos eram muito boquirrotos, falavam tudo ao telefone; por outro lado, não tinham normas de segurança válidas, o que permitia a infiltração. O general ressalva, como se disse, o PCB, que ele chama sempre de Pecebão. "Estes tinham normas de segurança eficazes e uma tradição de clandestinidade." A melhor prova do quanto ele confiava na eficácia do esquema é que o recomendava aos amigos. Pelo menos uma vez isso foi feito, quando um jovem de alguma maneira ligado a ele começou a ser perseguido e entrou em pânico, com medo de ser preso. "Chamei então uma advogada de subversivos que eu conhecia e pedi para tratar do caso. A solução mais segura que ela sugeriu foi evacuá-lo através do esquema do Partido Comunista." Esse esquema funcionou tão bem que o general recorreu a ele outras vezes. "O Pecebão", declara quase com entusiasmo, "dá aulas de clandestinidade. Eles têm quase 60 anos de experiência." De fato, tudo indica que nenhuma outra organização clandestina tenha montado um sistema de segurança tão eficaz. Mas mesmo o sólido edifício do PCB teve suas infiltrações, ainda que para isso fosse preciso uma ação externa. Em janeiro de 68, o secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, assinava e entregava a um companheiro de sua confiança a seguinte credencial: "O portador desta, chamado Adatao dos Santos, é membro do nosso partido e auxiliar do Comitê Central e está por este autorizado a transmitir e receber informações sobre assuntos do interesse comum do nosso partido com os partidos irmãos da Colômbia, Equador e Peru. Com nossos agradecimentos", etc, etc. Quatro anos depois, no dia 3 de dezembro de 1972, o Jornal do Brasil publicava uma longa carta de Adatao se desligando do partido - "um antro de intrigas" -, denunciando sua estrutura de funcionamento e delatando excompanheiros. Adatao Alves dos Santos - de codinome "Carlos" ou "Alcindo", braço direito de Prestes e ativo militante durante 20 anos, era um agente infiltrado da CIA. O respeito que o nosso general dedica ao Pecebão transforma-se em ironia quando ele se refere aos estudantes: "Os jovens, o senhor sabe... como todo jovem de 18, 20 anos, eles achavam que eram os donos do mundo." Com a ajuda desse general e de duas outras altas patentes - exdiretores de agências, serviços ou órgãos de informações - pode-se tentar reconstituir a ação dos agentes naquele agitado ano. Embora as escutas telefônicas já funcionassem desde 67 com alguma eficiência - segundo um

desses informantes, elas serviram para anunciar "a tormenta que se avizinhava" - , os equipamentos eram ainda precários e só em 68 houve a reposição modernizadora. "Não havia aparelhagem eletrônica, não havia microfilmagem, não havia televisão, não havia nada de moderno nos órgãos de informação", relembra um dos representantes do Exército, como quem se lembra de tempos heróicos. Além disso, os serviços eram setorizados, sem articulação entre si e sem um órgão de cúpula que pudesse centralizar as ações em todo o Brasil. A literatura brasileira certamente não ficará devendo nada ao ocupante atual da cadeira 20 da Academia Brasileira de Letras. O intelectual Aurélio de Lira Tavares, que na adolescência cometeu versos com o pseudônimo de Adelita, não será lembrado em nenhuma boa antologia de letras. Mas o mesmo não ocorrerá com qualquer história sobre as comunidades de informação no Brasil. Não que ele tivesse tido alguma idéia original, mas por ter aprovado uma. Em 1967, já ministro, Lira concordou com o então coronel Fiúza de Castro em que o Exército deveria fundir os seus dois serviços de informações - um que trabalhava para o ministro e outro para o chefe do Estado-Maior - em um único. Além da racionalização de recursos - mais pessoal à disposição e melhor coordenação - o novo órgão seria muito mais eficaz do que, por exemplo, o DOPS, a quem estava entregue o combate à subversão. Nesse sentido, a Marinha, com o seu já antigo CENIMAR, era um exemplo a ser seguido, e a Aeronáutica, com o CISA, passaria a ser exemplo a partir do ano seguinte - exemplo de como se constrói o inferno na Terra. Parecia um exagero criar o Centro de Informações do Exército - o famoso CIE - só para evitar a "tormenta que se avizinhava", isto é, o movimento estudantil. O coronel Fiúza de Castro, porém, achava que valia a pena. e a sua perseverança foi decisiva. Ele sabia o que estava fazendo e convenceu o seu ministro com um argumento que iria se mostrar dali para a frente irrefutável: - Nós vamos organizar um martelo-pilão para matar uma mosca, mas o diabo é que os espanadores do DOPS não vão mais adiantar. Talvez não seja uma boa solução, mas a mosca será esmagada. Ainda em 67, o coronel Fiúza de Castro e mais dois colegas de patente partiam para os Estados Unidos com o objetivo de comprar equipamentos modernos e, quem sabe, dar uma chegada na CIA para a aquisição de kozo-how. Isso. porém, é negado por esses oficiais. Com orgulho semelhante ao do dono da força exaltando a textura de sua corda, eles reivindicam para esse campo a adoção de uma tecnologia puramente nacional, pelo menos nessa fase inicial. Na verdade, a técnica de infiltração baseou-se no princípio de que o brasileiro gosta de dar informação. "O senhor não faz idéia da quantidade de gente que é informante neste país", revela o informante, exemplificando: "No meu gabinete eu tinha uma espécie de antesala onde diariamente chegavam de 10 a 15 camaradas oferecendo informação." A oferta era tanta que o comprador avaliava a mercadoria como se estivesse num mercado, assim, segundo ele: "Esse peixe está bom e vale tanto.

Eu pago." Evidentemente, os órgãos de informação não viviam só desses freelancers. O CENIMAR, por exemplo, tinha um amplo quadro de profissionais permanentes, remunerados por mês. Um dos ex-diretores do CIE, que trabalhava mais com avulsos, critica o sistema de prestação de serviços, porque, "quando o informante não tem informação, inventa". Paralelamente a esses sistemas, os três órgãos de informações das Forças Armadas foram preparando um sofisticado quadro de jovens agentes com uma formação altamente especializada. O perfil deles é traçado por um de seus mestres e mostra como podiam ser facilmente confundidos com seus colegas universitários: Eram cabos, sargentos, ou mesmo oficiais que se matriculavam nas universidades e, mercê de sua grande preparação, logo se sobressaíram. Como apresentavam também uma grande exaltação esquerdista, eram cooptados pelas organizações estudantis. Muitos, fortes e bem preparados, chegavam a segurança dos chefões estudantis. Ambiciosos - de dinheiro e de uma folgada carreira, esses agentes tinham ainda a vantagem de serem doutrinados ideologicamente. "Eram todos antimarxistas convictos, por vocação e por formação." Com recursos ilimitados toda a verba secreta do Ministério da Guerra, por exemplo, ia para o CIE - não é difícil imaginar o fascínio que a atividade exercia na jovem oficialidade, oferecendo-lhe em vez da rígida disciplina do quartel, o contato com os jovens e a febril excitação dos universitários, das assembléias e das passeatas. Por isso, mesmo quando recebidos com reservas, não parecem assim tão improváveis os feitos apresentados hoje por esses serviços. Os homens do CENIMAR, por exemplo, se vangloriam de ter armazenado na época o mais completo arquivo de informações sobre o Partido Comunista, sua especialidade. "Havia um velhinho lá", conta um deles, "que conhecia o Partidão melhor do que o Prestes." Esse analista de informação era municiado pela CIA e alimentava os outros órgãos. Em alguns minutos, segundo os cultores de seu mito, ele seria capaz de fornecer um dossiê completo sobre um personagem ou situação - irretocável, infalível. Tudo indica que o velhinho tenha morrido, levando consigo muitos segredos comunistas e deixando um, o seu, para ser analisado - a estranha paixão de um pesquisador pelo objeto odiado. Na antologia oral de vitórias da comunidade constam os episódios. O CIE, por exemplo, reivindica para si uma das maiores proezas em termos de infiltração. Eles garantem que um dos instrutores de guerrilha em Cuba, que preparava os nossos militantes, era um elemento ligado a CIA, e ao CIE. "A nossa diretoria de ensino acompanhava o rendimento dos alunos como talvez nem a escola lá deles tivesse. Recebíamos sistematicamente o relatório de eficiência do pessoal." Se estas informações estiverem absolutamente corretas, pode-se dizer que todos os que foram fazer curso de guerrilha em Cuba "caíram nas malhas do CIE". "Eles só não eram capturados logo que chegavam porque isso denunciaria o informante. Mas o trabalho não era fácil. Perdemos muitos." Com serviços tão eficientes, por que não prendiam os

líderes estudantis? O próprio Vladimir acha que, se eles quisessem, tê-lo-iam prendido depois da Passeata dos 100 Mil. quando colocado por sua segurança num Volks, foi perseguido por quase todas as viaturas do DOPS. O carro era do estudante Luís Tenório, filho de um delegado de polícia e 20 anos depois, médico do Departamento de Sistema Penitenciário do Rio - DESIPE. - Prender para quê? - explica uma das fontes. - Para serem soltos uma semana depois? A Justiça não nos dava a menor garantia. Era melhor apenas vigiar e descobrir o passo seguinte. O outro princípio nacional que teria ajudado os órgãos de informação era o desprezo generalizado pela inteligência dos militares. "Para um estudante de medicina ou direito, milicco é burro. é boçal" - diz o general, aquele a quem Hitler e Gengis Khan recomendariam moderação, ele próprio um desmentido a essa crença. Leitor de Tucídides e Machado de Assis, frequentador assíduo do historiador Tucídides - em cuja História da Guerra do PetoPo-vai buscar argumentos históricos para alimentar o seu ódio à democracia, inclusive à da vitoriosa Atenas -, o nosso espartano general pode ser chamado de muitas coisas, menos de burro. - Os meninos subestimaram o adversário, embora a posteriori se possa dizer que eles eram muito imaturos e, como todo jovem, não ouviam os conselhos de prudência e segurança dos mais velhos, useiros e vezeiros em clandestinidade. Mais do que todos os órgãos de informação brasileiros porém, foram os agentes da CIA os que recolheram dados para a mais bem-informada análise da complexa política da época. No já citado "Relatório especial" de 13 páginas - Os inquietos estudantes brasileiros, publicado no Boletim semanal de 30 de agosto de 68 - a agência americana lucidamente se colocava à esquerda do governo brasileiro. Ela diz: Estabeleceu-se um ciclo de provocações dos estudantes e de repressão da polícia que deverá persistir pelo menos até que o governo faça algum movimento para implementar necessárias reformas educacionais. Os estudantes vêm repetindo reivindicações pela reforma do sistema educacional arcaico - melhores professores, melhores instalações e currículos atualizados estão entre seus pedidos - mas não se fazem ouvir. Como as queixas eram legítimas, a CIA previa para o movimento estudantil, se não lhe fosse permitido desempenhar o papel de "um grupo de pressão aceitável dentro da sociedade brasileira", um caminho que incluía "a violência, posteriormente". Ao mesmo tempo, pressões potencialmente perigosas estão surgindo entre os militares, que são a chave da estabilidade do governo Gosta e Silva. A relutância do presidente para agir sob pressão virtualmente o impediu de fazer qualquer coisa que satisfizesse tanto aos estudantes quanto aos militares. Uma inação continuada deverá servir mais para agravar do que para aliviar o problema. Se o documento pudesse ter sido lido na época pelos estudantes brasileiros, eles iriam descobrir, perplexos e desconfiados, que tinham na CIA uma jamais esperada aliada crítica da política educacional do governo: Nem o governo Costa e Silva, nem o de Castello, foram capazes - ou não desejaram - estabelecer uma relação

com os estudantes, e os problemas educacionais não foram enfrentados como uma prioridade em termos de necessidades nacionais. A CIA não tinha ilusões de que as manifestações pudessem derrubar o governo, mas sabia que elas iam ajudar a aprofundar as divisões no meio militar: A insatisfação militar com o desempenho inepto de Costa e Silva e de alguns de seus ministros-chave poderá aumentar os distúrbios. A incapacidade do presidente de entender as forças que estão em movimento aparece com clareza na insistente atribuição das desordens exclusivamente à ação de agitadores profissionais, professores, políticos da oposição. De uma maneira geral, a atividade política estudantil é vista como subversiva e o estudante descontente é visto como um problema político a ser enfrentado pela mobilização de todas as forças de segurança disponíveis. Essa atitude estimulou a tendência para a esquerda na política estudantil. A distância, pode parecer natural que um órgão bem- informado tirasse essas conclusões hoje óbvias. Mas numa época em que o governo rejeitava qualquer crítica, atribuído-a aos "agentes do comunismo internacional", o relatório secreto da CIA corria o risco de se confundir com um documento a serviço da subversão, o que não deixava de ser engraçado.

Uma chuva sobre o Palácio

"Eu vim para lhe dizer que você tem um comunista na Secretaria de Imprensa. E comunista da linha chinesa." (GAMA E SILVA para COSTA E SILVA)

Na primavera ateniense do ano 411 antes de Cristo, o dramaturgo Aristóteles estreava sua peça Lisistrata, escrita para ser um bemhumorado apelo em favor da paz. Diante do fracasso masculino em pôr fim à guerra contra Esparta, a imaginosa Lisistrata, a "dissolvedora de exércitos", teve a idéia de incitar as mulheres de Atenas a não compartilharem o leito conjugal enquanto seus maridos continuassem empenhados na guerra. Um pouco antes do início da primavera paulista de 68, a encenação da peça ajudaria a agravar a situação política do Brasil. A comédia acabaria por ser entre nós a involuntária inspiradora de um desastre histórico. Em tradução de Millôr Fernandes e com Ruth Escobar no papel principal, a montagem de São Paulo fora modernizada pelo diretor Maurice Vaneau com alguns toques da estética hippie e pop, o que dava à obra a atualidade de uma ilustração para o slogan pacifista da moda: "faça amor, não faça guerra". No fim de agosto, de passagem pela capital paulista, o deputado Márcio Moreira Alves resolveu assistir à peça que não lhe despertou mais do que alguns risos, além da evocação da nossa guerra dos Emboabas, um episódio semelhante em que os guerreiros derrotados encontraram as portas de casa fechada. A peça era um espetáculo no qual, segundo um crítico, "os atores se divertiam mais do que o público". De qualquer maneira, na manhã do dia 2 de setembro, a lembrança da história de Lisistrata, mais do que o espetáculo, iria socorrer momentaneamente o tribuno Marcio e ser a sua perdição política. Ele estava na Câmara dos Deputados e acabara de ouvir uma dezena de discursos. Inscrito também para falar, quando chegou sua vez ele não sabia bem o que iria dizer. Embora fosse a hora do "pingafogo", aquele começo de sessão parlamentar em que os discursos não duram mais do que cinco minutos e em geral não são ouvidos, Marcio queria fazer um pronunciamento que tivesse um mínimo de originalidade. Não basta apenas se indignar, como todos, contra a invasão da Universidade de Brasília no dia 29. A ocupação militar, causara um forte trauma na população da capital federal, especialmente entre os parlamentares. Protegidos por 200 soldados da PM, 100 agentes do DoPS haviam invadido o campus universitário para prender o estudante honestino Guimarães, presidente da Federação dos Estudantes universitários de Brasília, e mais quatro colegas que estavam com prisão preventiva decretada. Foi uma operação de guerra utilizando metralhadoras, mosquetões, pistolas, cassetetes e vários tipos de bombas. Ao ser arrastado pela polícia, Honestino pediu socorro, Dizendo que estavam quebrando seu braço. O major José Leopoldino Silva, do Serviço Secreto da XI Região Militar não se comoveu: "hHoje é nosso dia!" gritou. Os colegas de Honestino

reagiram com paus e pedras e se refugiaram no Instiguto Central de Ciências. Eram cerca de 500 Estudantes resistindo ao cerco e à invasão dos soldados. a batalha durou 20 minutos. No final, o aluno Valdemar Alves da Silva Filho estava caído, ferido com um tiro na testa com risco de perder um olho. Após se renderem, os estudantes foram levados para a quadra de basquete. Nessa altura, vários parlamentares já chegavam ao campus, ou para prestar solidariedade aos estudantes, ou à procura de filhos. Um dos primeiros a chegar foi o deputado Santili Sobrinho, acompanhado do filho. em busca da filha. Logo cercado por soldados e, enquanto se identificava, o cassetete descia sobre a cabeça do filho. Abraçou-se então ao rapaz para protegê-lo e passou a apanhar também. "Eu sou deputado", apelou, e foi pior. "É por isso mesmo". Gritaram as dez vozes que brandiam os cassetetes. O deputado Davi Lerer teve um cano de metralhadora encostado no umbigo. "Senti o frio do aço", revelou depois. Os seus colegas Mário Covas, Martins Rodrigues, Amaral Peixoto, entre outros, passaram por situações parecidas. Covas estava traumatizado: "Dessa vez ninguém me contou, eu vi tudo. Foi horrível." Mais sintomática, porém, foi a reação do deputado Clóvis Stenzel, da Arena, conhecido por suas posições radicais. Estarrecido com o que estava assistindo, disse: "Eu, que sou identificado como homem da linha-dura, acho tudo isso uma barbaridade." Eram compreensíveis o clima de indignação e a violência dos discursos no Congresso nos dias que se seguiram. àquelas cenas de guerra. Por isso, ao chegar a sua vez, Marcito se perguntava: "Que é que eu vou dizer?" Já caminhava em direção à tribuna quando lhe veio como inspiração a lembrança da peça. O discurso começou advertindo que estava próximo o 7 de Setembro e as "cúpulas militares", Certamente, iriam pedir aos colégios que desfilassem " junto aos alagozes dos estudantes". O orador chamava a atenção dos pais de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas". E perguntava: "Até quando o Exército ser o valhacouto de torturadores? Se não bastasse a expressão de mal gosto vocabular, imprópria a um descendente dos Melo franco, o jovem ainda propunha uma inoportuna greve de sexo, além do boicote do 7 de setembro: Este boicote pode passar também às moças, às namoradas, aquelas que dançam com os cadetes e frequentam os jovens oficiais. Não há registro de que alguma jovem tenha recusado dançar com um cadete ou deixado de frequentar um oficial em função do apelo de Moreira Alves, mesmo porque os jornais do dia seguinte não acharam que valia a pena transcrever o discurso, O próprio autor não desconhecia que aquela peça de oratória não tinha qualquer valor além da provocação. "Do ponto de vista do conteúdo", diria ele mais tarde, "talvez tenha sido o meu pronunciamento menos importante." E do ponto de vista da força, pode-se acrescentar, foi certamente o mais infeliz. A melhor definição do discurso talvez tenha partido do próprio Costa e Silva, ao tomar conhecimento do seu teor: "É uma estudantada desse rapaz," comentou, sem dar importância ao

que, mais tarde, ele usaria como pretexto para criar uma crise insolúvel com o Congresso. Um especialista em discursos, o general Octávio Costa - que escreveu o discurso do candidato Costa e Silva na convenção da Arena e alguns dos principais pronunciamentos do já presidente Garrastazu Médici - considera esse episódio "uma besteira", de "um ridículo sem nome". Octavio Costa ficaria conhecido em 68 por ter publicado no JB, onde colaborava semanalmente, uma condenação ideológica à música de Geraldo Vandré, Pra não dizer que não falei de flores. Ele acha que se Costa e Silva tivesse um ministro do Exército forte - "como o próprio marechal fora de Castello, ou como um Orlando Geisel, ou um Leônidas Pires Gonçalves" - a crise teria sido resolvida com um telefonema para o presidente da Câmara nesses termos: "Presidente, não gostei desse discurso; tira dos anais e dá umas palmadas nesse deputado bobo." Mas, segundo Octávio Costa, Lira Tavares por ser fraco e sem expressão junto à comunidade, "vivia soprando crises para dar uma de bacana" e posar para os seus pares: "Vocês estão vendo como eu estou tomando as dores do Exército, como o estou desagrandando?" Por mais desastrado que tenha sido o pronunciamento de Marcito, costuma-se insistir, à direita e à esquerda, na injustiça de considerá-lo a causa da edição do AI-5 - e não apenas um pretexto. Nos últimos 20 anos, armazenaram-se dezenas de indícios comprovando que naquela altura do ano as forças radicais, cada vez mais fortes dentro do governo, não mais abririam mão das medidas de exceção. A própria invasão da UnB fazia parte desse plano de empurrar o país a um impasse cuja solução levasse ao endurecimento. Às 7 horas da noite da quarta-feira, 28, véspera da invasão, o presidente Costa e Silva terminava o expediente acompanhado do seu chefe da Casa Civil, Rondon Pacheco, do chefe do SNI, general Garrastazu Médici. A outra pessoa presente, o secretário de Imprensa Heráclio Sales, descreve a cena: "Ele estava com o rosto sombrio e o sobrecenho caído, sintoma inconfundível de preocupação. Antes de se retirar, Costa e Silva resolveu mandar chamar o chefe do Gabinete Militar: Portella, diga a essa gente que, Eu quero ir para casa tranqüilo. - Pois fique tranqüilo, presidente, que eu tomo conta disso - respondeu Portella, enquanto pegava o telefone para transmitir a recomendação presidencial àquela "gente", que eles sabiam de quem se tratava. Só então Costa e Silva se dirigiu para o Alvorada. Na manhã seguinte, ele seria surpreendido com a invasão e o espancamento de parlamentares, violências que, sem dúvida, estavam previstas na operação. "Não é a primeira vez que isso acontece", disse em editorial o Jornal do Brasil. "Tudo indica que os auxiliares diretos do presidente da República se desvelam para que ele seja o último a saber das coisas. "Nessa altura", acredita Heráclio, "a situação já fugia do controle dele." No dia 30, uma sexta-feira, a Coluna do Castello informava: Partiu do Ministro da Justiça, professor Gama e Silva, a ordem para a Polícia Federal invadir a UnB e retirar de lá estudantes que estavam com prisão preventiva decretada. Não se sabe se a

operação correu ao gosto do professor, mas pode-se antecipar que os resultados políticos da agressão armada cobrem os notórios objetivos do ministro que mais pleiteia do presidente medidas de exceção. A ordem, executada com requinte, elimina as veleidades do governo de criar no país um clima de otimismo e repõe no ambiente aquela ansiedade pânica, que é a matéria-prima dos radicais. O ministro Gama e Silva apressou-se em desmentir Castelinho, que manteve taxativamente o que havia escrito, resguardando no entanto a fonte, aliás, das melhores. Agora, o colunista pode revelar: Jarbas Passarinho. Ao ministro do Trabalho, aborrecido e preocupado com aquela violência,- o boquirroto Gaminha havia confessado que ele mesmo ordenara a invasão. Ninguém bem informado desconhecia a disposição e os propósitos do ministro da Justiça, que estava convencido de fingia estar - de que os comunistas tinham-se infiltrado inclusive nos escalões mais íntimos do governo. Um dia, semanas depois do episódio da UnB, ele entrou intempestivamente no gabinete de Costa e Silva, com quem tinha a sem-cerimônia de chamá-lo de você, e disparou: - Eu vim para lhe dizer que você tem um comunista na Secretaria de Imprensa. E comunista da linha chinesa. - Você se baseia em que para dizer isso? - replicou o presidente com um certo cansaço de quem já ouvira coisa parecida antes. - Você sabe que não sou homem de acusar sem provas. Elas estão aqui. A distância, a cena parece inverossímil, mas esse era o clima palaciano da época - de delação e desconfiança. Nervoso, Gama e Silva retirou da pasta uma vasta papelada e apresentou ao presidente. Ele acusava o secretário de Imprensa de estar "sabotando" o seu Ministério ao reduzir a sua importância em um documento. A prova era a cópia da mensagem presidencial que iria ser remetida ao Congresso, onde o Ministério da Justiça fora contemplado com parcas 15 linhas, quatro vezes menos do que outras pastas, como a das Comunicações, por exemplo. - Isso é uma bobagem, não é prova - explodiu Costa e Silva ao constatar que o dossiê de acusação se limitava a uma mesquinha choradeira por espaço. - Além do mais encerrou -, você está querendo me fazer de bobó, insinuando que eu poderia ter um comunista ao meu lado sem saber. Chamou então o chefe da Casa Militar e repassou o ridículo interlocutor. Portella pegou o colega pelo braço com a paciência de um enfermeiro conduzindo um paranóico - e o levou até seu gabinete. - Fica calmo, Gaminha, vou te contar quem fez isso com teu Ministério. Foi o D'Aguiar, aquele comunista... O que mais irritou "o comunista da linha chinesa" Heráclio Sales não foi propriamente a acusação, mas a hipocrisia do acusador, que logo depois do incidente passou pela Secretaria de Imprensa para afagar a cabeça que ele acabara de pedir ao presidente. Da relação para o "pelotão de fuzilamento do Gaminha", como se dizia na época, constavam também Hermano e os Alves, Davi Lerer e, Maurílio Ferreira Lima. O discurso de Márcio Moreira Alves serviu apenas para colocar o seu autor no primeiro lugar da lista de execução - e na incômoda posição de entrar para a História

como o pivô da maior crise política vivida pelo regime militar naquele ano. Com um ano e sete meses de mandato e 32 anos de vida, Marcito era um dos mais agressivos deputados do Congresso. Junto com seu companheiro de profissão, Hermanno Alves - ambos brilhantes jornalistas do Correio da Manhã -, ele pertencia ao grupo que a deputada Ivete Vargas apelidou de "Os imaturos", do qual participavam ainda os paulistas Hélio Navarro e Gastoni Righi, além de Davi Lerer. A sua eleição pelo Estado da Guanabara, com 19 mil votos, deveu-se à atuação como jornalista do Correio, jornal que reunia o maior conjunto de intelectuais opositores ao regime: Otto Maria Carpeaux, Antonio Callado, Paulo Francis, Newton Rodrigues, Carlos Heitor Cony. Embora houvesse apoiado o golpe de 64, Marcito, logo depois, por ocasião da edição do AI-1, tornou-se um dos mais aguerridos militantes da oposição parlamentar. O seu livro Tortura e torturados, a primeira denúncia no gênero depois do golpe, já tinha atraído para si a ira dos militares e mais tarde a proibição. Rico, inteligente e ousado - aos 20 anos fora correspondente de guerra em Suez e aos 21 ganhara um tiro na coxa direita e o Prêmio Esso de Jornalismo por causa da cobertura de um conflito na Assembléia de Alagoas Márcio Emanuel Moreira Alves era o enfant terrible de sua classe e extirpe. Descendente por parte de mãe dos aristocráticos Melo Franco, petulante nas maneiras e inábil na política, esse socialista por adoção era suficientemente irreverente para ironizar suas remotas raízes nobres. A ele se deve em grande parte a divulgação da saborosa paródia atribuída a Getúlio Vargas, segundo a qual a melhor maneira de pagar a dívida externa brasileira era comprar os Melo Franco pelo que valem e vendê-los pelo que eles pensam que valem. No dia seguinte ao discurso, Marcito comprou os principais jornais do país. Só em um, a Folha de S. Paulo, num canto de página, encontrou um pequeno registro do seu feito. Em suas memórias desses tempos, o general Jayme Portella escreveu que o que mais irritara os militares fora o destaque dado pelos jornais: "O discurso daquele deputado havia sido publicado em toda a imprensa, servindo de manchetes." Era uma completa inverdade. A ausência de noticiário, porém, não impediu que os quartéis recebessem dezenas de cópias do texto e que, em seguida, o Gabinete Militar passasse a ser inundado por uma suspeita correspondência exigindo revanche. "Foi como uma chuva sobre o Palácio", conta Heráclio. "Uma chuva torrencial de telegramas de todas as guarnições militares, exigindo punição para o autor do discurso. Era, evidentemente, uma coisa organizada." Era setembro, a nossa primavera ia começar. Para a política, uma primavera às avessas.

Que juventude é essa?

"Vocês não estão entendendo nada nada." (CAETANO VELOSO, no TUCA)

De setembro até o desfecho final da crise, em dezembro, o Brasil se transformou numa aflitiva sucessão de problemas. Em outubro, quando o chanceler Willy Brandt, da República Federal da Alemanha, visitava o Brasil, o presidente chegou a confidenciar: "Estou vivendo os dias mais amargurados de minha vida." Já não escondia sua angústia. Logo depois de receber do chanceler um relógio de ouro de presente, ele fez um nada protocolar comentário: "Espero que este presente me proporcione horas mais felizes quando eu deixar o Governo." De fato, nesses últimos meses do ano, o país acumulou uma considerável soma de crises que atingiram praticamente todas as áreas, fortalecendo as bases radicais. A marcha da insensatez parecia irreversível. À medida que a intolerância ia tomando conta do governo, a única resposta possível parecia ser o radicalismo, que se manifestava no movimento estudantil, na política, nas artes e no show-biz. Longe iam os tempos em que o diálogo ainda podia ser pelo menos uma esperança. Era a hora do enfrentamento. As esquerdas lutavam contra a ditadura e, preferencialmente, entre si. A intolerância não tinha mais ideologia. Na última semana de setembro, o III Festival Internacional da Canção transformou a intolerância em espetáculo e a exibiu para todo o país - ao vivo e ao som de vaias, mais do que de música. Na noite de 28, no teatro do TUCA, em São Paulo, algumas dúzias de ovos, tomates e bolas de papel - acompanhadas por uma interminável vaia - iam proibir que Caetano Veloso cantasse *É proibido proibir*, mas em compensação iam provocá-lo a fazer o mais brilhante discurso de sua vida. Era a última noite da fase nacional, que classificaria seis músicas para representar o Brasil nas semifinais do Maracanãzinho. Caetano fizera a música por insistência do seu empresário. Lendo uma reportagem na revista *Manchete*. Guilherme Araújo viu o graffiti e teve a idéia: - Essa frase é linda, Caetano. Faz uma música usando-a como refrão. Preguiçoso, Caetano demorou a fazê-la, mas Guilherme não desistiu. Um dia, a música saiu. - Achei meio boba, mas bonitinha - confessa o autor. - Todo mundo, na hora, achou bonita. No dia seguinte, eu já achava péssima. Embora só gostasse do ritmo e de uma parte da letra - "Eu digo sim, eu digo não ao não" -, quando veio o festival da Globo ele resolveu escrevê-la. o Conjunto Os mutantes que tinha aquela garota sardenta, muito moleca, filha de americanos, Rita Lee Jones. Caetano ainda se lembra de que estava vestido de plástico verde e negro, "com uns colares de correntes, tomadas, coisas quebradas, pedaços de lâmpadas, uma coisa muito estranha". Quando começou a cantar, Gil e Gal estavam na platéia e sua mulher, Dedé, nos bastidores. De repente, a uma ordem em inglês, irrompeu no palco a surpresa que Caetano mantivera em absoluto segredo e que descreve assim: "Pulando e dando gritos,

um rapaz louro de dois metros de altura, esquilo, muito louco, roupa mais estranhas do que as minhas." Ninguém sabia quem era, mas a entrada intempestiva desse americano do Texas chamado Johnny Dandurand levou a platéia do TUCA a um transe histérico. Primeiro, foram os apupos e os xingamentos, em seguida as bolinhas de pael e, logo depois, os ovos e tomates. Caetano ainda tentou cantar, mas era impossível. Tinha, ele só desistiu quando resolveu realizar um dos dois mais escandalosos happenings daqueles tempos - o outro fora de Sérgio Ricardo no ano anterior, ao quebrar o violão e atirá-lo em pedaços sobre uma platéia parecida. - Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? - gritou Caetano mais alto do que a gritaria. Era o começo do seu discurso ao mesmo tempo didático e impiedoso: Vocês têm coragem de aplaudir uma música, um tipo de música, que vocês não teriam coragem de aplaudir no ano passado; são a mesma juventude que vai sempre, sempre, matar amanhã o velhote: inimigo que morreu ontem! Vocês não estão entendendo nada. nada, nada. absolutamente nada! Caetano pretendia ler um poema de Fernando Pessoa e dar um grito de apoio a Cacilda Becker, que sofria pressão da censura para rescindir seu contrato na televisão. Esses dois nomes e mais o do compositor Chico de Assis, membros do júri, vão aparecer em seguida sem que a platéia entendesse porque, se é que aquela gente estava a fim de entender alguma coisa: Hoje não tem Fernando Pessoa! Eu hoje vim dizer aqui que quem teve coragem de assumir a estrutura do festival, não com medo que o senhor Chico Assis pedu, mas com a coragem, quem teve a coragem de assumir essa estrutura e fazê-la explodir foi Gilberto Gil e fui eu. Vocês não dão pra entender. Mas que juventude é essa, que juventude é essa? Éxasperada, a platéia tentava abafar com gritos o inesperado comício. Vocês jamais conterão ninguém! Vocês são iguais sabe a quem? São iguais sabem a quem? - tem som no microfone? - aqueles que foram ao Roda Viva e espancaram os artistas. Vocês não diferem em nada deles, vocês não diferem em nada! e por falar nisso, Viva Cacilda Becker, Viva Cacilda Becker! Eu tinha me comprometido a dar este viva aqui, não tem nada haver com vocês. Caetano resolvera despejar naquela platéia ululante todas as suas mágoas, inclusive o fato de terem vaiado, no festival do ano anterior, Alegria, alegria, por considerá-la imitação de música americana. O problema é o seguinte: vocês estão querendo policiar a música brasileira! O Maranhão apresentou esse ano uma música com arranjo de charleston. sabem o que foi? Foi a Gabriela do ano passado que ele não teve coragem de no ano passado, apresentar por ser americana. Mas eu e o Gil já abrimos o caminho. o que que vocês querem? Eu vim aqui pra acabar com isso. Eu quero dizer ao júri: me desclassifique! Eu não tenho nada a ver com isso! Nada a ver com isso! Gilberto Gil! As vaias aumentaram. Num pulo, Gil já estava no palco abraçado ao amigo e revidando com deboche as agressões. Encarava o público, ria, de vez em quando pegava um tomate, dava uma mordida e devolvia à platéia. Rita fazia

piadas: "Aí, Caetano Meloso." Caetano conseguia transformar a sua fúria numa torrente de afirmações provocadoras, cortantes: Gilberto Gil está comigo pra nós acabarmos com o festival e toda a imbecilidade que reina no Brasil. Acabar com isso tudo de uma vez! Nós ssó entramos em festival pra isso. não é, Gil. Não fingimos, não fingimos que conhecemos o que seja festival, não. Ninguém nunca me ouviu falar assim. Sabe como é Nós, eu e ele, tivemos coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas. e vocês? E vocês? O discurso chegava ao final, e ia sobrar para o júri: Se vocês, se vocês em política forem como são em estética, estamos feitos! Me desclassifiquem junto com o Gil! O júri é muito simpático, mas incompetente. Deus esta solto! De vez em quando ele cantava. ou gritava para a platéia de censores: "É proibido proibir!" E continuava: Fora do tom. sem melodia. Como é, júri? Não acertaram? Desqualificaram a melodia de Gilberto Gil e ficaram por fora! A cantora Nara Leão fazia parte do júri e seu marido então, Cacá Diegues, provavelmente não se inspirou no espetáculo para lançar a categoria "Patrulhas Ideológicas", com a qual, uma década depois, desmoralizou o entulho autoritário de esquerda, abrindo caminho para uma perestroika à nossa maneira Mas não há dúvida de que aquela foi a noite de glória das patrulhas ideológicas. Curiosamente, a segunda lição àqueles jovens de esquerda, "pra frente", viria de Nelson Rodrigues, o reacionário, em uma crônica clássica: A vaia selvagem com o receberam já me deu uma certa náusua de ser brasileiro. Dirão os idiotas da objetividade que ele estava de salto alto. plumas, peruca batom etc. Era um artista. De peruca ou não, era um artista. De plumas, mais artista" Ele era um momento da consciência brasileira. E vimos como a implacável lucidez acou e bateu a jovem obtusidade. Ao voltar para os bastidores, Caetano foi recebido por Dedé, que não chegara a ouvir o discurso do marido. O mais indignado agora era Gil: "Eles estão embotados pela burrice que uma coisa chamada Partido Comunista resolveu por na cabeça deles." Depois que Dedé retirou os colares do pescoço do marido, deixando apenas um "para dar sorte". Caetano saiu do teatro protegido pela polícia e com a disposição de não mais participar de festivais. Inconformado com a desclassificação da música de Gil, ele retirou a sua da competição, apesar da ótima classificação que obtivera. Uma semana depois, sem Caetano e Gil, o III Festival da Canção escolheria o vencedor brasileiro que iria concorrer com os estrangeiros. Paralelamente ao evento, realizava-se na boate Sucata, de Ricardo Amaral, o que Caetano ainda chama de "festival Marginal" elementos visuais de cena, destacava-se a bandeira de Hélio Oiticica: Seja marginal, seja herói." O show, a bandeira de Hélio, alguns acordes que Os Mutantes dedilhavam ao violão e que os censores confundiram com o Hino Nacional, tudo isso, mas principalmente a campanha de delação de um certo Randal Juliano, que todo dia pedia pela rádio e TV a prisão de Caetano, levaram à proibição do slzow por um juiz. a ridículas acareações entre Amaral e Caetano, e à prisão do compositor, louo depois do AI-

5. Em termos de comportamento, as 20 mil pessoas do Maracanãzinho não eram diferentes dos seus colegas do TUCA: eles estavam dispostos a promover um festival de vaia. ou, como se dizia, uma Festivaiá, a maior do ano. Bem :ez a grande Ella Fitzgerald, que escreveu ao organizador do evento, Augusto Marzagão, desculpando-se pela ausência: "Preocupam-me as notícias que recebi sobre artistas vaiados no Brasil." Depois que foi anunciadaa vitória de Sabiá, Tom Jobim apareceu no palco para, junto com as intérpretes Cinara Cibele, receber 23 minutos compáctos de vaia - injusta, interminável. Chico livrou-se desta porque estava em tournnée pela Europa, voltando a tempo apenas da finalíssima que também consagrou a sua música. A jovem e intolerante platéia achava que desrespeitando selvagememente um monumento como o Tom, melhor manifestava sua preferência pela segunda colocada: Pra não dizer que não falei de flores, Ou Caminhando ou sexta coluna, de Geraldo Vandré. Numa época em que a música eletrônica tomara conta do Brasil - a ponto de levar a revista Veja a afirmar que nos festivais (as figuras mais importantes não são os cantores ou compositores, mas os eletricitas) A música de Vandré era um fenômeno "É uma guarânia, ótima para representar o Paraguai", ironizou o maestro Gaya. A professora de literatura Walnice Nogueira Galvão achava que a música era uma "evasão e consolação para pessoas intelectualmente sofisticadas". Luís Carlos Maciel foi mais longe, fez uma psicanálise da canção para concluir: "O antimilitarista que cantou e aplaudiu Caminhando, no maracanãzinho, saiu de coração lavado pela purgação de suas reservas agressivas." Ele garantia que, de volta para casa, esse personagem, ao passar "em frente ao Ministério do Exército olhou com menos hostilidade e ressentimento". Decididamente, quem teve razão foi o general Luís de França Oliveira, secretário de segurança, que, ao proibir a música, previu: "Ela servirá de slogan para as manifestações estudantis de rua." O General poderia ter-se tornado um preciente se tivesse acrescentado: "para todas as manifestações daí para frente". Com um violão, um banquinho, dois acordes e sem nenhum acento épico ou grande loquente, Vandré apresentou naquela noite, sobre um silêncio religioso, o mais espontâneo e perene hino cívico dos tempos modernos. Vinte anos depois, Millor Fernandes não faz por menos: "É o hino nacional perfeito; nasceu no meio da luta. foi crescendo de baixo pra cima, cantado, cada vez mais espontânea e emocionalmente, por maior número de pessoas. e a nossa Marselhesa." Semanas antes, num bar na rua Major Sertorio, em São Paulo, Vandré confidenciara a Tárík e Paulo Cotrim a sua incerteza: "Acabei de fazer uma música para cantar sozinho com o violão não sei se vai dar pé." Como deu! Enquanto Vandré cantava, o presidente do júri, diplomata Donatelo anotava discretamente na ficha: "left". No dia seguinte, o mesmo general Luis de França traduziria aquela observação em português não diplomático: Essa música é atentória à soberania do país, um achincalhe às Forças Armadas e não deveria nem mesmo ser inscrita. Em 68, Geraldo Vandré

tinha 34 anos e já era um veterano de festivais e gravações. Em 66, ganhara um festival com Disparada, mas, no ano seguinte, fora Desclassificado com De Como um Homem perdeu um cavalo e continuou andando ou Ventania. Caminhando fez a glória do compositor e a miséria do cidadão Geraldo Pedroso de Araújo Dias Vandré. A partir do dia 6 de outubro, Vandré passou a ser uma das pessoas mais visadas pelos militares - e, logo depois do AI-5, uma das mais caçadas do país. Naquele dia, um domingo, O Jornal do Brasil publicava um longo artigo, As flores do Vandré, assinado por Octavio Costa e que começava dizendo que a noite de 29 de setembro poderia ficar como "a noite das injustiças: a do júri, a do público, a do Vandré, a da torcida, a da própria Justiça". todas Dissecando como um crítico literário o poema de Vandré, quarteto por quarteto. e estabelecendo comparações com Manuel Bandeira e João Cabral de Melo Neto, o articulista - um coronel, com o seu saber a gente logo - desenhava um sofisticado raciocínio para, no final, sugerir sutilmente punição para o compositor. Ele declarava que no Maracanãzinho haviam sido cometidas três injustiças. A primeira do júri, que, segundo ele, não contemplara a letra de "Melhor Comunicação no sentido de seus fins, com suas antíteses, ambivalências, afirmações e negações - afirmando para negar, negando para afirmar, prolongando-se nos gerúndios, pungindo nos fonemas nasais e repercutindo, pelo eco, no uso tonitruante do itinerante ditongo ão". A segunda injustiça fora do público, pela "cegueira da paixão, renegando dois dos maiores compositores brasileiros e sufocando a suavidade de Cinara e Cibele". A terceira injustiça era do próprio Vandré, cometida contra os "soldados armados". Octavio Costa argumentava: Não vivem sem razões os que consagram sua vida a servir. os que estão neste momento, em pleno sertão, rasgando estradas, enquanto as patativas enriquecem na pompa dos festivais. ou cantando os cânticos da subversão. Finalmente, a "injustiça da Justiça diante do delito". Nas duas últimas linhas do artigo, surgia o recado: "Dessa noite de injustiças, três são irreparáveis. A última ainda é tempo de reparar." As repercussões do artigo formam um grande dossiê de cartas guardadas dentro de caixas. Tido como um culto e liberal oficial do Exército, o hoje general reformado Octavio Costa rejeita, indignado, a associação que naturalmente se faz entre seu artigo e a posterior perseguição ao compositor: O que quero deixar bem claro é que esse artigo foi absolutamente espontâneo e não teve nenhuma conexão com o esquema de repressão, com os órgãos de segurança com os quais não transitei em nenhuma fase da vida. É possível, porque o general é um homem honesto, liberal e culto e, como diz, queria "ajudar, não o radicalismo, mas o desarmamento". Querendo ou não, o general há de convir que o artigo do coronel ajudou a desencadear a fúria obscurantista e, o que é pior no caso, com o respaldo da inteligência.

Um herói solitário

"O capitão Sérgio tem o mérito de haver-se oposto ao Plano diabólico e hedioso do brigadeiro João Paulo Burnier, que, em síntese, se consumaria através da execução de atos de terrorismo." (Brigadeiro EDUARDO GOMES, em carta ao e:r-presidente ERNESTO GEISEL)

Em outubro ficou claro que todas as formas de terrorismo foram ensaiadas no Brasil durante o ano - de direita, de esquerda, e até uma estarrecedora tentativa de terrorismo de Estado. No primeiro dia do mês, o deputado Maurílio Ferreira Lima, do MDB de Pernambuco, denunciava na Câmara um plano de policiais da Aeronáutica para desvirtuar as funções do Para-Sar, uma unidade de pára-quedistas especializada em socorro e salvamento, principalmente na selva. O plano previa a sua utilização no seqüestro de 40 líderes políticos, que seriam "lançados de avião a 40 quilômetros da costa, no oceano", entre outras operações. Na mesma edição em que o discurso do deputado era publicado, noticiava-se a exoneração do major-brigadeiro Itamar Rocha do cargo de diretor-geral de Rotas Aéreas do Ministério da Aeronáutica. A exoneração, seguida de uma prisão domiciliar por dois dias, era conseqüência do que ficou sendo conhecido como "Caso Para-Sar". No dia seguinte, o Correio da Manhã abordava a crise trazendo mais um dado: uma entrevista da nora do brigadeiro Itamar, dona Vânia Rocha, revelava que o seu sogro fora punido em função das sindicâncias que realizara, concluindo que de fato havia um plano de um "grupo de radicais", visando "inclusive a eliminação de líderes estudantis e outros que sejam considerados inconvenientes". "Meu sogro é um homem digno e honesto e jamais aceitaria a utilização de uma repartição da Força Aérea para adotar medidas desumanas e bestiais contra o povo". dizia ela. No dia 4, o mesmo Correio trazia um artigo do jornalista Pery Cotta, que lhe custaria depois uma prisão. A operação mata-estudante -, informando que a 4 de abril, sem conhecimento da Diretoria de Rotas Aéreas, o "ParaSar foi convocado para participar de missão permanente policial à paisana, armado e sem identidade, a fim de dar cobertura à tropa que reprimia agitações de rua na Guanabara". Começava a ser desvendado naquele início de mês um dos mais sinistros planos terroristas da nossa história contemporânea. Se tivesse tido sucesso, a operação provocaria não só a execução de personalidades políticas, mas também a morte de cerca de 100 mil habitantes do Rio, já que previa a explosão de um gásômetro no início da avenida Brasil, às 18 horas, isto é, na hora do rusti. e a destruição da represa de Ribeirão das Lajes. A responsabilidade pEelos atentados seria atribuída aos comunistas. Para quem - como os radicais de direita- buscava um pretexto para dar início à caça às bruxas, nada mais diabolicamente perfeito. Um militar, sem motivação ideológica ou partido político, impediu a sua execução: o capitão pára-

quedista Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, que, 20 anos depois, ainda sofre as consequências de seu ato heróico. A resistência do capitão Sérgio levou um dia o lendário brigadeiro Eduardo Gomes, um dos "18 do Forte", a escrever: Foi a admirável ação de um simples capitão, verdadeiramente inspirado por Deus que evitou outras tragédias para a história do Brasil. Que "admirável ação" seria essa, capaz de mudar os rumos de nossa história? O clímax desse script de horror, que o diretor Costa Gavras quis filmar, pode ser situado numa reunião realizada às 13 horas do dia 14 de junho, no II andar do prédio do então Ministério da Aeronáutica, na avenida Churchill, Centro do Rio. Eram mais de 40 as pessoas ali reunidas guardadas por uma dezena de soldados armados de metralhadoras - para ouvir a exposição do brigadeiro João Paulo Burnier, que respondia pela chefia de Gabinete do ministro da Aeronáutica. Então, andando de um lado para o outro, esmurrando a própria mão, o orador passou a informar quais seriam as novas tarefas do Para-Sar: 1. No caso de uma guerra, ante a necessidade de resgatar um companheiro ou prisioneiro, a exemplo do que faz o Para-sar dos Estados Unidos no Vietnã, o Para-sar poderia matar para cumprir sua missão; 2. No caso de uma guerra civil, contra revolucionários compatriotas, esses teriam que ser eliminados pelos homens do Para-Sar; 3. No caso de paz, mas em agitações de rua, o para-sar também deveria desempenhar a mesma missão. A Terceira hipótese vinha acompanhada com observações como estas: para cumprir missões de morte na guerra, é preciso matar na paz; Matar com sangue frio, sem que a mão trema, como aconteceu com os companheiros do exército, os paraquedistas. Figuras políticas como Carlos Lacerda, esse canalha, que alguns pensam que é meu amigo, já deveriam estar mortos, senão fosse a mão dos paraquedistas ter tremido, eles se perderam em considerações se a ordem era certa ou errada; ordens dessa natureza não comportam perguntas nem dúvidas, cumprem-se e não se fazem comentários posteriores; Elementos indesejáveis serão lançados de navio, ou, avião a 40 quilômetros da costa. Ao final da explanação, o brigadeiro dirigiu-se a alguns oficiais: - Concorda comigo, major? - Sim, senhor - respondeu o comandante da esquadilha, major Gil Lessa de Carvalho. - E o senhor, capitão Guarany? - Sim, senhor - disse o capitão Roberto Camara Lima Ipiranga dos Guarany. A mesma pergunta, seguida das mesmas respostas, foi feita ainda ao capitão Loris Areias Cordovil (Bororó e ao tenente João Batista Magalhães). A essa altura, o capitão Sérgio já estava irritado, revela agora, "porque as perguntas tinham sido feitas justamente aos quatro pilantras que estavam na trama". - E o senhor, capitão Sérgio? Burnier gritou essa pergunta com o rosto quase colado ao do interlocutor, de tal maneira que este teve a sensação de estar sendo cuspidos, o que aumentou a sua irritação: -Com as duas primeiras hipóteses, concordo. Mas não concordo com a terceira, que considero imoral, inadmissível a um militar de carreira. Enquanto eu estiver vivo isso não acontecerá neste país. Olhos nos olhos, as armas a alguns centímetros das mãos,

entre os dois só havia lugar para a espuma que saía junto com os gritos. - Não se estenda em considerações - bErrou o brigadeiro. - Cale a boca! - Não me calo e o ministro será sabedor desses fatos -revidou no mesmo tom o capitão. Os gritos provocaram uma perigosa movimentação na sala. De repente, os jovens portadores de metralhadoras se viram praticamente cercados pelos sargentos e cabos do, Para-Sar. A tensão se espalhava. "Nós dois estamos armados".

relembra Sérgio, "e ele deveria ter dado voz de prisão. Se desse, eu não acataria e tudo poderia correr mal. Mas ele, que depois passaria à história comu emérito torturador, assassino, de vermelhão ficou lívido. Baixou a cabeça e se retirou da sala, acompanhado dos quatro pilantras. " Como não sabia se aquela retirada era para providenciar reforços, Sérgio despachou os homens da esquadrilha pela escada abaixo e se dirigiu ao gabinete do ministro, Márcio de Souza Mello, onde foi barrado pelo seu assistente, Barata Neto: - Pelo amor de Deus, não deixa o ministro saber disso. Você quer matá-lo do coração? Eu tenho que preparar o espírito dele - disse Barata, depois de ouvir o relato. No dia seguinte, o capitão Sérgio procurou o brigadeiro Délio Jardim de Matos, de quem tinha sido assessor durante cinco anos. - Isso é tão grave - impressionou-se o brigadeiro -que só um homem pode segurar esse abacaxi: o velho Eduardo Gomes. O "Velho" não demoraria a ouvir o relato. Ouviu, perguntou a quem o capitão era subordinado operacionalmente e imediatamente ordenou que os dois voltassem no dia seguinte. "De manhã cedo, eu e o Itamar estávamos na casa de Eduardo Gomes, que aconselhou Itamar a iniciar logo uma sindicância." Para chegar às conclusões que iriam provocar a sua exoneração, o diretor-geral de Rotas Aéreas baseou-se no relatório escrito do capitão Sérgio, mas também num interrogatório que fez reservadamente a todos os integrantes do Para-Sar, dos oficiais aos cabos. Todos tiveram que responder a um minucioso questionário sobre a reunião do dia 14 de junho. Trinta e sete dos 41 participantes confirmavam a versão do capitão sobre o ocorrido. Na verdade, as insanas propostas do brigadeiro Burnier não chegaram a surpreender os presentes à reunião no gabinete do ministro da Aeronáutica. O capitão Sérgio já relatara aos seus amigos do Para-Sar o "endoutramento" a que vinha sendo submetido, sobretudo depois do episódio de 4 de abril. Neste dia, o capitão Sérgio não estava no Rio e só mais tarde soube do que acontecera. De madrugada, os homens do Para-Sar haviam sido embarcados num ônibus da Aeronautica e levados para o quartel da Escola de Comunicações do Exército, na Quinta da Boa Vista, onde, numa espécie de pódium iluminado, foram exibidos de frente e de perfil aos soldados da PM, do Exército e aos agentes do DOPS. Sem identificação, sem farda e com armas com a numeração raspada, eles não deviam ser confundidos com manifestantes na missão que iam cumprir. Quem lhes dava as ordens era o próprio major Lessa: - Tomem conta principalmente das janelas, para ver quem atira coisas contra a polícia. Caso descubram alguém, invadam o local e liquidem quem

estiver lá. A fuga de vocês estará coberta. A equipe foi dividida em quatro grupos. Na Cinelândia, ficou o grupo comandado por Lessa e composto pelos sargentos Geraldo e Xavier e pelo cabo Alcino. No Largo da Carioca, o capitão Cordovil, o sargento Lins. No Largo de São Francisco, o tenente Magalhães, sargento Monteiro e os cabos Reis e Yamanaka. Na Candelária, os sargentos Cabral, Onésio e Prioste. No dia da missa, porém, apenas o grupo da Cinelândia teve que invadir um prédio, quando um saco plástico com água foi atirado do edifício n° 13 da avenida 13 de Maio. Os pára-quadristas subiram de elevador, acompanhados de homens do DOPS, e tentaram interditar um andar, justamente onde funcionava o Conselho Nacional de Petróleo. Os oficiais-generais e coronéis que ali trabalhavam expulsaram o grupo com uma ordem. De posse dessas informações, o capitão Sérgio dirigiu-se ao brigadeiro Labarthe Lebre, comandante da Escola de Aeronáutica do Campo dos Afonsos, manifestando suas preocupações com o envolvimento do Para-sar em operações ilegais. Lebre recomendou ao subordinado que não desse importância ao caso. Tempos depois, o capitão recebia uma mensagem de rádio, cifrada do Brigadeiro Burnier convocando-o para uma reunião. No dia 12 de junho Sérgio era recebido no gabinete do ministro da aeronáutica por Burnier e pelo Brigadeiro Hipólito da costa, recém-chegado da zona do canal do Panamá. Depois de apresentarem o Capitão como um "pacifista, um homem assustado com a hipótese de matar alguém" Burnier disse para o seu colega: - Brigadeiro, o capitão Sergio continua fazendo comentários. doutrinando contra o emprego por nós previsto para o para-sar. Mais descontraindo e ainda com a esperança de cooptar o seu subalterno, Burnier seria mais explícito e detalhado na exposição do seu projeto. "Ele estava convencido". conta Sérgio. "de que eu deveria passar por um endoctrinamento. que eu era um verdadeiro revolucionário, um homem valente, mas que tinha me deixado anestesiar pelo trabalho: eu me tornara um humanista." Por isso, a "preparação psicológica para a realidade do momento" começava ensinando que, para barrar o avanço comunista, era preciso queimar etapas: "Fazer avançar a História de maneira que livremos o Brasil do perigo comunista para a eternidade." Sérgio também achava que o Brasil devia ficar livre do perigo comunista, mas não sabia aonde o seu interlocutor queria chegar. - O senhor tem quatro medalhas por bravura, não tem? Aos 37 anos, com seis mil horas de voo e 900 saltos em missão, Sérgio já tinha de fato recebido quatro "medalhas de salto em tempos de paz". O seu trabalho nas selvas, salvando índios e pacificando tribos, transformara-o numa legenda dentro do Para-Sar, que ajudou a fundar e tinha atraído a admiração de indianistas como os irmãos VilasBoas, o médico Noel Nutels e o antropólogo Darcy Ribeiro. Amigo de caciques como Raoni, Kremure, Kretire, Megaron e Krumari, entre outros, o "Nambiguá caraíba" Homem branco amigo, como era conhecido pelos índios, chegara a evitar uma guerra entre os txucarramães e os jurunas e kaiabis, pulando de pára-

quedas no meio dos guerreiros. Sérgio limitou-se a responder "sim" ao seu superior. - Pois a quinta - anunciou com orgulho Burnier -, quem vai colocar no seu peito sou eu. As razões para essa prometida condecoração iriam deixar o capitão estarecido. Ele chegou a achar que estava participando de uma sessão de humor negro. Não era possível ser verdade. - Capitão, se o gásômetro da avenida Brasil explodir às 6 horas à tarde, quantas pessoas morrem? Sérgio quis ainda acreditar que a pergunta se referia à hipótese de um acidente. - Nessa hora de movimento, umas 100 mil pessoas. O comentário seguinte ainda não esclarecia tudo: - É, vale a pena para livrar o Brasil do comunismo. . De repente, como num pesadelo, o horror ia ganhando forma. Aquilo era um plano, não havia mais dúvida, e previa várias missões, uma das quais seria o seqüestro de 40 personalidades, a serem lançadas ao mar. E cinco já estavam até escaladas: Carlos Lacerda, Jânio Quadros, Juscelino 215 Kubitschek, Dom Elder Câmara e o general Olímpio Mourão Filho. As outras seriam anunciadas de 5 em 5. "pequenos incidentes", já que a escalada terrorist deveria ser gradativa: cargas na porta da Sears, do City bank, da Embaixada Americana com pequeno número de mortes. "Num dia X, que ele definiria, o clímax do processo: as explosões do gásômetro e de Ribeirão das Lages no mesmo instante, controladas por controle remoto." As cargas de efeito retardado, seriam colocadas pelo capitão Sergio, que ficaria de stand by no campo dos afonsos. "Quando aparecesse o clarão da direita, o do gásômetro, nós decolaríamos de helicópteros e aportariamos no local da tragédia para dar socorro aos milhares de feridos e mortos." Como o ato seria atribuído aos comunistas, o capitão Sérgio, comandando a equipe de socorro e resgate surgiria naturalmente como herói - Um herói capaz de receber sua quinta medalha. Houve muito mais nestas duas horas "adoutrinamento". Os Kennidys, por exemplo, eram comunistas e a prova era o pelé tomando banho no Maracã todo ensaboado, e Bob Kennedy abraçando-o para as fotos. A Fab era "um bando de brigadeiros velhos e decréptos." O governo era "fraco com os comunistas" o Capitão tentou argumentar. - Nós temos um governo militar ... o presidente é o marechal Costa e Silva... - Bosta e Silva - corrigiu o brigadeiro já incontrlável. o momento histórico é esse sérgio. - O momento histórico. Os americanos dominam o Atlântico sul e os comunistas não têm fronteira de apoio... -- mas, quem são na verdade os comunistas? Tentou Sérgio - todo mundo que tem profissão liberal: artistas, advoados, sociólogos, sociólogos então... Temos que destroçar essa raça até a terceira geração, Sérgio. Burnier às vezes espumava, às vezes debochava, a certa algura disse: -- ÓOha Hipólito, o sérgio virou mesmo filho de Maria; quem diria, virou bichona, não é mais guerreiro. A sessão ainda não tinha acabado: - ~Ô Sérgio, eu e o Hipólito vamos pilotar um C,47 cheio dessa canalha comunista - O chico Teixeira, o Malta, o Anísio, o Fortunato - e vamos empurrar todos com o pé na bunda pra dentro água. Eu queria saber: o cara morre quando bate na água ou quando vai caindo? Depois, mais sério: - Eu

quero saber mesmo é se você vai buscar os caras onde eles estiverem. Sérgio estava disposto a não deixar dúvidas e a encerrar a sessão: - Não, brigadeiro, eu acho que os senhores não estão falando a sério. O que torna uma missão legal e moral não é presença de dois oficiais-generais à frente dela, o que a torna legal é a natureza da missão. Nesse momento, ouviu-se uma gargalhada - do brigadeiro Hipólito: - Eu não te disse, Burnier. Ele não é de porra nenhuma. E retirou-se. Burnier estava disposto também a encerrar o seu endoutrinamento: - Agora, chega de papo. Depois de amanhã dia B seguinte, do Marinheiro, era feriado), eu quero todos aqui dentro. Sérgio levou um susto porque até ali a conversa era mais ou menos privada. "não é possível que ele queira levar essa insanidade até os subalternos", pensou. - Todos, como, brigadeiro? os cabos e sargentos também? - Todos do Para-Sar: cabos, sargentos, oficiais e, se tiver cachorro naquela merda, traga também. Assim foi marcada a reunião do dia 14 de junho de 1968, cujas seqüências duram até hoje para o militar que disse não à insensatez. Punido logo com uma transferência para o Recife, julgado e absolvido pelo Superior Tribunal Militar, reformado pela Junta Militar em setembro de 69, o capitão Sérgio poderia ter sido anistiado, mas recusou a anistia. "Anistia-se a quem cometeu alguma falta", costuma dizer. "Eu não posso ser anistiado pelo crime que evitei." No dia 20 de maio de 1974, em longa e comovida carta ao então presidente Ernesto Geisel, o brigadeiro Eduardo Gomes historiou o episódio e solicitou "a devida reparação da imensa injustiça", declarando-se "pessoalmente atingido pelo que foi feito contra este digno oficial a quem sempre emprestei meu apoio moral". Depois de lembrar a unânime absolvição de Sérgio no STM, "no processo único que lhe foi movido por seus algozes", o brigadeiro escreveu: "Não posso mais arrastar comigo o peso dessa injustiça que me oprime o cansado coração." Ele morreu sem que o aliviassem do "peso dessa injustiça". Perseguido e discriminado, Sérgio teve que viver durante anos, da solidariedade moral e material de alguns amigos. Em 1970, necessitando de um tratamento da coluna, foi aconselhado a não se internar em hospital militar. Um médico da Aeronáutica avisou Eduardo Gomes: "A vida do Sérgio, se ele entrar em um hospital militar de qualquer das três armas, não vale 10 centavos." Graças ao jornalista Darwin Brandão, com o auxílio do médico Sérgio Carneiro, o oficial acabou sendo tratado clandestinamente no Hospital Miguel Couto. Um outro amigo, ex-capitão da Marinha e empresário, ajudou-o com 3 mil dólares. Os inimigos de Sérgio chamam-no de louco. Nas raras vezes em que se referiu ao episódio, o brigadeiro João Moreira Burnier desmentiu todo o plano. "Tanto era fantasia desse rapaz doente, revoltado, de mente doentia, que não fui punido. Eles sim que sofreram punições disciplinares, foram presos para ver se paravam com a campanha." Essa tese, juridicamente absurda, tenta demonstrar que, se não houve punição, é porque não houve crime. A impunidade deixaria assim de ser agravante para ser absolvição. No começo de 88, ao prestar um depoimento

para este livro, o exministro da Aeronáutica Márcio de Souza Mello não deu a menor importância ao episódio: "O senhor conhece esse rapaz? Ele, sim, é que tinha esse plano." Mesmo quando se alega o testemunho de 37 cabos e sargentos do próprio Para-Sar, o brigadeiro tem um argumento definitivo para quem está acostumado a hierarquizar o mundo, as coisas e até o valor das palavras de acordo com as patentes: "É a palavra de cabos e sargentos contra a palavra de oficiais." Num momento em que a insanidade ameaçou se transformar em norma, esse estranho no ninho pareceu de fato um louco. Mas foi graças ao seu não que hoje se conta essa história como se ela não tivesse passado de um pesadelo, desses que desaparecem com o amanhecer. Ao recusar sua quinta medalha, escolhendo uma guerra perdida, o capitão Sérgio virou um personagem de Camus - um herói solitário, um herói ético, um homem revoltado pela própria consciência, só por ela. Um Certo cheiro de pólvora. Eles tinham carabina e metralhadora e nós tínhamos apenas foguetes, pedras e molotov." (José Dirceu)

Na manhã em que o país tomava conhecimento pela imprensa da denúncia do caso para-sar, os estudantes Mackenzie e da faculdade de filosofia da Universidade de São Paulo começaram uma batalha de tiros, bombas, coquetéis molotov que durou até o dia seguinte, deixando como saldo um prédio insendiado, muitos feridos e um morto: O secundarista José Guimarães. "O rapaz morto é um segundo Edson Luis", disse José Dirceu em discurso ao saber do ocorrido. Era pior. O Édson Luis paulista não tinha sido vítima de um choque com a polícia, como aconteceu em março no Rio, mais de uma guerra entre os próprios estudantes - de esquerda e de direita. O episódio do Calabouço comovera a classe média e mobilizara a opinião pública nacional; os conflitos da Maria Antônia, a rua das duas escolas inimigas, atraíam para o movimento estudantil a desconfiança de que a sua luta se confundia com algo parecido a um choque de quadrilhas ou de gangue de rua. Os tempos eram outros. Ao enterro de Edson Luis compareceram aqui como se sabe, 50 mil pessoas; o sepultamento de Edson Luis foi acompanhado por alguns parentes e policiais. Em memória de Édson Luis foram celebradas, só na área do I Exército, 119 missas. A passeata de protesto no dia do assassinato não reunira mais do que 800 estudantes, que percorreram o centro de São Paulo incendiando quatro viaturas policiais. No dia seguinte, sexta-feira, uma outra passeata, essa com quatro mil manifestantes, queimou mais carros e apedrejou o Citibank. A União das Mães de São Paulo, que apoiava o ato, pediu aos estudantes que se manifestassem pacificamente. Quando a representante das mães disse em discurso que "violência gera violência", foi interrompida pelo coro: "Só o povo armado derruba a ditadura." "No mesmo momento em que os universitários brasileiros reclamam um nível melhor de ensino e pretendem uma participação mais ativa na vida política do país," escreveu a revista Veja, "3 mil estudantes do Mackenzie e 2.500 estudantes da Faculdade de Filosofia da USP deflagram a sua guerra por causa de um ovo."

De fato, às 10h30min da quarta-feira, 2 de outubro, alguns alunos do Mackenzie atiraram ovos em seus adversários, que cobravam pedágio na rua Maria Antônia, fazendo cobrança para o XXX Congresso da UNE. Antes, bem mais cedo, José Dirceu teve o pressentimento de que algo não estava "cheirando bem" e resolveu intervir, levado pelo "sexto sentido". Quando viu secundaristas fazendo barricada, cobrando pedágio, e os alunos do Mackenzie aproveitando o pretexto para criar um grande caso, o presidente da UNE resolveu deixar baixar sobre ele o "centralismo democrático" de que tanto o acusava o Estadão: Eu percebi que era uma provocação e falei: vamos afastar essas barricadas e acabar com esse assunto: primeiro porque não tem ninguém aqui a essa hora da manhã, se Segundo, porque isso não ta cheirando bem. E fui embora. Mal Dirceu se afastou, seus liderados aceitaram a provocação, e iniciou-se então uma guerra absurda, selvagem, que se estendeu por toda a tarde, com pequenos intervalos para remuniamento ou reestudo tático. Só à noite houve realmente uma trégua, quando as forças inimigas, cada uma em sua trincheira, discutiram em assembléias a conveniência de continuarem ou não a guerra. A reunião da USP, decidiu que não queria lutar contra a Mackenzie, mas contra o CCC. A direita porém queria guerra: queria não só limpar a rua como expulsar o inimigo da sua própria trincheira. "A turma do Mackenzie queria de qualquer maneira invadir e incendiar o prédio, como fizeram". recorda Dirceu. A trégua foi rompida às 9 horas do dia seguinte, quando os mackenzistas arrancaram da entrada da Faculdade de Filosofia algumas faixas que propunham a unidade: "Filosofia e Mackenzie contra a ditadura." Em vantagem tática pela situação dos seus prédios, situados em terreno mais elevado e cercada por um muro alto, a Universidade Mackenzie, além disso, estava de fato bem armada. Calculou-se na época que mais de mil coque téis molotov foram por ela fabricados e lançados naqueles dois dias sobre o inimigo, sem falar nos rojões de vara, bombas de gás lacrimogêneo e tiros de vários calibres. "Eles tinham carabina e metralhadora", conta Dirceu, "e nós tínhamos apenas foguetes, pedras e molotov, até que veio o grupo tático da ALN nos ajudar." José Dirceu acha hoje que os sangrentos episódios da Maria Antônia foram "a pior revés" do movimento estudantil em 68 - ou pelo menos o início de uma fase de reveses que culminariam dez dias depois com o fracassado XXX Congresso da UNE em Ibiúna. A Maria Antônia representava para o movimento estudantil um "território livre", embora ela fosse também a rua da reação, isto é, do Mackenzie, onde se concentravam representantes das sinistras siglas - CCC, MAC, FAC - da direita extremada. Mas a Maria Antônia, como se dizia mitologicamente, significava o avanço. "Era o símbolo das barricadas, o símbolo da rebeldia, da revolução sexual, das idéias socialistas", como lembra Dirceu: Os principais líderes estudantis, os professores que tinham produzido no Brasil um pensamento socialista, marxista, de esquerda, tinham saído da Filosofia da USP. Se foi "o pior revés", isso é ainda discutível tannesse período de

descenso! O certo é que foi a primeira vez em que a direita impôs com sucesso o seu estilo a um movimento que parecia até então só ter esquerda. Aproveitando uma antiga rivalidade entre os alunos do Mackenzie e da Filosofia, o Comando de Caça aos Comunistas - CCC -, a Frente Anticomunista - FAC - e o Movimento Anticomunista - MAC -, todos infiltrados entre os mackenzistas, obrigaram a esquerda a aceitar sua forma de luta: a violência pela violência. A principal vítima daqueles combates foi a concepção esquerdista de que era possível existir uma violência ruim e outra válida. Naqueles dois dias de desvario, ruiu entre os estilhaços das bombas e coquetéis molotov o discurso da violência pedagógica, instrumental, controlável e só usada revolucionariamente para construir um mundo novo, naturalmente sem violência. U que se viu ali - inclusive a polícia, que, deliciada, não interveio, ou interveio ao lado da direita - foi um espetáculo de violência desenfreada, devorando o que ainda restava do generoso sonho juvenil. Tanto o moderado Dirceu quanto o radical Travassos perderam a liderança para se transformarem, quase literalmente, em bucha de canhão. Dá pena ler ainda hoje a descrição da revista Veja de uma cena atrás das barricadas da Faculdade de Filosofia: José Dirceu, presidente da ex-UEE conhecido como organizador, providenciava pedras, garrafas, rojões; Luís Travassos, presidente da ex-UNE, conhecido como radical, atirava as pedras, as garrafas, acendia os rojões contra a Universidade Mackenzie. José Dirceu coordenava a defesa da Faculdade de Filosofia, ia à frente de luta, voltava para dentro do prédio. Luís Travassos lutava, conclamava o povo a participar. No final, as posições se inverteram: Dirceu foi para a rua comandar uma desordenada passeata - a que incendiou quatro carros da polícia - e Travassos foi para a Filosofia mostrar que era inútil a resistência dos últimos combatentes. À noite, impotentes, os dois não conseguiam sequer liderar a assembléia. Como descreveu a revista Veja: Os dois pediam silêncio, tentavam controlar o ambiente. Atrás deles, grupinhos conversavam. A direita e à esquerda, também. A frente, só os que estavam sentados mais próximos prestavam atenção aqueles que são considerados, atualmente, os dois líderes estudantis mais importantes do Estado de São Paulo. Até Hoje, Dirceu não tem dúvida de que o que aconteceu na Maria Antônia "foi o sinal para o desencadeamento da repressão". Já na época o deputado Martins Rodrigues, secretário do MDB, conclamava a oposição moderada e alertava: "A direita se prepara para impor, pela força o seu ponto de vista." Também em outubro, D. José de Castro Pinto, "o homem do diálogo", que durante todo o primeiro semestre tentara estabelecer uma ponte entre os estudantes e o governo, se mostrava assustado com o "crescimento dos diversos grupos radicais no Brasil" e responsabilizava por isso "a falta de perspectiva do governo". O próprio Costa e Silva falava em "guerra aos extremismos" e se achava desafiado, de um lado pelos estudantes e a esquerda radical, e por outro pelos radicais de direita. Mas a sua preocupação maior naquele momento se voltava para as atividades das

organizações de extrema-direita, cuja participação nos conflitos da Maria Antônia tinha ficado evidente. Em meados de outubro, escrevia Veja: Na semana passada, as manifestações estudantis de rua, a perspectiva da realização do Congresso da ex-UNE, aliadas à evidência que assumia a sigla CCC no noticiário dos jornais, provocaram a fermentação de boatos onde a palavra "golpe" era uma constante. Os atentados a bomba e os assaltos a bancos se multiplicavam, anulando muitas vezes seus próprios objetivos - porque ora podiam ser atribuídos à direita, ora à esquerda. Alguns tinham origem clara, como os atentados às peças O burguês fidalgo, no Rio, e à Roda-viva, em São Paulo, ou a explosão do Teatro Opinião em Copacabana, todos assumidos pelo CCC. Outros deixavam dúvida. O governo prometia combater o terrorismo de direita, mas fingia acreditar que ele não estava infiltrado dentro do próprio poder, como qualquer investigação séria revelaria. A CIA, no seu relatório secreto de 14 páginas, intitulado Os militares no Brasil e publicado no Boletim semanal de 29-11-68, dizia: Alguns linhas-duras também podem estar fornecendo apoio moral - e possivelmente material - a grupos civis de direita, como o CCC, que está envolvido em atividades terroristas, e a TFP, uma organização de ultradireita de católicos militantes. O que a CIA sabia, certamente o governo também não desconhecia, mas uma estava interessada em informação; ao outro só interessavam os indícios que pudessem incriminar, a priori, a esquerda. Na madrugada de 30 de abril, uma bomba explodiu no Estado de S. Paulo, no andar térreo de sua então sede, um prédio de seis andares no Centro da cidade. O impacto da explosão destruiu o saguão e quebrou vidros a 500 metros do local. Mesmo antes das apurações, a autoria foi atribuída a "grupos de esquerda". O primeiro a fazê-lo, já no dia seguinte, foi o governador Abreu Sodré: "A direita", garantia ele, "não está organizada para isso." Também o comandante do II Exército, general Carvalho Lisboa, participava dessa leviana opinião. Dez anos depois, em dezembro de 78, o jornalista Luiz Alberto Bettancourt entrevistava um oficial do Exército que participara do atentado. Exigindo justificado anonimato, o já agora coronel contava para o jornal Repórter: A operação foi planejada pelo Estado-Maior do II Exército - certamente em conjunto com um comando civil, embora isso eu não possa garantir -, que designou um oficial para articular todos os contatos necessários. Esse articulador foi um coronel da Intendência, que aliás era dono da fábrica que fornecia os cantis do II Exército. A dificuldade em se descobrir autorias na época devia-se à falta de vontade das autoridades, mas a confusão em que se lançava a opinião pública era ajudada pelo fato de que certos grupos esquerdistas já tinham começado - com assaltos a bancos, atentados e até execuções - o que acreditavam ser a "luta armada". Algumas ações, porém, não deixavam dúvida quanto à coloração ideológica de sua origem. Durante o primeiro semestre, por exemplo, a polícia se viu às voltas com uma onda de assaltos a bancos que tinham a mesma característica: eram feitos

com habilidade e imaginação. E contavam quase sempre com uma loura, chamada pela imprensa de Bonraie, de um grande sucesso da época, o filme Bonnie and clyde. A polícia custou a crer que esses roubos faziam parte de um plano de ações coordenadas pela Aliança de Libertação Nacional, a ALN de Carlos Marighella. Quando a própria rede bancária resolveu criar o seu sistema de defesa, ocorreu o que parece hoje um quadro de humor. Para a preparação de um desses esquemas pioneiros - o treinamento do pessoal de uma agência paulista - o Exército escalou o seu melhor artilheiro, e a providência mereceu uma reportagem da revista Manchete mostrando o instrutor ensinando os seus novos alunos a atirar. Esse professor de tiros era Carlos Lamarca, em breve o "capitão da guerrilha". Aliás, em meados do ano, Lamarca já havia se decidido. No dia 23 de junho, dez militantes da Vanguarda Popular Revolucionária - a VPR - entraram no Hospital Militar do Cambuci, em São Paulo, dominaram os guardas e roubaram 11 preciosos fuzis FAL. Quando soube da operação em detalhes - o que não foi difícil porque os guardas do hospital eram soldados de sua companhia -, Lamarca teria comentado: "Taí um pessoal sério; esse pessoal não é só de blablablá." Quatro dias depois, isto é, no dia da Passeata dos 100 Mil, a mesma camionete Chevrolet do assalto ao hospital era lançada, cheia de explosivos, contra o Quartel-General do II Exército. Era a resposta que a VPR dava ao desafio que lembrava uma daquelas anedotas que se inventam contra os portugueses - e não apenas pelo nome do desafiante: Manoel Rodrigues Carvalho Lisboa. Esse nosso Manoel, comandante do II Exército, depois do atentado ao hospital, convocou a imprensa para desafiar: - Atacam um hospital. Que venham atacar o meu quartel! Foram. A piada só não fez rir mais porque, graças a ela, quer dizer, à explosão, perdeu a vida o soldado Mário Kozel Filho. Mas o terrorismo de esquerda cometia também os seus trágicos enganos, embora menos cômicos. No dia 1º de -' julho, o major do Exército alemão Edward Ernst Tito Otto Maximilian von Westernhagem, de 44 anos, caía morto perto de sua casa no Rio, atingido por dez tiros de pistola automática. Como ele lutara na segunda guerra mundial e fazia um curso de comando e Estado Maior do Exército, a polícia, num primeiro momento atribuiu o crime a "caçadores de nazistas". Ao atirar no major alemão, três militantes da organização COLINA acreditavam estar matando Gary Prado, o oficial que prendera Guevara na Bolívia. A esquerda armada ainda cometeria pelo menos mais uma execução, e mais um engano, mas de outra ordem. Em outubro, o capitão americano Charles Chandler era metralhado com 14 tiros diante da mulher Joan e do filho Darry, de nove anos. Chandler lutara no Vietnã e estava no Brasil há dois anos. Ao assassiná-lo, o comando da ALN achava que estava matando também um pouco do imperialismo. Havia no ar um cheiro de pólvora que, apesar da crença da época, só ia fazer mal à esquerda armada ou não.

Terror em noite de lua.

"Hoje preservaremos as instalações do teatro e a integridade física da platéia e dos atores. Amanhã, não!" (Panfleto distribuído na estréia de Roda-viva em Porto Alegre)

Passaram-se 20 anos e mais 20 poderiam se passar que Elizabeth não esqueceria a cena. "A lua estava cheia e iluminava tudo; o cenário era lindíssimo, o gramado enorme", ela se lembra. Foi o maior medo de sua vida. Nunca sentiu tanto pânico, nem quando seu pai, oficial da Gestapo, foi deportado para um campo de prisioneiros da Sibéria, depois da II Guerra. Deviam ser dez horas da noite quando ela e o companheiro foram obrigados a descer numa clareira de bosque nos arredores de Porto Alegre. A viagem de jipe, com seis homens, tinha sido cheia de ameaças. De vez em quando paravam, abriam o porta-luvas, pegavam o soco inglês e ficavam socando a própria mão, até que um dissesse: "Aqui não, ainda está muito perto, vai fazer muito barulho." Ao chegarem àquela clareira, os seqüestradores, uns 20, se dividiram em fila: uma na frente e outra atrás. No meio, os dois prisioneiros. "Começaram então a marchar na nossa direção. Não sei quanto tempo isso demorou: me pareceram três anos." Tudo lembrava à atriz um teatro de marionetes: os movimentos daqueles homens, os gestos - e o silêncio. Era o que mais a incomodava. Zelão quieto, os homens mudos. Beth sentiu uma coisa estranha que até hoje não sabe explicar. "Todas as minhas veias queimavam como se fosse fogo - doíam, doíam - e eu cantarolava mentalmente." O que, ela não sabe. De repente, num impulso, ela disse: - Os senhores me desculpem, mas eu estou apertada para fumar. Em outra situação á frase provocaria risos: ali, não, até porque não foi dita com intenção de fazer graça ou como ardil para tentar um diálogo. "Que sangue-frio que nada, eu precisava fumar mesmo." Enquanto um dos homens acenava o seu cigarro, cobertores de casal eram retirados do carro e estendidos sobre o gramado. - Agora, vocês vão se deitar aí e repetir a cena de sexo - ordenou finalmente aquele que parecia ser o líder: um homem bonito, educado, em quem só o corte de cabelo, denunciava a condição de militar. Elizabeth tremeu. Não adiantava fingir-se de desentendida; ela sabia qual era a cena. Nos dez meses de carreira de Roda-viva, aquela era justamente a cena que chocava certos espectadores: Nossa Senhora, que ela interpretava, simulando uma cena de sexo com um parceiro que sugeria Jesus Cristo. - Vamos, vamos, tirem a roupa e deitem. Estamos aqui para ver o que desavergonhadamente vocês fazem em cena. O signo de Aquário deixou uma marca em Elizabeth: "Eu falo primeiro e me arrependo depois." A sua reação imediata não foi, pois, obedecer, mas falar, falar, falar sem medo: - O senhor viu a peça? - Não. - Então como é que o senhor sabe dessa cena? - Porque ouvi falar. Sem pensar e sem saber o que

falava, a aquariana não parava de falar. Com o pai dela tinha acontecido a mesma coisa, só ouvira falar. Um dia ela disse "por favor, papai, vai ver", ele foi - "e olha que a segunda mulher dele é a pessoa mais carola, mais quadrada, adorável, mas carola. biquíni - pra ela é coisa de prostituta. Os dois foram ver e adoraram. " O senhor me dá licença, mas eu vou contar a cena. É a representação da Pietà, de Michelangelo, o senhor conhece? ah, uma beleza: eu, Nossa Senhora, ajoelhada e ele, Jesus Cristo, morto aos meus pés..." - O senhor me dá mais um cigarro? Elizabeth só rezava para Zelão se manter mudo. - "Se ele abrir a boca, vai estragar tudo", pensava. Ela se referiu ao último espetáculo, que a deixara extremamente infeliz, frustrada, porque o ator com quem contracenava era péssimo, não tinha a menor sensibilidade. "Imagina que quando me ajoelhei aos pés dele, esqueci de juntar as mãos em posição de prece e ele disse entre os dentes: "reza, desgraçada." O senhor sabe, eu não sou atriz de laboratório, sou instintiva, emocional, e aquela cena linda e aquele ator dizendo reza, desgraçada, não era possível, acabava com qualquer clima." Nem quando um espectador interferiu na performance, a estrela se perturbou: - Mas a peça é uma imoralidade! - atiraram contra ela. De um certo ponto de vista, era até possível que sim. Realmente havia cenas chocantes, como aquela em que o coro bota a língua de fora para o público. Ela, por exemplo, não faria aquilo, iria contra os seus princípios. - Esse espetáculo é ofensivo para nossas esposas replicou o aparteante. - Como é que uma moça tão conceituada, tão respeitada, você sabe que Porto Alegre em peso ama você, se submete a uma coisa dessas? Num relance, Beth intuiu que precisava mudar de estratégia: "Eu senti que estava perdendo terreno." - Vou confessar uma coisa para os senhores: eu estou grávida. Meu marido é apenas um guitarrista e eu preciso de dinheiro para sustentar meu filho. Elizabeth tinha se casado há um ano com um paulista quatrocentão, mas preferiu fingir que Zelão era de fato o marido, como achavam os seus seqüestradores. Ela sentiu que a sua fala começava a comover a platéia. - Agora, vamos à cena - disse, já dona absoluta do espetáculo. - Mas primeiro vocês vão me dar licença de cantar a música, posso? Depois vocês podem fazer o que bem entenderem. Nesse momento, ocorreu um milagre. Beth Gasper estava substituindo Marília Pera na Roda-viva, que por sua vez substituiria Marieta Severo. Mas, ao contrário das duas, tinha péssima voz. Por isso, era muito humilhada, principalmente por Zelão, que não perdoava a sua desafinação. "Ele me odiava de paixão por eu não ser a Marília, que cantava bem pacas e eu canto mal pacas." o músico não se conformava em ficar sem a sua musa naquela excursão. Era como se Beth fosse culpada disso. O ódio do guitarrista chegou ao auge no espetáculo de Porto Alegre. De manhã, ao tentar pedir o café pelo telefone, Beth sentiu-se repentinamente sem voz - nem para falar. Por sorte, estava de férias na cidade o médico da grande Ima Sumac, que, depois de lhe aplicar uma injeção na garganta, recomendou mudez absoluta até cinco minutos

antes da sessão. A aflição da atriz durante todo o dia só foi minorada pela solidariedade de uma colega do coro, a desconhecida Zezé Mota. - Não se preocupe, Beth, eu fico atrás do palco; se você perder a voz, eu entro. Um pouco antes do espetáculo, a injeção e o apoio da colega devolveram a Beth a sua voz - ainda pior, é verdade, mas capaz de cantar o lírico Sem fantasia 1 "Vem, meu menino vadiot Vem, sem mentir pra você", embora com uma inadequada rouquidão "Zelão olhava pra mim querendo me matar. Se normalmente eu já não cantava direito, imagina afônica." De qualquer maneira não houve vexame, a não ser no final, quando um pequeno contratempo quase pôs tudo a perder: ao tentar dizer a última fala, dirigida ao seu parceiro "você é um anjo" - a voz de Beth se recusou de novo a dar sinal de vida. "A Zezé Mota, lá do fundo, é que falou. Eu tive um acesso de riso e o pano baixou." Depois de tudo isso, o que teria levado Beth a acreditar na força encantatória de sua voz, naquele ermo, morrendo de frio e medo, entregue aos seqüestradores, com risco de vida e, se não bastasse, na presença do seu eterno repressor Zelão? Em vez de pensar, Beth cantou: "Vem, mas vem sem fantasia, Que da noite pro dia Você não vai crescer. Vem, por favor não evites, Meu amor, meus convites, Minha dor, meus apelos. Vou te envolver nos cabelos, Vem perder-te em meus braços. Pelo amor de Deus, Vem que eu te quero fraco, Vem que eu te quero tolo, Vem que eu te quero todo meu." É provável que Chico Buarque nunca tenha sonhado com uma interpretação tão pungente para sua música. Apesar da falta de acomodações, a platéia ficara eletrizada com o número. Elizabeth estava realizando ali o melhor desempenho de sua carreira. No meio daquela improvisada arena de cobertores, tendo que aplacar a fúria de seus devoradores em potencial, aquela mulher tão frágil quanto encantadora não realizava um show, mas um ritual de sortilégio. Banhada pela claridade da lua cheia, a platéia se comportava como uma alcatéia momentaneamente imobilizada pela magia do som e do gesto da domadora. Nen Ima Sumac em toda a sua vida vai cantar tão bem como eu cantei. Ela me olhava com as lágrimas correndo. Eu cantei como acho que ninguém na vida jamais cantou. Mas alguém precisava fazer alguma coisa; afinal, aqueles espectadores não tinham ido ali para aplaudir. -- Vocês vão sair de Porto Alegre antes do meio-dia, todo mundo - disse finalmente uma voz, sem grosseria, mas com decisão. - Se não, não queiram saber o que vai acontecer. Em segwida, dirigiu-se à cantora: - Você nos convenceu, mas um castigozinho você vai sofrer para aprender a não fazer mais esse tipo de coisa. Vocês vão voltar a pé para Porto Alegre. No mesmo tom, a voz lançou sua última advertência: - Um pio sobre o que aconteceu e vocês morrem. De minissaiia preta e máxi-botas da mesma cor, Elizabeth pegou a mão de Zelão e saíram pela estradinha de terra, como "dois bichinhos", até o asfalto, sem saber que rumo tomar. Um clarão do que parecia ser a cidade distante acabou orientando-os. Já tinham andado um pouco, quando sentiram, por um instante, o que a atriz considera ter sido "o

maior medo". De repente, todos os carros do seqüestro voltaram com as luzes acesas em direção aos dois: "Ficamos petrificados; eles bre caram, olharam, deram adeuzinhos e foram embora. Era um último atozinho de terrorismo." Beth não sabe quanto tempo andaram. Quando chegaram a Porto Alegre, o dia estava amanhecendo. A bota furada, que ela guarda como um troféu, dá a medida dos quilômetros percorridos. "Ao chegar, eu estava com duas bolhas nos pés e a bota tinha dois rombos na sola." Ao meio-dia e meia de 5 de outubro, um sábado, Elizabeth Gasper, Zelão e todo o elenco da peça de Chico Buarque - com exceção de José Celso, que se retirou antes - retornavam a São Paulo. Terminava assim a temporada gaúcha, que deveria se estender por 27 dias e que durou apenas um espetáculo, o da estréia, na quinta-feira, 3, quando foram ocupados todos os 828 lugares do Teatro Leopoldina. Antes de começar a peça, os espectadores puderam ler o seguinte panfleto: Gaúcho! Ergue-te contra aqueles que, vindos de fora, nada mais desejam senão violentar a tua família e as tuas tradições cristãs, destruindo-as. Hoje preservaremos as instalações do teatro e a integridade física da platéia e dos atores. Amanhã, não! Entre os vários militares à paisana que estavam infiltrados no meio do público, pelo menos um deles, o coronel Valter de Almeida, chefe de gabinete do Secretário de Segurança, retirou-se revoltado da sala após 15 minutos de espetáculo. Apesar disso, tudo correu bem, a peça foi muito aplaudida e ninguém chegou a notar que uma outra voz dizia a última fala de Elizabeth Gasper. No dia seguinte, no entanto, as paredes do teatro amanheceram pichadas: "Fora, agitadores", "Abaixo a pornografia", "Comunistas". Quando o diretor do Leopoldina, Jofre Miguel, transmitiu sua preocupação de que algo poderia ocorrer se os atores voltassem ao palco naquela noite, o grupo não teve tempo para deliberar. À tarde, o Departamento de Polícia Federal distribuía uma portaria proibindo a exibição da peça em todo o território nacional. A nota do DPF traduzia o que certos setores pensavam dessa peça que começara sua carreira no Rio, a 17 de janeiro, e estreara em São Paulo a 17 de maio para ser o grancle escândalo cultural do ano: A peça Roda-viva transformou-se em autêntico show depravado, numa constante sucessão de cenas atentatórias à moral e aos bons costumes. Toda gama de atos libidinosos e de mímica pornográfica era apresentada no palco, culminando com um indiscutível ato sexual. Como se não bastasse, conclama "o público burguês" a se levantar, incitando-o a derrubar a "ditadura que se implantou no Brasil", objetivando a imposição de "um governo popular". Num processo de ridicularização, apresenta artistas com indumentária de sacerdotes, soldados e, inclusive, a Virgem Maria sendo possuída pelo anjo. Há cenas de "mulheres com mulheres" e de "homens com homens" e muito palavreado subversivo. Convencidos de que deviam partir, os atores voltavam da Rodoviária, onde haviam reservado um ônibus para a manhã do dia seguinte, sábado, quando foram cercados perto do hotel por cerca de 30 homens armados de revólveres e

cassetetes de borracha com fio de aço por dentro. Foi um massacre. O organista Romário José abraçou-se a um poste, mas de pouco adiantou. Mais tarde, ele teve que costurar o rosto num hospital. O ator Marco Bueno teve o nariz fraturado e perdeu um dente. Outros atores foram pisoteados. Beth, Zelão e um grupo não tinham ido para o hotel, mas direto a um restaurante, para jantar. Foi aí que um dos fugitivos do massacre conseguiu chegar com o aviso: "Eles estão espancando todo mundo e vindo para cá." Alguém do grupo lembrou-se então de que a casa de uma tia num bairro afastado seria um bom esconderijo; que fugissem para lá de táxi. Assim que chegaram, apagaram todas as luzes - "eu vi gente se enfiando debaixo da mesa, da cama, de tudo quanto era lugar", lembrase Beth - mas logo depois ouviram ruídos de vários carros acelerando e em seguida parando. Da janela entreaberta, Beth entendeu o que estava ocorrendo: quatro carros, inclusive um jipe, se aproximam silenciosamente, com o motor desligado, no impulso. O que se passou em seguida foi muito rápido: Zelão xingando - "eu mato esses desgraçados", pulando a janela e Elizabeth atrás. Naquele momento ela esqueceu todas as mágoas e viu um quase menino, revoltado pelo que tinham feito como amigo Romário, partindo para uma ação de vingança suicida. Ela se atracou com ele e os dois ainda estavam naquele corpo a corpo quando um dos passageiros dos carros - certamente o líder - se aproximou e convidou-os a acompanhá-los à delegacia para prestar esclarecimentos. Não era um convite, mas uma ordem. O seqüestro, o perigo, o medo. todas as peripecias seguintes daquela noite, acabaram transformando os desafetos Beth e Zelão em dois grandes amigos. No sábado, os 28 artistas do elenco tornaram ao ônibus e voltaram para São Paulo, onde menos de três meses antes, haviam ocorrido cenas semelhantes às de Porto Alegre. Na noite de 17 de julho, pouco antes da meia-noite: os atores acabavam de encenar Roda-viva, e já estavam chegando aos camarins, quando cerca de 20 pessoas invadiram o teatro Ruth Escobar quebrando cadeiras e gritando que eram do CCC. Armados de cassetetes, revólveres e soco inglês, os invasores espancaram barbaramente os atores. despiram as atrizes e obrigaram Marília PEera e Rodrigo Santiago a despídos, irem para a rua. No dia seguinte, Marília contava aos jornais: O público olhava atônito. Ninguém nos ajudou. Os policiais que estavam em duas rádiopatrulhas, também ficavam olhando. Ninguém teve coragem de dar pelo menos um blusão a gente. A única pessoa que me defendeu, foi a camareira Isa, que tentava me encobrir e também apanhou bastante. A fisionomia deles estava tão tomada pelo ódio que não sou capaz de reconhecê-los. Lembro de que eles gritavam que faziam aquilo para eu deixar de ser imoral no palco. Agora, ao voltarem a capital paulista ainda traumatizados com os incidentes de Porto Alegre, os artistas - alguns tinham sofrido as duas agressões - encontraram de novo um clima tenso. Na antevéspera, Norma Bengell, atriz de Cordélia Brasil, de Antônio Bivar, recebia uma ameaça por telefone: Você é uma comunista suja. Vamos ver se

tem coragem de dizer aquelas indecências que diz no teatro quando a gente for quehrar a sua cara. A peça, que no Rio já sofrera um atentado a bomba, estava sendo exibida no Teatro de Arena. Contra Norma havia um processo no Departamento de Polícia Federal por declarações feitas em setembro a uma emissora de rádio. Um serviço de segurança foi então providenciado para o teatro e para a atriz. Mas às 9 horas da noite de terça-feira, 8 de outubro, na porta do hotel Arrrczlia, na rua Xavier de Toledo, três homens armados imobilizaram e espancaram os atores Paulo Bianco e Emílio di Biasi, colocaram Norma num fusca e saíram em disparada. De madrugada, uma assembléia da classe decidiu suspender os espetáculos de quarta-feira. No dia seguinte, descobriu-se que a atriz havia sido levada para o Rio, a fim de prestar depoimento no quartel da Polícia do Exército. Na sala do PIC - Pelotão de Investigações Criminais - o coronel Helvécio Leite, assessor do CIE, interrogou-a durante mais de duas horas. Mais do que informações - as perguntas eram do tipo "por que a senhora vai a passeatas?" - o interrogatório tinha como evidente objetivo a intimidação. À noite, Norma era liberada para com desculpas e uma passagem paga pelo coronel, voltar a S. Paulo. Vinte anos depois, no dia 24 de fevereiro de 1988, o Estado de S. Paulo publicava uma entrevista-bomba do mesmo Helvécio Leite, conseguida pelo repórter Ayrton Baffa. Nela, o antigo agente do CIE e ex-subchefe da Agência Central do SNI, explicava como eram feitas essas ações. Um exemplo, a explosão do Teatro Opinião: Foi tentando deixar uma bomba de retardo no teatro, para explodir depois da sessão. Eles estavam com a vigilância muito aguçada sobre nossos agentes, que nem podiam se mexer. Optou-se então por destruição total. Num madrugada de chuva, com algumas cargas ocas e molotovs, destruimos o teatro. Do primeiro atentado, no Rio, à peça O Burguês fidalgo, até o seqüestro de Porto Alegre, passando pelo espancamento dos artistas em São Paulo, o Comando de Caça aos Comunistas - o CCC - resolvera estender sua ação terrorista a todo o país.

O Vale da insensatez

"Eu ouvia meu pai gritar e gritava. Um senhor de cor, enorme, acho que o carcereiro, tapava minha boca com a mão." (ANA JOAQUINA, filha do dono do sítio Murundu)

Fundada em 1811 sobre uma colina de 996 metros de altitude, Ibiúna é uma daquelas cidadezinhas que só aparecem na imprensa acompanhadas do adjetivo aprazível, aliás, justo e desnecessário como um pleonasmio. Ali, respira-se um ar cuja pureza no começo chega a incomodar, come-se a melhor alface do país e uma batata-inglesa melhor do que a da Inglaterra. Nas ruas, ou melhor, nas ladeiras, os moradores sobem e descem, descem e sobem mais do que andam, mas nem no verão sentem calor superior a 24 graus. É bem verdade que no inverno, bem, no inverno também só vai para lá quem está à procura de frio de 6 graus. Não há dúvida de que, sem esse pulmão, o estômago de São Paulo seria menos saudável: a cidade é um dos maiores fornecedores de verdura e legume do CEASA paulista. O antigo povoado de Nossa Senhora das Dores viveu no anonimato até 68, quando de repente pulou para a primeira página dos jornais. Na chuvosa manhã de sábado, 12 de outubro de 68, a polícia invadiu o sítio Murundu, nas imediações da cidade, e prendeu um número de estudantes que varia, conforme a fonte, de 750 a mais de 1500, pondo fim ao XXX Congresso da UNE que ali se realizava - e aũ sonho estudantil. O que havia de mais expressivo no ME saiu dali para a cadeia e, muitos, dela para o exílio. Chega-se a Ibiúna pela estrada Raposo Tavares, uma hora e meia depois de deixar a capital paulista, 70 quilômetros atrás. Ao se aproximar da periferia - se é que se pode aplicar o termo para uma localidade que tem uma zona urbana de 15 mil habitantes e a rural de 35 mil - , o visitante tem a sensação de estar passando por um corredor polonês de outdoors: Greenfeld Village, West Lake Loteamentos, Colinas de Ibiúna. As ofertas de paraíso não cessam de um lado e de outro da estrada. Meio inconscientes do tesouro ecológico que detêm, os ibiunenses procuram exemplos para referendar o local: "O senador Fernando Henrique Cardoso tem casa aqui", "O deputado José Serra está construindo uma", "O escritor Fernando Morais vai construir", "A fazenda dos Montoro é uma maravilha." O primeiro morador de Ibiúna a se encontrar é o tenente aposentado Benedito de Paula Pacheco, que se assusta quando, com dois carros da TV Cultura e uma equipe de sete técnicos, chegamos à sua casa. Pacheco reluta em nos acompanhar ao sítio Murundu, aonde no dia 13 de outubro de 68 ele desembarcou com a missão de recolher material para o inquérito policial: "Peguei bastantes tatames, muitas pilulas anticoncepcionais e algumas armas curtas." As pessoas em Ibiúna se lembram de tudo o que se refere "aos estudantes". Pacheco não participou da operação de desmantelamento do

congresso, na véspera, porque o comandante das tropas invasoras ordenou que ele ficasse guardando a cidade à frente de 30 homens da Força Pública para a eventualidade de uma reação, que eles tinham como certa. A retaguarda precisava ficar coberta. Depois de muita insistência, o arisco tenente Pacheco resolve nos acompanhar. O objetivo da viagem era procurar entender os verdadeiros motivos daquela insensatez: que onipotência tinha levado tantos jovens a achar que poderiam realizar clandestinamente uma reunião com mais de mil pessoas? Reconstituir com fidelidade o episódio de Ibiúna com base nos depoimentos dos principais personagens - Vladimir, José Dirceu, Jean- Marc, Marcos, Franklin - era difícil porque eles, que concordam em tantas coisas hoje, mantém, no caso, as mesmas divergências. Os travassistas criticam os seus adversários, isto é, o grupo de Vladimir, pela realização da insensatez; e este responsabiliza os primeiros pela protelação das discussões e, em consequência, a maciça prisão. O organizador José Dirceu - que em 1984 foi o responsável pela preparação da campanha das Diretas-já em São Paulo - ainda tenta defender a reunião de Ibiúna, embora admita que, se tivesse que fazer outra, não faria igual. "O congresso não foi essa caricatura que querem fazer hoje", defende-se.

Quanto às histórias do consumo dos congressistas, que teriam chamado a atenção da polícia, ele as atribui ao folclore da imprensa. Era preciso encontrar duas pessoas-chave: Domingos Simões, o proprietário do sítio, e Miguel Vieira de Goes, o lavrador que, segundo a crônica da época, fora o primeiro a comunicar ao delegado a presença estranha de "muitos barbudos armados no sítio do Simões". O Murundu dista 22 quilômetros de Ibiúna, numa estrada montanhosa cheia de curvas e de ondulações que se estende por 14 quilômetros sobre asfalto e os outros oito sobre terra - mais frequentemente sobre lama. O tempo do percurso varia, evidentemente, conforme o estado da estrada. No domingo 15 de maio de 1988, por exemplo, apesar de ensolarado, tivemos que esperar uma boa meia hora para que fosse tirado do lamaçal um caminhão carregado de carvão. A fraca chuva da véspera bastara para interditar um trecho. Vamos direto à casa de Simões, onde só estão sua mulher, dona Neusa, vereadora pelo PMDB, e duas de suas filhas. O dono tinha saído. Uma parte da equipe sai então à sua procura e a outra permanece à espera. A família Simões vive numa casa a uns 10 quilômetros do sítio Murundu, que eles perderam por atraso no pagamento das prestações, em consequência dos seis meses que o dono passou na cadeia, por causa do Congresso da UNE. Como a equipe e Simões tardassem, resolvemos convencer dona Neusa a nos servir de guia na ida ao sítio. A sua chegada à antiga propriedade é tocante. As dolorosas reminiscências da prisão e da tortura não lhe diminuem a generosidade: "Eu sonho reaver esses 30 alqueires na Justiça para doar à UNE. Eu quero que isso se transforme numa colônia de férias para estudantes." O sítio fica num belo vale cercado por quatro suaves colinas - ou grandes murundus - e fechado à direita por uma densa mata que, em 68, achava-

se que ia ter muita serventia. No fundo, a Cachoeira da Fumaça, onde os estudantes tomavam banho durante o congresso: os rapazes de manhã e as moças à tarde. Enquanto mostra o local, dona Neusa vai tentando reanimar em flashback as cenas de 20 anos atrás, quando o vale foi repentinamente coberto pelo estridente sonho de mais de mil jovens vindos de todo o país. A primeira das três construções do sítio está à direita: é um chiqueiro descoberto, de 25 metros de comprimento por seis de largura, cercado por uma parede de 1,80 de altura. Muitos conchavos políticos foram feitos aí dentro. Caminhando um pouco mais, à esquerda, encontra-se o estábulo, um galpão de 16 metros por seis, coberto de telhas francesas e de chão de terra batida. "Aí dentro", lembra-se dona Neusa com um certo orgulho, "as lideranças guardavam nos arquivos os papéis mais importantes e discutiam muito." Ao lado do estábulo, há uma grande área onde os estudantes construíram o que posposamente chamavam de "Plenário". Eles cobriram o local com lona verde e cavaram no barranco vários degraus, que, forrados de plástico, serviam de arquibancadas para os congressistas. As sessões plenárias se desenrolavam aí. "Isso aqui virou uma cidade, o senhor precisava ver, uma beleza", diz dona Neusa, e a imaginação do visitante não consegue acompanhá-la nessa nostálgica viagem retrospectiva. "Havia umas 20 barracas: eles tinham médicos, enfermeiras, cozinha ao ar livre. Até banheiro improvisaram. Uma maravilha." O maior prédio do sítio - no caminho da Fumaça, passando o pontilhão que liga as margens de um riacho da largura de um pulo - é um galpão fechado por paredes, coberto de telhas e dividido ao meio. Tendo em vista a arquitetura local, dona Neusa tem razão em apresentá-lo quase como um palacete. "Em um lado ficava a enfermaria", ela se entusiasma, "e no outro o dormitório das moças" - certamente de uma parte delas, porque é difícil visualizar 200 jovens dormindo naqueles 50 metros quadrados. - E o banheiro, dona Neusa? - Ah, sim, o banheiro eles fizeram aqui fora. A nossa guia e suas filhas Ana Joaquina, de 22 anos, e Cida, de 16, vão descrevendo as atrações do sítio, ao mesmo tempo que recordam o que sofreram em consequência do que ali se passou. Depois de fugir e ficar escondido por uns dois anos, Simões foi finalmente preso e recolhido à Operação Bandeirantes - junto com a mulher e duas filhas: Ana Joaquina e Maria da Glória. "Fiquei numa cela e as meninas numa outra, de modo que a gente ouvia os gritos de Simões sendo torturado", lembra, chorando, dona Neusa, que era menor, tinha 17 anos, e nem podia ser presa. A mais traumatizada, porém, é Ana Joaquina, uma criança de pouco mais de três anos quando o pai foi preso. "Eu ouvia meu pai gritar e gritava. Um senhor de cor, enorme, acho que o carcereiro, tapava minha boca com a mão. Mas eu queria minha mãe, que estava numa cela ao lado e eu e minha irmã sozinhas. Então eu gritava. Eu querendo ir para o colo de minha mãe e não podendo. E meu pai gritando." - Isso a marcou muito? - Marcou. - Você se lembra dessa cena de vez em quando? - Lembro. - Você tem pesadelos com isso?

- Tive muitos, eu fiquei doente. - Você fez análise? - Fiz, tudo. - Quanto tempo? - Dos seis aos 12 anos. - Sua cabeça agora tá boa? - Tá ótima. - Você tem alguma preferência política? - Tenho, pelo PT. - Você leu sobre o congresso da UNE? - Li tudo. Eu fiz um trabalho de formatura na Faculdade sobre o tema. Li no O Estado de S. Paulo, na Folha de S. Paulo, na Veja. Eu queria mostrar o que ninguém sabia. - Você teria vindo ao congresso? - Ah, teria. - Mesmo com risco? - Se de pequena eu passei tanto risco, grande eu não ia ter problema. Uma noite, como as meninas estivessem chorando muito, o capitão que torturava Simões ordenou - Você tem cinco minutos para calar a boca das filhas da puta das suas filhas. Senão, a gente vai enfiar essa borracha no seu rabo, na frente delas. Das amargas recordações desses tempos, dona Neusa tem uma, comovente. De onde estava na prisão, ela via na cela em frente, um jovem com a barriga aberta por um ferimento a bala, que mesmo assim era torturado.. "Ele tava cortado por causa do tiro, todo machucado. Sofria, coitado! Mas a preocupação dele era com as minhas crianças. Eu estava penalizada com o estado dele fe ele desesperado pela situação delas. Ele queria fazer alguma coisa." Dona Neusa gostaria muito de rever esse jovem que em meio a seus próprios tormentos, era capaz de supera-lo: para tentar diminuir o sofrimento alheio. Ela se alegra quando descobre que o seu entrevistador conhece o jovem e pode registrar a sua gratidão tantos anos depois. O nome do jovem: Fernando Gabeira. Depois de um meio dia de visita ao Murundu. A comitiva sai ao encontro de Domingos Simões, mas decidido passar antes na casa de Miguel Goes, o lavrador estigmatizado pela acusação de dedo-duro. Na quinta-feira que antecedeu à queda do XXX Congresso, Miguel teve a idéia de cobrar a dívida de um saco de milho num sítio próximo. Ao passar pelo Murundu, a segurança dos estudantes o prendeu. Quando foi liberado, seguiu direto para a delegacia, claro. Para se chegar à casa de Miguel, tem-se que percorrer de novo os oito quilômetros de estrada de terra. Quando às 3h30min da tarde se chega ao meio do caminho, numa subida mais íngreme, a Chevrolet da TV Cultura atola no lamaçal, e o mesmo acontece com a Caravan seguinte. Por meia hora e cerca de um quilômetro, todos se sentem como os estudantes de 68: a pé, chafurdando sobre a lama. Só falta a polícia, alguém lembra. Muitas pedras sob as rodas e uma abnegada equipe de empurradores - a que se juntou inclusive o presidente do CNPq, Clodowaldo Pavan, que passava por acaso a caminho do seu sítio vizinho - conseguiram finalmente tirar os carros do atoleiro. Já estávamos na porta da casa de Miguel há uns 15 minutos quando chegou um carro. A casa é um pouco mais do que uma choupana com um terreiro de terra batida na frente, onde cisam algumas galinhas, como em todas as moradas da roça. Escabiado, Miguel não queria dizer nem a idade. Não sabia de nada, não se lembrava de 68 e não queria conversa. Só reagiu quando provocado pela evocação de que ele seria o responsável pela prisão de centenas de pessoas. A sua defesa faz sentido. Antes,

em Ibiúna, já ouvimos de vários moradores o mesmo argumento: era impossível não descobrir o congresso. As diversas histórias convergem para a conclusão de que a invasão do comércio pelos jovens forasteiros foi o que chamou a atenção da polícia. - Todo mundo ficou logo sabendo - defende-se afinal Miguel. - Os moços entravam e compravam tudo. Só na farmácia um barbudo comprou tudo o que tinha de pasta de dente. A polícia desconfiou logo. Esse começo de relato é interrompido por um grito: "Esse é dedoduro!" Junto com o grito, o carro que tinha entrado no terreiro de Miguel Goes despeja uma espécie de hipie anacrônico, de cabelos brancos até o ombro, sandálias de cangaceiro, um boné vermelho de jóquei escrito CUT e uma camiseta branca com a cara de Che Guevara em cima da inscrição: "Hay que endurecer, pero sirz perder la ternurcz jamás." Era Domingos Simões chegando para agradecer Miguel, o dedo-duro. Simões tem 74 anos, mas o corpo enxuto e a agilidade não sugerem mais do que 60. Foi preciso algum esforço para impedir que houvesse ali, com 20 anos de atraso, o acerto de contas entre os dois homens. Calmo, Simões será muito útil na reconstituição da aventura do congresso. Além de ceder o sítio, ele era o responsável pelo abastecimento matinal dos congressistas. Saía à noite, por um atalho na mata, dormia na sua casa em São Paulo e de manhã voltava com pão e leite. Conhece a região como ninguém. Não por acaso, na madrugada do dia 12 de outubro, ele não estava no sítio quando às cinco e meia vieram acordar Vladimir com uma desagradável notícia: "A polícia nos descobriu." Era sua segunda noite, ambas maldormidas, no Murundu. Vladimir acabara de passar 46 dias na prisão, no Rio, e iria viver naquele sábado "um dos dias mais tristes da vida". Quando chegou naquele distante sítio, ele se lembra, "chovia por dentro da reunião, chovia no lugar onde o pessoal dormia, era um lamaçal só". Chovia ali como García Márquez fez chover em Macondo. "Nunca choveu tanto", lembra-se Simões. "Foram 30 dias e 30 noites de chuva." Antes, na viagem de carro de São Paulo, Vladimir e José Dirceu tinham passado por um momento difícil, ao serem multados por excesso de velocidade. Como se lizeram passar por padres e seminaristas, o incidente encerrou-se com uma pequena multa e um grande susto. Ao chegar ao sítio, o presidente da UME teve a sensação de que estava desembarcando num acampamento de guerrilha. O próprio dono do sítio confirma aquela impressão de Vladimir: "Estava tudo preparado pra gente resistir. Eu tinha duas metralhadoras e havia revólver âtamabém. Dez anos depois ainda encontrei cinco revólveres por ai." Veterano militante comunista, Simões ofereceu o sítio quando, numa reunião com seus amigos fnei Tito e Teresinha Zerbini, soube que eles procuravam um local para o congresso dos estudantes. O oferecimento só foi aceito porém, depois que alguns especialistas do grupo, entre os quais o general Jesus Zerbini e o coronel Plínio Rolim de Moura, fizeram o levantamento topográfico e aprovaram o local. O que faltava - barracas e alguns alojamentos começou a ser construído a partir do dia

12 de setembro. Neste dia, Simões e seus companheiros começaram a preparação: "Estudamos bem o lugar e analisamos todas as vias de saída", lembrou Simões. "O Tito olhou e disse: "O terreno é bom, tem saída por todos os lados"." Aliás, foi por uma dessas saídas, a Cachoeira da Fumaça, que Simões conseguiu fugir, na sexta-feira, véspera da queda do congresso. Mas antes disso muita coisa estranha aconteceu no seu sítio. Vladimir, por exemplo, fora dormir tranqüilo ao saber que a Comissão de Segurança do congresso calculara que para chegar ao local, se por acaso o descobrisse, a polícia levaria umas dez horas. A parte de terra da estrada estava praticamente intransitável por causa da lama e, além disso, um esquema de defesa havia bloqueado as possíveis passagens com árvores derrubadas. O aviso que acordara o ex-presidente da UME significava, portanto, que as forças policiais tinham sido detectadas, mas ainda havia muito tempo pela frente. Se era assim, os líderes poderiam tomar café e discutir em sessão plenária a estratégia da retirada. A versão publicada na época, porém, era outra: às 2 e meia da madrugada teria desembarcado no sítio Murundu um emissário do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo - o CRUSP - com a informação de que a polícia chegaria às 18 horas de sábado. "Se ninguém fugiu a tempo, foi porque Travassos queria ver na informação recebida uma manobra política de seus adversários," disse então à Veja o estudante Paulo de Tarso, responsável pela Segurança e seguidor de Dirceu, o candidato de Vladimir a presidente da UNE. A acusação dava a medida da profundidade do racha que atingira o movimento estudantil. Naquele sábado, deveria ser eleita a nova diretoria da entidade máxima. Até a véspera, as discussões tinham girado em torno de questões administrativas. Agora é que as discussões políticas iriam pegar fogo. Havia três candidatos: Jean-Marc van der Weid, da AP, indicado por Travassos; José Dirceu, da Dissidência, apoiado por Vladimir; e Marcos Medeiros, representando o PCBR. A verdadeira disputa seria, entretanto, entre os dois primeiros, e era impossível qualquer prognóstico - a eleição seria certamente tão ou mais disputada do que a do ano anterior, quando Travassos ganhou por seis votos. Às 3 horas da madrugada alguém entrou para acordar o presidente da UNE, que dormia ao lado de Jean-Marc sobre um tatame, imprensado no meio de um grupo da Dissidência. Fora o único local que encontraram para se deitar. Travassos tinha sono pesado. Estava cansado e apesar do desconforto, não se levantava. Foi colocado de pé quase à força. Era urgente. A direção do congresso mandara chamá-lo para uma reunião de emergência. Ao voltar, quase uma hora depois, comunicou com ar grave ao seu candidato: "Eles receberam a informação de São Paulo de que o congresso vai cair ao meio-dia. Temos que evacuar o local." A situação era tensa, o risco enorme, mas a divisão era maior: a reunião de emergência não chegou a um acordo. Havia uma proposta da direção para que se tentasse salvar as lideranças, já que não haveria condições para a retirada de mais de 50 pessoas. Os outros delegados seriam fatalmente presos.

Travassos não concordou; achou que era uma discriminação liberar alguns e deixar a maioria ir para a cadeia. A solução seria marcar uma sessão plenária as três horas da manhã para democraticamente decidir o impasse. A decisão, qualquer que fosse, seria acatada. Cada um dos três candidatos faria uma exposição de, no máximo, três minutos, e as propostas seriam votadas. Mas havia um outro problema: as forças políticas que não haviam participado do acordo deveriam ser consultadas. Travassos foi conversar com o pessoal do Partidão e Jean-Marc foi procurar o PCBR. O que se passou então é revelador. Jean-encontrou o grupo com o qual deveria conversar conchavando la para os lados da cachoeira. Ele chamou a um canto o pernambucano Cândido Pinto, dirigente máximo daquele grupo, e expôs a situação: - Isso tá parecendo manobra - desconfiou Cândido, que nessa altura tendia mais para a Dissidência. Os dois estavam no meio da discussão quando algo como um tiro reverberou pelos pequenos vales e colinas que 248 formam o sítio. - E isso parece o quê, Cândido? Podia ser o sinal de alarme de que as tropas estavam chegando, mas Cândido não dava o braço a torcer: - Pode ser um caçador - tranqüilizou. As rajadas seguintes, inconfundíveis, eram o sinal de que estava encerrado esse diálogo surrealista - e o Congresso. Para quem ainda tinha dúvidas, os tiros anunciavam que 400 soldados da Força Pública e alguns agentes do DOPS estavam invadindo o sítio. Quando os dois interlocutores perceberam, as tropas já tinham atravessado a porteira. Alguns retardatários ainda se encontravam na fila do café, entre os quais os jornalistas Roberto Benevides, de Fatos e Fotos, Nilo Martins, de Veja, e Antônio Melo, da Folha da Tarde, que cobriam o congresso. Como eram os primeiros da fila, foram logo alvos do cano da metralhadora de um soldado e da seguinte ordem: - Vocês três, vagabundos, sentem-se logo na lama. Ao se encaminhar para ser preso, Jean-Marc esbarrou no caminho com o que poderia ter sido uma cômica resistência. Um rapazinho da Segurança, de uns 17 anos, com um trinta-e-dois na mão, meio perdido, ameaçava um gesto heróico: "A gente tem que resistir." Mas, convencido facilmente por um " não enche o saco", atirou a arma no riacho. Houve pelo menos uma tentativa de fuga, juntando os dois maiores adversários, igualmente cômica. Vladimir e Travassos tentaram ganhar a mata, mas alguns tiros para o ar barraram uma ridícula corrida em que o ágil e solidário Travassos tentava arrastar atrás de si um companheiro no qual não se sabe o que pesava mais, se a razoável barriga ou a respeitável dispnéia. Essas tentativas inúteis podiam ter sido feitas antes, com sucesso. Na véspera, enquanto de madrugada Travassos e a Segurança discutiam a conveniência da retirada, Simões já se encontrava em sua casa na rua Ana Cintra. Ele fugira às 9 horas da noite, pela Cachoeira da Fumaça, e em seguida pela BR-116, tentando inutilmente arrastar com ele outros companheiros. Naquela sexta-feira, como fazia todos os dias na sua Rural Willys, ele voltava da capital quando notou o movimento de tropas na estrada. Entrou então pelo sítio de um chinês, deu uma

grande volta, pegou a trilha na mata e chegou ao Murundu. Reuniu logo o Corpo de Segurança e avisou o chefe Paulo de Tarso: - Olha, tem uma companhia do 4 RI a uns três quilômetros de Ibiúna, a estrada está cercada, o congresso vai cair. Ao lembrar os episódios que lhe custaram o sítio e pelo menos três costelas quebradas nas sessões de tortura no DOI-CODI, Simões não lamenta nada, a não ser o que chama de "indecisão dos estudantes, que nem quiseram fugir e nem quiseram reagir". Isso é admirável porque, se muitos foram os responsáveis pela louca aventura, quem mais pagou por ela foi a família Simões. Olhando retrospectivamente, o XXX Congresso da UNE, mais do que um erro, foi um ato politicamente suicida. Não se conhece uma organização capaz de reunir cerca de mil pessoas clandestinamente. É evidente que a polícia descobriria. Antes de sair de Recife, como um dos 42 congressistas de Pernambuco, o hoje jornalista Ricardo Noblat ouviu de um colega de faculdade, oficial do IV Exército: "O congresso vai cair porque já sabemos onde vai ser realizado." Na manhã de sábado, quando as tropas começaram a revistar os estudantes presos, ele viu quatro moças apresentarem aos soldados carteirinhas de informantes da polícia. Roberto Benevides assistiu também a uma jovem baiana se identificar tranqüilamente como agente. Há várias hipóteses para tentar explicar tanta imprudência. "Sempre me surpreendeu a insistência com que a Dissidência de São Paulo manteve até o fim a certeza de que aquele negócio podia dar certo", diz Jean-Marc, cujo grupo lutava pela realização de um congresso aberto. no CRUSP. Nessa declaração está contida a suspeita de que a turma de José Dirceu tivesse feito algo como um acordo secreto com o governador Abreu Sodré para evitar repressão. O acerto teria sido atropelado pelas autoridades federais, que então exigiram repressão ao congresso: se não fosse reprimido pela polícia estadual, seria pelas tropas do Exército. Primo de Abreu Sodré por parte de mãe, Jean-Marc ouviu essa versão dentro da própria família, embora admita que o seu primo fosse "capaz de inventar uma história que se tornasse uma intriga contra a esquerda". José Dirceu rejeita indignado a versão do acordo, mas seus argumentos não conseguem fazer Jean-Marc entender por que se tinha tanta certeza de que nada de anormal iria acontecer. Já ao chegar a Ibiúna, na segunda-feira à tarde, inscrevendo-se com o número 99, o candidato da AP constataria o risco: "As pessoas olhavam curiosas, apontando os caminhões e os carros com estudantes. Era impossível não suspeitar." Um das pessoas que observou esses caminhões cobertos de lona, numa camuflagem malfeita, foi dona Rosalia FerrEira Pontes. moradora local, que depois contou à imprensa: muitos chegavam em caminhões, jipes e peruas, amontoados debaixo de lonas. O dono de um armazém da estrada, João Aranha, também achou estranho: "Desde segunda-feira, a moçada barbuda não acabava mais de passar." Na quarta-feira, começaram a faltar víveres. Muitos nesse dia só almoçaram pão com manteiga e um tomate cozido. Uma equipe teve então que sair para

providenciar comida. Domingos Simões concorda que houve uma febre de consumo naqueles dias: "Teve um grupo que entrou numa venda e comprou todo o estoque de pinga." Ao movimento de chegada de forasteiros, acrescentava-se agora o vaivém do shopping. Pode-se imaginar o rebuliço que foi, numa cidade com menos de 10 mil habitantes, a compra em um só dia de 30 quilos de carne; 200 cruzeiros (novosquase 7 dólares) de pães; e Cr\$ 40,00 de chocolate. Afinal, eram muitas bocas famintas a alimentar: a polícia anunciou ter identificado 1600 pessoas, entre congressistas, jornalistas e demais participantes. Seu serviço burocrático poucas vezes trabalhou tanto. Só de impressões digitais teve que tirar 65.120 nos dias seguintes à queda do Congresso. Essa "cidade", como diria dona Neusa, não só precisava se alimentar, como dormir - e não havia lugar. As pessoas se amontoavam e os que sobravam não dispensavam nem mesmo a pocilga ou outros espaços menos nobres do sítio. Era preciso descansar por turnos: uns dormiam enquanto outros velavam. Em compensação, todas as providências inúteis foram tomadas. Sobre a cobertura de lona verde, galhos e folhas camuflavam o local para a eventualidade de um reconhecimento aéreo. Ainda bem que as tropas invasoras nada deixaram devendo em dispensável ridículo. Os soldados, vindos da guarnição de Botucatu, foram adestrados para uma operação de grande risco, algo como a tomada de um acampamento de guerrilheiros. Muitos se despediram dramaticamente das famílias e alguns chegaram a fazer testamento. Eles achavam que estavam partindo para uma guerra, demonstraram isso com o tiroteio da chegada. Um dos soldados, entre sínico e decepcionado, olhou para um grupo ao lado de Benevides e provocou: - Olha o Guevara. Por que você não reagiu. Viemos prontos para uma batalha e tudo foi mole. Em lugar de perigosos inimigos, os invasores encontraram jovens abatidos pela fome, pelo frio e pelo desalento. Na sexta-feira, a situação era dramática. como conta o repórter de Fatos e Fotos: Já havia um caso de caxumba e outro de hepatite. Além disso, pessoas haviam desmaiado de fraqueza. O serviço médico começou a distribuir açúcar, pois constatou ser grande a carência do glicose. A retirada dessa coluna de derrotados foi uma marcha em que se procurava espantar o desânimo assoviando o Hino Nacional. Eles formaram uma imensa fila que se arrastava na lama, vigiada a cada cinco metros por um soldado de revólver ou metralhadora em posição de tiro, como se o lamaçal não fosse por si só suficiente para impedir qualquer fuga. A custosa travessia daqueles oito quilômetros numa manhã chuvosa foi assim descrita pela reportagem de O Estado de S. Paulo: A fome, o frio, o sono, o cansaço e a sede são as dores de todos. Mais ninguém se queixa. Uma moça paraplégica é carregada numa maca improvisada com um cobertor. Maria Helena ao atravessar um regato desfalece sem um grito. Correm vários jovens e a socorrem. Soldados da força pública se comovem e cortam galhos de eucalipto para improvisar outra maca. Quatro universitários carregam Maria Helena. Os milicianos se oferecem e carregam

quase 1 quilômetro. Os agentes do DOPS não imitam o gesto. Quando, finalmente, chegaram ao asfalto, os prisioneiros foram embarcados em nove ônibus. cinco caminhões, um micro ônibus, duas Kombis e uma Rural Willys. No fim da tarde, eram depositados em um galpão da Cooperativa Agrícola de Cotia, em São Paulo. Um dos ônibus estacionou diante do QG da Força Pública. Ele trazia talvez o preso mais importante daquela safra: Vladimir Palmeira. Em pouco tempo, Vladimir achou que com a cumplicidade dos companheiros, poderia tentar pela porta de emergência a sua terceira fuga. A primeira fora aquele fiasco, a segunda, durante a retirada, nem valeu a pena registrar - uma corrida para o mato interrompia também com um tiro para o ar. Se falhasse nessa, desistiria. Descaço, ele conseguiu abrir a porta. descer e caminhar uns metros sem que ninguém notasse. Quando, achando-se já a salvo, deu uma corrida. um cabo aposentado da Aeronáutica, que estava ali por acaso, à toa, chamou a atenção dos seus colegas. Avisados, os soldados da Força Pública correram e cercaram o fugitivo. Na luta, ele perdeu a camisa. Vladimir foi recapturado nu da cintura para cima. Era a sua segunda e última prisão no ano. Quase dois meses antes, uma patrulha da polícia civil, numa batida despreziosa em Copacabana, o surpreendera conversando com amigos numa esquina, à noite. Só na delegacia descobriu-se quem era aquele preso por acaso - um dos mais procurados do país. Quarenta e seis dias depois de tentarem enquadrá-lo na Lei de Segurança por crimes que ele na verdade nunca praticara, as autoridades tiveram que libertá-lo. Agora seria diferente. Naquela tarde fria de sábado, terminava em São Paulo o ano de 1968 para um de seus principais protagonistas. Mais tarde, o presidente da ARENA, Daniel Krieger, tentaria em vão libertá-lo. O oferecimento que fez a seu amigo e correligionário Rui Palmeira, não foi aceito pelo filho: - Ofereci colocá-lo no exterior - conta Krieger em suas memórias - Rui ficou radiante. O outro, entretanto, recusou. Na véspera do AI-5, um habeas corpus em seu favor foi julgado e concedido. Mas Vladimir não foi solto. Só em setembro de 69, o líder estudantil seria finalmente libertado, por exigência dos sequestradores do embaixador americano. Vladimir lamenta aquele sábado até hoje. "Foi um dos momentos mais tristes de minha vida. Fui preso miseravelmente, quando era uma peça vital para ajudar a organizar a resistência e o protesto." De fato, na hora do descenso, o ME perdia a ação do seu mais carismático líder. Vladimir Palmeira tinha virado mito, competindo em popularidade com as estrelas do show-bis. Uma vez, por exemplo, depois de um comício relâmpago na porta da fábrica Bangu, ele foi cercado por uma pequena massa e ficou feliz com o resultado imediato de suas palavras - pelo menos até perceber que não eram operários, mas moradores pedindo autógrafos. "Eu achava que estava fazendo trabalho de classe operária. mas na verdade estava sendo tratado como artista de TV." As tentativas de corrigir essa deformação de imagem, que ele atribuía à imprensa, não surtiram

efeito. Quando dava uma entrevista advertindo para o perigo do estrelismo, as pessoas diziam: "Além de tudo, é modesto." Quando foi libertado em agosto, no Rio, Vladimir distribuiu à imprensa uma fita gravada com um lúcido balanço do movimento. Ele pregava a necessidade de recuo, já que "os ascensos e descensos" são inevitáveis na história dos movimentos e insistia em que a UNE devia ser uma "entidade de representação estudantil e não um partido". Uma de suas estocadas era muito oportuna: "O movimento não é a vanguarda da revolução brasileira, como alguns radicais querem afirmar." Às vésperas do XXX Congresso, o documento tinha cara de um programa para a UNE. "Chegasse a um tal nível de radicalização" - constatava mirando certamente a turma de Travassos - "que o próximo passo só poderá ser a tomada do poder, e os estudantes não têm condições para isso." A eleição do substituto de Travassos na UNE acabou sendo realizada no ano seguinte, através de conselhos estaduais. Jean-Marc foi eleito por uma margem de sete votos, num colégio eleitoral de 800 estudantes. Com suas principais lideranças na cadeia - além de Vladimir, estavam presos Travassos, José Dirceu e Franklin Iam longe os tempos em que era capaz de colocar 100 mil pessoas na rua, ou mesmo 50 mil, como no dia 4 de julho, logo depois do encontro da Comissão com Costa e Silva. As passeatas continuavam. Em setembro, por ocasião da Conferência dos Exércitos Latino-Americanos, no Rio, os estudantes protestaram violentamente. Não eram mais movimentos de massa, mas agitações promovidas por piquetes estudantis que não sensibilizavam nem a própria classe, nem a população - Nessa altura, era crescente o número de jovens que já usavam o ME como mero trampolim para a luta armada. Muitos deles já estavam fazendo, em sítios retirados, cursos práticos de tiro. O próprio Congresso de Ibiúna funcionou um pouco como laboratório para a guerrilha, como provavelmente desejava Carlos Marighella. Na quinta-feira, antevéspera do fim, Jean-Marc estava conversando com o seu colega David Capistrano Filho, quando este, surpreso, disse: - Olha quem está aí! Marighella! Jean-Marc virou-se e viu um homem que ele não conhecia, grisalho, forte, descendo de um jipe. Duas décadas depois, David não se lembra da cena. Domingos Simões, porém, garante num tom carregado de insinuações: "Ora, claro que ele esteve aqui sim. Ele e a turma dele." Quando se sabe pelo livro de Jacob Gorender - Combate nas trevas - que em 68 a ALN já percorria regiões do interior arregimentando quadros e escolhendo "locais." adequados para áreas estratégicas", nada mais provável que Marighella fosse atraído por aquela usina de sonho revolucionário. Menos a honra "Então, Stenzel, há perigo de as coisas melhorarem?" (Deputado RAIMUNDO PADILHA) A brincadeira de Padilha com seu colega Clóvis Stenzel, porta-voz da linha-dura, dava o clima dos momentos que ficaram conhecidos como a crise dos 100 dias. Durante aquela primavera crítica, só em uma ocasião o país pareceu esquecer os seus problemas: nos dez dias em que a rainha Elizabeth II, da Inglaterra, e seu marido,

o príncipe Philip, visitaram o Brasil. "A coroa inglesa está nos protegendo nesta crise", dizia o deputado Último de Carvalho, velho possedista mineiro então hospedado na Arena. Na verdade, uma espécie de acordo estabeleceu que as acusações e ameaças seriam adiadas post-Queen. A chamada "trégua da Rainha" fez emergir entre nós uma certa nostalgia da realeza há tempos perdida. "Não ter uma rainha", escreveu Nélson Rodrigues, "tem sido um dos complexos mais amargos do brasileiro. Nós não temos nem uma Madame Pompadour." A visita e suas abundantes gafes, de parte a parte, devolveram o riso à cena política. Sua Alteza deu "buenas tardes" em fluente português, a nossa primeira-dama chamou o príncipe de "pão", criando um sério problema para o intérprete, e o presidente cumprimentou a rainha, em novembro, pelo seu aniversário, ocorrido em abril. Para remendar, saudou-a num inglês de fazer inveja ao português da rainha. Ao levantar um brinde na recepção do Itamarati à Sua Alteza, Costa e Silva, de taça erguida, disse: "God... God... the Queen". Não houve meio de o verbo sair. Estávamos quites. Ainda bem que era um verbo do qual, mais do que a rainha, ele estava precisando. Naquela altura, só Deus salvaria a nossa cambaleante democracia e quem, como Costa e Silva, se dizia seu pilar. Mais do que nunca, tornava-se visível a dualidade do poder, e previsíveis as conseqüências dessa fratura. No Congresso, havia dois comandos, o comando da paz, no gabinete do senador Daniel Krieger, e o comando da guerra, no gabinete do deputado Geraldo Freire. Mesmo no interior do que se poderia chamar de coração do governo, encontravam-se representantes dessa divisão. O chefe da Casa Civil, Rondon Pacheco, por suas origens parlamentares e por sua vocação liberal, trabalhava naturalmente pela normalização democrática do país. Já o chefe da Casa Militar, general Jayme Portella, era o que Castelinho chamou de "consciência revolucionária do marechal", ou "uma ponta de lança do poder militar plantada no coração do governo." O próprio Costa e Silva encarnava essa ambivalência. Como chefe de um governo, bem ou mal constitucional, ele era a mais alta autoridade civil do país; por outro lado, o seu mandato não emanava do povo, nem das forças políticas, mas das Forças Armadas, a quem devia gratidão e de cujo apoio dependia sua sobrevivência política. Como dizia Castelinho, "ele era ao mesmo tempo o mais alto dos paisanos e o mais alto dos cindicos". Se tivesse que fazer uma escolha, não era difícil prever para que lado o seu coração pendia. E a hora dessa opção estava chegando. A invasão da Universidade de Brasília fora, não havia mais dúvida, o sinal de que o Marechal havia perdido o controle de suas insaciáveis feras, cujo braço civil. Gama e Silva, desempenhava o papel que Castelinho, sempre ele, definiu como o de "um personagem de comédia extraviado num drama". A distância, a vontade liberalizante do presidente, manifesta durante todo o ano, e a atuação visivelmente antagonista do seu ministro da Justiça, poderiam sugerir um conflito latente entre os dois, que na verdade nunca houve. Atribui-se a Gama e Silva habilidade e cinismo suficientes

para fazer um jogo duplo capaz de contornar as divergências com seu chefe, convencendo-o de que não eram as suas próprias convicções e as do seu grupo o que ele defendia, mas os interesses do presidente. Na sua última entrevista, pouco antes de morrer, em março de 75, o vice-presidente de Costa e Silva, Pedro Aleixo, confirmou a hipótese para o jornalista D'Alembert Jacoud: "O que acontecia é que Gama e Silva deixava de fazer o que seria recomendável e fazia, em outros setores, a propaganda daquilo que considerava que devia ser feito." Aleixo morreu convencido de que Gama e Silva, nesses meses de crise, premeditou o tempo todo para levar o país a um impasse. Como jurista, o ministro sabia que não havia base constitucional para conseguir punir um deputado por suas palavras no exercício do mandato. E tanto estava certo disso, que, ao processar outro deputado, Hermano Alves, ressaltou que as razões não eram os discursos na Câmara, mas os artigos que havia escrito no Correio da Manhã. Segundo Aleixo, ele insistia na licença contra Marcito "com o objetivo de criar um caso, criar um atrito, que lhe permitisse suas andanças e sua pregação quanto à necessidade de se interromper a vida democrática com o recesso do Congresso e o lançamento de disposições como as constantes do AI-5". Tudo era feito para "não facilitar a solução pacífica de um conflito artificialmente criado". A presença desse personagem no centro das decisões desmentia a afirmação, feita um pouco antes por Abreu Sodré, procurando afastar o fantasma do golpe: "Se há radicais", garantia o governador de São Paulo, "estão na periferia do Governo ou nos subúrbios do poder." Como se veria depois, essa periferia, ao se transformar em centro da vontade do Governo, iria determinar os destinos do país. Em setembro, Gama e Silva dava mais um passo importante nessa direção. Tempos depois, ele contaria ao jornalista Flávio Galvão como, após entendimentos com os ministros militares, convenceu o "saudoso presidente Costa e Silva" a aceitar a sua proposta: "pedir licença à Câmara dos Deputados para que aquele parlamentar fosse processado perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição". Um mês e sete dias após o discurso de Marcito, do qual poucos ainda se lembravam, o pedido chegava ao Supremo que o encaminhou, cerca de um mês depois, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Esta deveria fazer o julgamento técnico da solicitação e em seguida enviá-la ao plenário para votação. Não era o início de um processo, mas de uma guerra entre o poder Executivo e o Legislativo - e, para ganhá-la, o governo iria abrir mão de qualquer pudor e usar todos os seus poderes de persuasão e, sobretudo, de pressão. O mínimo que fez, como que a anunciar a sua disposição, foi substituir nove membros da Comissão quando descobriu que eles votariam contra a licença pedida. Gama e Silva era incansável; atacava por todos os lados. No dia 19 de novembro, o presidente da Câmara recebia pelo correio outro pedido de processo, contra o deputado Hermanci Alves. À medida que o cerco governamental se apertava em torno do Congresso, iam surgindo surpresas, das

quais a mais expressiva foi a resistência do próprio partido do governo, com seu líder Daniel Krieger à frente. Até então dominado pelo rufião Gazinha, o drama ia apresentando outros personagens novos, até revelar ao país um protagonista ético: o deputado Djalma Marinho, da Arena. Ex-bacharel da UDN, como seus amigos Pedro Aleixo, Adauto Lúcio Cardoso, Bilac Pinto, entre outros, Djalma Marinho era, aos 59 anos, presidente da Comissão de Constituição e Justiça e um daqueles liberais que o país, não se sabe por que, parou de produzir. Era um dos políticos que maiores esperanças depositaram no Marechal Costa e Silva. Com seu amigo e correligionário Rafael de Almeida Magalhães, criara a Guarda Vermelha para dar uma doutrina e um programa à Arena, ou, como eles mesmos diziam, "uma organicidade programática à Revolução". Eles queriam que o partido abandonasse a obsessão anticomunista e anticorrupção, em troca de uma postura mais construtiva. Independente, honesto e culto - a sua cultura jurídica competia com a humanística -, Djalma tentou, por lealdade, convencer o presidente da insensatez e ineficácia da disposição punitiva. Os seus argumentos não eram apenas políticos, mas principalmente jurídicos. Ele propunha ao presidente que se adiasse para março do ano seguinte a decisão do caso Márcio, pois o adiamento daria tempo de se encontrar uma solução conciliatória. O senador Daniel Krieger já vinha articulando, com apoio do próprio MDB, uma fórmula inter-cóporos: a Câmara aplicaria uma suspensão ao deputado Márcio Alves. Havia até dois projetos de lei regulamentando esse poder de polícia da Câmara. A solução manteria as prerrogativas do Legislativo, e daria uma satisfação às Forças Armadas. O marechal Costa e Silva, no entanto, já estava informado de que os seus companheiros de armas não aceitariam outra solução que não a proposta pelo governo. Ele mesmo já passara a usar palavras como afronta, achincafera lhe, para classificar o discurso de Moreira Alves. Pior: de quando começou a perceber que a tendência dos parlamentares, inclusive do seu partido, seria negar o pedido de licença, ele passou a estender à Câmara aquelas classificações. No dia 9 de dezembro, desabafou com o general Portella que "não ia agüentar a afronta" de uma derrota, falava de "traição vergonhosa da Arena" e garantia que "não aceitava as ameaças dos parlamentares que se opunham ao governo". Agora dos nove membros da Comissão, para garantir ao governo o envio do pedido ao plenário, não seria um consolo. No dia 10, o deputado Djalma Marinho, apesar de sua alergia à tribuna - uma estranha náusea física o atacava, quando ali subia -, fez um discurso de dez minutos que emocionou a Câmara. Citando um dos maiores representantes da dramaturgia espanhola do século de ouro, o XVII, Calderón de la Barca, autor do clássico A vida é sonho, Djalma disse uma frase que, no dia seguinte, como uma palavra de ordem, iria ser repetida por seus colegas: "Ao rei, tudo; menos a honra.", A despedida do presidente da Comissão terminava com esta alternativa: "Pode este episódio abater-se sobre o Parlamento como um inconfundível epítáfio de submissão,

mas, pode também se transmutar na revelação de que somos uma instituição viva." Era o começo da derrota do governo no plenário. O do tolerante e afável deputado arenista, "o doce Djalma", mas ensinara com seu discurso que rejeitar o pedido de licença era mais do que um gesto de independência política - era um ato de resistência moral. "Muitos militares estão desencantados com sua liderança fraca e vacilante, sua aparente tolerância com a corrupção de autoridades do governo." (Do memorando secreto da CIA, Brasil: o caminho para a ditadura) O carro presidencial passava em frente ao Instituto Oswaldo Cruz, na Avenida Brasil, em direção ao Palácio das Laranjeiras, no Rio, quando o locutor da Rádio Jornal do Brasil anunciou o resultado da votação do pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves. O presidente acabara de desembarcar na Base Aérea do Galeão, vindo de Belo Horizonte, onde fora paraninfar as turmas da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas. No avião, ele completou várias anotações que vinha fazendo num bloco de memorando e leu para o seu inseparável acompanhante, o general Jay me Portella: "Escrevi isso para não ser surpreendido, caso o governo seja derrotado na Câmara." O chefe da Casa Militar não teve dúvidas de que acabara de ouvir o esboço do ato institucional com que tanto sonhara. Quando o locutor anunciou que o pedido de licença fora derrotado por 216 votos contra, 141 a favor e 12 em branco, eram 3 horas da tarde do dia 12 de dezembro de 68. Como se quisesse confirmar o que acabara de ouvir, o presidente pediu ao seu ajudante-de-ordens, capitão-tenente Fernando Peixoto, sentado no banco da frente, que mudasse de estação e sintonizasse: no noticiário Globo no ar. Diante da confirmação, ele se irritou e virando-se para Portella, desabafou: - Eles vão ter a resposta. Você é testemunha de que fiz tudo para que atendessem aos apelos para preservar as Forças Armadas. Agora vão ver. Naquele momento, o Congresso era uma festa como mesmo os veteranos nunca tinham visto igual. Anunciado o resultado pelo presidente da Câmara, José Bonifácio de Andrada, o plenário e as galerias - onde havia cerca de 100 pessoas - prorromperam em aplausos. Uma mulher começou a cantar sozinha o Hino Nacional, e, em segundos, era acompanhada por toda a casa. O presidente ainda tocou a campanha tentando impedir inutilmente a manifestação. Acabou ele mesmo se levantando, com toda a mesa, e cantando também. Trocas de abraços, lágrimas, encerraram a histórica sessão, que começara as 9 da manhã. No gabinete do líder da Oposição, o vitorioso do dia fora abraçado pela mulher, a mãe e a irmã. Marcito estava sobretudo redimido. O seu discurso, ao contrário do outro que motivara todo aquele processo, tinha sido brilhante e emocionara o plenário. "Acusam-me de injuriar as Forças Armadas". disse a certa altura, acrescentando que nos processos de injúria a ação é liminarmente suspensa quando o acusado nega o seu ânimo de injuriar e o acusador aceita a explicação. Nego aqui e agora, que haja, em qualquer tempo e lugar, injuriado as Forças Armadas. As classes militares sempre mereceram e

merecem o meu respeito." À noite, a festa do Congresso se estendera para os salões do Hotel Nacional, congestionados por parlamentares eufóricos comemorando "a vitória da independência" "Esqueciam-se os manifestantes" Escreveria Portela - "de que estavam sendo observados por uma bateria de informantes." Um deles, o coronel José Maria Novas, sub- chefe da Casa Militar, desembarcaria no dia seguinte no Rio com um alentado dossiê cheio de nomes de políticos. Márcio Moreira Alves teve o bom senso de desaparecer logo após a votação da Câmara. Naquela noite do Laranjeiras, o chefe do gabinete militar baixara duas ordens. A primeira para que se instalasse logo censura prévia nos órgãos de comunicação, proibindo "quaisquer comentários sobre a decisão da Câmara no caso Márcio Alves, ou mesmo comentários sobre assuntos políticos partidários". A segunda ordem era dirigida à Polícia Federal, em Brasília, para que vigiasse de perto os deputados Márcio Alves, Davi Lerer, Mário Covas, Luiz Sabiá, Matta Machado e Hermano Alves. A qualquer momento eles deveriam ser detidos. O Palácio das Laranjeiras viveu uma de suas noites mais movimentadas e febris. Os primeiros a chegar foram o ministro do Exército e o general Orlando Geisel, chefe do I Estado-Maior das Forças Armadas - EMFA -. No Salão de Despachos os dois relataram ao presidente o estado de ânimo dos seus comandados. Lira contou que seu gabinete ; estava "repleto de generais que desejavam saber a atitude do governo diante do ocorrido na Câmara". Comandos de todas as regiões não cessavam de pedir "orientação de procedimento". Lira terminou sua exposição solicitando uma decisão presidencial para levar aos seus generais. O relato do general Geisel expunha uma situação parecida. Costa e Silva ouviu. disse que estava acompanhando os acontecimentos, mas se negou a atendê-los. Comunicou que sua decisão só seria anunciada na manhã seguinte, após a solenidade programada para a Escola Naval, quando então reuniria os três ministros militares, o ministro da Justiça e os chefes do Gabinete Militar e do SNI. Diante da insistência de Lira Tavares em querer levar uma decisão a seus comandados, Costa e Silva encerrou a audiência laconicamente: Hoje, nada, Lira. Amanhã. Depois disso, o presidente decidiu que não receberia " mais ninguém. "sem exceção". como recomendou a seus auxiliares. Recolheu-se ao gabinete, no segundo andar, e ficou ouvindo música clássica e fazendo palavras cruzadas, - seus hobbies - sem falar no pôquer, mas pôquer exige parceiros. e ele queria ficar sozinho. O seu contato com o mundo exterior passou a ser feito por intermédio do general Jay me Portella. o único talvez a saber naquela noite, que no dia seguinte o país teria um novo ato institucional. A partir de então, responsável na prática pelo Palácio das Laranjeiras, o chefe do Gabinete Militar se viu na privilegiada situação de poder escrever mais tarde a mais detalhada história dessa noite decisiva. Em contato telefônico permanente com os comandos militares e os informantes de Brasília, Portella ficava sabendo, por exemplo, que o brigadeiro Burnier não se conformava em ter que esperar até o

dia seguinte; queria convencer o ministro da Aeronáutica a, junto com os colegas das outras armas, exigirem uma decisão imediata do presidente. No gabinete do ministro do Exército, alguns generais também se mostravam indóceis. Os mais exaltados eram os generais Muniz Aragão e Antônio Carlos Muricy, que acusavam o presidente de vacilação. Aragão chegou a dizer a seu ministro: "Se o presidente está vacilando, que seja ultrapassado." Mais ou menos a mesma opinião tinha a CIA. que, em um memorando secreto de 11 páginas intitulado Brasil: o caminho para a ditadura, dizia: Muitos militares estão desencantados com sua liderança fraca e vacilante, sua aparente tolerância com a corrupção de autoridades do governo. e com aquilo que alguns vêem como sua perigosa brandura com o comunismo. Eles estão especificamente irritados pelo fato de que seu desempenho inepto refletiu-se negativamente sobre os próprios militares. Muitos deles, sem dúvida, ficariam aliviados se Costa e Silva fosse embora - sabe-se que ele está com a saúde relativamente debilitada. Na verdade, o maior obstáculo para que o tirem está no fato de que foram eles quem o puseram. O relatório da CIA fazia uma ressalva: Costa e Silva, entretanto, pode ser um homem muito determinado quando toma uma decisão, e não parece que ele vá se deixar depor passivamente. Naquela noite de quinta-feira, Costa e Silva estava sem dúvida determinado, inclusive a não receber ninguém. Entre um telefonema e outro, Portella é quem atendia à romaria de ministros e de autoridades militares à procura de informações. Estiveram lá ao longo da noite e da madrugada Costa Cavalcanti, Albuquerque Lima, Delfim Neto, Hélio Beltrão, Macedo Soares, Leonel Miranda. O que deu mais trabalho, obviamente, foi Gama e Silva, que queria porque queria ser recebido pelo presidente. Portella explicou-lhe que não poderia abrir exceção, que o único a ser recebido havia sido Lira e que, de mais a mais - mentiu -, o presidente, já se recolhera a seus aposentos. As desculpas não foram aceitas. Quem conta a cena é o próprio Portella, no seu livro: Para acalmá-lo, disse: olha, Gama, você fica alardeando que tem um ato dentro dessa pasta. Sei que é blefe, mas vá para o seu hotel, retoque o que tiver escrito, pois que amanhã poderá ser útil na reunião. As 22h30min, o general Portella recebeu um telefonema do general Sizeno Sarmento, que estava no gabinete do ministro do Exército. Duas horas antes, Sizeno desembarcara na base aérea do Galeão como virtual comandante daquela turbulência que já tomava a forma de uma insurreição. Cerca de 100 oficiais, a maioria de comandantes de unidades sediadas no Rio, estavam no Galeão para "hipotecar solidariedade" ao chefe que voltava de Brasília. A recepção ao Caravelle, que pousou no Galeão às 19h50min, foi sintomática. Os então deputados Renato Archer e Rafael de Almeida Magalhães, que viajavam no mesmo avião, ficaram impressionados com a quantidade e a qualidade das patentes concentradas no aeroporto. Eles tiveram a sensação de que assistiam ao desembarque de um general que acabara de vencer uma batalha. Estavam ali o chefe do Estado-Maior do Exército, general

Adalberto Pereira dos Santos, o comandante da Divisão Aeroterrestre (páraquedistas), general Aduino Bezerra, e o comandante da Vila Militar, general João Dutra de Castilhos. Na sala de recepção, onde se encontravam também o comandante da Polícia do Exército e o comandante do Forte de São João, coronel Aníbal Moreira, os oficiais fizeram fila para cumprimentar o chefe. Dali, Sizeno se dirigiu para o gabinete do ministro do Exército, de onde telefonou para o chefe do Gabinete Militar, insistindo em ver o presidente, mesmo que estivesse dormindo. - Olha, velho - disse para Portella. - Guerra é guerra, vamos acordar o Tio Velho (codinome de Costa e Silva nos tempos da conspiração de 64). Não sendo atendido, Sizeno decidiu ir pessoalmente ao 267 Laranjeiras, acompanhado do general Arnaldo Calderari. Embora estivesse vendo um filme de faroeste - depois de um programa de televisão -, o presidente mandou dizer aos dois antigos companheiros e amigos o mesmo que diria a todas as outras visitas: já estava recolhido aos seus aposentos. A insistência do comandante do I Exército tinha uma razão: ele temia que alguém colocasse no ar uma cadeia de rádio e TV, a exemplo do que fizera Leonel Brizola em 61 para dar posse a João Goulart. Portella tranqüilizou-o: o governo já controlava todas as emissoras do país e já colocara censores em todas as redações. À meia-noite, chegava ao Laranjeiras o coronel Antonio Carlos de Andrade Serpa, comandante do 1º Grupo Antiaéreo 40, para avisar o seu grande amigo Jayme Portella que a situação era "muito séria", os ânimos difíceis de serem controlados e que o presidente não podia retardar a decisão até o dia seguinte. Naquela altura, porém, algo começava a tranqüilizar os iracundos. Um deles, o deputado Clóvis Stenzel, já havia declarado em Brasília, às 9 horas da noite, ao sair do gabinete da presidência da Câmara: A crise está aí, e na crista da crise está o general Sizeno Sarmento." Ele disse isso e foi fazer alguns contatos militares. Ao voltar, às 2 horas da madrugada, trazia uma certeza para o presidente e o vice-presidente da Câmara, que ainda continuavam reunidos: - A situação está definida - anunciou para seus colegas e alguns jornalistas ali presentes. - Teremos, um novo 64. Só que agora a revolução será mais completa. Quando um repórter lembrou-lhe que 64 derrubara um presidente, Stenzel foi rápido: - Costa e Silva não é Jango. Ele pode continuar. Coisa parecida o presidente iria ouvir às 8 horas da manhã, quando o chefe do SNI chegou ao Palácio. Costa e Silva não dormira ou dormira mal. Uma das poucas pessoas que acompanharam toda a movimentação daquela noite foi o major Hernani D'Aguiar. O assessor de Relações Públicas perdeu a conta das vezes que subiu e desceu os 32 degraus, que ligam o hall de entrada ao primeiro andar do Palácio, para ajudar Portella a se desvencilhar das indesejáveis e insistentes visitas noturnas. hoje coronel Aguiar ainda se lembra da expressão do presidente. "As olheiras profundas indicavam que ele não tinha dormido aquela noite." Assim, quando o general Médici chegou para transmitir o seu relato da situação, Costa e Silva já tinha lido os jornais e ouvido o noticiário

radiofônico - todos devidamente censurados. Faltava apenas ouvir o que o general Médici guardara para o final da sua exposição: - O senhor não caiu durante a noite porque é o senhor. Outro no seu lugar teria caído. Bondade do futuro ditador. Na verdade, Costa e Silva não caiu porque durante a noite, de maneira velada ou explícita, vazou a única informação que poderia aplacar a voracidade dos radicais: o presidente estava decidido a capitular.

O ato final

"Eu confesso que é com verdadeira violência aos meus princípios e idéias que adoto uma atitude como esta." (Presidente COSTA E SILVA)

Pela movimentação da véspera, podia-se esperar uma sexta-feira, 13, cheia de desassossego. Mas nem a superstição podia adivinhar que aquele dia iria durar mais de uma década. Costa e Silva, segundo seus exegetas, acreditava que o AI-5 acabaria em oito ou nove meses. Costa e Silva acabou antes. Naquele dia 13, o marechal seria protagonista de um espetáculo em que 22 dos 23 figurantes pareciam dirigidos pela estética de José Celso Martinez Corrêa, que era capaz de dar a uma tragédia a forma de farsa, misturando chanchada, teatro de revista, circo e Chacrinha. Em apenas um ato, os atores que comandavam o país representaram todas as alegorias que o Tropicalismo havia posto na moda: o Cinismo, a Hipocrisia, o Servilismo, a Pusilanimidade, a Lisonja, a Subserviência. Mas isso foi mais tarde. Às 9h30min da manhã, como estava programado, o presidente compareceu à Escola Naval para presidir as solenidades de formatura de cadetes e a entrega da Ordem do Mérito Naval. Acompanhado dos seus oficiais de gabinete, Costa e Silva foi recebido pelo ministro Augusto Rademaker, pelo comandante da Escola e por outros oficiais. Antes da cerimônia de declaração dos novos guardas marinha, haveria a entrega das condecorações no pátio externo da Escola Naval. Enquanto a comitiva presidencial passava por as 111 personalidades a serem agraciadas - militares, senadores, deputados, embaixadores - o discreto secretário de imprensa, a alguns metros de distância ia observando a reação dos diversos militares presentes - do exército, da Aeronáutica e da Marinha. Heráclio viu por exemplo, quando um coronel do Exército encontrou-se com o general Cesar Mongna e perguntou: - Olá chefe. Como que está o senhor? - Como é que posso está rapaz? - Estou com meu clube, quero o AI-5. Como membro da comitiva, o major D'Aguiar pôde perceber o mal-estar do ambiente: O lugar estava engalanado, muito bonito,, mas nós fomos malrecebidos; as fisionomias estavam fechadas, carrancudas, não havia aquela espontaneidade, alegria de outras solenidades. O presidente foi recebido quase friamente. Estava todo mundo desconfiado de todo mundo. Talvez por isso, o general Portella tenha tido que repetir tantas vezes o que dissera a noite toda, sem trair o segredo, mas como uma senha: "Não sei qual é a decisão, mas é pra valer." Da solenidade na Escola Naval, o presidente foi direto para a reunião com seu alto comando, as 11 horas no Laranjeiras, onde pediu a cada um dos presentes que desse a sua opinião sobre a medida que iria tomar. Ao chegar atrasado, o ministro da justiça provocou os dois únicos momentos de riso daquele encontro de tenebrosas intenções: O primeiro, quando o presidente resolveu gozar o atraso de Gama e Silva; o segundo, quando esse fez a sua exposição,

começando por ler um manifesto à nação, para em seguida porpor um ato adicional tão radical que o próprio Lira Tavares interrompeo-o, arrancando risos gerais: - Assim, não, Gama; assim você desarruma a casa toda. Gama e Silva propunha o recesso do Supremo Tribunal Federal e um fechamento definitivo do Congresso, das Assembléias e das câmaras de vereadores. Não era aquilo que o presidente queria. Gaminha não se abalou: tirou rapidamente da pasta o rascunho de outro texto menos drástico. A reunião não ofereceu surpresas. Costa e Silva levava anotações das medidas a serem tomadas e, no final, pediu ao ministro da justiça e ao deputado Rondon Pacheco que transformasse o esboço no que viria a ser o Ato Institucional nº 5. Mas antes, por sugestão de Rondon, mandou chamar os ministros do Planejamento e da Fazenda para saber se a medida provocaria repercussões negativas na política econômico-financeira do governo. Jay me Portella, o emissário da convocação, relata: "Os ministros Hélio Beltrão e Delfim Neto declararam que nada a afetava, podendo ser o ato editado tranqüilamente." Logo depois da reunião preliminar, às 13 horas, o presidente autorizou que as decisões ali tomadas fossem comunicadas, em "caráter sigiloso", aos escalões subordinados. Alguns ex-assessores do presidente Costa e Silva alimentam até hoje a ilusão de que, se o ato proposto tivesse encontrado uma razoável oposição, alguma fórmula menos radical teria sido encontrada. "Estou convencido", diz D'Aguiar, "que se houvesse uma divisão grande - Pedro Aleixo, por exemplo, e mais oito ou nove de um lado - o presidente procuraria outra solução que não o AI-5." Como é uma hipótese, vale a pena introduzir outra: se, antes mesmo da oficialização, os principais escalões das Forças Armadas iam tomar conhecimento da decisão, que exigiam impacientemente há pelo menos 24 horas, seria possível admitir outro desfecho para a reunião das 17 horas? Por uma razão ou por outra, Costa e Silva resolveu realizá-la com toda a liturgia de uma reunião histórica, decisiva, embora na prática ela só tivesse valor simbólico, já que o Conselho de Segurança Nacional, sem poder deliberativo, iria apenas sancionar uma decisão já tomada. O presidente apresentava naquela tarde a disposição de quem se preparara para não perder nada do espetáculo que ia dirigir; nem a excitação em que ele se encontrava em minuíl. Quando, às 16 horas, o seu médico, Dr. Elcio Simões, tirou-lhe a pressão e, assustado quis medicá-lo imediatamente, - segundo D'Aguiar, ela atingira 20 por 13. -, Costa e Silva retrucou: - não, hoje preciso dela bem alta. Com a pressão mantida, o presidente Costa e Silva abriu uma hora depois, a 43 sessão do Conselho de Segurança Nacional, no salão de despachos no segundo andar do palácio das Laranjeiras. Quando era conduzido do seu gabinete pelo general Portella, o presidente encontrou o seu vice, a quem fez o carinho de segurá-lo pelo braço e levá-lo a um canto para uma conversa a dois. Segundo várias testemunhas, inclusive familiares, um tinha pelo outro muito apreço e respeito. "dificilmente" - escreveria mais tarde José Carlos Brandi Aleixo num livro sobre o pai - "SE

encontrará na história republicana, um relacionamento tão correto e cordial entre um presidente e um vice como no caso de Costa e Silva e Pedro Aleixo." Aleixo era tido como um conselheiro que pesava nas decisões do presidente, embora naquele dia isso não fosse ocorrer. Observadores da cena, como Portella e D'Aguiar, calculam que os dois tenham conversado ali na porta do salão uma meia hora. Para quem estava ansioso em começar a reunião, olhando o relógio a cada instante e chamando a atenção do chefe do gabinete militar para o horário, o tempo gasto na conversa dava a medida da importância do interlocutor. Aleixo que não participara da reunião das 11 horas - vindo de Belo Horizonte, ele chegou depois, acompanhado do ministro Passarinho - expunha a sua desaprovação à medida a ser adotada. O vice procurava convencer o presidente de que o Estado de Sítio era o instrumento constitucional indicado para resolver a crise. A conversa foi interrompida quando os membros do conselho já estavam entrando no salão para ocupar seus lugares, em frente aos quais havia uma pasta com algumas folhas de papel datilografadas. Na cabeceira, dois gravadores iriam funcionar como incômodos instrumentos da História. Em volta da mesa e do presidente estavam sentados, os ministros e chefes do Estado Maior, isto é, as 24 autoridades mais poderosas do país. Costa e Silva abriu a reunião anunciando que o momento era crítico e por isso teria que tomar "uma decisão optativa"; ou a revolução continuava ou se desagregava. Ele acreditava que todos ali, além do povo, eram testemunhas do seu empenho em promover a união da área política e da área militar. Demonstrando ressentimento pelo que classificava de falta de apoio político, o presidente não se conformava com a recusa do Congresso. As "considerações" que o seu governo dispensara aos políticos já lhe tinham criado inclusive problemas na área militar e revolucionária. O presidente declarava não ter apego ao cargo e desejava chegar rapidamente ao fim do governo para passá-lo a quem pudesse promover a "harmonia entre a área política e a área militar, porque sem ela o Brasil irá à desagregação". Em seguida, comunicou que se retiraria por uns 15 minutos para que os conselheiros pudessem ler mais à vontade o documento que estava nas pastas, o AI-5. Vinte minutos depois, Costa e Silva voltava ao salão, conduzido pelo general Portella, e dava a palavra a Pedro Aleixo. "a maior autoridade deste conselho". O tom sereno do discurso do vice-presidente, a segurança da argumentação e a coragem de enfrentar uma platéia contrária, iriam impressionar até quem dele discordava, como o então major D'Aguiar, que ainda se comove com a lembrança: "Ele parecia tocado pelo Divino Espírito Santo: fez uma corajosa, emocionante, brilhantíssima exposição." O orador começou sustentando que o caso Márcio Alves deveria ser encaminhado mais na área política do que propriamente na área jurídica, porque não seria legítimo esperar da Câmara um processo contra um dos seus membros por palavras proferidas durante os discursos, em debates ou em votos e pareceres. Ele não considerava "aconselhável", do ponto de vista jurídico, a

representação ao Supremo Tribunal Federal. Como o ato praticado implicaria o máximo, segundo Aleixo, crime de injúria, difamação e calúnia, as possíveis sanções ao deputado não poderiam ter o alcance da perda de mandato. O vice-presidente reconhecia o impacto do discurso nas Forças Armadas e admitia ser aquele "um dos momentos mais graves e mais difíceis para a vida nacional". Nesta oportunidade, pois, o que me parece aconselhável seria, antes do exame, de um ato institucional, a adoção de uma medida de ordem constitucional que viesse a permitir um melhor exame do caso em todas as suas consequências. A medida seria a suspensão da constituição por intermédio do recurso do estado de sítio, acrescento senhor presidente, que da leitura que fiz do ato Institucional cheguei a sincera conclusão de que o que menos se faz nele, é resguardar a Constituição (...). Da constituição, que é, antes de tudo, um instrumento de uma garantia dos direitos da pessoa humana e da garantia dos direitos políticos, não sobra, nos artigos posteriores, absolutamente nada que possa ser realmente parecido com uma caracterização do regime democrático (...). Pelo Ato Institucional, o que me parece, adotado este caminho, é que estaremos com uma aparente ressalva da existência de vestígios dos poderes constitucionais decorrentes da Constituição de 24-1-67, e instituindo o processo equivalente a uma própria ditadura. Enfim, a palavra que dava nome real aos verdadeiros objetivos daquela solene encenação: ditadura. Aleixo, admitia que pudesse haver necessidade de adota-la. mas nosso caso, do ponto de vista jurídico, não havia dúvida: O Ato Institucional elimina a própria Constituição." Ele não entendia nenhum ato institucional que não significasse uma nova revolução", que não era, para ele, como a de 31 de março de 1964". Um dos estudiosos do período, o jornalista Elio Gaspari - quem talvez mais tenha-se debruçado sobre os documentos dessa época - acha que Pedro Aleixo cometeu o monumental equívoco de fixar-se numa argumentação jurídica aceitando a possibilidade da ditadura, desde que, ela não se pretendesse constitucional". Gaspari baseia-se, principalmente, no trecho em que o vice-presidente afirma: Caso se torne necessário se fazer uma revolução, é uma matéria que pode ser debatida e acredito até que se possa demonstrar que essa necessidade existe." Segundo o jornalista que está escrevendo um livro sobre os governos militares, a linha de argumentação de Aleixo desabou à medida em que ele estava numa mesa de senhores interessados em proclamar uma ditadura, e não em discutir a legalidade do ato". Mesmo assim, há indícios evidentes de que o discurso de Pedro Aleixo desagradou a maioria dos presentes, não só pela impaciência com que alguns o ouviram, - a ponto de obrigar o presidente, a certa altura, a pedir silêncio, - como pelos votos que se seguiram. todos os 22 a favor da edição do AI-5. Quanto à reação do presidente, há um mistério. Observadores da reunião, como Heráclio Sales e Hernani D'Aguiar, um, assessor de Imprensa, e outro, de Relações Públicas, o primeiro contra o AI-5 e o segundo a favor. Mas tendo em comum a

mesma vontade de isenção. Costa e Silva ficou tão impressionado com a fala de Aleixo que pediu ao sargento que cuidava dos gravadores que voltasse atrás a fita. O pretexto era dar oportunidade aos que, sentados do outro lado da mesa, não perdessem nada do que fora dito. Na verdade, conforme aquelas testemunhas, Costa e Silva teria usado um hábil estratégia para, quem sabe, abalar algumas das convicções presentes e até reverter opiniões. "Ele tinha esperança de que o Conselho de Segurança Nacional votasse contra", Garante Heráclio que reconstituiu o episódio: Ficou aquele silêncio constrangedor e a voz de Pedro Aleixo massacrando novamente aquele colegiado todo favorável ao AI-5. Os argumentos jurídicos, políticos, éticos, morais e de conveniência apresentados com aquela lucidez, aquela articulação verbal, um negócio extraordinário. O depoimento do assessor de Relações Públicas é semelhante. Ouviu a mesa determinou o presidente que se repetisse a gravação de toda a exposição de Pedro Aleixo. Talvez movido pelo seu sub-consciente, recomendou que todos meditassem sobre as palavras do "ilustre brasileiro Pedro Aleixo". O mais profundo e respeitoso silêncio, a gravação foi escutada por inteiro. Depois disso o presidente perguntou a cada um dos presentes se mantinham o voto anterior, ou se modificava em face da argumentação repetida. D'Aguiar não entende porque o seu amigo Jayme Portella não registrou a cena - logo ele, um arguto repórter moderno, nunca desprezou detalhes de hora, clima, gestos, inclusive pequenos flagrantes do presidente fazendo palavras cruzadas em momentos críticos - enfim tudo aquilo que faz do seu livro, ainda que mal escrito, imprescindível documento para a reconstituição da época. O único registro oficial da 43 reunião do Conselho de Segurança Nacional, porém, não se refere ao incidente. Nem a gravação feita por dois gravadores, nem a conseqüente ata da histórica sessão, arquivadas sigilosamente na Secretaria-Geral do CSN, fornecem sequer vestígios da cena. Sensível, a fita era, porque em uma hora de gravação captou inclusive ruídos de sirene vindos do exterior. Também a cópia do discurso do vice-presidente, que o general Golbery do Couto e Silva ofereceu à família Aleixo, não contém qualquer registro do gesto de Costa e Silva. Toda essa controvérsia, no entanto - se a cena de fato ocorreu, se o trecho foi apagado -, tudo isso poderia ser facilmente esclarecido, assim como o verdadeiro desempenho dos personagens. Talvez por efeito do tempo, o que eles disseram na histórica sessão do CSN tem sido oferecido à opinião pública em versões que, ou foram maquiadas pela imaginação, ou sofreram reparações cosméticas operadas pela vergonha retrospectiva de cada um. Neste ano de 88, quando a edição do AI-5 completa duas décadas e a Constituinte extinguiu o CSN, criando o Conselho de Defesa Nacional, alguns dos signatários - como Passarinho, Beltrão, Delfim, por exemplo prestariam um grande serviço a suas biografias e à História tentando liberar o acesso à fita e à ata, se é que não têm nada a temer. De mais a mais, a não ser por um suspeito sigilo, não existe razão para manter

secreto o registro de uma reunião que foi ostensivamente gravada para a posteridade e da qual participaram duas dúzias de personalidades, além da assistência de uma dezena de observadores: assessores, ajudantes-de-ordens e oficiais de gabinete. A rigor, o único que deveria temer pela divulgação da fita seria José Celso Martinez Corrêa, porque ela permite descobrir que na verdade a mais autêntica encenação tropicalista do ano não saiu de sua cabeça. Mas de qualquer maneira, com ou sem reprise, o memorável discurso de Pedro Aleixo não mudou a opinião de qualquer dos outros 22 conselheiros. Para votar a proposta presidencial, estavam ali dez oficiais-generais (Augusto Haman Rademaker Grunewald, ministro da Marinha; Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército; Márcio de Souza Mello, ministro da Aeronáutica; Afonso Albuquerque Lima, ministro do Interior; Emílio Garrastazu Médici, chefe do SNI; almirante Adalberto de Barros Nunes, chefe do Estado-Maior da Armada; general Adalberto Pereira dos Santos, chefe do Estado-Maior do Exército; general Orlando Geisel, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas); tenente-brigadeiro Carlos Alberto Huet Sampaio, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; e general Jayme Portella, chefe da Casa Militar, três oficiais da Reserva (Mário David Andreatza, ministro dos Transportes; Jarbas G. Passarinho, ministro do Trabalho e Previdência Social; e José Costa Cavalcanti, ministro das Minas e Energias e dez civis (Pedro Aleixo, vice-presidente da República; José de Magalhães Pinto, ministro das Relações Exteriores; Antônio Delfim Neto, ministro da Fazenda; Ivo Arzua Pereira, ministro da Agricultura; Leonel Miranda, ministro da Saúde; Tarso Dutra, ministro da educação, Hélio Beltrão, ministro do Planejamento; Carlos F. de Simas, ministro das Comunicações; Rondon Pacheco, chefe da Casa Civil; e Luís Antônio Gama e Silva, ministro da Justiça). Entre eles, seis eram parlamentares: Aleixo, Passarinho, Magalhães, Tarso, Rondon e Costa Cavalcanti. No papel de memorando em que fazia questão de anotar os votos, o presidente Costa e Silva pôde colocar sim em todos os nomes, com exceção de Pedro Aleixo, à frente do qual escreveu "estado de sítio", sublinhado várias vezes. Os 22 eleitores do sim não apresentaram objeções nas suas justificativas de voto. Ressalte-se, ao contrário, o cuidado deles em não deixar dúvidas quanto à disposição de se colocarem intransigentemente a favor. Se Costa e Silva estava de fato esperando resistências, ele não chegou a encontrar nem hesitações. Uns, por inato desapego à dignidade, outros abrindo mão de suas histórias pessoais e muitos, por não tê-las, renunciando à oportunidade de começar a construí-las, aqueles 22 atores preferiam desempenhar o papel que o medo e a covardia lhes impunham. Era, como se disse, uma peça tropicalista: não havia lugar para a ética. Os tropicalistas achavam que o absurdo brasileiro só poderia ser devolvido artisticamente pelo choque de elementos dramáticos antagônicos - o moderno e o arcaico, o rural e o urbano, a tecnologia e o artesanato, Ipanema e Iracema, banda e Carmem Miranda - encenados sob a forma de paródia. O resultado,

hipertrofiado, revelava a realidade como o realismo era incapaz de fazê-lo. O problema é que às vezes a realidade permanecia mais absurda do que sua paródia, deixando o sueal aquém do real Naquele palco, por exemplo, José Celso teria pouco a acrescentar. Os personagens reais eram suas próprias caricaturas, e o choque entre o que se propunha e as razões pelas quais se dizia aceitar o proposto era um jogo de cinismo que nenhuma transposição dramática conseguiria superar. Além disso, uma retórica de elipses e eufemismos produzia subversões semânticas capazes de colocar a palavra democracia que estava sendo expulsa daquela mesa e do país em quase todos os discursos, enquanto a ditadura, que se instaurava, era tratada como uma ausente distante. Houve até quem usasse o artifício de condená-la no passado para melhor aderir à do presente. Outros, considerando-a inevitável, aproveitaram para seguir o cínico conselho de reação ao estupro: experimentaram um forçado prazer. Melhor do que ler a sinopse, porém, é assistir a peça. Era, como nenhum dos atores desconhecia, uma farsa. Eles estavam reunidos para celebrar um ritual, uma espécie de missa negra. Podia-se fingir ali qualquer reação. menos ingenuidade. Todos sabiam que aquele ato significava o início de uma ditadura explícita e declarada cujos efeitos eram óbvios. Como anunciava o texto que todos foram obrigados a ler, ia-se fechar o Congresso por tempo indeterminado, interrompiam-se as garantias constitucionais de vitalicidade, inamobilidade e estabilidade, podia-se cassar, demitir, transferir, reformar funcionários civis e militares a vontade e suspendia-se o habeas corpus, o que - um reforço da posterior Lei de Segurança Nacional - permitia manter qualquer preso acusado de delito político em regime de incomunicabilidade por dez dias. - cinco a mais do que o Alvará de 1705, usado para extorquir as confissões dos Inconfidentes. Para encenar esse rito de celebração, quE inaugurava o reino do Arbitrio e da Tortura, o elenco se apresentava completo. O primeiro a dizer a sua fala foi o ministro da Marinha, almirante Augusto Rademaker. Parcimonioso nas palavras, ele fez parte do grupo que, por timidez, ou esperteza, deu o seu recado de forma firme e direta. discordava do vice-presidente e achava que havia uma situação de fato que não devia ser debatida "juridicamente, legalmente, ou constitucionalmente". Ele não tergiversava.: "É oportuno fazer qualquer Ato Institucional como este." Mais sintéticos, só os votos do general Jayme Portella e de Mário Andreazza, as aparições mais curtas do espetáculo. Mas houve os que quiseram roubar a cena e deram um ,show de representação. Não necessariamente pela ordem de entrada, merecem destaque especial Tarso Dutra, Lira Tavares, Ivo Arzua, Jarbas Passarinho, Albuquerque Lima e Hélio Beltrão. Tarso Dutra foi o único voto ao qual Costa e Silva, nas suas anotações sobre os desempenhos, acrescentou ao sim uma observação: "com modificações". Era um exagero do anotador. Na verdade, o ministro da Educação propunha, em lugar do AI-5, um Ato Adicional que não revogaria

dispositivos constitucionais e que poderia ser interpretado como possível abertura para uma revogação posterior. Em compensação, para não dar margem a equívocos, ele se dava o direito de reivindicar a primazia de ter sugerido muito antes, durante uma outra reunião do CSN, medida semelhante. "Parece, assim, senhor presidente, que com alguns meses de anterioridade no tempo, eu estava, por assim dizer, quase que motivando o ato que se deve praticar neste instante." Nessa disputa inglória, Tarso tinha como concorrentes o ministro Ivo Arzuia e o general Médici, que reivindicavam a mesma prioridade. Médici foi enfático: "Acredito, senhor presidente, que com a sua formação democrática, V. Ex. foi tolerante demais, porque naquela oportunidade eu já solicitava a V. Ex, que fossem tomadas medidas excepcionais para combater a contra-revolução que estava na rua." Quanto a Rondon, este sim, se não apresentava objeções, oferecia ao menos uma sugestão restritiva: depois de demonstrar que o estado de sítio proposto por Aleixo era inviável por causa de detalhes constitucionais, o chefe da Casa Civil sugeria que se estabelecesse o prazo de um ano para o recesso do Congresso e para o próprio Ato Institucional. Não que fosse contra a medida, mas porque considerava aquele prazo suficiente "para que o governo possa debelar a subversão e o processo da guerra revolucionária ora em marcha". O apoio maciço à proposta de Costa e Silva foi em geral oferecido com argumentos que faziam questão de reforçar a necessidade da medida. Falou-se em "contestação do processo revolucionário" e na ameaça da "contra-revolução". Pelo menos dois votantes, além de Médici, alegaram esse risco para darem o seu apoio: Orlando Geisel e Barros Nunes. O adjetivo "magnânimo", para caracterizar a ação do presidente Costa e Silva e das Forças Armadas, foi usado ; por dois conselheiros, Albuquerque Lima e Ivo Arzuia. O ministro da Agricultura, numa delirante intervenção - que constrange até hoje os que o ouviram ao vivo ou em ; gravação -, chegou a dizer que revidaria com "desforço pessoal", se a vítima da ofensa fosse ele e não "as magnânimas Forças Armadas". Depois de registrar que cinco meses antes já antecipara o seu voto-na reunião do CSN de 16 de julho - Arzuia propunha a instalação de uma Constituinte e a formação de uma "Nova República". Só faltou sugerir o Plano Cruzado. Uma preocupação atraiu muitos adeptos: a que se relacionava com a "institucionalização", considerada prematura, do processo revolucionário - ou "autolimitação". para citar uma palavra usada por Albuquerque Lima e por Passarinho. O "açodamento" (outra palavra de Passarinho dessa institucionalização teria sido responsável pelo recrudescimento da "contestação" e da "contra-revolução" - de tal maneira que o próprio AI-5 talvez não fosse suficiente para barrá-las, ou "não tão drástico", como advertiu o brigadeiro Huet. Por isso, defenderam a sugestão de dar ao presidente "a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais" quatro ministros: Orlando Geisel, Albuquerque Lima, Delfim Neto e Gama e Silva. A palavra ditadura só foi usada, depois de Aleixo, por três conselheiros: Magalhães

Pinto, Passarinho e Hélio Beltrão. O primeiro admitia, citando o vice-presidente, que realmente aquele ato estava instituindo uma ditadura, mas "se ela é necessária, devemos tomar as responsabilidades de fazê-la". Passarinho não tinha dúvida de que era "uma ordem ditatorial" o que se estava instalando ali. "Repugna enveredar pelo caminho da ditadura", confessava, para ressaltar: "É esta que está diante de nós." Se era inevitável, propunha, então o ministro do Trabalho: "às favas, senhor presidente, todos os escrúpulos de consciência". Numa longa justificativa em que lembrava a sua condição de filho de um homem público que "consumiu a vida combatendo a ditadura", e citava a sua própria carreira pública com "vários atos claros de repúdio à ditadura", o ministro Hélio Beltrão parecia à vontade para, naquele momento, aderir ao regime que sua história familiar abominava. Ele achava que diante da situação - riscos de desordem, ameaças ao processo de desenvolvimento - "nenhuma consideração de ordem puramente formal nos deve afastar da responsabilidade de assegurar a ordem e a tranquilidade para o trabalho e o desenvolvimento". É bem verdade que o seu foi o único voto sim a pedir cuidado na aplicação da medida: "É na execução dela que se revelará o conteúdo antidemocrático, ditatorial ou arbitrário." Ele percebia a dimensão dos assustadores poderes que o ato encerrava: "Nunca deverão ser usados para retirar a liberdade de um inocente, daquele que nada tem a ver com a subversão e a contra-revolução." As precauções de Beltrão não levavam em consideração que o AI-5 estava sendo editado não para proteger inocentes, mas para transformá-los em suspeitos ou culpados. A 43a reunião do CSN foi encerrada com um discurso de Costa e Silva ressaltando a quase unanimidade do Conselho. "Evidentemente, houve observações", admitiu, sem lhes dar importância, "mas apenas de caráter formal e de redação." Sobre Pedro Aleixo, ele disse: "Peço a Deus que não me venha convencer amanhã de que ele é que estava certo, porque ele admitiu mesmo a hipótese do Ato final, porque entendo, como entende o Conselho na sua sabedoria de maioria, de quase unanimidade, que nesta escalada o degrau proposto se torna evidentemente desnecessário." O presidente terminou a sua exposição com um desabafo: "Eu confesso que é com verdadeira violência aos meus princípios e idéias que adoto uma atitude como esta. Adoto-a convencido de que elas são do interesse do país, do interesse nacional, que demos um basta à contrarevolução." Pela primeira vez, em quase duas horas de reunião, a palavra "violência" era usada para definir o sentimento de 283 alguém em relação ao ato aprovado. É possível, como acreditam alguns dos ex-auxiliares presidenciais, que Costa e Silva estivesse realizando um último esforço no sentido de atrair seus companheiros de governo para dividirem com ele aquele sentimento de "violência" - x quando nada para uma espécie de expiação em grupo. Mas os 22 membros dos CSN que votaram sim permaneceram irredutíveis e mais veementes na defesa do AI-5 do que o próprio autor. Eram, ao contrário de Djalma Marinho, vassallos mais realistas do

que o rei, a quem pareciam dispostos a dar tudo, inclusive a honra. Antes mesmo de terminada a reunião, a notícia do AI-5 chegou à Câmara dos Deputados, quando discursava monsenhor Arruda Câmara manifestando a esperança de que o governo respeitasse a decisão parlamentar da véspera. O plenário festivo do dia anterior caiu logo em profundo silêncio e se transferiu para os corredores e para o gabinete da Presidência, congestionado por uma meia dezena de parlamentares e jornalistas. O líder da Oposição queria a convocação imediata de uma sessão extraordinária, pois achava que era um dever da Presidência da Câmara tentar qualquer gesto de resistência, ainda que simbólico. Em função desse pedido, Martins Rodrigues e José Bonifácio de Andrada, de apelido Zezinho, mantiveram um ápero diálogo: - Não existe mais Câmara - disse aquele que não mais a presidia. - Não existe é o presidente - revidou o líder. O deputado Celso Passos, de Minas Gerais como Bonifácio Andrada, entrou nesse momento na discussão: - Seja menos Zezinho e mais Andrada - conclamou. A resposta de Bonifácio foi uma banana. Decididamente, ele resolvera ser mais Zezinho. Às 22h30min, o ministro da Justiça e o locutor Alberto Cury, liam, em cadeia de TV, os seis considerandos e os 12 artigos que compunham o Ato Institucional nº 5, e mais o Ato Complementar nº 38, que decretava o recesso do Congresso. Foi uma leitura monótona e ameaçadora como uma sentença de morte: "O presidente da República poderá decretar..." repetiu incansavelmente o locutor. A exemplo daquelas orações, todas regidas por um único sujeito. 90 milhões de brasileiros, a partir daquele momento, iriam ser comandados também por uma única vontade. DEz anos depois, às vésperas da revogação do AI-5, a maioria dos seus signatários se declarava insatisfeita com o monstro que havia criado. Albuquerque Lima lamentava "as características punitivas" da medida que ele apoiara para permitir - uma década depois ele descobria - "a execução da reforma agrária". Magalhães Pinto acreditou na palavra do presidente, que lhe garantira que o ato ia durar apenas "de seis a oito meses". Ivo Arzua achava que o AI-5 ia possibilitar a "formação do verdadeiro Estado brasileiro". Até o ex-ministro da Aeronáutica, marechal-do-ar Márcio de Souza Mello, dizia que devia "ter sido extinto há muito". Nos 18 dias de agonia do ato - entre o 13 e o 31 de dezembro de 78 - esse cordão cresceu tanto que o exministro Jarbas Passarinho chegou a protestar: "Sinto-me entre revoltado e indignado quando vejo signatários do AI-5 posando hoje de Madalenas arrependidas." Elc tinha razão, mesmo porque era tarde para arrependimentos. Em dez anos de vigência, o AI-5 já tivera tempo de punir 1607 cidadãos, dos quais 321 cassados: seis senadores, 110 deputados federais e 161 estaduais, 22 prefeitos, 22 vereadores - mais de seis milhões de votos anulados. Além da cassação, todos os senadores e 100 deputados federais tiveram seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Entre as punições a funcionários públicos, estavam o afastamento de três ministros do Supremo Tribunal Federal - Hermes Lima, Evandro Lins e Silva e Vitor Nunes

Leal - e de professores universitários como Caio Prado Júnior- condenado a quatro anos e meio de prisão por uma entrevista a um jornal estudantil - Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Mário Schemberg, Vilanova Artigas, Hélio Lourenço de Oliveira e uma dezena de pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, entre outros, muitos outros. Paralelamente a essa caçada aos criadores, o AI-5 desenvolveu um implacável expurgo nas obras criadas. Em dez anos, cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de 285 telenovela foram censurados. Só Plínio Marcos teve 18 peças vetadas. O índice reunia um elenco variado, que ia de Chico Buarque, um dos artistas mais censurados e perseguidos da época, a Dercy Gonçalves e Clóvis Bornay. A violência, que o marechal Costa e Silva confessou ter sentido ao editar o AI-5, ia deixar de ser uma figura de retórica. A partir do dia 13 de dezembro de 1968, ela alteraria de fato sobre a alma e a carne de toda uma geração.

Cai o pano

"Muitos são os que prendem; poucos os que soltam." (General FIUZA E CASTRO, chefe do CIE)

O AI-5 começou a censurar antes de ser editado e a prender antes de ser anunciado publicamente. Na quinta-feira à noite, véspera da divulgação do ato, enquanto o marechal Costa e Silva se mantinha trancado no Laranjeiras vendo filme de banguê-banguê, ouvindo música clássica, fazendo palavras cruzadas, os seus censores invadiam as redações dos jornais, rádios e televisão de vários Estados. Na sexta-feira, 13, o Estado de S. Paulo era proibido de circular e o Jornal da Tarde tinha parte da sua edição apreendida. Também no Rio os leitores não encontraram alguns de seus jornais nas bancas, ou os encontraram totalmente censurados. O país, que era dirigido por Joel Silveira, conseguiu driblar a censura prévia, mas foi logo retirado das bancas, e seu diretor preso. O Correio da Manhã e o Jornal do Brasil circularam normalmente, mas à 1 hora da madrugada de sexta-feira, três homens chegaram à redação do Correio dizendo que queriam "ver com o estavam as notícias". Como os intrusos não se identificassem, foram mandados embora. Poucos minutos depois, o quartirão era cercado e a redação invadida por policiais do DOOPS e da Polícia Federal. Os agentes apreenderam os exemplares que estavam saindo das rotativas e só os liberaram às 4 horas. Pouco depois, o seu editor, Oswaldo Peralva, era preso. Simultaneamente, O Última Hora, era também visitado por uma turma de censores, antes de circular. Em Brasília, o Correio Brasiliense, único jornal então editado na capital, circulou sob censura prévia, sem o noticiário da votação na Câmara. Em Belo Horizonte, as 2 da madrugada, um oficial do Exército, acompanhado de cinco soldados armados de metralhadora, Chegavam às oficinas de O Diário, da Arquidiocese de Belo Horizonte. Era uma operação nacional. Pouco depois da divulgação o Ato pela Voz do Brasil, chegavam ao Jornal do Brasil cinco majores da escola de comando de estado Maior, dirigindo-se à sala de redação, no 3 andar. Ao se apresentarem como censores, o editor-chefe Alberto Dines pediu licença e subiu ao "andar para se comunicar com o diretor Nascimento Brito. Começava a nascer naquele momento, uma edição histórica. "Eu achava que de alguma maneira a gente tinha que denunciar a censura. Era preciso caracterizar que o jornal estava censurado", lembra Dines: "Eu queria dizer ao leitor que ele não acreditasse no que ia ler." Era arriscado, mas Nascimento Brito aceitou a proposta. "A estratégia adotada", segundo Dines, "era mostrar de forma metafórica, figurada, com bom humor, que a gente estava sob censura." No dia 14, os leitores mais atentos do JB puderam perceber que o tradicional matutino da Condessa Pereira Carneiro apresentava mudanças que violentavam suas rigorosas normas de estilo e bom gosto. Nélson Rodrigues

dizia que no dia em que o mundo acabasse, o caderno do JB noticiaria o fato "sem um ponto de exclamação". naquele sábado, porém, o jornal estava cheio de clichês e lugares comuns - como "balipodistas", "festejado jogador", "o coload Pelé" - haviam sido abolidos do jornal desde pelo menos 1956, quando o JB realizou uma das mais importantes reformas gráficas e redacionais da imprensa brasileira. Mas havia surpresas mais estranhas. Apesar do sol de dezembro, por exemplo, a previsão meteorológica anunciava no alto à esquerda da primeira página: "Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está ... sendo varrido por fortes ventos." No outro lado da página, aparecia em destaque uma irrelevância: "Ontem foi o dia dos cegos." A foto principal era de Costa e Silva na entrega das espadas aos novos guardas-marinha. Ele está rígido, inclinado para a frente como se fosse cair. Na outra, uma cena deslocada no tempo, com a seguinte legenda: "Garrincha foi expulso quando o Brasil venceu o Chile na Copa de 62." Pela primeira vez, no lugar dos editoriais, eram publicadas duas fotos: na maior, um lutador de judô, gigante, dominando um garoto. O título da foto: "Força hercúlea." É possível que nem todos os leitores tivessem percebido a intenção das brincadeiras, do deboche e dos absurdos da edição, mas pelo menos um não gostou. No sábado à tarde, Dines estava na sua sala quando um dos majores da véspera entrou e foi logo dizendo: - Você me fez de palhaço; não admito; nunca ninguém fez isso comigo. A resposta do editor foi uma declaração de guerra: - Olha aqui, você é meu hóspede e não admito que abuse de minha hospitalidade. Você se comporte ou te ponho daqui pra fora e você vai ter que censurar o jornal no banheiro. Felizmente, havia na sala um sereno tenente-coronel, chefe do grupo invasor, para impedir que os dois se atacassem. No fim da tarde, pouco depois do incidente, um dos diretores do jornal, o embaixador Sette Câmara, era detido por algumas horas pela Polícia Federal. A direção considerou a prisão uma afronta e suspendeu a circulação. Dines recorda que era o penúltimo sábado antes das festas natalinas, a edição estava carregada de publicidade e a decisão significava um enorme prejuízo. "Apesar disso, com a autorização da Condessa, o jornal correu o risco e abriu mão do faturamento." Como na época os matutinos não circulavam às segundas-feiras, os leitores do JB ficariam sem jornal dois dias seguidos, e o jornal sem faturamento. A solidariedade das agências de publicidade, no entanto, transferiu para a edição de terça-feira os anúncios que deveriam ter saído no domingo. Uma semana depois, como paraninfo de uma turma de jornalismo da PUC, Dines teve o seu discurso contra a censura discretamente gravado por dois agentes do CENIMAR. No dia 22, ele era preso e recolhido a um quartel do Exército para uma estada forçada de quatro dias. Joel Peralva e Dines seriam algumas das primeiras vítimas de uma guerra que apenas começava e que durante mais de sete anos iria opor a censura à imprensa. No dia 13, enquanto os censores assumiam praticamente a direção dos jornais, uma turma de incansáveis e onipresentes agentes se

dedicavam à operação de caça às bruxas - ao arrastão. O advogado Hélio Saboya, que 20 anos depois seria secretário de Polícia Civil do Estado do Rio, lembra-se de que, logo depois de ser preso no dia 19 de dezembro, ouviu num quartel do Exército o então temido general Fiuz de Castro, chefe do Centro de Informações do Exército - CIE -, dizer ao telefone: "Muitos são os que prendem. poucos os que soltam." A frase, pronunciada com entonação bíblica, era uma epígrafe para aqueles tempos. Não é possível calcular o número exato de prisões até porque o AI-5 não gostava de registros e controles desse tipo - mas se estima que, no período que se seguiu ao 13 de dezembro, algumas centenas de intelectuais, estudantes, artistas, jornalistas, tenham sido recolhidos às celas do DOPS, da PM e aos vários quartéis do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em todo o país. Uma das primeiras ações do arrastão ocorreu bem antes da reunião do CSN. às 2h30min da tarde. em frente à Assembléia Legislativa, hoje Câmara dos Vereadores. Um homem de 29 anos saía daquela casa em direção à avenida 13 de Maio, quando foi parado pelo inspetor do DOPS Mário Borges, que lhe pediu os documentos. Ao ouvir a confirmação - "É você mesmo" - o rapaz saiu correndo até as escadarias da Assembléia, onde foi cercado por uma dezena de policiais e jogado dentro de um camburão. Enquanto se debatia, ele teve a presença de espírito de gritar: Meu nome é Rogério Monteiro de Souza, sou jornalista, meu nome é Rogério Monteiro de Souza, sou...." A porta do carro batendo não impediu que alguém ouvisse e comunicasse à sua família. Graças a esse expediente, o então assessor " comunista dos deputados Alberto Rajão, Ciro Kurtz e Fabiano Villanova, foi mais tarde localizado no Regimento de Cavalaria Marechal Caetano de Faria, aonde aliás voltou 20 anos depois para ser recebido com honras militares. Na primeira visita oficial àquele quartel, o governador Moreira Franco fez questão de levar o seu secretário de Estado. Também próximo à Assembléia, na calçada do Teatro Municipal, só que à noite, o ex-presidente Juscelino Kubitschek era preso por um grupo de oficiais do Exército, comandados por um certo coronel Elias, e conduzido ao 3º Regimento de Infantaria de São Gonçalo. Na véspera, JK havia participado no Maranhão de um banquete que o governador José Sarney dera em sua homenagem. Voltara ao Rio para paraninifar uma turma da Escola de Medicina no Municipal. O que se pretendia fazer com o ex-presidente, o escritor Carlos Heitor Cony pôde sentir nessa mesma noite ao ser preso no Leme. Conduzido para o Batalhão de Guardas, em São Cristóvão, ele assustou-se com a tropa embarcada num camburão. Cony contaria mais tarde: - Um oficial muito moço, levando-me para a cela, onde já estava o jornalista Joel Silveira, explicou-me: "Esse pessoal aí de fora vai ter hoje muito trabalho." - Que tipo de trabalho? - indagou o prisioneiro. - Vamos fuzilar o Juscelino e o Lacerda. Não se sabe por que essa vontade não foi cumprida, mas em compensação Juscelino sofreu muito nesses dias em que esteve preso. Em janeiro, uma junta de quatro médicos - Drs. Aloysio Salles,

Oswaldo Pinheiro Campos, Décio de Souza e Ruy Goyanna - assinou um laudo sobre o paciente: "Para seu adequado tratamento, julgamos absolutamente inconveniente a situação de reclusão em que se encontra." Fundamentando essa conclusão, os médicos forneciam o diagnóstico do doente: arteriosclerose coronariana, hipertensão arterial, diabete, gota, infecção urinária recidivante pós-operatória; rotura traumática do tendão de Aquiles esquerdo em período de imobilização, após tratamento cirúrgico; síndrome de depressão psíquica. Aos 66 anos e mesmo nesse estado, o criador de Brasília não perdia o humor, o que fez dele o mais doce e amoroso presidente que o Brasil já teve. Logo depois de deixar a prisão, ele se encontrou com Vitório Cabral, que se surpreendeu com o gesso na perna do amigo. Rindo, JK explicou: - Pois é, aqueles merdas me obrigavam a ficar horas e horas em pé respondendo a perguntas idiotas. O atual secretário de Planejamento do Estado do Rio comove-se com a lembrança: - Juscelino dizia isso sem ódio. quase brincando, com uma grandeza impressionante. Ele sabia que tudo aquilo ia sair na urina da História. De fato, todos os majores, coronéis e generais que maltrataram Juscelino Kubitschek naqueles tempos seguintes saíram, ao contrário dele, na urina da História. Quando soube o que estavam fazendo com seu amigo ex-presidente, o ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, foi protestar junto a Jayme Portella. O chefe da Casa Militar respondeu como se falasse em nome da fatalidade: "Nessas ocasiões, quando os ânimos estão exaltados, esses fatos acontecem." A prisão do criador de Brasília era o sinal de que ninguém estaria a salvo da caçada - das personalidades mais respeitáveis até os banqueiros de bicho. Antes do Natal, nada menos que 150 bicheiros eram recolhidos às celas da Ilha Grande, entre eles, Natalino do Nascimento. o "Natal da Portella", presidente da Escola de Samba a que ligou o seu nome; Castor de Andrade, vice-presidente do Bangu, e Carlos Martins Teixeira, presidente do Madureira. O secretário de Segurança da Guanabara, general Luis França de Oliveira, estava confiante: "Nossa autoridade agora está apoiada em dispositivos legais mais eficientes." Fingia-se acreditar que começava ali, com a mistura na cadeia de cidadãos honrados e bicheiros, um processo de moralização que poria fim aos enriquecimentos ilícitos no país. Em muitos casos, os rumores, aparentemente alarmistas, eram apenas um aviso do que iria ocorrer em seguida. Com o deputado da Arena Raphael de Almeida Magalhães, ex-governador da Guanabara, ocorreu isso. Na noite do Aif 5, Raphael resolveu antecipar a comemoração dos 38 anos que faria no dia seguinte. Reuniu em seu apartamento uns poucos amigos - Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, João Paulo de Almeida Magalhães - mas o telefone não parava. Primeiro, ligou Renato Archer, depois Carlos Lacerda, em seguida Teotônio Vilella. Quando chegou a vez de um repórter, Rafael respondeu: "Olha, já telefonaram tanto, perguntando se é verdade, que vou acabar acreditando." À 1 hora da madrugada, chegava o DOPS para levá-lo. O deputado foi o primeiro

preso a chegar à Vila Militar. Um outro boato garantia na mesma noite que o exgovernador Carlos Lacerda também seria preso. Lacerda estava doente, recolhido ao seu apartamento no Flamengo, mas às 9 horas o secretário de Segurança da Guanabara telefonou a Portella reclamando que já havia recebido ordens do I Exército para prender dezenas de pessoas e até aquela hora nada em relação a Lacerda. Era uma falha imperdoável; logo Lacerda, contra quem o presidente e seu chefe da Casa Militar nutriam um ódio todo especial! O exgovernador nunca escondera a suspeita de que muito do comportamento de Costa e Silva já fazia supor que ele estivesse com arteriosclerose cerebral quando chegou ao governo. Lacerda chegou a escrever: "O general Portella é quem governa o Brasil, o marechal Costa e Silva é uma figura de proa, só." Lacerda teve que esperar apenas uma noite. No dia 14, ele acordou com um de seus médicos, o Dr. Jaime Rodrigues, à beira da cama. Como se encontrava em estado de pré-estafa, fazendo regime para emagrecer e tomando remédio para dormir, achou a presença natural. Mas o Dr. Jaime estava ali por outras razões: - Estão lá embaixo dois homens da Polícia para prendê-lo - anunciou o médico. Além dos dois, havia também um oficial-médico, que queria examinar o prisioneiro. - Não - rejeitou Lacerda. - Tenho meu médico; quero é tempo para me vestir. Como não pretendia parecer que estava retardando a prisão, vestiu-se rápido. Tirou o pijama e pegou a primeira roupa: "Vesti uma roupa preta, quente pra burro!" lembraria mais tarde. "E fazia um calor miserável." Entraram na Kombi da polícia e desceram no posto salvarmar vizinho ao Iate Clube. Ao ser embarcado numa lancha, Lacerda teve dois pensamentos, um pior do que o outro: "Vão me mandar pra algum navio" e "só espero que não me joguem no fundo da baía." A lancha partiu na direção de Niterói, passou pelo Forte de Laje e ancorou no Forte de Santa Cruz - uma velha fortaleza do tempo dos portugueses, cheia de intermináveis escadas. Fazia um sol de rachar e o prisioneiro suava, de calor e de medo - medo de, mal-alimentado, ter uma fraqueza qualquer: "Se desmaio aqui, estou totalmente desmoralizado," pensou. Quando finalmente chegaram à sala do comandante, verificou-se que a ordem de prisão era da polícia e não podia, portanto, ser acolhida por um oficial do Exército e ainda mais, comandante de um histórico Forte. Alguns telefonemas tentaram resolver o impasse: que o prisioneiro fosse então levado de volta. Assistente impassível daquele choque de autoridades, Lacerda perdeu enfim a paciência: - Não, agora espera aí: eu não sou boi de general. Se estou preso, estou preso, mas quero saber aonde vou. Não vou ficar passeando pela baía de Guanabara. Mais telefonemas, mais confabulações, e finalmente o anúncio do destino do prisioneiro: Regimento Caetano de Faria. Ao chegar a esse quartel, no centro do Rio, Lacerda lembrou-se do dia em que, 20 anos antes, fora visitar Virgílio de Melo Franco, Dario de Almeida Magalhães, Austregésilo de Athayde e Adauto Lúcio Cardoso, que estavam ali presos por terem conspirado contra a ditadura Vargas. Como era

também dezembro e os presos estavam incomunicáveis, ele levava uma cesta de Natal comprada na Casa Lidador. Pensando nisso - "Como é engraçada a vida!" - Lacerda foi conduzido a uma enfermaria improvisada em cela, onde já estava o ex-comunista Oswaldo Peralva e aonde chegaria logo depois o histórico comunista Mário Lago, inimigo político do anticomunista Lacerda, Apesar do calor, Mário chegou de calça de veludo e com cara de vilão: fora preso durante gravação de uma novela e não tivera permissão nem para trocar de calça, nem para tirar a (.. maquilagem do rosto. - Ô Mário, preso fala um com o outro, não é? A partir desse aperto de mão, os dois ficaram amigos para o resto da vida. Logo que chegou, Lacerda decidiu que faria alguma coisa contra aquela prisão. Carregando a culpa de ter sido um dos motores do golpe que acabou dando nesse golpe dentro do golpe, Lacerda se sentia na obrigação, mais do que qualquer um outro, de protestar. Descobrir a maneira não exigia muita imaginação, só coragem: greve de fome. Durante os sete dias em que esteve preso, Lacerda não comeu, inaugurando no ano uma forma de protesto que iria ser comum nos tempos seguintes. Quando começou a sua, tudo indicava que seria uma inutilidade. O seu irmão Maurício o desestimulou com o convincente argumento de que os jornais não estavam noticiando a greve, o sol estava maravilhoso e as praias cheias de pessoas despreocupadas. Terminava com uma comparação que se tornaria famosa: - Você vai morrer estupidamente. Você quer fazer Shakespeare na terra de Dercy Gonçalves. Graças, porém, à pressão internacional e a muitas cartas, inclusive uma, desassombada, de uma jovem de 17 anos, Cristina, filha do preso, Costa e Silva soltou Lacerda - afinal, o nosso tropicalista presidente nascera na terra de Dercy. Rlo dia 13 de dezembro, o editor hélio Silveira, costureiro freqüentador de cadeia desde 64, não tinha dúvida de que seria preso outra vez - tanto que tomou todas as precauções. No almoço com amigos na Editora, combinara que, se ocorresse alguma coisa, eles se reuniriam à noite numa garçonniêre no Leme - um apartamento para encontros amorosos clandestinos, muito usado numa época de raros motéis. Ênio saiu de casa, onde certamente iriam procurá-lo, e seguiu de carro com o filho até um ponto; aí tomou um táxi e foi para o esconderijo, achando que despistara os possíveis perseguidores. Dez minutos depois da sua chegada, o prédio era cercado e cercado ficou durante toda a noite. De vez em quando, um soldado subia para forçar a porta e gritar: "Comuna safado, ou você sai por bem ou por mal!" A porta, porém, tinha uma sólida tranca de ferro. "Era uma garçonniere à prova de qualquer marido ciumento", recorda Ênio. As 6 horas da manhã, entretanto, o editor resolveu telefonar para o advogado Heleno Fragoso. Depois de uma longa negociação com as autoridades militares e com os sitiados, o advogado conseguiu um acordo segundo o qual Ênio, em sua companhia, se entregaria na Polícia do Exército, onde já estivera preso por três vezes. "Ao chegar à pé", conta Ênio, "aconteceu uma coisa absurda: eu fui imediatamente

detido... e o Heleno também." O advogado ainda tentou explicar que estava no exercício de sua profissão, que fora graças à sua intermediação que a situação tinha-se resolvido. A explicação só serviu para impacientar o oficial: - Não interessa, vai tirando os óculos, o cinto e os sapatos. Saboya e Fragoso não seriam os únicos. Às 19h30min do sábado, em Goiânia, um outro advogado, o grande Sobral Pinto, fazia hora para a solenidade de formatura de uma turma da qual era paraninfo. O calor estava insuportável, e ele resolveu se pôr à vontade no quarto do hotel. De chinelo, sem meias, em mangas de camisa e calças de pijama, Sobral repousava sentado, quando, de repente, a porta foi praticamente arrombada, e apareceu um major. O advogado pôde ver que atrás dele havia seis homens em fila. O major não cumprimentou: - Eu trago uma ordem do presidente Costa e Silva para o senhor me acompanhar. Sentado estava, sentado Sobral ficou. - Meu amigo, o marechal Costa e Silva pode dar ordens ao senhor. Ele é marechal, o senhor major. Mas eu sou paisano, sou civil. O presidente da República não manda no cidadão. Se esta é a ordem, então o senhor pode se retirar porque eu não vou. A primeira reação do militar foi de espanto: - O senhor está preso! - gritou o major, achando que não se tinha feito entender. - Preso coisa nenhuma! Só então o major percebeu que precisaria usar a força. A um grito de "prendam!", quatro dos seis homens que estavam na porta se atiraram sobre o velho sentado. Sobral foi agarrado e arrastado até o elevador, agarrado e arrastado passou pelo salão do hotel e, esperneando, foi jogado no banco de trás de um carro, cercado por dois agentes e com mais dois na frente, além do motorista. Estavam todos exaustos. Ao comandar aquele seqüestro, o major certamente aprendeu que a bravura cívica podia ter 75 anos, pesar 67 quilos e andar de pijama e de chinelo. A mesma lição seria aprendida pelo coronel Comandante do quartel para onde Sobral foi arrastado. - O senhor é patriota? É possível até que o coronel não quisesse ofender o advogado; ele talvez estivesse esperando uma resposta óbvia para iniciar um diálogo mais descontraído. O que ouviu, porém, afastava qualquer possibilidade de entendimento: - O senhor engula o que está dizendo! Eu sou patriota, o senhor não. O senhor vive à custa do Estado, eu não. Aos 95 anos, Sobral Pinto se lembra com prazer dessas peraltices, como se elas tivessem ocorrido quando ele era adolescente, e não aos 75 anos: "Havia dois oficiais no gabinete: um alto e outro até mais baixo do que eu. Eu tive a impressão de que o alto ia me agredir, porque o menor disse: "fica quieto, você está louco!" E não deixou que ele chegasse até mim." Reconstituindo esses episódios, Sobral se exalta, reproduz os diálogos, gesticula e chega a chutar sem querer o chinelo sobre o neto, o jornalista Guilherme Fiuza, que toma o seu depoimento. - Retirem esse homem e ponham na prisão - ordenou o coronel, temendo a reação dos seus subordinados. Conduzido para uma cela onde não havia nem cadeira, nem cama, nem mesa, com dois soldados de baioneta calada na porta, Sobral voltou a protestar e conseguiu ser transferido para o quarto do

oficial de dia. Uma hora depois, traziam o terno preto, o chapéu de sempre, a pasta, o colete e o pale tó, e informavam que ele poderia vesti-los para ir para Brasília. Antes de embarcar no mesmo carro com os mesmos policiais, Sobral ainda aprontaria mais uma cena de insubordinação civil. - Verificamos que nos bolsos do seu colete tem dinheiro - observou o tenente que trouxera as roupas - o senhor faça o obséquio de contar para ver se falta alguma coisa. - Não vou examinar coisa nenhuma. Os senhores são brutais e violentos, mas não são ladrões. O dinheiro deve estar aí. ÀS duas horas da madrugada de domingo, depois de umas três horas de viagem, vestido todo de preto como o país se acostumara a vê-lo, chegava a um quartel de Brasília o indomável guerreiro da dignidade. Ali ele encontraria outros presos famosos, como o colunista Carlos Castelo Branco. A recordação desses episódios vinte anos depois torna inevitável a imagem de que naquele sufocante quarto de um quinto andar de hotel, em Goiana, começava uma batalha que ia ser de todo o país nos anos seguintes: a luta do direito contra a força. Mas, Sobral Pinto ainda ia dar mais trabalho. no quarto dia de prisão, terça-feira, um oficial foi buscá-lo para prestar depoimento. - Não vou, não tenho que prestar depoimento nenhum. Vocês me arrastem, mas eu não vou. Como já sabia com quem estava falando, o oficial saiu às pressas para pedir socorro a seu superior, um paciente coronel, que foi até a cela: - Doutor Sobral, não me imponha a humilhação de ter que repetir o que fizeram com o senhor em Goiana. olha aqui a ordem que recebi de apresentá-lo ao coronel Jansen e ao tenente-coronel Melo. Serei obrigado a chamar um sargento para levá-lo. Não faça isso comigo, me poupe essa humilhação. - Tá bom, diante disso eu vou. Se aqueles oficiais achavam que estava tudo resolvido, enganaram-se. Na hora de prestar o seu depoimento, o advogado disse: - Não dou. É um desaforo que o Exército, depois de ter me imposto essa humilhação, ainda tenha a petulância de querer devassar minha consciência. Em hipótese nenhuma! Eu não declaro nada. o Hábil coronel perguntou então ao advogado se ele concordaria em escrever o que acabava de dizer. A proposta foi aceita, mas com a condição de receber uma cópia: - Quando eu sair, quero escrever uma carta a esse ditador que está fingindo que é o presidente da República. Eu quero terminar a carta com essa declaração. Se naquele ano fosse instituído um prêmio física e cívica, os milhares de estudantes que enfrentaram a polícia nas ruas iam ter um sério concorrente na pessoa desse jovem insubordinado chamado Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Enquanto, na madrugada de sábado, Sobral ainda se encontrava preso em Goiânia e Ênio Silveira era cercado, outro personagem nosso conhecido, o jovem Antônio Calmon, aguardava no apartamento de um amigo a chegada de um fornecedor muito especial. Ao contrário de Calmon, esse seu amigo já era consumidor assíduo de um certo pó que só no ano seguinte entraria na moda. Às 2 horas da madrugada, atrasado, chegava o tão aguardado vendedor de cocaína. O traficante, que era também agente policial, tinha 50

razões para o atraso. Naquela noite ele fora requisitado para um infundável plantão: "prender subversivos". Ele estava admirado: - Esses comunistas vivem bem pra caralho. Tive no apartamento de um tal de Ênio Silveira e em várias outras casas. Como vivem bem! Um dinheiro extra convenceu-o facilmente a deixar ver a lista dos 50 nomes que ele estava encarregado de prender. Até as 7 horas da manhã, Calmon ficou no telefone tentando avisar as futuras vítimas. Gláuber Rocha, Millôr Fernandes e Paulo Francis foram alguns dos nomes que Calmon não conseguiu avisar. Os dois primeiros já tinham saído de casa e Francis estava nos Estados Unidos, ou melhor, não estava: Às 6 da manhã do dia 14, ele desembarcava no Galeão, vindo de Nova York, depois de um giro pela Tchecoslováquia, Alemanha Oriental e Paris. Esperavao um amigo com a edição daquele dia do JB. Uma olhada rápida na primeira página, bastou-lhe para concluir: "ó, meu Deus, estamos perdidos." Foi para casa, fez a barba, mas não chegou a acabar de tomar banho. Às oito e meia, um capitão e um sargento chegavam no seu apartamento no Posto 6, em Copacabana, e levavam-no para a Vila Militar, onde passaria dois meses, ao lado, entre outros, do poeta Ferreira Gullar. Quando Francis chegou à Vila, Gullar já estava lá desde a noite anterior. Ao sair de noite da sucursal de O Estado de S. Paulo, um colega de redação o avisara para não ir para casa. Mas o poeta não deu atenção; além do mais, tinha alguns convidados esperando: Vianinha, sua mulher Maria Lúcia, João das Neves, Pichin Pla. Denoi de Oliveira, enfim, quase todo o Grupo Opinião. Ao tocarem a campainha, só estavam o dono da casa, sua mulher Teresa, os três filhos e o casal Vianna. Mal abriram a porta, dois homens invadiram a sala: um capitão e um cabo. Apresentaram uma carteira e anunciaram que Ferreira Gullar estava preso. Se fosse hoje, o capitão seria logo reconhecido. Ele era ninguém menos que o depois famoso Capitão Guimarães, um dos maiores banqueiros de bicho do Rio, presidente da Liga Independente das Escolas de Samba e ex-presidente da Vila Isabel, onde aliás foi sucedido pela comunista Ruça, mulher do compositor Martinho da Vila. A esse respeitável cidadão carioca a contravenção deve, entre outras contribuições, a introdução da informática no jogo do bicho. Mas no dia 13 de dezembro de 68, o capitão Guimarães era um simples servidor do glorioso Exército brasileiro. - Cadê a ordem de prisão? - exigiu a folgada Teresa. O oficial não se deu ao trabalho de muitas explicações. Apontando para a televisão ligada, respondeu displicentemente: - Está aí. No vídeo, o ministro Gama e Silva lia a sentença de morte da democracia: - O presidente da República poderá... Gullar viu que não adiantava protelar. Já vestindo o paletó, perguntou: - Posso tomar um copo de leite? Podia. Foi à cozinha. abriu a geladeira, pegou a caderneta de endereços e jogou dentro do congelador. Enquanto isso, os oficiais remexiam a casa. O perigo era o corredor. Apartamento de dois quartos e uma sala mínima, os livros estavam empilhados ali, A um sinal da mãe, Luciana, de 13 anos, foi à estante e pegou A Voz Operária, jornal comunista que seus pais distribuíam. - O

que é que você está fazendo? - perguntou Guimarães. Luciana fingiu indignação: - Invadem a minha casa e eu não posso nem estudar! ., Puxou os jornais junto com alguns livros e foi para o quarto. Nesse momento, tocaram a campainha outra vez. Pichin Plá, acompanhada de João das Neves e Denoi, não chegou a perceber os estranhos: - a ditadura, hein? - disse no seu portunhol a argentina Pichin, recompondo-se logo que o capitão lhe perguntou quem era. - Soy aeromoça. Gullar foi colocado num carro, junto com mais um policial armado, e rumaram em direção a dois outros endereços próximos dali: a rua Bulhões de Carvalho, em Copacabana, e a avenida Vieira Souto, esquina da rua Aníbal de Mendonça, em Ipanema. No primeiro, obviamente, não encontraram Francis. No segundo, não puderam entrar: o prédio de Millôr não tinha porteiro noturno. Foram então para a Vila Militar, onde o poeta passou a sua primeira noite, ao lado entre outros, de um indignado Antônio Callado. Preso por ter o mesmo nome do escritor, esse Callado implorava a Gullar: - O senhor, que é jornalista, fala com os homens que eu nunca escrevi nada, nem livro, nem artigo, eu mal sei escrever. Graças a esse equívoco, o "verdadeiro" Antônio Callado, o romancista, pôde ficar mais uns dias em liberdade. As 11 e meia do dia seguinte, Gullar emocionou-se: "De repente, eu ouço uns passos, olho, era o Francis." Limpo, apesar do banho incompleto, bem-vestido, ainda com ares de Nova York, Paulo Francis teve o seu primeiro choque na hora do almoço. "Quando ele encarou o prato", conta Gullar, "e viu aquele feijão aguado, aquela água chilra, aquela carne cheia de nervos, malcozida, fedorenta. ele disse: "Gullar, eu vou morrer de fome. Não vou conseguir comer isso, não". Com mais doze horas de experiência sobre o amigo, Gullar aconselhou: - Guarda o pão, Francis, começa a comer pão. Na noite anterior, tinha acontecido o mesmo com ele. Não comera nada, mas agora estava cheio de apetite: - Já tomei o café da manhã e acho que vou almoçar. -O poeta quase acrescentou: "E muito bem." Apesar de tudo, o exigente Francis se adaptou logo às suas novas condições de vida: no dia seguinte já estava sem camisa e no outro, só de cueca. No dia de Natal, os oficiais da Vila organizaram um banquete, e, claro, não sobrou comida para os presos. Às duas da tarde, só com o café da manhã no estômago, Paulo Francis, de cueca sambacação, batendo nas grades com a caneca e a colher, protestava: - Cadê a comida, porra! Cadê a comida! Gullar e Francis, que já estavam na cela ao lado com um agitado jovem de nome Perfeito Fortuna, iriam em breve ganhar duas célebres companhias: Caetano Veloso e Gilberto Gil. Os compositores tinham sido presos em São Paulo, levados para a PE do Exército, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca, e, de lá, transferidos para a Vila. A prisão dos dois envolveu uma cuidadosa operação interestadual, Caetano mal havia-se deitado quando, as 6 horas da manhã, foi chamado pela empregada: três senhores queriam falar com o dono da casa. Aliás, já estavam falando. As indiscretas visitas, na porta do quarto, no andar de cima, ordenavam que o compositor se vestisse e os

acompanhasse. Eles tinham pressa, inclusive porque, como diziam, ainda precisavam passar na casa de Gilberto Gil. O problema é que Gil estava no quarto ao lado. Como tinham ficado conversando até tarde - Caetano, Dedé, sua irmã Sandra e o namorado desta, Gil - dormiram todos ali, embora o apartamento de Gil fosse perto. Por isso, enquanto se vestia, a preocupação de Caetano foi avisar o amigo: "Se manda, porque eles não sabem que você está aqui." Ao recordar aquela manhã, Caetano não se esquece de que Gil poderia ter fugido: entregou-se por solidariedade. "Ele viu que eu estava com medo e não queria me deixar sozinho." Gil saiu da casa do amigo na avenida São Luís e foi para o seu apartamento na Praça da República esperar a polícia. A captura dos dois em São Paulo foi feita não por oficiais do II, mas do I Exército, que os colocaram num camburão e os levaram para o que viria a ser um dos mais tenebrosos "valhacoutos" de torturas do Rio - para usar a expressão que, na boca do deputado Moreira Alves, tanto ofendeu os brrios militares. Ali, na Prisão da Barão de Mesquita, mais do que Gil Caetano passou alguns dos seus piores dias. Ênio Silveira, companheiro de prisão dos compositores, não gosta de lembrar a cena em que os soldados " encenaram o fuzilamento de Caetano e, em seguida, rasparam o seu cabelo a zero, num ritual de crueldade assistido por uma oficialidade de sádicos. Aquela sofrida e torturada passagem pelo Rio - de janeiro, fevereiro e março - teve sua revanche artística. Antes de serem soltos da Vila Militar, sob a condição de deixarem o país, Gil e Caetano compuseram uma espécie de despedida do inferno: o exuberante Aquele abraço e a pungente Irene. Ironicamente, dois dos políticos mais caçados daqueles dias conseguiram fugir, apesar do cerco: os deputados Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. Às 4 horas da tarde do dia 12, logo depois da desinterdição do aeroporto de Brasília - que o governo mandara fechar para manter na cidade os deputados arenistas decolava um avião particular levando a bordo o foragido Marcito. Ao cair da noite, o aparelho descia em Ribeirão Preto, onde o aguardava um advogado, amigo da família Moreira Alves, com um Volkswagen e um revólver na cintura: Gil Macieira. Os dois rumaram para a bela Fazenda Conselheiro Prado, onde, no dia 13, são e salvo, Marcito acordou, tomou banho de piscina e se empanturrou de jabuticabas que os 50 pés da fazenda forneciam à vontade. À 1 hora da tarde, o deputado Francisco Amaral, advogado de sindicatos ferroviários, era recebido pela primeira vez no cenáculo dos Prado para buscar o deputado subversivo e levá-lo para outro esconderijo. Depois de ouvir a leitura do AI-5 na casa de Amaral, Marcito achou que era mais seguro mudar de pouso. Foram então para o apartamento de quarto e sala oferecido por um dentista de apelido Grama - José Roberto Magalhães Teixeira -, que duas décadas mais tarde seria prefeito de Campinas. Durante 15 dias, Marcito ficou escondido nessa garçoniêre, tendo como único contato com o exterior o dentista, que lhe trazia comida e jornais todos os dias. Foi também Grama que se dispôs a ir ao Rio estabelecer contato

com a família Moreira Alves através de Antônio Callado. "Minha tia Maria do Carmo Nabuco foi no cofre", relembra Marcito, "pegou uns caraminguás que tinham sobrado de sua última viagem à Europa, entregou à tia Graciema, que passou para Joaquim Pedro (o cineasta), que entregou a Callado." Os caraminguás eram 3 mil dólares, que chegaram ao fugitivo acompanhados de dois bilhetes; um, em inglês, de d. Maria do Carmo: "O sangue é mais denso do que a água." O ditado inglês queria dizer, no caso, que as relações de família eram mais fortes do que as ideológicas. O outro, de Callado, era em código sertanejo: "Cumpadre: estão de olho gordo nos vitelos que você criou na fazenda. Acho bom você por eles ao abrigo, porque senão podem levá-los pro matadouro." Pouco antes do Natal, Marcito resolveu procurar seu melhor amigo em São Paulo, José Gregori, que lhe deu logo um uísque, mas parecia meio hesitante em oferecer-he abrigo. A situação se esclareceu quando o dono da casa informou: - As minhas três filhas estão num quarto e no outro ; você vai ver quem está. Estava Hermano Alves. A solução foi ligar para Oscar Pedroso Horta, cuja casa porém funcionava como um bar: "A toda hora chegava alguém para tomar um uísque", como conta Marcito. Ofendido com a recusa do asilo oferecido, mesmo assim Horta não desistiu de ajudar, telefonando para um amigo João Leite, "o único delegado honesto da polícia de São Paulo", segundo Marcito. Além de policial, Leite era também um excelente autor de contos e, mais do que tudo, um grande boêmio. "Quando você me chamou", ele disse para Horta. Eu sabia que era peixe grande, mas não imaginava que fosse tubarão." O tubarão acabou num apartamentozinho em cima dçi La Licorne, um misto de boate e elegante casa de prostituição. "Ele morava sozinho, em cima do La Licorne:", conta Marcito, "porque adorava uma putazinha." O esconderijo funcionou até a noite de Natal, quando antes da meianoite, bateram à porta. João Leite e Marcitu que estavam tomando um vinhozinho e jogando biriba levaram um susto. Quando, cheio de apreensão, o dono foi atender, viu entrar pela porta, seguro pelas pernas, um enorme peru assado: - Clandestino tem que comer peru no Natal- disse.,ja meio bêbado, o portador do presente, o sociólogo Sérgio Buarque de Hollanda, acompanhado da mulher, Maria Amélia. Passada a alegria da visita e do presente, Marcito disse para o seu hospedeiro: "Se o Sérgio, de porre, já está sabendo onde eu estou, daqui a pouco a cana vem aí." Como não queria sair do Brasil, Marcito tentou vários esquemas para ficar. Ligou para os amigos dominicanos - Frei Betto não estava em São Paulo - e mandou contatar Marighella. - Diga a esse menino que, se quiser fazer alguma coisa pelo Brasil, que venha assaltar banco conosco - respondeu logo o líder guerrilheiro, que, com os assaltos, achava ter começado a revolução no Brasil. A solução foi recorrer de novo a Pedroso Horta, um sábio:o outro - Olha aqui, Marcito, você pode continuar com esses seus contatos aí com os dominicanos. Mas se você quiser sair do país, o caminho é o contrabando. Por essa rota. Pedro Horta já tinha dado

fuga ao exgovernador Ademar de Barros. Na Madrugada de 29 de dezembro, por 1.500 dólares, um bimotor decolava de Jundiá, levando Márcio Moreira Alves com destino ao Paraguai. Hermano preferiu ficar. Asilou-se dias depois na embaixada da Argélia, numa das muitas operações de asilo que o jornalista Darwin Brandão contaria naquele tempos. Enquanto esperava que o avião desembarcasse as caixas de uísque escocês, Marcito descobriu por que a sua fuga fora tão barata: -Eu era um carregamento de retorno. No dia seguinte, Hermano e Marcito tinham os seus mandatos cassados - eles e mais nove deputados. "Aconselhado pela unanimidade do Conselho de Segurança Nacional, o presidente não só cassava os deputados como suspendia também os direitos políticos do ex-governador Carlos Lacerda. Havia mais nomes na primeira lista depois do AI-5, disse, mas Costa e Silva não quis aumentar o número de punições "para evitar intranquilidade na passagem de ano". Ele prometia "outras decisões revolucionárias da mesma natureza, oportunamente". Era, digamos, uma indulgência para durar até o réveillon. Assim, debaixo de uma apagada e vil tristeza, o ano chegava ao fim - o ano, o capítulo e o livro. Os dois últimos por falta de autor-, também ele, como todo mundo, levado pelo arrastão. "Nunca mais." "Réveillon como aquele só uma vez na vida." (LUIS BUARQUE DE Holanda No dia seguinte ao AI-5, a coluna que saía todos os sábados no Caderno B do JB, assinada por Léa Maria, Marina Colasanti e Carlos Leonam, publicava esta nota: O mesmo grupo de intelectuais e artistas, quemoveu um famoso réveillon no ano passado em casa de Luís Buarque de Hollanda, ainda não conseguiu um novo local. Motivo: osdois não emprestam mais a casa. Frase atribuída ao recusante: "Réveillon como aquele só uma vez na vida." A história do ano acaba aqui. Na verdade, era apenas o começo. 1968 entrava para a História, senão como exemplo, pelo menos como lição.

Fontes de consulta

ALEIXO, José Carlos Brandi - Itinerario de um liberal, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1986.

- PEÇZTO ALEZ, O - Perfs parldrnen tares - c~wul- soS parlamentares. Seleção, interpretação e cofllW í-crseWs

ÂNGELO, Ivan - A festa, São Paulo, Summusarcuma~, 1978.

ARAGÃO, Teresa - depoimento ao "autor. BENJAIN, César Queirós (Cesinhai - Dep. a/A. BENJAMIN, Cid Queirós - Dep. a'A.

BOAL, Augusto - 1 Q feira paulista de opinião - Apresentação do tema: "Que pensa você do Brasil de hoje?" - Vários autores. São Paulo, Teatro de

Arena, 1968.

BRAGA, Cao - Dep. a/A. e a Maria Clara Mariani. BRITO, Elinor - Dep. a'A.

BUARQUE DE HOLLANDA, Chico - Roda-viva, Rio, Editora Sabiá Ltda., 1968.

- Chico Buarque de Hollanda - volume 3 (RGE XRLP 5320), 1968.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa - Impressões de viagem: CPC, Vanguarda e

desbunde 1960-70, São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

- Dep. a/A.

BUARQUE DE HOLLANDA, Luís - Dep. a~'A. CALMON, António - Dep. aiA.

309

CAMPOS Augusto de - Balanço da Bossa e outras bossas, São Paulo, Ed.

Perspectiva, 1968 e 1974 (revista e arnpIiad a).

CARNEIRO, Marilla - Dep. a/A.

;' CARVALHO, capitão Sérgio Ribeiro Miranda de - Dep. a/A.

CASTELLO BRANCO Carlos - Os militares no poder vol. 11 - O ato 5, Rio,

Nova Fronteira, 1978. CASTRO PINTO, D. José - Dep. a/A. (por telefonel.

CAVA, Ralph della

(org.) - A igreja em Jlagrante - Catoli

cismo e sociedade na imprensa brasileira - 1964/1980, Rio, Ed. Marco Zero, 1985.

! CHAGAS, Carlos - 113 dias de angústia: Impedimento e morte de um presidente, Rio, Ed. Image, 1970. CIA - Documentos da Central Intelligence Agency, arqui

vados nos National Security Files na Lyndon Baines Johnson Library:

- Brazil's Restless Students, 30 de agosto de 1968, Special Report, de 13 páginas da Weekly Review;

- Brazil: the road to dictatorship, 23 de dezem' bro de 1968, Intelligence memorandum de 11 páginas;

- Catholic Church in Brazil, 30 de setembro de 1968, Special Report de 10 páginas;

- The Military in Brazil, 29 de novembro de 1968, Special Report de 14 páginas da Weekly Review. COHN-BENDIT, Danny - Nós que amávamos tanto a

revolução: 20 anos depois, São Paulo, Ed. Brasiliense 1987.

COLASANTI, Marina, Lêa Maria e Carlos Leonam: Coluna do Caderno B do JB:

Lêa Maria, Marina Colasanti e Carlos Leonam.

COSTA, general Octavio - Dep. a/A. e a Roberto Pumar. D'AGUIAR, coronel Hernani - Dep. a/A.

DAHL, Maria Lúcia - Quem não ouve o seu papai, um dia... balança e cai,

Rio, Ed. Codecri, 1983.

- Dep. a/A.

DINES, Alberto - Dep. a Norma Cury. c::~~

- DIRCEU, José - Dep. a/A.

DULLES Jr., John Foster - Biografia de Carlos Lacerda ,

. (em preparação). Parte XVIII, caps. 9, 10, il e 12.~f

310

I

FAJARDO Elias - Nas quebradas do coração (inédito), Rio de Janeiro, 1987.

FERREIRA, João Batista - Dep. a/A.

FRANCHETTI, Paulo, e PÉCOR, Alcyr (organizadores) Caetano Veloso:

Literatura comentada, São Paulo, Ed. Abril, 1981.

FRANCIS, Paulo - Dep. a/A. (por telefon e).

GABEIRA, Fernando - O que é isso, companheiro? (depoimento), Rio de Janeiro, Ed. Codecri, 1979.

- Dep. a/A., a Márcio Salgado e a Ricardo Lessa. GASPER, Elizabeth - Dep. a Alda Palma.

GIUSSANI Pablo - Montoneros: La soberbia armada, Buenos Aires, Ed.

Sudamericana - Planeta, 1984. GOES, Fred de - (organizador>, c/ a colaboração de Néelson

Motta e Lauro Gões, Gilberto Gil: Literatura comentada, São Paulo, Ed.

Abril, 1982. GORENDER, Jacob - Combate nas trevas: A esquerda

brasileira: das ilusões ,verdidias à luta armada, São Paulo, Ed. Ática,

1987.

GUIMARÃES, almirante Gualter - Dep. a Roberto Pumar. GULLAR, Ferreira - Dep. a/A.

HADDAD, Jamil - Dep. a/A. (por telefon e).

HAMON, Hervé, ROTMAN, e Patrick - Génération: les années de rêve, Paris, Ed. Sevil, 1987.

HECK, almirante Sylvio - Nacionalismo e desenvolvimento, Grupo de Altos Estudos Nacionais, Rio, edição mimeografada.

HEINE REIS, Ana Virgínia - Mito e história no teatro de Chico Buarque, Rio, Depto. de Letras da PUC (tese de mestrado inédit a), 1980.

JOSÉ, Emiliano, e MIRANDA, Oldack - Lamarca, o ca, vitão da guerrilha, São Paulo, Global editora e distribuidora Ltda., 1980.

KONDER, Leandro - Dep. a/A.

KRIEGER, Daniel - Desde as missões: saudades, lutas e es, veranças, Rio, Ed. José Olympio, 1976. LACERDA Carlos - Depoimento3a ed-ção~, Rio, I-ova Fronteira, 1977.

LACERDA Cláudio - Carlos Lacerda: 10 anos depois, Rio, Ed. Nova Fronteira, 1987.

LACERDA, Luís Carlos. Bigode - Dep. a/A. LEONAM, Carlos - Dep. a/A. 311

LOTTMAN, Herbert R. - A rive gauche - escritores, artistas e políticos em paris - 1930-1950. Rio, Editora Guanabara, 1987.

MACIEL, Luís Carlos - Anos 60, Porto Alegre. Ed. L ePM. 1987.

MARTINS Ana Maria - Tropical sol da Liberdade. Rio. Nova Fronteira, 1988.

MARTINS, Franklin - Dep. a/A.

MARTINS, Luciano - A geração AI-5 - Ensaio de Opinião, Rio, Paz e Terra, 1979.

MEDEIROS, Marcos - Dep. a~A.

; MELO, brigadeiro Márcio de Souza - Dep. a'A e a Roberto Pumar.

MICHALSKI, Yan - O teatro sob pressão: uma frente de resistência, Coleção Brasil - Os anos de autoritarismo, Rio, Ed. Zahar, 1985.

- Considerações em torno do "Rei" il e 11~. Cadernp B, Jornal do Brasil, Rio, 16 e 17 de janeiro, 1968.

- A voz ativa de Roda-viva II e III, Caderrzo B. Jornal do Brasil, Rio, 30 de janeiro e 1" de fevereiro, 1968.

MOREIRA ALVES, Márcio - Dep. a'A. e a Paulo Gil Soares.

Ï' MORICONI, Roberto - Brasil vivo, Rio, Ed. Renes, 1971. i' MUNIZ, Carlos Alberto - Dep. a~A.

PALMEIRA, Vladimir - Dep. a/A. " PELLEGRINO, Hélio - Dep. a/A.

POERNER, Artur José - O poder jovem: História da participação política dos estudarLtes brasileiros. Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1979.

PORTELLA, Jayme de Mello - A revolução e o goz-c:rn.o t:

Costa e Silva, Rio, Guavira editora Ltda., 1979. RANGEL, Flávio - Dep. alA.

REBOUÇAS, coronel Neyson Auler - Dep. a~A. e a Roberto Pumar.

REIS FILHO, Daniel Aarão, e FERREIRA DE SÁ, Jair

- lorganizadores) - Imagens da revolução. documentosólíticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971, Rio, Ed. (if Marco Zero, 1985.

RODRIGUES, Néelson - A cabra vadia: novas confissões, ..

312

Rio, Ed. Eldorado, 1968.

- O óbvio ululante, Rio, Ed. Eldorado, 1968.

- O reacionário: memórias e confissões, Rio, Ed. Record, 1977.

SALES, Heráclio - Dep. a'A. SILVEIRA, Enio - Dep. a'A. SIMÕES, Ana

Joaquina - Dep. a'A. SIMÕES, Domingos - Dep. a'A. SIMÕES, Neusa - Dep. a~'A.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura - Dep. a Guilherme Fiuza.

- Lições de liberdade, Belo Horizonte, Ed. Comunicação - Universidade

Católica de Minas, 1977. SOUZA, Tárík de - O so~n nosso de cada dia, L ePM Editores, 1983.

SYRKIS, Alfredo - Os carbonários: memórias da guerrilha perdida, São

Paulo, Global editora, 1980. TAPAJÓS, Renato - Em câmara lenta, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1977.

TEMER, Milton - Dep. a:'A.

UNEF et SNE Sup - Le livre noi.r des journées de mai, Paris, Ed. Sevil, 1968.

LOSO, Caetano - Dep. ar'A.

~Snv~, ,.dmãa~.~(tn C anave, organizada - Alegria, alegria: uma c~et~>

tuve:~u~.~::~~ por Waly Salomão, Rio, Ed. Pedra Q Ronca, s d.

~I~, SQ~n~c,~d~ De~, a~'A.

JORNAIS E REVISTAS

- ARTE EM REVISTA 1 - Anos 60 - Antônio Gândido et alü. Kairós

Livraria e Editora Ltda., São Paulo, 1979. - CLAUDIA - Edições de

janeiro a dezembro

de 1968. - CORREIO DA MANHÃ - Principalmente as edições de 29 de

março, 20, 21, 22 e 27 de junho de 1968. - O CRUZEIRO - Principalmente as

edições de junho'julho

de 1968.

- O ESTADO DE S. PAULO - Várias matêrias (coberturas,

entrevistas, reportagensl, citadas no corpo do livro.

- FATOS e FOTOS - Principalmente as edições de março, abril e junho de 1968.

313

- FILME E CULTURA 9 - Durval Gomes Garcia et alü,

Instituto Nacional do Cinema, Rio, 1968. - FOLHA DE S.

PAULO - Várias matêrias Icoberturas, entrevistas,

reportagens), citadas no corpo do livro.

- O GLOBO

- Id. ' - INTERVALO - Edição especial de dezembro de 1968.

- JORNAL DA TARDE - Várias matêrias (coberturas,

entrevistas,

reportagens>, citadas no corpo do livro. i

- JORNAL DO BRASIL - Edições de janeiro a dezembro

de 1968. - JB - 90 anos - Catálogo - Rio, Ed. JB, 1986.

- MANCHETE - Principalmente as edições de março, abril, junho e julho de 1968. - PARTISANS - François Maspero. Editeur, Paris, 1968. Herbert Marcuse et alii.

- POUVOIRS

- Revue Française d'études Constitutionnelles et

Politiques - Mai 68, Luc Ferry et alii. Paris,

1986.

-